

Em Tempo _____ de histórias

VOLUME 22

Jun/Dez. 2023

ISSN: 2316-1191





Em Tempo —
de histórias

ISSN: 2316-1191

EDITORA CHEFE

Maria Clara Silva

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História,
Brasília, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Henrique de Carvalho Reis

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História,
Brasília, Brasil

Bruna Santana de Sá Ferreira

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História,
Brasília, Brasil

Isabela Mendes Fechina

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História,
Brasília, Brasil

José Marcos Flor Silva de Araujo

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História,
Brasília, Brasil

Mariana de Mesquita Santos

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História,
Brasília, Brasil

Mateus dos Santos Vilela

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História,
Brasília, Brasil

Rafael Machado Santana

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História,
Brasília, Brasil

Rebeca Mylena Gouveia de Lima Borges

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História,
Brasília, Brasil

CONSELHO CONSULTIVO

Profa. Dra. Andréa Casa Nova Maia (UFRJ)

Profa. Dra. Caroline Pacievitch (UFRGS)

Prof. Dr. Cássio da Silva Fernandes (UNIFESP)

Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFRN)

Profa. Dra. Francine Iegelski (UFF)

Profa. Dra. Iraneide Soares da Silva (UESPI)

Prof. Dr. Jiani Fernando Langaro (UFG)

Profa. Dra. Juciene Ricarte (UFCG)

Profa. Dra. Kátia Gerab Baggio (UFMG)

Profa. Dra. Leandra Domingues Silvério (UFTM)

Profa. Dra. Luciana de Oliveira Dias (UFG)

Prof. Dr. Marcelo Cândido da Silva (USP)

Profa. Dra. Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro (UFU)

Profa. Dra. Maria Socorro Ramos Militão (UFU)

Profa. Dra. Mariana Rangel Joffily (UDESC)

Profa. Dra. Marina Thomé Bezzi (UnB)

Profa. Dra. Marta Gouveia de Oliveira Rovai (UNIFAL)

Profa. Dra. Martha Campos Abreu (UFF)

Prof. Dr. Mauro César Coelho (UFPA)

Prof. Dr. Miguel Rodrigues de Sousa Neto (UFMS)

Profa. Dra. Simone Batista da Silva (UFRRJ)

Prof. Dr. Valdei Lopes de Araújo (UFOP)

COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Luiz César de Sá

Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, Brasil

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Rodolfo Nunes

Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, Brasil

DIAGRAMAÇÃO

Alexandre Henrique de Carvalho Reis

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, Brasil

Bruna Santana de Sá Ferreira

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, Brasil

Mateus dos Santos Vilela

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, Brasil

EDITORIAÇÃO, REVISÃO TÉCNICA E CAPA

Maria Clara Silva

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, Brasil

Mateus dos Santos Vilela

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, Brasil

Rebeca Mylena Gouveia de Lima Borges

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, Brasil

REVISÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Isabela Mendes Fechina

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História,
Brasília, Brasil

José Marcos Flor Silva de Araujo

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História,
Brasília, Brasil

Maria Clara Silva

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História,
Brasília, Brasil

Mariana de Mesquita Santos

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História,
Brasília, Brasil

Rafael Machado Santana

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História,
Brasília, Brasil

Rebeca Mylena Gouveia de Lima Borges

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História,
Brasília, Brasil

REVISÃO DE LÍNGUA INGLESA

Alexandre Henrique de Carvalho Reis

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História,
Brasília, Brasil

Rebeca Mylena Gouveia de Lima Borges

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História,
Brasília, Brasil

CONTATO

Maria Clara Silva

**Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade de Brasília – PPGHIS-UnB – Brasil**

emtempodehistorias@unb.br

(61) 3107-6666/ (61) 3107-6680

A forma e o conteúdo dos textos publicados, assim como as opiniões, citações e dados neles contidos, são de exclusiva responsabilidade dos autores.

Em Tempo de Histórias [recurso eletrônico]. -

v. 22 n.42 (2023). - Brasília, DF: Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas (ICH), Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS).

e-ISSN:2316-1191

DOI:10.26512/emtempos.v22i42

Disponível apenas online.

Título Abreviado: Rev. Tem. His

Sigla da publicação: RETH.

Título, resumos e textos em português e inglês.

1. História - Periódicos.

SUMÁRIO

- Editorial** _____ pg. 1-5
- A Difusão da Figura Lendária de Alexandre, o Grande através do Romance Grego, e sua Relação com o Conto Maravilhoso**
Stephany Guedes Krause _____ pg. 6-21
- As Tradições Apocalípticas sobre Jesus de Nazaré e a Teologia dos Dois Poderes no Céu**
Gabriel Melo de Paula _____ pg. 22-36
- A New-Right e a Influência Política na Religião: Apontamentos sobre o Ativismo Religioso na Política Brasileira**
Tulio Magalhães Rodrigues _____ pg. 37-59
- As Legiões Revolucionárias do Paraná e a Oposição Tenentista ao Interventor Mário Tourinho**
Natália Cristina Granato _____ pg. 60-74
- Entendendo o Hoje Social Brasileiro Mediante Conhecimento do seu Ontem Histórico: o Cordel como Ferramenta Pedagógica no Ensino de História**
José Ferreira Júnior _____ pg. 75-88
- Educação das Relações Étnico-raciais e Formação Inicial de Professoras/es - Questões para o Currículo**
Anderson da Silva Bispo _____ pg. 89-109
- Em Busca da África no Brasil: o Olhar Etnográfico de Pierre Verger sobre a São Luís Negra**
Alvaro Moreira do Rego Neto _____ pg. 110-128
- Composição de uma História de Ensino de Biologia pela Análise da Legislação Brasileira**
Peterson Fernando Kepps da Silva _____ pg. 129-144
- Epidemia de Varíola na América Portuguesa: uma Análise dos Registros Históricos**
Poliana Orosa Rodrigues _____ pg. 145-168



DOI: 10.26512/emtempos.v22i42.51995

EDITORIAL

Rebeca Mylena Gouveia de Lima Borges

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de
Brasília

<https://orcid.org/0000-0001-5647-6639>

Maria Clara Silva

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de
Brasília

<https://orcid.org/0000-0002-6972-1805>

É costume dizer que o tempo voa quando se tem muito a fazer. E, nós, como Conselho Editorial da Revista Em Tempo de Histórias, definitivamente vimos o tempo voar neste ano de 2023. Estamos em fins de dezembro e é com muita alegria que apresentamos aqui o nosso mais novo número. Neste novo capítulo, após duas décadas de jornada, é tempo de enfrentar novos desafios. A partir deste número, a revista abraça o volume como o ano civil de cada edição, abarcando todos os anos de sua existência. Inauguramos o Volume 22, Número 42, na esperança e no esforço de que nos aguardem mais duas décadas à frente. Que, como os predecessores, possamos florir ainda mais este caminho para aqueles que estão prestes a percorrê-lo.

Durante esse ano muito foi feito: reformulamos a composição do Conselho Editorial, renovamos a identidade visual da revista, e otimizamos a publicação dos artigos submetidos. Foi um ano importantíssimo, do qual sempre lembraremos com muito orgulho e carinho. E nesse fim de dezembro que já anuncia a chegada de janeiro e de um novo ano, estamos radiantes por tudo o que 2024 nos reserva como revista.

Uma revista se tece com mãos, corações e coragem entrelaçados. A generosidade de Luísa Café, dedicada servidora do portal de Periódicos da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, foi um guia fundamental durante nossa transição, proporcionando organização e efetividade. Em todas as reuniões e treinamentos, sua contribuição nos ajudou a entender cada elemento que compõe um editorial acadêmico.

Os Professores Tiago Almeida, Tiago Gil, José Inaldo Chaves, André Cabral Honor e Bruno Leal, que embarcaram conosco em uma chamada para novos membros, suas palavras assertivas ecoam sobre a importância da permanência e continuidade dos periódicos. E a equipe de comunicação do Instituto de Ciências Humanas, em especial, Luiz Henrique de Souza Cella, o designer que acolheu nossas ideias para a remodelação da nossa identidade visual, trouxe um olhar atento ao propósito de nossa revista: ser plural e aberta, divulgando ciência além dos limites universitários. Nathanael Martins Pereira, mestrando e colega do Programa de Pós-Graduação em História, que mediou as reuniões de criação do ICH com a ETH, nosso agradecimento por seu comprometimento com a divulgação científica. Nosso estimado coordenador do PPGHIS, Luiz César de Sá, pelo suporte constante e afabilidade que permeiam nossos passos.

Como historiadores, somos plenamente conscientes de como o passado informa o presente. Afinal de contas, é a relação entre os dois e o fascínio pela reminiscência que nos move a nos dedicar ao estudo da história. Vivenciar o presente é inevitavelmente reconhecer o passado que nos trouxe até aqui; e é também se preparar para o futuro. E é nesse sentido, historicamente orientado, que expressamos nossa mais imensa gratidão àqueles que, num passado não tão distante, prepararam o caminho que hoje trilhamos. Pedro Eduardo Batista, antigo editor-chefe, e que agora felizmente podemos encontrar pelos corredores da universidade lecionando, nossa imensa admiração e gratidão. Lelisson, por seu amparo e anos dedicados ao nosso periódico. E à nossa querida Mariana Mesquita, sem cuja ajuda essa transição seria impossível, nossa sincera estima.

Como na gestão anterior, nosso novo Conselho Editorial é formado por estudantes do nosso PPGHIS, e inclui mestrandos e doutorandos talentosos e dedicados, cujo maior interesse é ver a Revista Em Tempo de Histórias ativa e relevante no contexto acadêmico brasileiro e internacional. Somos, agora, o presente da revista, e tudo que podemos esperar é que nosso trabalho seja digno da importância institucional e acadêmica do periódico que estamos gerindo. Nossa editora-chefe, Maria Clara Silva, tem sido nada menos que excelente em sua condução diligente e inspiradora da revista, o que certamente se traduz no trabalho dos demais membros do Conselho Editorial. Alexandre de Carvalho, com sua incrível capacidade multitarefas, cuida de atas de reunião, diagramação, revisão, e tem sido fundamental desde o primeiro dia. José Marcos Flor foi de uma ajuda primordial sobretudo com a organização de nossos arquivos e documentos, bem como na condução dos artigos submetidos. Rafael Santanna, com sua diligência exemplar na edição dos artigos e contato com os autores. Rebeca Gouveia, que escreve, em conjunto com a Maria Clara, este editorial, também nos agradeceu com a capa de nossa primeira edição e a revisão de algumas traduções em língua inglesa dos artigos aqui constantes. E membros recém-adicionados ao Conselho já se fizeram essenciais em pouquíssimo tempo, o que nos anima intensamente: Mateus Vilela, nosso mago do design e dos posts; Bruna Ferreira, indispensável na diagramação e organização do periódico; e Isabela Fechina, que nos presenteou sobretudo com planilhas e tabelas bem estruturadas, e que são a alma de toda a nossa organização como grupo.

Aos muitos autores que confiaram em nós ao submeterem seus artigos, e aos pareceristas que realizaram avaliações competentes e atenciosas, queremos expressar nossa admiração. Sem vocês não haveria revista, tampouco, haveria produção historiográfica. Certamente, aos diversos leitores que mergulharão no número 42, desejamos que encontrem um trajeto repleto de *histórias*.

Após expressar nossa gratidão a todos que contribuíram para o florescimento deste número, juntamente com a apresentação do novo Conselho Editorial e a clareza dos novos rumos da ETH, adentramos agora nos artigos que compõem esta edição. O primeiro artigo deste volume é também voltado ao recorte temporal mais longínquo. Em “A difusão da figura lendária de Alexandre, o Grande através do Romance Grego e sua relação com o conto maravilhoso,” a autora Stephany Guedes Krause, mestre em Metafísica pela Universidade de Brasília, nos convida a repensar uma das maiores figuras da Antiguidade, quicá a maior, através das categorias literárias de Vladimir Propp em sua “Morfologia do Conto Maravilhoso.” É decerto uma leitura recomendável a todos os interessados em história antiga e literatura; e aos neófitos no tema, pode ser um belo e instigante convite.

Ainda falando sobre Antiguidade, temos ainda um outro artigo dedicado ao período. O autor Gabriel Melo de Paula, também mestre em Metafísica pela UnB, nos oferece uma formidável introdução à literatura apocalíptica judaica do Segundo Templo. Em seu artigo “As tradições apocalípticas sobre Jesus de Nazaré e a Teologia dos Dois Poderes no céu,” ele nos apresenta todo um universo de relatos de experiências visionárias típicas da apocalíptica judaica que, no mínimo, desafiam o senso comum que tende a consagrar o judaísmo antigo como necessariamente monoteísta. Como demonstra o autor, o uso polêmico do conceito de Dois Poderes no céu, tal qual mobilizado por rabinos do segundo século, também tem muito a nos dizer sobre a memória histórica construída em torno da figura de Jesus de Nazaré. Temos aqui uma boa pedida para quem se interessar por história literária e teologia histórica do judaísmo e do cristianismo primitivo.

Um terceiro artigo desta edição se relaciona, de certa forma, ao cristianismo e seus desdobramentos políticos. Tulio Magalhães Rodrigues, doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora, nos instiga a examinar o passado recentíssimo da política brasileira a partir do crescimento de movimentos conservadores de direita no cenário público. Em “A New Right e a Influência Política na Religião: Apontamentos sobre o Ativismo Religioso na Política Brasileira,” o autor traz à luz as dinâmicas de influência entre os contextos políticos americano e brasileiro e a crescente moralização da política como sintomas de um crescimento progressivo da direita conservadora no Brasil nos últimos anos, em especial liderada por movimentos de orientação neopentecostal. Trata-se, afinal, de um diagnóstico preciso da conjuntura política brasileira especialmente desde 2016, decerto fruto de uma pesquisa responsável e diligente dos principais aspectos relacionados a tal contexto, como a influência norte-americana e o uso extensivo de meios de comunicação, da TV às redes sociais. Um ótimo exercício interpretativo da história política recente do nosso país, bem como de nosso papel diante dela.

Adentrando a seara de História do Brasil, somos agraciados com o artigo de Natalia Cristina Granato, doutora em sociologia pela Universidade Federal do Paraná, intitulado “As legiões revolucionárias do Paraná e a oposição tenentista ao interventor Mário Tourinho.” A autora nos introduz às dissidências políticas que caracterizaram a organização política tenentista no Paraná de 1930. De Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas, documentos presentes nos arquivos do CPDOC-FGV são aqui trazidos à luz de modo que nos sentimos transportados ao contexto local do Paraná em uma das mais turbulentas décadas de nossa história republicana.

Em se tratando de Brasil, um artigo também importantíssimo é o de José Ferreira Júnior, doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande, por quem somos reapresentados à beleza da tradição nordestina da literatura de cordel e seu potencial pedagógico. “Entendendo o Hoje Social Brasileiro mediante conhecimento de seu Ontem Histórico: O Cordel como ferramenta pedagógica no Ensino de História,” é sobretudo um lembrete do poder emancipador da literatura. Analisando o cordel como ferramenta pedagógica no ensino de história, o autor nos instiga a repensar a relação entre presente e passado, sociedade e história, nos agraciando com exemplos reais de práticas educativas que consagram o lugar do cordel nas experiências culturais de crianças e adolescentes brasileiros. Leitura indispensável para professores e demais profissionais da educação!

Professores se sentirão bastante representados com a presente edição, pois o artigo anterior era somente um dos materiais que lhes interessam diretamente. Anderson da Silva Bispo, mestrando em Ensino de História da também Universidade de Pernambuco, nos presenteia com seu artigo dedicado à formação de professores. Em “Educação das relações étnico-raciais e formação inicial de professoras/es - questões para o currículo”, ele encaminha a imprescindível discussão sobre a qualificação dos profissionais de ensino para lidar com situações de discriminação racial no contexto de sala de aula. Através de uma análise de ementas de cursos de graduação de instituições de ensino superior no estado de Pernambuco, o autor traz luz ao complexo desafio de promover uma pedagogia antirracista, especialmente a nível curricular. A necessidade de uma permanente “vigília político-pedagógica” pela educação anti-discriminatória é, assim, um coro que o autor convida todos os leitores a entoar.

E aqui vai uma sugestão pedagógica: no artigo seguinte temos um ótimo estudo do poder das imagens na constituição do discurso histórico. Em seu artigo intitulado “Em Busca da África no Brasil: o olhar etnográfico de Pierre Verger sobre a São Luís negra,” o autor Alvaro Neto, mestrando da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará no Programa de História e Cultura da Amazônia, nos oferece um estudo primoroso da produção do fotógrafo francês Pierre Verger sobre a São Luís de 1948 e suas ricas manifestações de africanidade. Uma análise formidável sobre o potencial etnográfico da fotografia na valorização da cultura afro-brasileira que se segue. E com ela um infinito campo de possibilidades metodológicas e interpretativas sobre as relações culturais entre Brasil e África no passado e no presente. Embora o teor principal do artigo não seja pedagógico, não conseguimos resistir à ideia de utilizar a história da fotografia como ferramenta didática na educação de relações étnico-raciais, como dito no artigo anterior, o que torna ambos os trabalhos ainda mais interessantes.

Ainda no campo do ensino de história, ou, nesse caso, da história do ensino no Brasil, temos então o artigo de Peterson da Silva e Lavínia Schwantes, ele doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e ela pesquisadora do Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande. Em “Composição de uma história do ensino de biologia pela análise da legislação brasileira,” ambos os autores nos fornecem uma investigação das condições que possibilitaram a constituição do ensino de biologia no Brasil, através do exame de um conjunto de leis, cartas, alvarás, e outras normas do Brasil Império (1822-1889). Fazendo referência ao método arqueológico de Michel Foucault, os autores analisam a criação de espaços dedicados ao estudo e à divulgação das Ciências Sociais ao longo do século XIX, bem como a adição de disciplinas curriculares em instituições como o Colégio Pedro II, por exemplo, além, finalmente, da mobilização de pesquisadores especializados e demais interessados nas ciências. Os três elementos, que os autores elencam como eventos segundo a nomenclatura foucaultiana, compõem o fio condutor da análise feita no artigo.

O estudo da biologia no Brasil muito se relaciona ao tema do artigo seguinte, de Poliana Orosa Rodrigues, mestranda em História Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Em “Epidemias de varíola na América Portuguesa: uma análise dos registros históricos,” a autora nos apresenta as cartas de missionários da Companhia de Jesus, e demais crônicas, cartas e documentos avulsos pertencentes ao Projeto Resgate

da Biblioteca Nacional, e acaba por instigar-nos, como recém-saídos de uma pandemia global, a imaginar o contexto de disseminação de doenças há séculos atrás, especialmente da varíola na América Portuguesa. Além disso, a autora nos traz um debate interessantíssimo acerca da multiplicidade de fontes e registros disponíveis para pesquisas concernentes à história das epidemias e doenças no Brasil.

Temos, nesta edição, um volume rico e diversificado de artigos. De Alexandre, o Grande a Jesus de Nazaré, de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas, da literatura apocalíptica do segundo século à tradicional literatura de cordel, da fotografia francesa às crônicas e legislaturas do Brasil Imperial, da história da África em sala de aula à formação de professores. Está diante de nós um volume variado de artigos que expõem, afinal de contas, a diversidade que buscamos com o próprio periódico.

A Revista Em Tempo de Histórias se configura, acima de tudo, como uma revista discente cujo principal objetivo é a divulgação científica dos e para os mais diversos estágios da vida acadêmica. Esperamos, finalmente, que esta seja a primeira de muitas edições a expressar nosso apreço pela diversidade e riqueza da pesquisa histórica. As muitas *histórias* desta edição, que, assim como em nosso nome, se encontram sempre no plural, são todas elas um convite a buscar a unidade na diversidade. Sendo o presente da revista, podemos dizer que estamos, definitivamente, em tempo de histórias.



Recebido em 07/05/2023

Aceito em 08/12/2023

DOI:10.26512/emtempos.v22i42.48539

ARTIGO

A difusão da figura lendária de Alexandre, o Grande através do Romance Grego, e sua relação com o conto maravilhoso

The diffusion of the legendary figure of Alexander the Great through The Greek Alexander Romance and its relation to the Folktale

Stephany Guedes Krause

Mestre em Metafísica pela Universidade de Brasília

<https://orcid.org/0000-0002-8418-4454>

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo abordar a difusão da figura lendária de Alexandre, o Grande, através do Romance de Alexandre, e como a relação de correspondência dessa obra com alguns arquétipos dos chamados contos maravilhosos formou um vetor primordial para a difusão da ideia do conquistador macedônio como herói lendário dentro das camadas da sociedade. Para tal comparação, usa-se a classificação das estruturas apresentadas por Vladimir Propp em “*A Morfologia do Conto Maravilhoso*” (1969). O texto aborda ainda sobre como cada época, desde a Antiguidade até a Contemporaneidade, descreveu seu próprio Alexandre através de diferentes tradições textuais e vicissitudes temporais de cada autor.

PALAVRAS-CHAVE: Romance de Alexandre. Conto Maravilhoso. Alexandre, o Grande.

ABSTRACT: The present article aims to discuss the legendary figure of Alexander the Great through The Greek Alexander Romance, and how the likeness relationship of the book with some models of the so-called folktale shaped a primary vector of the Macedonian conquer idea, as a legendary hero, within society. The structural classification presented by Vladimir Propp's *Morphology of the Folktale* (1969) is therefore used for such comparison. The text also discusses how each time period, from ancient times until contemporaneity, described its own Alexander by different text traditions and by their authors' temporal vicissitudes.

KEYWORDS: The Alexander Romance. Folktale. Alexander the Great.

Intimações de Imortalidade

Conspiração e envenenamento, alcoolismo, malária ou síndrome de *Guillain Barré*¹: seja qual for a forma, Alexandre se despediu do mundo tangente aos 33 anos,

¹ Ver HALL (2019).

em 323 AEC, tendo a Babilônia como sua última morada. Sua memória, no entanto, se mostrou mais perene.

A construção da figura lendária de Alexandre, o Grande é um processo gradual que perpassa por três grandes fatores: trajetória marcante, autopromoção e variedade textual.

Ao longo dos séculos, vários autores, de diferentes lugares, se propuseram a escrever sobre sua vida e conquistas, cada um subjugado a alteridade de seu tempo, espaço e influência. Além disso, o contexto político-social no qual os textos foram recebidos também influenciou em como essa personalidade foi absorvida e interpretada.

A figura de Alexandre não muda apenas de forma geográfica, mas também de modo temporal: cada época fez seu próprio Alexandre, visto que na tradição hebraica torna-se pregador e profeta; nas versões posteriores do grego koiné e siríaco, enfatiza-se sua obediência fiel a Deus. Mais tarde, já no medievo europeu, ele é um exemplo de cavaleiro; para os persas, ele é tanto um “maldito” por ter destruído os altares do Zoroastrismo, quanto um rei legítimo da Pérsia (STONEMAN, 1991, p. 2). Esse processo tem início já nas fontes antigas e se desdobra até nos textos e autores contemporâneos.

A respeito das fontes antigas que abordam a vida de Alexandre, existe uma questão paradoxal: se por um lado há escassez de obras completas contemporâneas ao macedônio, por outro a historiografia está bem servida de frações desses escritos. (GREEN, 2007, p. 19). De característica fragmentária, esses textos frequentemente apresentam interpretações heterogêneas e conflitantes da figura de Alexandre (BADIAN, 2012, p. 297; GREEN, 2007, p. 19). Além das obras com transcrições diretas desses fragmentos, existem ainda aquelas que são “versões condensadas”, uma espécie de compêndio “editado” por autores tardios (GREEN, 2007, p. 20), sendo o Epítome de Pompeu Trogo o mais emblemático desse caso.

Ao longo da campanha pela Ásia, Alexandre foi acompanhado por uma comitiva bastante variada de intelectuais e estudiosos de diversas áreas, incluindo bematistas (βηματισται) que anotavam os avanços da expedição diariamente, além de um historiador oficial, Calístenes (sobrinho de Aristóteles por casamento), escritores e filósofos, como Onesícrito (chefe timoneiro de Alexandre) e Anaxarco (filósofo e companheiro de Alexandre) e outros profissionais que estudavam a geografia, fauna e etnografia das regiões onde passavam (STONEMAN, 1997, p.25).

Além dos encarregados oficiais, companheiros e generais de Alexandre também deixaram relatos semibiográficos, sendo Ptolomeu (comandante e fundador da dinastia lágida no Egito), Aristobulo (oficial de baixo escalão) e Nearco (comandante da frota de Alexandre) os mais conhecidos (GREEN, 2007, p. 20-21). Como destaca Peter Green (2007, p. 21), “todos esses, nem é preciso dizer, embora ostensivamente oferecessem relatos objetivos, tinham diversas campanhas particulares, interesses velados e contas a acertar”. Estes relatos primários deram origem a uma camada de fontes secundárias produzidas ainda na antiguidade.

Esse corpus textual de fontes secundárias sobre Alexandre, é representado basicamente por cinco autores, e seus textos se dividem em duas tradições: a cortesã, e a Vulgata. A tradição cortesã coloca em evidência os eventos políticos e régios da vida de Alexandre, destacando seu caráter estrategista e suas virtudes. Ela tem como principal representante Arriano, que por sua vez usou como fonte Ptolomeu e Aristobulo, ambos considerados confiáveis por Arriano (ca. 92 – 175 EC) por serem relatos ligados à realeza. Essa tradição ganhou primazia nos estudos alexandrinos a partir do século XX por ter sido privilegiada por autores contemporâneos.

A Vulgata, ou tradição comum, é representada por Quinto Cúrcio (séc. I EC), Diodoro Sículo (ca. 90 AEC — 30 AEC) e Justino (séc. II EC), autores que tendem a destacar os eventos de maior apelo popular, passagens romanceadas e fantásticas. Os autores da Vulgata basearam-se no relato primário de Cleitarco como fonte para suas obras.

Por fim, existe ainda Plutarco, que não entra de fato na tradição vulgar, mas que se propõe a fazer uma biografia da personalidade de Alexandre. Ele escreveu uma série de biografias em pares, sendo sempre uma personalidade grega e uma romana, denominada Vidas Paralelas. Em Vida de Alexandre, Plutarco se preocupa em ilustrar o caráter de Alexandre ao dar destaque a episódios, independente da grandiosidade, que revele seu gênio e sua personalidade, e não apenas narrar de fato sua cronologia. Além do trabalho biográfico, Plutarco também tratou da personalidade do rei em suas obras morais.

Os autores contemporâneos também não fogem a essa regra. Os dois primeiros autores modernos a dar tratamento crítico para a história de Alexandre são Johann Gustav Droysen (1808-1884) e William Woodthorpe Tarn (1869-1957).

Droysen, com seu ufanismo prussiano e suas crenças monarquistas, dá a Alexandre a vestimenta de um herói nacionalista, claramente sob influência do contexto da unificação alemã. Para o autor, “o rei macedônio Filipe II foi - através da guerra e da diplomacia - o grande unificador das cidades-estado gregas, e seu filho, Alexandre, o agente da expansão da civilização grega” (BORZA, 2012, p. 14). Ele trata Alexandre como o principal agente do helenismo, a figura que promoveu a fusão da cultura grega com a asiática. Claramente uma visão afetada pela promoção que o próprio Droysen fazia da unificação dos estados alemães e do poder da cultura alemã. Apesar de grande parte de seus argumentos terem sido refutados, a ideia de Alexandre como grande impulsionador persistiu e influenciou gerações de pesquisadores alemães, e encontrou ecos em Tarn (BORZA, 2012, p. 15).

A visão que William Woodthorpe Tarn estabelece sobre Alexandre é uma construção influenciada pelo seu contexto social pretensioso, “não sendo mais do que uma conveniente e utópica apropriação britânica da leitura de matriz hegeliana da história do helenismo”, como destaca Sant’Anna (SANT’ANNA, 2020, p. 13).

Tarn é quem inicia a ideia de duas grandes tradições antigas sobre as fontes alexandrinas, pois ele prioriza o relato de Arriano, e suas caracterizações régias, em detrimento dos autores da Vulgata, que apresentam os aspectos mais “apelativos” da

vida do rei. O autor escreve de um contexto rural escocês, e revela um Alexandre cavalheiresco, honrado e afeito ao desporto, práticas associadas ao elitismo da nobreza inglesa. Através dessa construção, ele rejeita a versão de um Alexandre com excessiva sede de vinho, bissexual, desonesto e devasso, como Alexandre é descrito na Vulgata.

O esquema das duas vertentes de Tarn, apesar de didática em termos de organização, é problemática pois, do modo que ele propôs, priorizando a narrativa de Ptolomeu e Aristóbulo em detrimento de Cleitarco, apenas por uma questão de lugar de fala dos autores, deu origem a uma estrutura elitista e presunçosa que subjuga as fontes populares como não realistas, enquanto promove o relato de Arriano como o mais crível por conta de suas referências.

Essa versão idealista de Alexandre vai se expandir ao longo dos anos e definir o imaginário popular até a atualidade. Porém essa visão sofre forte refutação com a chegada do texto de Ernst Badian (1925-2011), na segunda metade do século XX.

A crítica de Badian sobre a obra de Tarn é que ele muitas vezes deturpava, ou ignorava as evidências antigas para colocar suas próprias ideias. Ele mostrou ainda que Tarn muitas vezes usava de uma “interpretação imaginativa livre onde suas restrições e precisão são cansativas, e uso vago de palavras carregadas de emoção” (BORZA, 2012, p. 1). Para Borza:

O trabalho de Badian começou a modificar a interpretação alemã padrão, não negando a importância de Alexandre como uma importante figura histórica, mas examinando em detalhes as opiniões de Tarn e outros que promulgaram uma visão de Alexandre como um rei-filósofo (BORZA, 2012, p. 15).

A versão de Badian descaracteriza Alexandre de todos seus objetivos filosóficos e culturais tão populares e enfatizados por outros estudiosos da época. Além de minimizar o helenismo como força motivadora do macedônio, o autor destaca que o sucesso militar e as conquistas é que justificam o seu desempenho (BORZA, 2012, 16).

Apesar de uma infância e juventude promissora, no contexto da sucessão que se deu com a morte de Filipe, o jovem Alexandre estava cercado por um conselho sênior que precisava ser convencido, sendo assim as conquistas e os sucessos de Alexandre fora o principal meio de se provar apto para sustentar o trono da Macedônia.

Badian quebra a visão romântica construída até o momento, estabelece novos padrões e estreia uma abordagem crítica a experiência alexandrina na Ásia. Inclusive ele mesmo afirmou jamais escrever uma biografia de Alexandre, preferindo analisar questões históricas específicas, uma espécie de “autópsia das evidências” (BORZA, 2012, p. 17). Um dos riscos em se escrever biografias, é limitar e dar forma a seu objeto, deixando-o preso em padrões, e esse, possivelmente, foi o caso de Badian, como afirma Borza:

A maioria dos biógrafos discerne padrões no comportamento de seus temas suficientes para criar um retrato arredondado. Badian raramente parecia interessado nisso, preferindo lidar com Alexandre em termos de suas ações. Talvez ele tenha reconhecido que um dos riscos da biografia é que o biógrafo, tendo criado um retrato de seu tema, corte o perigo de forçá-lo a se conformar ao padrão que desenvolveu (BORZA, 2012, p. 17).

Ainda sobre a roupagem que Badian atribui a Alexandre, Richard Stoneman destaca que a obra de Badian “foi profundamente influenciada pela visão da ascensão nazi ao poder e ao totalitarismo”, portanto ele o interpreta como um tirano cruel e sem piedade e características redentoras, principalmente no que tange os acontecimentos de seus últimos anos (STONEMAN, 1997, p. 35).

Seja na antiguidade ou na contemporaneidade, parte do processo que trouxe Alexandre como grande personagem até a atualidade é de responsabilidade dos autores, principalmente, se voltarmos a questão que as fontes são secundárias e tardias. Sobre essa questão, Bosworth diz:

Na superfície, aparece uma rica veia de memórias contemporâneas, obras dos tenentes de Alexandre e contemporâneos mais humildes: Ptolomeu, Aristóbulo, Nearco, Onesícrito e Cleitarco, todos escreveram obras significativas, mas todas são conhecidas apenas por autores derivados escritos séculos depois, quando o objetivo era o embelezamento literário, não a reportagem factual (BOSWORTH, 2000, p.25).

O outro aspecto que colabora com a construção da figura de Alexandre é o processo de autopromoção que ele próprio empregou durante a vida, pois sua grandiosidade não foi resultado apenas de uma construção tardia de autores romanos, mas um esforço de propaganda e imagem produzido por ele mesmo ainda em vida. Prova desse controle e curadoria que ele queria ter sobre sua imagem é o emprego de Calístenes como historiador (assim como Homero foi para Aquiles), Lísipo como escultor, Apeles como pintor e Pyrgoteles como lapidador (ANSON, 2021, p. 14).

O controle de sua imagem era algo tão regulado que, como se não bastasse o emprego de especialistas próprios, através de decretos, eles também foram os únicos autorizados a retratar o físico do rei (Plut. *Vit. Alex.* IV, 1). A respeito disso, Anson declara que “Alexandre não foi apenas uma lenda em seu próprio tempo, mas também uma lenda em sua própria mente” (ANSON, 2021, p. 14).

Se pelo lado da historiografia é possível apresentar o Alexandre rei, conquistador macedônio e estrategista, por outro, fontes fictícias e populares construíram o herói lendário, o cavaleiro honrado e filho de Amon. Apesar desse segundo caminho ser influenciado pelas fontes da Vulgata, seu principal vetor é provavelmente o Romance de Alexandre.

O Romance de Alexandre (doravante RA) como texto ficcional popular no medievo, marcou a figura do macedônio como um personagem de uma obra que encontra correspondência nos arquétipos do conto maravilhoso, haja visto que o RA é considerado o precursor do romance de cavalaria, gênero literário marcado por histórias fantásticas de um herói, ressaltando suas proezas e façanhas ao longo de aventuras.

O Romance de Alexandre

O RA é o nome de uma coleção geral de histórias ficcionais e fabulosas acerca da vida de Alexandre, que ajudou a difundir a tradição imaginária e mitológica que se

criou sobre sua figura. O texto grego do RA tem uma composição complexa, fragmentada, duradoura e, de certa forma, coletiva. Conta com algumas recensões que deram origem a várias versões em diversos idiomas.

A primeira versão consolidada conhecida foi provavelmente composta em Alexandria no séc. III EC (KROLL, 1926, introdução, p. XV), porém, a data de elaboração da versão mais antiga deve ter ocorrido pouco depois da morte de Alexandre.

A formação da lenda como conhecida consiste num processo gradual. As circunstâncias de sua origem são controversas. Se o primeiro texto data do séc. III EC, a composição deve ter ocorrido entre a morte de Alexandre em 323 AEC, e o séc. III, ou seja, um período de 600 anos. De toda forma, essa história evoluiu constantemente ao longo dos séculos, com novos episódios sendo adicionados geração após geração (STONEMAN, 1991, p. 08).

Sobre a autoria do texto, a variedade de candidatos que aparecem ao longo dos anos é quase tão diversa quanto as recensões que existem do RA. Enquanto Valério atribuiu a obra a Esopo, e manuscritos armênios a Aristóteles, outros manuscritos do século XV colocam o historiador Calístenes de Olinto (c. 360 AEC - c. 328 AEC) como o autor, e assim ficou marcado pelos historiadores modernos (WOLOHOJIAN, 1969, introdução, p. 1). Porém, apesar de Calístenes ter levado a autoria, é possível que o verdadeiro Calístenes tenha sido preso e morto por ordem de Alexandre em razão da “conspiração dos pajens”, na Bácia, como descreveu Plutarco:

O próprio Alexandre, nas cartas que logo na altura escreveu a Crátero, Átalo e Alcetas, diz que os rapazes confessaram sob tortura que a conspiração tinha sido da sua inteira responsabilidade e que não havia mais ninguém implicado. Só mais tarde, numa carta que escreveu a Antípatro, ele envolveu também Calístenes no crime, ao afirmar: ‘Os rapazes foram apedrejados até à morte pelos Macedónios; mas o filósofo quem o vai castigar sou eu, juntamente com quem o mandou ter comigo e com quem acolhe nas suas cidades os que conspiram contra a minha vida’ (Plut. *Vit. Alex* LV, 1-7, p. 139-140).

Considerando que o texto do RA narra muitas outras aventuras após a morte de Calístenes, ele não poderia ter escrito um relato completo de sua vida e morte, portanto o autor da obra é denominado Pseudo-Calístenes. O mais provável é que tenha existido uma espécie de “editor” do século III EC, que compilou as histórias sobre Alexandre que já circulavam desde sua morte em uma obra final.

O texto, além de outras aventuras lendárias ou improváveis, traz como incontestável a paternidade de Alexandre atribuída a Nectanebo II, último faraó nativo do Egito. Fugindo dos persas, Nectanebo se refugiara na corte macedônica onde teria se passado por um grande feiticeiro egípcio, tornando-se então alvo da atenção e apreciação de Olímpia, mãe de Alexandre, e secretamente pai biológico de Alexandre, dando então continuidade à linhagem de sangue dos faraós.

Ainda durante a antiguidade, o RA foi reescrito e ampliado várias vezes até resultar em três versões gregas divergentes entre si, identificadas como α , β e γ , cada uma contendo material que difere consideravelmente uma das outras (STONEMAN,

2011, p. 03). No séc. IV EC o texto foi traduzido para o latim, e se espalhou para todas as principais línguas vernáculas da Europa, e mais ou menos na mesma época, o mesmo ocorre no Oriente sendo traduzido para o siríaco, e essa versão tornou-se a matriz das traduções para idiomas do Oriente Médio, da Ásia Central e do Sul da Ásia. Essas traduções deram origem a outras versões, e influenciou outros autores e textos, como os escritores persas Firdausi e Nizami, dando origem a uma famosa versão persa do texto, o *Eskandar-nāma*, que está contido no *Shahnameh*, o Épico dos Reis.

O Romance de Alexandre e o Conto Maravilhoso

Um dos principais temas dos contos maravilhosos é a busca pela imortalidade. Por toda historiografia alexandrina, os esforços de Alexandre para ser adorado como um deus são equiparáveis a essa busca, sendo esse o meio que ele encontra de adquirir a perpetuidade. Os sinais desses esforços ganham força após a visita a Siwa, e ficaram mais claros após a conquista da Pérsia. A ideia de imortalidade de Alexandre ultrapassa as barreiras da historiografia e é um tema tratado no RA, com algumas passagens que mostram Alexandre questionando oráculos sobre seu tempo de vida.

Episódios como o encontro com amazonas, sereias, faunos e centauros; a procura pela água da vida, e a viagem a Terra das Trevas e a Terra dos Abençoados; o mergulho nas profundezas do oceano em um cesto improvisado, são aventuras que estão presentes no RA e fazem parte de um compêndio de histórias que encontram fortes características nos contos maravilhosos.

Os contos maravilhosos são histórias populares de tradição oral caracterizadas por uma fórmula na qual os personagens, os lugares e o tempo são apresentados de modo que, apesar da variação de cultura e autoria, podem ser recontadas ao longo dos séculos, mantendo a mesma essência. Essas histórias podem ser sobre seres mágicos, animais e terminar com uma lição de moral.

Ao longo dos anos, diversos pesquisadores e folcloristas se esforçaram para classificar as estruturas do conto maravilhoso em categorias a partir do estudo de suas formas, como afirma Vladimir Propp: (...) no âmbito do conto popular, folclórico, o estudo das formas e o estabelecimento das leis que regem sua disposição é possível com a mesma precisão da morfologia das formações orgânicas (PROPP, 1984, p. 11).

Propp elenca alguns autores que propuseram fórmulas de classificação que se baseavam nos tipos de contos. Todos eles foram falhos em algum ponto, pois as categorias nunca se enquadravam sem alguma contradição ou exceção. Em *A Morfologia do Conto Maravilhoso* (1928), Propp se dedica a analisar as estruturas do chamado contos de magia, categoria no qual o RA encontra fortes paralelos. Ao invés de classificar os tipos de conto, ele se dedica a categorizar “as partes que o constituem, e as relações destas partes entre si e com o conjunto” (PROPP, 1984, p. 25). Apesar de escrever a partir de um contexto cultural e de contos russos, o argumento que Propp defende se baseia em:

(...) apesar dos cenários diferentes, o que muda são os nomes (e, com eles, os atributos) dos personagens; o que não muda são suas ações, ou funções. Daí a conclusão de que o conto maravilhoso atribui frequentemente ações iguais a personagens diferentes. Isto nos permite estudar os contos a partir das funções dos personagens (PROPP, 1984, p. 25).

A circularidade das recensões e o consumo popular do RA colaboram com a transformação de Alexandre de pessoa para mito em várias culturas. É muito provável que esse processo tenha cooperado para a permanência da lenda ao longo dos anos, principalmente dentro de uma cultura não oficial e de classes subalternas. A regionalização da lenda e as traduções como existem no cenário persa, hebraico, siríaco, árabe, etíope e até francês, apenas corrobora com as características de uma fonte popular bastante difundida e consumida, comparando-se com os evangelhos cristãos durante o medievo (STONEMAN, 1991, p. 2; ZUWIYYA, 2011, p. 19).

À medida que os séculos vão passando, a figura de Alexandre passa por um processo de metamorfose, fazendo com que cada época tenha seu próprio Alexandre. Ele vai desde um general consumado na antiguidade, passando por um servo sábio enviado por deus na tradição hebraica, até um cavaleiro honrado no medievo. Pode-se associar essa mudança à interpretação que a sociedade fez da figura do herói, como afirma Le Goff:

O termo “herói”, que na Antiguidade designava uma personagem fora do comum em função da sua coragem e vitórias sem que por isso ela pertencesse às categorias superiores dos deuses e semideuses, desapareceu da cultura e da linguagem com a Idade Média e o cristianismo no Ocidente. Os homens que a partir de então eram considerados como heróis – sem que este termo fosse empregado – eram um novo tipo de homem, o santo, e um tipo de governante promovido ao primeiro plano, o rei (LE GOFF, 2021, p. 11).

Essa afirmação de Le Goff ganha força com o fato de que as descrições de Alexandre durante o início da era cristã o promovem como um sábio, um servo enviado por Deus, mudando seu status de herói corajoso da antiguidade, para um filósofo erudito que possibilitou a difusão do cristianismo. Já durante o período moderno, o cavaleiro nobre se converte em herói popular, visto os ideais da aristocracia cavaleiresca ligados à coragem, à eficácia militar e à lealdade. Sendo assim, essas figuras receberam por parte das camadas populares uma acolhida extremamente favorável (BURKE, 2010, p. 120-121).

Sobre a estrutura do conto maravilhoso, Propp destaca que as funções representam a parte fundamental do conto e não o personagem em si, pois personagens podem existir em diversos contextos, mas as funções são limitadas. Sobre o conceito e a relevância de função, ele diz:

Por função, compreende-se o procedimento de um personagem, definido do ponto de vista de sua importância para o desenrolar da ação. (...) Os elementos constantes, permanentes, do conto maravilhoso são as funções dos personagens, independentemente da maneira pela qual eles as executam. Essas funções formam as partes constituintes básicas do conto (PROPP, 1984, p. 27).

Segundo Propp, todo conto maravilhoso começa a partir de uma situação inicial. Essa situação é bem definida, com os personagens vivendo em um cenário específico,

num tempo e lugar não necessariamente delimitados. Após a descrição da situação inicial, enumera-se os membros da família, ou futuro herói, por simples menção ao seu nome ou a indicação de sua situação.

A partir disso, segue uma amostra ordenada de 31 possíveis funções dos personagens, que ele classifica como “a maior parte dos exemplos possíveis”, mas servem apenas de amostra e não esgotam o material completo. A ordem que as funções aparecem são ditadas pelos próprios contos maravilhosos (PROPP, 1984, p. 31).

Arquétipos do Conto Maravilhoso Aplicados ao Romance Grego de Alexandre

O RA, apesar de fictício, não pode ser taxativamente considerado um conto maravilhoso, visto sua gênese, características históricas e personagens reais. Apesar disso, é notável que a obra contém elementos que aproximam desse gênero literário. A partir dessas especificações, e considerando que nem todas as ações propostas serão comparadas e nem aparecerão na mesma ordem proposta, segue abaixo uma amostra de como partes do RA encontram correspondência na estrutura elaborada por Propp.

Situação inicial: A obra se propõe a apresentar os feitos de Alexandre, suas virtudes de corpo e espírito, boa fortuna e bravura.

Enumeração da família ou do herói: O herói é apresentado: Alexandre é descrito como o rei macedônio, o melhor e mais nobre dos homens. E por fim enumera seus familiares: Alexandre não é filho Filipe II como todos pensam, mas do último rei do Egito, Nectanebo, e de Olímpia do Épiro.

O parágrafo inicial do RA cumpre com todos os requisitos da situação inicial e a enumeração da família, como se pode ver abaixo:

Em nossa opinião, Alexandre, o rei dos macedônios, foi o melhor e mais nobre dos homens, pois fez tudo à sua maneira, achando que sua previsão sempre trabalhou em conjunto com suas virtudes. Quando guerreava contra um povo, o tempo que passava em suas campanhas não era suficiente para quem desejava pesquisar os ares das cidades. Vamos agora falar dos feitos de Alexandre, das virtudes de seu corpo e de seu espírito, de sua boa fortuna em ação e de sua bravura; e começaremos com sua família e sua paternidade. Muitos dizem que ele era filho do rei Filipe, mas são enganadores. Isso não é verdade: ele não era filho de Filipe, mas os mais sábios egípcios dizem que ele era filho de Nectanebo, quando este último havia caído de seu status real (Ps.-Callisthenes, I. 1).

Em seguida é apresentada uma sequência de funções na ordem que geralmente aparece nos contos. Propp finaliza a lista de funções justificando que:

Cabe-nos assinalar, ainda, que algumas ações dos heróis, em determinados casos de contos maravilhosos, não se submetem à nossa classificação, e não se definem dentro de nenhuma das funções citadas. Mas estes casos são muito raros. Trata-se, na realidade, ou de formas incompreensíveis devido à falta de elementos de comparação, ou de formas tomadas de contos que pertencem a outras categorias (anedotas, lendas etc.) (PROPP, 1984, p. 59).

I - Um dos membros da família sai de casa:

Propp destaca que os motivos para esse afastamento podem ser para o trabalho, para a floresta, para dedicar-se ao comércio, ou para guerra a “negócios”. No RA, é a expedição para a Ásia que cumpre esse papel. Nesse segundo tópico, a morte dos pais também é um exemplo de afastamento intensificado. Nesse caso é a morte de Filipe que motiva a expedição de Alexandre até a Ásia, como descreve o parágrafo abaixo:

(...) Com estas palavras, Felipe morreu. Ele recebeu um enterro real com a presença de todo o povo da Macedônia. Quando a cidade de Pela se estabeleceu novamente, Alexandre subiu ao memorial de seu pai, Filipe, e gritou em alta voz: ‘Ó filhos de Pela e da Macedônia, da Grécia e dos Anfictiões, dos Lacedemônios e coríntios, venham agora e tragam-me sua lealdade e confiem-se a mim, façamos uma expedição contra os bárbaros e libertemo-nos da escravidão dos persas. Não é certo que os gregos sejam servos dos bárbaros. Assim dizendo, ele enviou emissários reais a todas as cidades; e por sua própria vontade os homens de todos os lugares se reuniram na Macedônia, como se convocados pela voz de um deus, e preparados para a campanha (Ps.-Callisthenes, I. 24-25).

II - Impõem-se ao herói uma proibição:

Alexandre não deve entrar na Babilônia, pois é lá que a morte o espera. Nessa passagem Alexandre está em terras indianas, na Cidade do Sol. Lá existia um templo com duas árvores, uma chamada Sol e a outra Lua. Assim que Sol se põe, ela lhe dá um oráculo em voz indiana, porém nenhum dos nativos tem coragem de traduzir. Após insistir com todos, eles lhe traduzem aos sussurros que o rei encontraria a morte pelas mãos de um de seus companheiros. A passagem abaixo dá a previsão de que sua morte acontecerá na Babilônia:

Como tinha ouvido o que lhe ia acontecer, entrou e pediu que voltasse a abraçar a mãe, Olímpia. Quando a Lua surgiu, sua árvore falou em grego: 'Rei Alexandre, você deve morrer na Babilônia, pela mão de um dos teus companheiros, e não poderás voltar para a tua mãe, Olímpia (Ps.-Callisthenes, III. 17).

A previsão da morte na Babilônia volta a aparecer quando ele entra na cidade e a interpretação de um mau presságio prevê sua morte como inevitável (Ps.-Callisthenes, III. 30). Por mais que no RA não apareça uma proibição explícita da entrada de Alexandre na Babilônia, como aparece no texto de Diodoro (Diod. Sic.XVII, 112. 1-3), sua morte é claramente associada à sua permanência na cidade.

III - A Proibição é transgredida:

Mesmo com as previsões de sua inevitável morte na Babilônia, Alexandre entra na cidade. Lá ele é vítima da conspiração de Antípatro e seus filhos Cassandro, que leva o veneno da Macedônia até a Babilônia; e Iolas, que lhe serve vinho envenenado, como é descrito na passagem abaixo:

Quando Alexandre estava reclinado à mesa, Iolas trouxe-lhe primeiro uma xícara não contaminada. À medida que a conversa se generalizava e, como resultado da bebida, já vinha acontecendo há algum tempo, Iolau trouxe outra xícara, desta vez contendo o veneno. Alexandre, para seu infortúnio, aceitou e bebeu. Imediatamente ele deu um grito alto como se tivesse sido perfurado por uma flecha no fígado. Ele permaneceu consciente por um tempo e lutou contra a

dor o suficiente para voltar para sua própria casa. [...] Então o ar se encheu de névoa, e uma grande estrela foi vista descendo do céu, acompanhada por uma águia; e a estátua na Babilônia, que se chamava a estátua de Zeus, tremeu. Quando a estrela subiu novamente ao céu, acompanhada pela águia, e desapareceu, Alexandre caiu em seu sono eterno (Ps.-Callisthenes, III. 31-32).

IV - O antagonista procura obter uma informação:

Essa situação se passa logo que ele chega na Síria, após a conquista de Tiro. Alexandre é recebido por enviados de Dario com presentes insultantes e uma carta ameaçadora que ofendia sua pouca idade e grande ambição. Alexandre convida os mensageiros para jantar, e depois os envia de volta à Pela com uma carta resposta que demonstra sua ameaça e sabedoria. Ao ler a carta, Dario se surpreende e busca informações sobre o rei macedônio, como é descrito no trecho a seguir:

Quando este [Dario] leu a carta de Alexandre, viu sua força. Ele os questionou de perto sobre a inteligência de Alexandre e seus preparativos para a guerra. Então, um tanto perturbado, enviou a seguinte carta aos seus sátrapas: “Rei Dario cumprimenta os generais além do Taurus. Dizem-me que Alexandre, filho de Filipe, está em rebelião. Capture-o e traga-o para mim; mas não lhe faça nenhum mal físico, para que eu possa tirar sua túnica púrpura e espancá-lo e mandá-lo de volta ao seu país e para sua mãe, Olímpia [...]”. Os sátrapas escreveram de volta a Dario: “Saudações ao deus e grande rei, Dario. Estamos surpresos que você não tenha notado antes que tantos homens estão marchando contra nós. Enviamos a você alguns daqueles que encontramos vagando, sem ousar interrogá-los antes de você. Venha agora rapidamente com um grande exército, para que não sejamos saqueados pelo inimigo” (Ps.-Callisthenes, I. 39).

VI - O antagonista tenta ludibriar sua vítima para apoderar-se dela ou de seus bens:

Após a derrota das tropas persas em Gaugamela, Dario se encontra sem saída, e através de cartas, propõem algumas trocas com Alexandre, que incluiria ceder alguns territórios em troca de sua família que estava cativa. Alexandre responde que a proposta de Dario não faz sentido, pois os territórios de que ele promete abrir mão já são dele por conquista. A proposta de Dario é descrita abaixo:

Assim Dario jazia, o mais solitário dos homens, que havia sido rei de tantas nações. Mas depois de um tempo ele se recompôs e se levantou. Ele então compôs uma carta a Alexandre, como segue: 'Darius cumprimenta Alexandre, meu mestre. Meu pai que me deu a vida, em seu orgulho, tinha uma grande paixão por fazer guerra à Grécia, insatisfeito como estava com o ouro e as outras bênçãos que herdara de nossos pais. Mas, embora fosse mais rico que Cresos, rei da Lídia, perdeu muito ouro e prata, e muitas tendas antes de morrer, e também não pôde escapar da morte que o esperava. Você, Alexandre, viu boa sorte e desastre; renunciar aos seus planos ambiciosos. Tenha pena de nós, que procuramos você como suplicantes, agora que perdemos toda a nobreza da Pérsia. Devolva-me minha esposa, minha mãe e meus filhos; pense nas ternas esperanças de um pai. Em troca, prometo lhe dar todo o tesouro que está em Mísia, em Susa e em Bactria, que nosso pai guardou para nosso país. Prometo também que você será rei sobre as terras dos medos e persas e das outras nações para todo o sempre. Até a próxima' (Ps.-Callisthenes, II. 17).

VIII - O antagonista causa danos ou prejuízo a um dos membros da família:

É descrito que Antípatro, que ficou como regente na Macedônia enquanto Alexandre estava na Ásia, deixou o poder lhe subir à cabeça, cometendo excessos indignos de sua posição, inclusive maltratando Olímpia, que se queixa ao filho. Como se sabe, o resultado disso é a conspiração que vitima Alexandre. Sobre os abusos de Antípatro com Olímpia, o trecho abaixo descreve:

Na Macedônia, Antípatro assumiu as rédeas do poder e tratava a mãe de Alexandre, Olímpia, como queria. Olímpia escrevia frequentemente ao filho sobre Antípatro, pois estava muito zangada com isso. Finalmente, quando ela estava planejando uma viagem ao Épiro, Antípatro a proibiu de ir. Alexandre, tendo recebido a carta de sua mãe e sabendo em que posição difícil ela estava, enviou Crátero à Antípatro na Macedônia para assumir o controle do país. Ele então decidiu matar Alexandre, pois caso contrário, temia seria preso pela forma como tratara Olímpia (Ps.-Callisthenes, III. 31).

XIV- O meio mágico passa às mãos do herói:

Propp afirma que os meios mágicos podem ser: 1) animais; 2) objetos dos quais surgem auxiliares mágicos; 3) objetos que possuem propriedades mágicas; 4) qualidades doadas diretamente, como por exemplo a força, a capacidade de transformar-se em animal etc. E a forma de transmissão é quando personagens se colocam a disposição voluntária do herói. No caso do RA esse meio pode ser associado aos pássaros com rosto humano que alertaram Alexandre durante sua viagem pela Terra dos Bem-aventurados:

Então vimos uma luz que não vinha do sol, da lua ou das estrelas. Vi dois pássaros no ar: tinham rostos humanos e falavam em grego. “Por que, Alexandre, você se aproxima de uma terra que é só de Deus? Volte, miserável, volte; não é para você pisar nas Ilhas dos Bem-Aventurados. Volte, ó homem, pise a terra que lhe foi dada e não crie problemas para si mesmo”. Eu tremi e obedeci obedientemente à ordem que me foi dada. Então o segundo pássaro falou novamente em grego: “O Oriente está chamando você, e o reino de Porus será submetido a você”. Com essas palavras, o pássaro voou para longe (Ps.-Callisthenes, II. 40).

Durante a visita a um templo em Lyssos, Alexandre novamente é alertado por uma ave:

Também no meio do templo estava pendurada uma corrente de ouro pesando 100 libras e uma coroa de ouro. Em vez de fogo, havia uma pedra preciosa que iluminava todo o lugar. Havia uma gaiola dourada pendurada no teto, e nela havia um pássaro um pouco parecido com uma pomba, que me chamou com voz humana, em grego, e disse: “Alexandre, desista agora de lutar contra os deuses; volte para o seu próprio palácio e não se esforce para escalar os caminhos do céu” (Ps.-Callisthenes, III. 29).

Na historiografia Alexandrina, outras aparições de animais que ajudam Alexandre a atravessar o deserto da Líbia também aparecem, como é o caso das serpentes ureus em Arriano (Arr. Anab. III, 3), e os corvos em Diodoro (Diod. Sic. XVII, 49, 5-6).

XV - O herói é transportado, levado ou conduzido ao lugar onde se encontra o objeto que procura:

Após uma jornada fantástica que envolveu gigantes, feras, grandes crustáceos e uma tentativa de mergulho nas profundezas do mar, Alexandre vai até a Terra dos Abençoados onde encontra a água da vida:

Depois de avançarmos por mais dois dias, chegamos a um lugar onde o sol não brilha. Esta é, de fato, a famosa Terra dos Bem-Aventurados. Queria ver e explorar esta região; pretendia ir apenas com meus servos pessoais para me acompanhar. [...] Eu estava com fome e queria um pouco de pão, então chamei o cozinheiro Andreas pelo nome e disse: “Prepare um pouco de comida para nós”. Ele pegou um peixe seco e entrou na água límpida da fonte para lavá-lo. Assim que foi mergulhado na água, ganhou vida e saltou das mãos do cozinheiro. Ele estava assustado e não me contou o que havia acontecido; em vez disso, ele mesmo bebeu um pouco da água, pegou um pouco em uma vasilha de prata e guardou-a. Todo o lugar estava cheio de água, e bebíamos de seus vários riachos. Aí da minha infelicidade, que não estava fadado a beber da fonte da imortalidade, que dá vida ao que está morto, como meu cozinheiro teve a sorte de fazer (Ps.-Callisthenes, II.39).

XVIII - O antagonista é vencido:

Até esse momento, o antagonista da jornada de Alexandre é Dario, porém ele morre sem um combate direto entre ele (antagonista) e Alexandre (herói). No RA, Alexandre já encontra Dario ferido e quase morto. Ele foi traído por dois sátrapas persas que o acompanhavam em uma fuga. Os sátrapas tentam prender o Grande Rei, mas ele era um homem forte e revidou, fazendo com que os traidores o ferissem mortalmente. As últimas palavras de Dario são retratadas abaixo:

Então Alexandre o encontrou, com sangue escorrendo de seus ferimentos. Ele gritou e começou a derramar lágrimas, lamentando-o como ele merecia; então ele cobriu o corpo de Dario com seu manto. Colocando as mãos no peito de Dario, ele disse estas palavras, cheio de piedade: “Levante-se, rei Dario. Governe sua terra e torne-se mestre de si mesmo. Receba de volta sua coroa e governe seu povo persa. Mantenha seu reino em toda a sua extensão. Eu juro a você pela Providência acima que o que eu digo é honesto e não fingido. Quem foi que te golpeou? Diga-me seus nomes, para que eu possa lhe dar paz” Quando Alexandre assim falou, Dario gemeu e estendeu as mãos para Alexandre, agarrando-o e puxando-o para si. “Alexandre,” ele disse, “não fique muito orgulhoso da glória de sua realeza. Mesmo que o que você conquistou seja divino e esteja pronto agora para agarrar o céu com as duas mãos, pense no futuro. O destino não reconhece reis, por mais poderosos que sejam, e desvia para lá e para cá, sem razão. Você pode ver o que eu era e o que me tornei. Quando eu morrer, Alexandre, enterre-me com suas próprias mãos. Com estas palavras Dario deitou a cabeça no peito de Alexandre e morreu (Ps.-Callisthenes, II.20).

XXIII. O herói chega incógnito à sua casa ou a outro país (ou ao palácio de um rei estrangeiro):

Após um sonho com Amon, Alexandre disfarçado de mensageiro vai à corte de Dario. Ele se veste com as roupas que viu Amon usando em seu sonho, e com seu cavalo atravessa o Stranga congelado:

Alexandre cavalgou e chegou até os portões da Pérsia. As sentinelas, vendo-o vestido como estava, tomaram-no por um deus. Eles o agarraram e perguntaram quem ele era. Mas Alexandre respondeu: 'Traga-me ao rei Dario; é a ele que devo revelar quem sou.' O rei estava fora da cidade treinando suas falanges para a luta contra os macedônios, mas quando voltou e viu Alexandre, admirou-se com figura e "pensou estar diante de um deus do olimpo vestido com roupas bárbaras". [...] Assim dizendo, Dario pegou Alexandre pelo braço e o levou para dentro do palácio. Alexandre tomou como um bom presságio que o tirano o pegasse pelo braço. Quando eles entraram no palácio, Alexandre recebeu o lugar de honra ao lado de Dario na mesa (Ps.-Callisthenes, II.13-14).

Por fim Alexandre é reconhecido e foge discretamente do salão. No RA, essa passagem é o prelúdio da batalha de Gaugamela.

XXVIII - O falso herói ou antagonista ou malfeitor é desmascarado:

Após a morte de Dario, o papel de antagonista passa para Iolas e Antípatro. Iolas é o servidor de vinho de Alexandre e filho mais novo de Antípatro. É através dele que o veneno que vitima Alexandre é ministrado. Nos últimos momentos de vida de Alexandre, Bucéfalo percebe Iolas no meio da multidão e sabe que ele é o culpado:

O escravo traiçoeiro que preparou o veneno e que conspirou contra suas vidas pensou que Alexandre estava morto e veio correndo ver. Quando Bucéfalo o viu, ele abandonou seu olhar taciturno e abatido e, como se fosse um homem racional, até mesmo inteligente – suponho que foi feito pela Providência acima – ele vingou seu mestre (Ps.-Callisthenes, III.33).

XXX - O inimigo é castigado:

Bucéfalo, ao perceber que Iolas é o culpado pela doença de Alexandre, agarra o traidor, o sacode e o dilacera na frente do rei, como é descrito no parágrafo abaixo:

Ele correu para o meio da multidão, agarrou o escravo com os dentes e o arrastou até Alexandre; sacudiu-o violentamente e deu um relincho alto para mostrar que ia se vingar. Então ele deu um grande salto no ar, arrastando consigo o escravo traiçoeiro e enganador, e o esmagou contra o chão. O escravo foi dilacerado; pedaços dele escorriam por todos como neve caindo de um telhado ao vento. O cavalo levantou-se, relinchou um pouco e depois caiu diante de Alexandre e deu seu último suspiro. Alexandre sorriu para ele (Ps.-Callisthenes, III.33).

XXXI - O herói se casa e sobe ao trono:

Apenas subir ao trono também é uma possibilidade destacada por Propp, porém enquanto nos contos maravilhosos esse desfecho geralmente finaliza a história, no RA a subida de Alexandre ao trono após a morte de Filipe é parte do início de sua história, como aparece no trecho abaixo que narra sua ascensão ao trono:

Alexandre tinha dezoito anos quando assumiu o reino de seu pai, Filipe. Antípatro, homem inteligente e astuto, pôs fim ao alvoroço causado pela morte de Filipe da seguinte maneira. Ele levou Alexandre para o teatro, vestindo seu peitoral e, com um longo discurso, encheu os macedônios de favores para com Alexandre (Ps.-Callisthenes, I. 26).

O sistema de comparação acima é apenas um breve exemplo de como pode-se enquadrar elementos do RA no esquema proposto por Propp. Outras recensões do

mesmo texto encontram ainda mais correspondências, pois são mais afeitas às aventuras fantásticas, como é o caso da versão siríaca.

Alexandre é uma figura que viveu entre o mito e a realidade. Seus feitos e os relatos tardios lhe garantiram a possibilidade de transitar entre a cronologia de um rei excepcional e as aventuras de um herói predestinado. A Vulgata e o RA serviram de vetor primordial para a difusão dessas representações.

À luz da historiografia atual, Alexandre não é um herói monarquista, um filósofo erudito ou um tirano totalitário. Ele foi um conquistador habilidoso e bem-sucedido, submetido às vicissitudes de seu tempo e status real, mas que soube usar de suas vantagens pessoais e privilégios para alcançar o sucesso.

Referências

- ANSON, Edward. *Alexander the Great: Themes and Issues*. London: Bloomsbury, 2014.
- ARRIANO. *Alexander the Great: The Anabasis and the Indica*. Translated by Martin Hammond. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- BADIAN, Ernest. *Collected Papers on Alexander the Great*. New York: Routledge, 2012.
- BORZA Eugene. N. Introdução. In: BADIAN, Ernest. *Collected Papers on Alexander the Great*. New York: Routledge, 2012. p. 13-19.
- BOSWORTH, A.B; BAYNHAM, E.J. *Alexander the Great in Fact and Fiction*. New York: Oxford University Press, 2000.
- BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- DIODORO DA SICÍLIA. *Library of History*, Volume VIII: Books 16.66-17. Translated by C. Bradford Welles. Loeb Classical Library 422. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1963.
- DROYSEN, Johann Gustav. *Alexandre o Grande*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.
- GREEN, Peter. *Alexandre, o Grande e o Período Helenístico*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- HALL, Katherine. *Did Alexander the Great Die from Guillain-Barré Syndrome?* The Ancient History Bulletin (106-128), 2019. Disponível em: <https://ancienthistorybulletin.org/downloads/katherine-hall-did-alexander-the-great-die-from-guillain-barre-syndrome-106-128/>.
- JUSTINO. *Epitome of the Philippic history of Pompeius Trogus*. Traduzido por Rev. J.S. Watson. London: Henry G. Bohn, 1853.
- KROLL, Wilhelm. *Historia Alexandri Magni (Pseudo-Callisthenes)*. Berlin: Weidmannsche, 1926.

- LE GOFF, Jacques. *Heróis e maravilhas da Idade Média*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.
- PLUTARCO. *Vidas Paralelas: Alexandre e César*. Traduzido por Maria de Fátima Silva & José Luís Brandão. Coimbra: Coimbra University Press, 2019.
- PROPP, Vladimir I. *A Morfologia do Conto Maravilhoso*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.
- PSEUDO-CALÍSTENES. *The Greek Alexander Romance*. Traduzido por Richard Stoneman. New York: Penguin, 1991.
- QUINTO CÚRCIO. *History of Alexander*, Volume I: Books 1-5; Volume II: Books 6-10. Translated by J. C. Rolfe. Loeb Classical Library 368, 369. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1946.
- SANT'ANNA, Henrique Modanez de. *A Fabricação de Alexandre Magno. Habilidade Política e Genialidade Militar nas Fontes Antigas (336-331 AEC)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2021.
- STONEMAN, Richard. *Alexandre, o Grande*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- STONEMAN, Richard. *The Ancient Oracles: Making the Gods Speak*. New Haven, CT: Yale University Press, 2011.
- TARN, W. W. *Alexander the Great II: Sources and Studies*. London/ New York/ Melbourne: Cambridge University Press, 1948.
- WOLOHOJIAN, Albert Mugrdich. *The Romance of Alexander the Great by Pseudo-Callisthenes*. New York and London: Columbia University Press, 1969.
- ZUWIYYA, Zachariah D. *A Companion to Alexander Literature in the Middle Ages*. Vol 29. Leiden: Brill, 2011.



Recebido em 15/11/2023

Aceito em 18/12/2023

DOI:10.26512/emtempos.v22i42.51581

ARTIGO

As tradições apocalípticas sobre Jesus de Nazaré e a teologia dos Dois Poderes no céu

Apocalyptic traditions about Jesus of Nazareth and the theology of Two Powers in Heaven

Gabriel Melo de Paula

Mestre em Metafísica pela Universidade de Brasília

<https://orcid.org/0000-0001-7591-768X>

RESUMO: As experiências visionárias típicas da apocalíptica judaica abrem espaço para o questionamento a respeito da noção da unidade estrita de Deus dentro do judaísmo do Segundo Templo, frequentemente descrito como monoteísta. Contudo, as tradições visionárias associadas à figura de Jesus de Nazaré parecem pressupor a existência de uma segunda figura divina, de forma a desafiar nossa compreensão a respeito de uma imagem bastante difundida do monoteísmo judaico durante o Segundo Templo. Essa figura divina secundária foi polemicamente tratada pelos rabinos a partir do século II E.C., que usaram polemicamente o conceito de *Dois Poderes* no céu. Embora um conceito posterior, ele pode iluminar nossa compreensão a respeito dos inícios do movimento de Jesus e da memória histórica que se formou a partir da figura de Jesus de Nazaré.

PALAVRAS-CHAVE: Apocalíptica. Dois Poderes no céu. Pesquisa do Jesus histórico.

ABSTRACT: The visionary experiences typical of Jewish apocalypticism open the discussion about the strict unity of God within Second Temple Judaism, commonly described as monotheistic. However, some visionary traditions associated with Jesus of Nazareth seem to presuppose the existence of a secondary divine figure, thus challenging our apprehension of a widely disseminated image of monotheism in Second Temple Judaism. From the 2nd century C.E. on, this secondary divine figure has been polemically treated by the rabbis, who laid hold of the concept of *Two Powers* in Heaven. Although a later concept, it can shed some light on our comprehension about the beginning of Jesus' movement and the cluster of historical memories formed around Jesus of Nazareth.

KEYWORDS: Apocalypticism. Two Powers in Heaven. Historical Jesus research.

Jesus e a formação da memória histórica nos inícios do movimento de Jesus

Falar sobre o relacionamento entre a apocalíptica¹ e a tradição de Jesus envolve uma ambiguidade proposital. “Tradição de Jesus” pode referir-se tanto à uma tradição, em sentido lato ou estrito, da qual Jesus é um representante, quanto às tradições que se desenvolveram a partir e ao redor da sua figura. Aqui trataremos dos dois sentidos como particularmente marcados por uma compreensão apocalíptica que desafia os limites da categoria monoteísmo².

Desde o século XIX, muitas vidas de Jesus foram escritas, e uma série de pesquisas a respeito da vida de Jesus de Nazaré se seguiu desde então, formando o que em alguns lugares se convencionou chamar de “busca do Jesus histórico”. Albert Schweitzer as chamou de “vidas liberais”, destacando a ausência do componente escatológico no quadro pintado, que coadunava bem com o tipo de teologia protestante em voga na Europa do período – a teologia liberal.

Schweitzer, como Johannes Weiss antes dele, é considerado um dos principais responsáveis por incorporar a dimensão da escatologia apocalíptica na pesquisa da vida de Jesus. Como Adela Yarbro Collins coloca, “Weiss e Schweitzer convenceram os estudiosos do Novo Testamento e os teólogos sistemáticos de que o conceito do reino de Deus nos Evangelhos Sinóticos é do tipo escatológico” (COLLINS, 2014, p. 330)³.

Apesar da discussão que se seguiu, que corrigiu e criticou muitas das limitações das posições de Schweitzer e do seu contexto acadêmico⁴, a percepção que ele trouxe para a pesquisa da figura histórica de Jesus ainda nos parece representar um paradigma frutífero.

Além da contribuição para a imagem de um Jesus apocalíptico, visto especialmente à luz de sua escatologia, Schweitzer destacou o elemento projetivo das “vidas liberais” de Jesus. Dada à importância cultural da figura de Jesus, e do contexto teológico inicial das primeiras investigações históricas a seu respeito, o Jesus representado acabava por virar uma cifra a ser preenchida com quaisquer preferências políticas, estéticas ou dogmáticas do pesquisador. Como coloca Cees Heyer:

Ele [Schweitzer] destaca também a fraqueza dessa investigação. Os pesquisadores reivindicavam apresentar uma imagem objetiva de Jesus, mas ela não era consistente. Cada pesquisador encontrou seu ‘próprio’ Jesus. Ele era um conservador para o conservador, um progressista para o progressista, um

¹ Adotamos aqui a mesma definição proposta por John J. Collins e pelo grupo de estudos *Semeia* 14 (1979). Ver: Collins (2016).

² Ou seja, estamos falando de uma cosmovisão apocalíptica, marcada por preocupações similares às que encontramos em obras caracterizadas como apocalipses. No contexto do movimento de Jesus, essa visão estava por trás da composição de obras literariamente categorizadas como apocalípticas, mas o foco aqui é a concepção de mundo compartilhada pelas obras literárias e por movimentos sociais.

³ “Weiss and Schweitzer convinced New Testament scholars and systematic theologians that the conception of the kingdom of God in the Synoptic Gospels is an eschatological one.”

⁴ Aliás, as questões metodológicas parecem ter voltado à posição de destaque na agenda da pesquisa do Jesus histórico.

capitalista, ou um comunista, um moralista, um revolucionário, um artista, um pensador genial ou um homem de origens humildes da Galileia. (HOLMÉN; PORTER, 2011, p. 1079)⁵

Gerd Theissen e Annette Merz fizeram um balanço das principais linhas de pesquisa sobre o Jesus histórico dos últimos três séculos (THEISSEN; MERZ, 2015, p. 19-31), e destacam 5 fases da pesquisa, sendo que cada uma delas corresponde às principais perguntas em voga na época. Na mais recente, também chamada de “third quest”, há duas linhas-mestras sendo perseguidas em paralelo:

A diferenciação mais importante é, de um lado, a volta a uma “imagem de Jesus não escatológica”, na qual Jesus se torna um representante de uma sabedoria de vida paradoxal influenciada pelo cinismo – um “cínico judeu” que, marcado por influências helenísticas, fica à margem do judaísmo (B. L. Mack; J. D. Crossan). De outro lado, ele é, como até então na pesquisa, interpretado no quadro de sua escatologia e colocado no centro do judaísmo, por cujo restabelecimento ele espera (E. P. Sanders) (THEISSEN; MERZ, 2015, p. 29).

Merz e Theissen se alinham mais à segunda leitura, destacando que “o ‘Jesus não escatológico’ parece ter uma cor local mais californiana que galilaica” (THEISSEN; MERZ, 2015, p. 29), com o que encontram coro no presente artigo. Há várias razões que podem ser interpretadas de forma a sugerir um Jesus não escatológico, algumas das quais levantam questões metodológicas legítimas e pertinentes para o quadro da pesquisa. Por exemplo, a busca por integrar fontes não-canônicas (*ágrafa*, evangelhos adotados por grupos diferentes dos proto-ortodoxos dos séculos II e III E.C. etc.), ou material neotestamentário não-sinótico (tradição joanina, Tiago, Paulo etc.) podem muito bem ser algumas dessas razões.

Todas essas motivações tocam na principal questão que aflige a pesquisa a respeito de Jesus: a memória histórica. Embora não haja método infalível e livre de vieses, a possibilidade de reconstruir, ou propor, um quadro plausível do passado a partir da interação crítica e reflexiva com fontes e intérpretes é pressuposta aqui⁶.

Ao se avaliar a qualidade das fontes primárias de que dispomos, há algumas razões que nos levam a depender mais intensamente – embora não exclusivamente – dos sinóticos do que de outras fontes. Diante disso, a não ser que se adote um tipo de ceticismo autofágico a respeito do conhecimento do passado, o quadro que emerge dos sinóticos é o de um Jesus pregador escatológico (ALLISON, 1998, p. 95-171).

De todo modo, nas fontes da tradição sinótica a imagem do Jesus escatológico aparece associada a uma outra imagem de Jesus: a de *visionário*. Com isso queremos dizer que Jesus não era apenas um profeta escatológico, mas também teve

⁵ He [Schweitzer] also points out the weaknesses of this investigation. Researchers claimed to present an objective image of Jesus, but it was not consistent. Each researcher found his ‘own’ Jesus. He was a conservative for the conservative, a progressive for the progressive, a capitalist or a Communist, a moralist, a revolutionary, an artist, a thinker of genius or a man of humble origin from Galilee.

⁶ Ver: Hendel (2014). Hendel discute o legado iluminista na área de estudos bíblicos e algumas questões epistemológicas e políticas que atravessam discussões históricas e exegéticas.

experiências visionárias que tiveram consequências para a interpretação e recepção do monoteísmo em sua época e depois.

Nesse sentido, cabe destacar que não só Jesus, mas os primórdios de seu movimento parecem ser lembrados a partir da matriz escatológica e visionária. Paulo, da segunda ou terceira geração do movimento de Jesus, ainda no século I E.C., relata experiências visionárias relacionadas à figura de Jesus. Ele fala de um homem “[...] que, há catorze anos, foi arrebatado até o terceiro céu. Se isso foi no corpo ou fora do corpo, não sei; Deus o sabe. E sei que esse homem — se no corpo ou sem o corpo, não sei; Deus o sabe — foi arrebatado ao paraíso e ouviu palavras indizíveis, que homem nenhum tem permissão para repetir” (2 Coríntios 12: 2-4, NAA)⁷. Esse tema de acesso ao paraíso, seja por meios visionários ou corporais, é comum na literatura apocalíptica judaica mais ampla da qual o movimento cristão é tributário.

Em outras partes dos escritos paulinos podemos encontrar outros temas relacionados ao fenômeno apocalíptico, como a linguagem de mistério e revelação e até mesmo relatos de experiências visionárias. A associação de temas visionários e ênfases escatológicas aparece espalhada nas cartas paulinas e deutero-paulinas, de forma que é possível ver que o movimento de Jesus nasceu como um movimento apocalíptico, marcado por intenso fervor escatológico. Na primeira epístola de Paulo aos Tessalonicenses, candidata à epístola paulina mais antiga, se encontra um forte tom de iminência escatológica típico de movimentos apocalípticos. Por exemplo, em 1 Tessalonicenses 4:15-17, lemos que

Pois isto vos declaramos, segundo a palavra do Senhor: que os vivos, os que ainda estivermos aqui para Vinda do Senhor, não passaremos à frente dos que morreram. Quando o Senhor, ao sinal dado, à voz do arcanjo e ao som da trombeta divina, descer do céu, então os mortos em Cristo ressuscitarão primeiro; em seguida nós, os vivos que estivermos lá, seremos arrebatados com eles nas nuvens para o encontro com o Senhor, nos ares. E assim, estaremos para sempre com o Senhor.

Além da linguagem reminiscente dos discursos escatológicos registrados nos evangelhos sinóticos, como em Marcos 13 e Mateus 24, e da possível alusão à figura do Filho do Homem vindo com as nuvens na visão de Daniel 7, ela também evoca a situação da iminência da intervenção divina para encerrar a história a partir da ressurreição.

Para compreendermos a imagem do Jesus visionário e qual o seu impacto na recepção do monoteísmo, aqueles dois aspectos mencionados da tradição precisam ser considerados à luz das preocupações de memória. Apesar da importância das discussões do perfil escatológico do Jesus histórico, fato é que nas fontes sinóticas

⁷ οἶδα ἄνθρωπον ἐν Χριστῷ πρὸ ἐτῶν δεκατεσσάρων, εἴτε ἐν σώματι οὐκ οἶδα, εἴτε ἐκτὸς τοῦ σώματος οὐκ οἶδα, ὁ θεὸς οἶδεν, ἀρπαγέντα τὸν τοιοῦτον ἕως τρίτου οὐρανοῦ. καὶ οἶδα τὸν τοιοῦτον ἄνθρωπον, εἴτε ἐν σώματι εἴτε χωρὶς τοῦ σώματος οὐκ οἶδα, ὁ θεὸς οἶδεν, ὅτι ἠρπάγη εἰς τὸν παράδεισον καὶ ἤκουσεν ἄρρητα ῥήματα ἃ οὐκ ἐξὸν ἀνθρώπῳ λαλῆσαι

Jesus foi lembrado para além de pregador escatológico, mas também como um visionário que frequentemente se encontrava em êxtase.

O papel das experiências visionárias no desenvolvimento da cristologia⁸

As experiências visionárias atribuídas a Jesus apresentam especial importância como teofanias e, por isso, são de interesse para a discussão a respeito da recepção da retórica monoteísta no judaísmo do seu tempo. Na análise que faremos a seguir, é interessante retomar o conceito dos *Dois Poderes no céu* das polêmicas rabínicas posteriores (ORLOV, 2019, p. 9)⁹.

A noção de dois seres divinos dentro do judaísmo do Segundo Templo, posteriormente chamada pelos rabinos do século II E.C. de “os Dois Poderes no céu”¹⁰ (SCHÄFER, 2020, p. 6), surge a partir de uma segunda figura divina que parece emergir de alguns textos da Bíblia Hebraica (como o “anjo do SENHOR” em Êxodo 23: 20-33; ou Deuteronômio 32: 8-9). Peter Schäfer coloca o problema de forma incisiva:

O ideal do monoteísmo bíblico torna-se absolutamente problemático se levarmos em consideração quão facilmente uma consorte foi associada ao Deus bíblico por tanto tempo. As inscrições de Kuntillet Ajrud próximas da estrada que vai de Gaza a Eilat, da época do reino de Judá, mencionam YHWH como o Deus de Israel junto com sua Asherá. Essa Asherá é uma deusa cananita conhecida, também documentada na Bíblia como a esposa de Baal (1 Reis 18:19). A imagem cúltica dela era cultuada nos reinos de Judá e Israel, e inclusive chegou a ser exposta pelo rei Manassés no templo de YHWH em Jerusalém. As narrativas bíblicas que relatam triunfantemente a destruição bem-sucedida desses ídolos não podem esconder o fato de que esse culto continuou muito difundido e que, de tempos em tempos, renascia. Mesmo em relação ao século V A.E.C., ouvimos falar sobre mercenários judeus que se estabeleceram na fortaleza fronteiriça egípcia de Elefantina. Eles não só construíram seu próprio templo ali (apesar do suposto santuário único e exclusivo em Jerusalém), mas ao lado do seu Deus Yahu (YHW), eles também cultuavam duas deusas—e a coisa continuou assim por mais de duzentos anos

⁸ Adotamos aqui a mesma definição proposta por Paulo Nogueira: “[...] após a experiência da Páscoa, ou seja, a revelação visionária do túmulo vazio e as posteriores aparições do ressuscitado, a memória e a presença de Jesus de Nazaré tenham sido intensificadas e ressignificadas. Aqui nos referimos ao que se convencionou chamar de cristologia. Este Jesus recordado passou a ser cultuado como um vice-regente divino e à sua pessoa foram agregados novos sentidos e nomes.” (NOGUEIRA, 2005, p. 14).

⁹ Alan Segal, cujo trabalho seminal é referência nos estudos a respeito dos Dois Poderes, destaca que a polêmica levantada por rabinos do século II E.C. em diante contra aqueles que acreditam em 'Dois Poderes no Céu' provavelmente deve preservar disputas e memórias de períodos anteriores. Além disso, uma vez que a polêmica tinha um *front* eminentemente exegético, as formas conflitivas de revelação divina na Bíblia Hebraica resvalam tanto nas questões com as quais o judaísmo rabínico teve de lidar posteriormente quanto com as dificuldades cristológicas posteriores. Ver: Segal (2002).

¹⁰ *shetei rashuyyot*.

sem que a congregação do templo em Jerusalém pudesse, ou estivesse disposta, a tomar alguma medida contrária a respeito. (SCHÄFER, 2020, p. 3).¹¹

No misticismo e na apocalíptica dentro do judaísmo que se configura a partir do período pós-exílico aparecem diversos seres angelicais, ou figuras exaltadas do passado de Israel, que parecem cumprir papéis semelhantes ao dessa segunda figura divina. Podemos citar os casos da figura da Sabedoria (Provérbios 8, 1 Enoque 42.1-3), ou das visões das tradições místicas da *merkavah* (o trono-carruagem de Deus) e *hekkhalot* (palácios, ou salões, celestiais), e muitos outros exemplos.

Falar dos Dois Poderes é uma maneira de dizer que a noção de “monoteísmo” puro e simples não parece ser a melhor ferramenta analítica para descrever a variedade de perspectivas que existia dentro do Judaísmo do Segundo Templo e, conseqüentemente, de analisar o desenvolvimento das duas religiões que no decurso do tempo surgiram a partir dele¹².

Conforme a análise de Alan Segal indica, a linguagem dos Dois Poderes, embora posterior, é usada em contextos polêmicos exegéticos lidando com relatos de teofanias na Bíblia Hebraica (SEGAL, 2002, p. 84-97)¹³. Nesses textos, e em outros relatos

¹¹ The ideal of biblical monotheism becomes utterly problematic if we take into account how easily a consort was long associated with the biblical God. The inscriptions of Kuntillet Ajrud near the road from Gaza to Eilat, from the time of the Kingdom of Judah, mention YHWH as the God of Israel together with his Asherah. This Asherah is a well-known Canaanite goddess, also documented in the Bible as the wife of Ba'al (1 Kings 18:19). Her cultic image was worshipped in the Kingdoms of Judah and Israel, and was even displayed by King Manasseh in the YHWH Temple in Jerusalem. The biblical narratives that report triumphantly of the successful destruction of these idols cannot conceal the fact that this cult continued to be widespread, and was revived time and again. Even regarding the fifth century BCE, we hear of Jewish mercenaries who settled in the Egyptian border fortress Elephantine and not only built their own temple there (despite the allegedly one-and-only sanctuary in Jerusalem) but in addition to their God Yahu (YHW), also worshipped two goddesses—and this continued for more than two hundred years without the Temple congregation in Jerusalem being able or inclined to take action against it.

¹² Não é como se uma religião derivasse da outra, mas o cristianismo e o judaísmo rabínico posterior, em suas múltiplas formas, definiram-se a partir do relacionamento entre si e da posição em que se encontravam como herdeiros da matriz judaica do Segundo Templo. A construção da identidade religiosa do judaísmo e do cristianismo como fenômenos efetivamente distintos, no século II E. C. pode servir, de forma limitada, para iluminar os processos de formação de identidade religiosa comunitária do século anterior. As identidades e a legitimidade contestadas pela via exegética de tradições compartilhadas mostram uma dinâmica muito mais complexa do que a lógica de derivação linear mais convencional. Ver: Deconick (2006).

¹³ Apesar do trabalho de Segal ter sido um divisor de águas, ao abrir possibilidade conceituais sobre os limites do monoteísmo antes do surgimento do judaísmo rabínico em conjunto com o cristianismo, ele ainda apresenta certas limitações, como por exemplo o uso da categoria “heresia” para categorizar as teologias dos Dois Poderes. Nos casos em questão, os poderes não devem ser lidos como realidades antagônicas, como em certas correntes gnósticas posteriores, mas nos casos trabalhados aqui, e mesmo em muito da polêmica rabínica posterior, são tidos como complementares.

teofânicos da apocalíptica judaica mais ampla, as figuras entronizadas são tidas como seres divinos, de forma que num contexto monoteísta não se poderia pensar em mais de um trono no céu.

Quanto ao risco do anacronismo representado pelo uso da categoria “Dois Poderes”, a ponderação de Andrei Orlov parece responder razoavelmente a certas dificuldades metodológicas e apresentar boas razões para utilizá-lo para o recorte cronológico em questão. Como ele coloca:

Embora seja plenamente possível concordar que uma aplicação direta dos debates rabínicos posteriores aos ambientes ideológicos do judaísmo do Segundo Templo e do cristianismo pareça problemática, a terminologia “dois poderes” pode ser metodologicamente útil na análise de desenvolvimentos binitários encontrados no judaísmo inicial e na angelologia e pneumatologia cristãs. Essa linguagem é especialmente útil para o estudo do judaísmo inicial e para os relatos teofânicos cristãos nos quais Deus aparece ao lado de uma segunda figura mediatorial, que paradoxalmente, em certos momentos, emula os atributos da divindade. Nesse quesito, a noção do “segundo poder” nos ajuda a abordar os atributos e funções de um mediador distinto sem atribuir uma condição divina exclusiva a esse agente. Ademais, essas tradições são cruciais para a compreensão dos desenvolvimentos cristológicos iniciais, especialmente aqueles que ostentam a delegação súbita e paradoxal de várias funções e atributos divinos a Jesus (ORLOV, 2019, p. 7).¹⁴

Um outro elemento peculiar é que, nos casos em que há mais de um poder representado, o segundo poder aparece como manifestação visual, ao passo que o primeiro poder, identificado com Deus, aparece como voz, sendo, portanto, intangível (ORLOV, 2019, p. 8-10).

A associação dos sentidos da visão e da audição, respectivamente, a cada um dos poderes celestiais, não é só um fenômeno de algumas teofanias bíblicas ou da apocalíptica judaica mais ampla. Como veremos a seguir, essa mesma estrutura está presente nas experiências visionárias atribuídas a Jesus e na discussão cristológica que começa em textos neotestamentários e adentra os debates dos séculos posteriores. A associação entre aurial e visual na configuração dos contextos visionários cria, efetivamente, uma certa hierarquia celeste, ao mesmo tempo em que abre espaço para a identificação complementar entre os poderes distintos a partir de funções, títulos e posição visual (ORLOV, 2019, p. 9-10).

¹⁴ While one can certainly agree [...] that a straightforward application of later rabbinic debates to the Second Temple Jewish and Christian ideological environments appears problematic, the terminology of “two powers” can be methodologically useful in analyzing binitarian developments found in early Jewish and Christian angelology and pneumatology. This language is especially helpful for the study of early Jewish and Christian theophanic accounts in which God appears alongside a second mediatorial figure, who at times paradoxically emulates the deity’s attributes. In this respect, the notion of the “second power” allows us to approach the attributes and functions of a novel mediator without assigning an exclusive divine status to this agent. These traditions, moreover, are crucial for understanding the earliest Christological developments, especially those that feature a sudden and paradoxical delegation of various functions and attributes of the deity to Jesus.

Não trataremos do material posterior ao século I E.C., nos restringindo aos relatos de experiências visionárias¹⁵ com relevância cristológica nos inícios do movimento de Jesus, o que inclusive restringirá as escolhas de material comparativo. Isso porque tanto Jesus quanto as primeiras gerações do movimento de Jesus operavam tanto com categorias judaicas mais transversais, aceitando a Torá e os profetas como escritos dotados de autoridade divina, quanto com categorias da apocalíptica, com mistérios divinos sendo diretamente revelados.

A exaltação de Jesus a partir de experiências extáticas¹⁶ teve de ser acomodada ao paradigma monoteísta das correntes judaicas do seu tempo,¹⁷ e, dada a autoridade conferida às escrituras judaicas dentro de textos neotestamentários, por exemplo, essa acomodação não ocorreu por meio da negação frontal do significado ou da relevância de tais textos.

O caso da experiência visionária relatada por Paulo, já mencionada aqui, indica claramente o potencial subversivo que as experiências visionárias podem ter na determinação do tratamento de uma tradição anterior recebida. Como Christopher Rowland destaca,

a perspectiva apocalíptica de Paulo lhe permitiu agir de acordo com suas convicções escatológicas, de modo que o seu apocalipse de Jesus Cristo tornou-se a base da sua prática de admitir gentios à era messiânica, sem a Lei de Moisés. [...] A ameaça levantada pela apocalíptica pode ser percebida em outros lugares e realmente pode ter contribuído para o desenvolvimento da cristologia no cristianismo primitivo, através da crença de que anjos exaltados compartilhavam a natureza e a autoridade de Deus (NOGUEIRA, 2005, p. 46).

Considerando a tipologia das cenas visionárias e seu potencial subversivo, visto nas suas afinidades com uma teologia dos Dois Poderes, é possível observar esses elementos confluindo em certas instâncias visionárias da carreira de Jesus conforme o relato dos sinóticos. A seguir, lidaremos com uma dessas instâncias, indicando a similaridade na estruturação da cena com teofanias e relatos apocalípticos caracterizados pela presença de Dois Poderes celestiais.

O batismo de Jesus

¹⁵ Embora os textos apocalípticos apresentem argumentos exegéticos muitas vezes sofisticados, o que implica em algum tipo de erudição e elaboração textual posterior envolvidas, é possível que em muitos casos o ímpeto para a exegese, ou para relatos incorporados a tradições narrativas como no caso dos evangelhos, parta da memória de experiências religiosas visionárias autênticas. Ver: Dobroruka (2005).

¹⁶ O reconhecimento da possibilidade de experiências visionárias, contudo, não significa a adoção das explicações culturais para os fenômenos desse tipo (CRAFFERT, 2019, p. 12-28).

¹⁷ Judaísmo que aderente à Torá mosaica de alguma forma. Para uma discussão a respeito dessas formas de judaísmo, do conceito de *common judaism* de E.P. Sanders e do impacto da interpretação da Torá na variedade de correntes judaicas do Segundo Templo. Ver: Collins (2017), p. 107-112.

O batismo de Jesus por João Batista é relatado nos três evangelhos sinóticos como marco inicial na carreira de Jesus como pregador itinerante (Mateus 3: 13-17; Marcos 1: 9-11; Lucas 3: 21-22), e o evangelho de João parece pressupor essa tradição (João 1: 32-34).

No relato apresentado em Mateus, Jesus vai até João para ser batizado por este, mas João estava reticente em batizá-lo. João cede e assim o batismo acontece, “[...] Jesus subiu imediatamente da água¹⁸ e logo os céus se abriram¹⁹ e ele viu o Espírito de Deus descendo como uma pomba e vindo sobre ele²⁰. E eis que²¹ uma voz vinda dos céus dizia: ‘Este²² é o meu Filho amado, em quem me comprazo’” (Mateus 3: 16-17)

O evangelho de Marcos relata que “Aconteceu, naqueles dias, que Jesus veio de Nazaré da Galileia e foi batizado por João no rio Jordão. E, logo ao subir da água²³, ele viu os céus se rasgando²⁴ e o Espírito, como uma pomba, descer até ele²⁵, e uma voz veio dos céus: ‘Tu és o meu Filho amado, em ti me comprazo’”²⁶(Marcos 1: 9-11).

Lucas, por sua vez, diz que “Ora, tendo todo o povo recebido o batismo, e no momento em que Jesus, também batizado, achava-se em oração,²⁷ o céu se abriu e o Espírito Santo desceu sobre ele em forma corporal, como pomba²⁸. E do céu veio uma voz: ‘Tu és o meu Filho; eu, hoje, te gerei!’” (Lucas 3: 21-22).

A versão do dito celestial preservada em Lucas apresenta alguns desafios próprios. O testemunho dos manuscritos gregos está dividido em duas possíveis leituras. Na leitura preservada somente no *Codex Bezae-Cantabrigiensis* (um códice do século V escrito em grego e latim) e em alguns padres da igreja gregos e latinos, preferida aqui, a voz cita o Salmo 2: 7, um salmo de entronização real. Com base nessa variante, entender-se-ia que no batismo Jesus foi *ungido* rei, ou seja, feito Cristo – que quer dizer precisamente o “ungido” ou “messias.” Nesse caso, a linguagem de filiação divina traria a mesma conotação existente em passagens da Bíblia Hebraica, como 2 Samuel 7, em que o rei da dinastia davídica é filho adotado de YHWH e, nessa condição, exerce a função real em seu nome.

A outra leitura, preservada em alguns dos principais manuscritos dos evangelhos, como o p⁴ (datado do final do século II) e os códices *Vaticanus* e *Sinaiticus*

¹⁸ ὁ Ἰησοῦς εὐθὺς ἀνέβη ἀπὸ τοῦ ὕδατος

¹⁹ καὶ ἰδοὺ ἠνεώχθησαν οἱ οὐρανοί

²⁰ ἐρχόμενον ἐπ’ αὐτόν

²¹ καὶ ἰδοὺ. A *Bíblia de Jerusalém*, tradução que costumamos acompanhar, aqui coloca “Ao mesmo tempo”, mas essa não é a melhor tradução para a partícula grega καὶ ἰδοὺ, na sentença imediatamente anterior traduzida como “e logo”.

²² οὗτός

²³ καὶ εὐθὺς ἀναβαίνων ἐκ τοῦ ὕδατος

²⁴ εἶδεν σχιζομένους τοὺς οὐρανοὺς

²⁵ καὶ τὸ πνεῦμα ὡς περιστερὰν καταβαῖνον εἰς αὐτόν

²⁶ σὺ εἶ ὁ υἱός μου ὁ ἀγαπητός, ἐν σοὶ εὐδόκησα

²⁷ καὶ προσευχομένου

²⁸ καὶ καταβῆναι τὸ πνεῦμα τὸ ἅγιον σωματικῶς εἶδει ὡς περιστερὰν ἐπ’ αὐτόν

(ambos do século IV), indica que a voz dos céus disse o mesmo que em Marcos: “Tu és o meu Filho amado, em ti me comprazo.” Caso esta leitura seja aceita, não haveria conflito com Mateus e Marcos. Contudo, a natureza harmonística dessa variante, cuja probabilidade maior de harmonização escreba (que pode ser precisada a partir de considerações a respeito da re-oralização textual, por exemplo), parece sugerir que a tendência de harmonização fosse feita em direção ao texto dos outros sinópticos, e não do texto do Salmo 2, não preservado em nenhuma outra localização. Com base no fato de representar a leitura mais difícil, nesse caso, a variante preservada no *Codex Bezae-Cantabrigiensis* parece ser preferível, apesar de muitas vezes esse códice apresentar variantes peculiares e não tão bem-atestadas²⁹.

A respeito da historicidade do evento, o batismo de Jesus por João parece algo bem estabelecido do ponto de vista histórico, uma vez que, como Joel Marcus aponta,

Podemos ter bastante certeza de que Jesus foi batizado por João, ao menos porque o seu batismo causou muitos problemas para a igreja posteriormente, o principal deles sendo o choque entre a ideia da impecabilidade de Jesus, em desenvolvimento, e a memória histórica de sua participação no batismo de arrependimento para o perdão dos pecados de João (Marcos 1.4). Além disso, a implícita subordinação a João no batismo conflita com uma tendência geral nos evangelhos de subordinar João a Jesus. O *fato* do batismo em si, portanto, é um dado histórico basilar (MARCUS, 1995, p. 512)³⁰.

Todavia, os fenômenos miraculosos, ou visionários, que acompanharam o evento devem ser avaliados com mais cautela. Embora no relato de Mateus ocorra a conjunção tanto de uma manifestação aural quanto visual coordenadas com o abrir dos céus e seguidas pela aparição de um dos poderes divinos – o Espírito de Deus – o pronome demonstrativo οὗτός indica que o relato não é uma experiência visionária, uma vez que os eventos são públicos. Apesar disso, como teofania funcionam com a mesma estrutura de outros relatos em que os Dois Poderes celestiais aparecem.

Ainda assim, a linguagem da teofania batismal no texto de Mateus é reminescente de instâncias visionárias, onde os céus se abrem após a *ascensão* de Jesus, que sobe das águas [ἀνέβη ἀπὸ τοῦ ὕδατος]. Similarmente, no evangelho de Lucas, Jesus se encontra em oração quando o Espírito Santo desce de forma corpórea como pomba.³¹ Mais uma vez, tal como em Mateus, temos um exemplo de uma teofania cuja linguagem é reminescente de instâncias visionárias, mas aqui a referência à ascensão está ausente.

²⁹ Ver: Ehrman (2011), p. 62-67.

³⁰ We can be quite sure that Jesus was baptized by John, if only because his baptism caused such problems for the later church, the foremost among them being the clash between the developing idea of Jesus' sinlessness and the historical memory of his participation in John's baptism of repentance for the forgiveness of sins' (Mark 1.4). The subordination to John implicit in the baptism, moreover, conflicts with a general tendency in the Gospels to subordinate John to Jesus. The *fact* of the baptism itself, therefore, is a bedrock historical datum.

³¹ καὶ καταβῆναι τὸ πνεῦμα τὸ ἅγιον σωματικῶς εἶδει ὡς περιστερὰν ἐπ' αὐτόν

A descrição presente no evangelho de Marcos, por sua vez, seria o único relato do batismo de Jesus em que ele teve uma experiência visionária *de facto*. O elemento de ascensão, indicado pela subida da água,³² aparece e é logo seguido pela experiência individual de uma visão, o que é indicado pela voz que fala com ele na segunda pessoa do singular.³³ Nesse relato, o Espírito não vem *sobre* Jesus,³⁴ como em Mateus, mas desce *até* ele.³⁵

Logo em seguida, o relato de Marcos segue dizendo que “logo o Espírito o impeliu para o deserto.”³⁶ E ele esteve no deserto quarenta dias, sendo tentado por Satanás; e vivia entre as feras, e os anjos o serviam” (Marcos 1: 12-13). Após a descida do Espírito no batismo, a ação imediata de Jesus é determinada pela vontade do Espírito que o direciona. É possível ver em Marcos a identificação entre Jesus e o segundo poder, que é visto descendo como pomba e cuja teofania é composta ainda pelo aspecto aural da fala que se segue vinda da parte dos céus: o primeiro poder não-representável.

Essa identificação entre o visionário e o segundo poder é característica de alguns outros relatos teofânicos em contexto apocalíptico.³⁷ Aliás, 1 Enoque 49: 3 afirma que no Filho do Homem habita o “espírito de sabedoria”, possivelmente a mesma sabedoria que em 1 Enoque 42 buscou morada na terra e, não encontrando, voltou para os céus e encontrou abrigo entre os anjos. Ou então no Exagoge de Ezequiel, o tragediógrafo (c. século II A.E.C.),³⁸ em que Moisés tem a visão de um grande trono no monte Sinai³⁹ e é instruído a se sentar no trono e tomar o cetro divino para si, identificando-se com a figura divina (Exagoge 68-82).⁴⁰

A dinâmica de contrapartes celestiais-terrenas é exemplificada tanto no Exagoge quanto nas Similitudes de Enoque. Esse contexto mais amplo de identificação entre o visionário e o conteúdo da sua visão, em outras palavras, do visionário como aquele que é visto, gerando a identificação entre seres humanos e mediadores celestiais na apocalíptica judaica, é justamente o ponto que Orlov destaca como relevante para compreender certos desenvolvimentos cristológicos no Novo Testamento (ORLOV, 2019, p. 21).

³² καὶ εὐθὺς ἀναβαίνων ἐκ τοῦ ὕδατος

³³ σὺ εἶ ὁ υἱός μου ὁ ἀγαπητός, ἐν σοὶ εὐδόκησα

³⁴ ἐρχόμενον ἐπ’ αὐτόν

³⁵ καὶ τὸ πνεῦμα ὡς περιστερὰν καταβαῖνον εἰς αὐτόν

³⁶ καὶ εὐθὺς τὸ πνεῦμα αὐτόν ἐκβάλλει εἰς τὴν ἔρημον

³⁷ Em 1 Enoque 71:13-17 o patriarca antediluviano é identificado com o Filho do Homem, figura exaltada que exerce o juízo escatológico em nome do “Cabeça de Dias”. A imagem é bastante remanescente da visão dos tronos em Daniel 7.

³⁸ Ver: Jacobson (1983).

³⁹ Provável alusão ao pavimento de safira que serviria como base trono do trono divino em *Êxodo* 24: 10.

⁴⁰ A ideia de figuras sentadas no trono celeste teve sobrevida na tradição rabínica posterior, com o caso de Elisha ben Abuya (b. Hag. 14a). O anjo Metatron é descrito como tendo nome similar ao de seu Mestre, presumivelmente Deus (b. Sanh. 38b).

As observações realizadas a respeito da teofania e da experiência visionária de Jesus no batismo, como relatado em Marcos, não levaram em conta nem a veracidade da experiência visionária descrita ou do conteúdo da visão caso exista um fenômeno concreto por trás do relato. Talvez, como Joel Marcus indica, a ausência de referências posteriores à mensagem transmitida pela voz a Jesus (salvo o que acontece em outro contexto visionário, na transfiguração), que teria dito algo da mais alta importância, seja motivo para pausa (MARCUS, 1995, p. 513).

Por outro lado, como o próprio Marcus indica, há grande possibilidade de que *alguma* experiência visionária genuína esteja por trás do relato:

Por outro lado, parece provável que o batismo de Jesus tenha sido uma experiência formativa em sua vida, pode ser que isso implique que ele teve algum elemento visionário. No mínimo ele parece ter possuído um forte senso de autoridade profética, como é possível perceber através da tradição sobre ele; precisamos mencionar apenas os ditos-amém, as antíteses do Sermão do Monte (Mateus 5.21-48), e os conflitos com a liderança judaica, que tiveram seu clímax com a invectiva sobre o Templo, que serve como uma ilustração particularmente apropriada do seu senso de autoridade. Esse senso de autoridade profética não surge do nada; é quase como se ele exigisse uma experiência radical de encontro divino para explicar sua existência. Se Jesus teve essa experiência, ou ela ocorreu no batismo ou então não deixou vestígios na tradição, pois a tradição não apresenta nenhum outro contexto plausível para tanto. Antes do batismo, tudo é escuridão: Jesus não existe como uma pessoa pública, e a tradição é silente a seu respeito, a não ser por algumas lendas obviamente apócrifas sobre seu nascimento e infância. Depois do batismo ele repentinamente teve um arroubo de proeminência. Algo dramático *deve* ter acontecido ali (MARCUS, 1995, p. 513).⁴¹

Independentemente de ser ou não uma descrição fidedigna de uma experiência do Jesus histórico, o fato de que foi lembrado como um visionário na tradição posterior conta para uma avaliação de como a cristologia foi pensada. Conta ainda que sua experiência visionária no batismo pode ser pensada a partir do paradigma dos Dois Poderes e da identificação entre o visionário e a figura celestial – cada um funcionando como contraparte do outro em planos distintos.

⁴¹ On the other hand, it does seem probable that Jesus' baptism was a formative experience in his life, and this may suggest that it had a visionary element. For one thing, he appears to have possessed a strong sense of prophetic authority, as can be seen throughout the tradition about him; we need only mention the Amen-sayings, the Antitheses of the Sermon on the Mount (Matt 5.21-48), and the clashes with the Jewish leadership, climaxing with the attack upon the Temple, as particularly good illustrations of this sense of authority. Such a sense of prophetic authority does not come out of nowhere; it almost demands a radical experience of divine encounter to explain its existence. If Jesus did have such an experience, either it occurred at his baptism or it left no record in the tradition, for the tradition provides no other plausible setting for it. Before the baptism, all is darkness: Jesus does not exist as a public person, and the tradition is silent about him, except for a few obviously apocryphal legends about his birth and boyhood. After it, he suddenly bursts into prominence. Something dramatic must have happened there.

A conexão entre o relato batismal, em qualquer dos formatos que assumiu na tradição sinótica, e uma tradição de Dois Poderes, é reforçada pela similaridade com relatos análogos na Bíblia Hebraica (ORLOV, 2019, p. 145-148). Na experiência visionária teofânica no começo do livro de Ezequiel, o profeta tem uma experiência visionária às margens do rio Quebar após os céus se abrirem (Ezequiel 1: 1). Em ambos os casos, o resultado da visão foi a vinda do Espírito de Deus sobre o visionário (Ezequiel 2: 1), o que foi seguido por um ministério profético entre seus compatriotas – em ambos os casos a teofania é o catalisador no início da atividade pública, tanto de Jesus quanto de Ezequiel.

No caso da visão de Ezequiel, a visão inclui tanto a glória [*kavod*] de YHWH, que tem uma aparência humana, quanto a voz:

Por cima da abóbada que ficava sobre suas cabeças havia algo que tinha aparência de uma pedra de safira em forma de trono, e sobre esta forma de trono, bem no alto, havia uma forma com aparência humana. Vi um brilho como de electro, uma aparência como de fogo junto dele, e em redor dele, a partir do que pareciam ser os quadris e daí para cima; a partir do que pareciam ser os quadris e daí para baixo, vi algo que tinha a aparência de fogo e um brilho em torno dele; a aparência desse brilho, ao redor, era como a aparência do arco que, em dia de chuva, se vê nas nuvens. Era algo semelhante à Glória de Iahweh. Ao vê-la, caí com o rosto em terra e ouvi a voz de alguém que falava comigo (Ezequiel 1: 26-28).

Se o relato do batismo na tradição sinótica apresenta, de fato, ecos da teofania de Ezequiel (ORLOV, 2019, p. 151-157), em que uma forma humana sentada sobre o trono celestial é acompanhada da voz divina, quem seria o segundo poder no relato batismal? As possibilidades girariam em torno da figura de Jesus ou do Espírito, ou talvez, da figura de Jesus *após* a vinda do Espírito até ele, nos moldes da identificação do visionário com o conteúdo da visão que ocorre em outras correntes apocalípticas do judaísmo do Segundo Templo.

Em outras teofanias evangélicas, como no caso da transfiguração, a aproximação com a glória divina em Ezequiel é particularmente produtiva para situar as experiências de caráter visionário na tipologia dos Dois Poderes. Tal como a teofania batismal, cuja proximidade de um rio retoma topologicamente teofanias da Bíblia Hebraica (Ezequiel 1; Daniel 7), a transfiguração retoma a topologia da montanha em que a divindade se revela, ecoando a teofania do Sinai no Êxodo (ORLOV, 2019, p. 82).

A ideia de que a glória [*kavod*] de YHWH tenha uma aparência humana, tal como é articulada em Ezequiel, é crucial tanto para a compreensão dessas teofanias, como a transfiguração, quanto para a compreensão da cristologia paulina, que é anterior aos sinóticos.⁴²

Referências

⁴² Ver: Chester (2007), p. 80-91.

ALAND, Kurt; ALAND, Barbara; KARAVIDOPOULOS, Johannes; MARTINI, Carlo M; METZGER, Bruce M. (Ed.). *Novum Testamentum Graece*. 28. ed. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 2012.

ALLISON, Dale C., Jr. *Jesus of Nazareth: Millenarian Prophet*. Minneapolis: Fortress, 1998.

CHESTER, Andrew. *Messiah and Exaltation*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2007.

COLLINS, Adela Yarbro. The Origin of the Designation of Jesus as "Son of Man." *Harvard Theological Review*, v. 80, n. 4, p. 391 407, 1987.

COLLINS, John J. (Ed.). *The Oxford Handbook of Apocalyptic Literature*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

COLLINS, John J. *The Apocalyptic Imagination: An Introduction to Jewish Apocalyptic Literature*. 3 ed. Grand Rapids: Eerdmans, 2016.

COLLINS, John J. *The Invention of Judaism: Torah and Jewish Identity from Deuteronomy to Paul*. Oakland: University of California Press, 2017.

CRAFFERT, Pieter F; BAKER, John R; WINKELMAN, Michael J. (Ed.). *The Supernatural After the Neuro-turn*. Abingdon: Routledge, 2019.

DECONICK, April D. (Ed.). *Paradise Now: Essays on Early Jewish and Christian Mysticism*. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2006. (Symposium, 11).

EHRMAN, Bart D. *The Orthodox Corruption of Scripture: The Effect of Early Christological Controversies on the Text of the New Testament*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

HAYMAN, Peter. Monotheism — A Misused Word in Jewish Studies? *Journal of Jewish Studies*, v. 42, n. 1, p. 1-15, 1991.

HENDEL, Ronald. Mind the Gap: Modern and Postmodern in Biblical Studies, *Journal of Biblical Literature*, v. 133, n. 2, p. 422-443, 2014.

HOLMÉN, Tom; PORTER, Stanley E. (Ed.). *Handbook for the Study of the Historical Jesus*. Leiden: Brill, 2011. 4 v.

JACOBSON, Howard. *The Exagoge of Ezekiel*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

MARCUS, Joel. Jesus' Baptismal Vision, *New Testament Studies*, v. 41, n. 04, p. 512-521, 1995.

NICKELSBURG, George W. E; VANDERKAM, James C. *1 Enoch: The Hermeneia Translation*. Minneapolis: Fortress, 2012.

NOGUEIRA, Paulo Augusto de S. (Org.). *Religião de visionários: Apocalíptica e misticismo no cristianismo primitivo*. São Paulo: Loyola, 2005.

ORLOV, Andrei A. *The Glory of the Invisible God: Two Powers in Heaven Traditions and Early Christology*. London: T&T Clark, 2019.

SCHÄFER, Peter. *Two Gods in Heaven: Jewish Concepts of God in Antiquity*. New Jersey: Princeton University Press, 2020.

SEGAL, Alan F. *Two Powers in Heaven: Early Rabbinic Reports about Christianity and Gnosticism*. Leiden: Brill, 2002.

THEISSEN, Gerd; MERZ, Annette. *O Jesus histórico: Um manual*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2015. (Bíblica Loyola, 33).



Recebido em 26/08/2023

Aceito em 11/12/2023

DOI:10.26512/emtempos.v22i42.51335

ARTIGO

A *New-Right* e a Influência Política na Religião: Apontamentos sobre o Ativismo Religioso na Política Brasileira

The *New-Right* and the political influence on religion: Notes about
religious activism in Brazilian politics

Tulio Magalhães Rodrigues

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade
Federal de Juiz de Fora
<https://orcid.org/0000-0002-7593-1382>

RESUMO: A direita religiosa brasileira ganhou espaço no cenário político dos últimos anos, especialmente no segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff. Suas ideias e modos de ação na política demonstraram semelhanças no modo de agir com a *New-Right* norte-americana, que surgiu em meados dos anos 1970. Esses traços em comum são encontrados, no campo social, na manifestação de líderes religiosos em suas residências de atuação e, na esfera política, na atuação de parlamentares que compõem a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), em propostas como o projeto Escola Sem Partido e na promoção de intolerância às pautas de minorias. Este ensaio, com isso, tem como finalidade apresentar ideias e argumentos encontrados nestas direitas, em ambos os contextos, na percepção de uma retroalimentação ideológica entre Brasil e EUA na promoção de um ativismo religioso na política, e na leitura em que esse ativismo se coloca no cenário social como uma Religião Pública.

PALAVRAS-CHAVE: Direita Religiosa. Neopentecostais. Religião Pública.

ABSTRACT: The Brazilian religious right has gained space in the political scene in recent years, especially in the second term of former president Dilma Rousseff. Their ideas and modes of action in politics demonstrated similarities in their way of acting with the North American New Right, which emerged in the mid-1970s. These common traits are found, in the social field, in the manifestation of religious leaders in their homes of activity and, in the political sphere, in the actions of parliamentarians who integrate the Evangelical Parliamentary Front (FPE), in proposals such as the Escola Sem Partido project, and in the promotion of intolerance towards minority agendas. This essay, therefore, aims to present ideas and arguments found in the right wing, in both contexts, in the perception of an ideological feedback between Brazil and the USA in the promotion of religious activism in

politics, and in the reading according to which this Activism is placed on the social scene as a Public Religion.

KEYWORDS: Religious Right. Neopentecostals. Public Religion.

Introdução

As mudanças na forma de posicionamento da direita brasileira nos últimos dez anos chamam atenção de pesquisadores e analistas políticos que interpretam o campo. A diversidade de ações da direita no cenário recente tem apontado um fenômeno que, convencionalmente, é entendido ora como uma Nova Direita (CASSIMIRO, 2021; ROCHA, 2018) pela novidade na capilaridade de ação em novos campos e associações; ora uma Extrema Direita (MIGUEL, 2018; CALDEIRA NETO, 2021) articulada em um recrudescimento na atuação no campo econômico e social; ora como uma Direita Radical (CHALOUB; LIMA; PERLATTO, 2018; CASARÕES, 2022) pela dinâmica de descontinuidade em seu processo de reconhecimento ideológico e pela emulação de ideias encontradas no contexto político norte-americano. Contudo, seja qual for o rótulo atribuído, uma ideia em comum orbita nesses esforços de interpretação: a direita brasileira dos últimos anos ampliou seu ativismo no debate público.

O conjunto destas pesquisas é um esforço para entender como se constitui e se movimenta a direita brasileira nos diversificados campos em que vem atuando: nas mídias digitais, entendidas como novas arenas de ação política, na esfera econômica e social alicerçadas por ideias encontradas no debate político norte-americano, na reprodução de um ultraliberalismo, sustentado por ideias libertárias, na promoção de discursos anticomunistas e no fortalecimento de um grupo considerado um importante fator político (VILLAZÓN, 2015) no debate público dos últimos anos: a crescente direita religiosa.

O texto aqui proposto, com isso, terá como objetivo apontar ideias e posicionamentos da direita brasileira no debate público, com foco na atuação da direita religiosa. Para isso, apresentaremos um panorama sobre a atuação política de grupos relacionados ao pentecostalismo brasileiro, especialmente a dimensão neopentecostal, através da dinâmica de formação e atuação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE). Esses religiosos apresentaram elementos que podem ser encontrados no contexto político norte-americano, em meados dos anos 1970, naquilo que ficou conhecido como *New-Right*, um movimento de base popular articulado em torno de questões sociais, tais como o aborto, pornografia e a desmoralização da sociedade diante do advento das minorias. As ações destes religiosos propagaram ideias e modos de atuação que podem ser encontrados no contexto político brasileiro, em sua atuação no parlamento e na esfera social. Além disso, apontamos que a direita religiosa no Brasil, como a americana, tem apresentado um modelo de religião pública, ao atuar fora de sua esfera de influência no campo privado, na interpretação da sociedade como uma extensão de sua fé.

Desta forma, o texto será alicerçado em três eixos explicativos: o primeiro apresentará a *New Right*, suas ideias, contexto político e social no qual emergiu; o

segundo introduzirá o contexto e parte da dinâmica de atuação da direita religiosa brasileira, com foco na atuação política dos neopentecostais, e as semelhanças com o movimento norte-americano, enquanto o terceiro terá como objetivo interpretar essa direita brasileira pelo prisma teórico do sociólogo espanhol José Casanova na promoção de uma ideia de Religião Pública.

A *New-Right* e a construção de uma via política pela religião

Para compreendermos o movimento religioso que surgirá no final da década de 1960 e ganhará espaço na atuação política no cenário norte-americano é importante retornarmos para o início do século XX, na análise de um grupo de religiosos que surge com o lançamento da obra *The Fundamentals: Testimony of the Truth*, publicado entre 1910 e 1915. O livro é organizado por um conjunto de panfletos escritos por missionários, pastores e líderes evangélicos da Igreja Presbiteriana, que reuniu figuras dos EUA, Canadá e Inglaterra. Foi um manifesto contra a teologia liberal e moderna que se desenvolveu nos EUA e produziu releituras da Bíblia que, segundo os autores, feriu a concepção de fé de uma parcela de crentes na América.

Tratava-se de lutar contra tudo e contra todos os que eram causa de preocupação para os protestantes tradicionalistas, sobretudo nas Igrejas Batista e Presbiteriana dos Estados do Norte; de fazer com que os EUA recuperassem sua identidade cristã bíblica, que muitos evangélicos acreditavam estar perdida, sobretudo como consequência da Primeira Guerra Mundial; de dissipar os temores de revolução social, denunciando especialmente o perigo do comunismo; de neutralizar o impacto social e moral produzido pelas imigrações das últimas décadas, tanto mais que com elas haviam chegado ao país muitos católicos romanos. Símbolos da ruína moral eram o humanismo secularizante e o bolchevismo/comunismo. (GALINDO, 1994, p. 169).

A retórica do grupo apresentava o antagonismo provocado com o fim da Guerra Civil norte-americana dividida em: uma concepção que defendia a posição da manutenção da sociedade escravocrata do sul americano, em oposição ao otimismo do lado norte com o progresso promovido pela industrialização do país e o desenvolvimento social. “Surgiu como reação contra correntes sociais e teológicas que os fundamentalistas agrupam sob os termos ‘liberalismo’ e ‘modernismo’, nas quais eles vêem uma ameaça ao cristianismo tradicional, ou uma apostasia deste” (SCHERER-EMUNDS, 1989, p. 27 apud GALINDO, 1994, p. 168). O desdobramento dos impasses entre os grupos evangélicos teve como desfecho a expulsão de membros considerados sectaristas e radicais, na década de 1930. A figura de Carl McIntire surgiu nesse contexto como um fundamentalista e radical religioso que, ao ser expulso do movimento protestante, buscou alternativas para divulgação de suas perspectivas sobre a disseminação da fé, e isso ocorreu logo após a sua saída na fundação da *Bible Presbyterian Church*, que foi uma dissidência radical do ramo presbiteriano (GALINDO, 1994). Isso ficou claro na formação da *American Council of Christian Churches* (ACCC) e a *National Association of Evangelicals* (NAE), ambas fundadas em 1941, onde a primeira representava o ramo fundamentalista radical e a segunda os

moderados. “[McIntire] começou tentando construir uma associação de igrejas evangélicas conservadoras nos anos 1950. Em resposta à modernidade teológica e ao ecumenismo, com o *International Council of Christian Churches* [ICCC]” (MEZAROBBA, 2021, p. 82). A rivalidade destes dois grupos ganhou intensidade após o fim da guerra (1945), e um renovado espaço de atuação.

Os números sobre a observância religiosa atingiram, de facto, um máximo histórico após a Segunda Guerra Mundial, e muitas pessoas acreditavam que as igrejas em breve reivindicariam como membros todos os 97 por cento dos americanos que professavam crença em Deus. As publicações de Henry Luce, *Time and Life*, chamaram a atenção para um jovem pregador de avivamento chamado Billy Graham, que passou a década de 1950 conduzindo avivamentos bem concorridos nas principais cidades dos Estados Unidos e da Europa. Sua cruzada de 1957 no *Madison Square Garden*, em Nova York, foi um grande evento de mídia. Outras “estrelas” religiosas também estavam em ascensão.¹ (MOORE, 1994, p. 236).

O crescimento de evangélicos em diversas denominações se apresentava como indicativo de ascensão de um tipo de ultraconservadorismo, “uma grande parte da ascensão do ultraconservadorismo fundamentalista pode estar ligada ao crescimento surpreendente da Igreja Batista do Sul, que aumentou de 2.300.000 membros em 1936 para 10.000.000 em 1962²” (HOFSTADTER, 1964, p. 75). O aumento de um público de grupos relacionados a militâncias de fé potencializou o surgimento de demandas específicas nos espaços de atuação destes grupos. Como apontou o historiador Kevin Kruse (2015), o crescimento não foi um fator pontual ocorrido na década de 1950, mas progressivo, pois permaneceu em crescimento. Na década e meia após a Segunda Guerra Mundial “a porcentagem de americanos que pertenciam a uma igreja ou sinagoga disparou repentinamente, alcançando 57% em 1950 e depois atingiu o pico de 69% no final da década, um recorte histórico³” (KRUSE, 2015, p. XV). Nesse momento, pregadores como Billy Graham e Jerry Falwell ganharam destaque em seus eventos e programas de TV⁴.

O fator de crescimento, em parte na década de 1950, pode ser analisado pela mobilização política do próprio governo para uma ascensão e formação de um tipo de

¹ Figures about religious observance were, in fact, at a historic high after World War II, and many people believed that churches would soon claim as members the entire 97 percent of Americans who professed belief in God. The publications of Henry Luce, *Time and Life*, turned the spotlight on a young revival preacher named Billy Graham who spent the 1950s conducting well-attended revivals in the major cities of the United States and Europe. His 1957 crusade in New York City's Madison Square Garden was a major media event. Other religious "stars" were on the rise as well.

² A large part of the rise of fundamentalist ultra-conservatism may be linked with the astonishing growth of the Southern Baptist Church, which increased from 2.300,000 members in 1936 to 10.000,000 in 1962.

³ [...] the percentage of Americans who belonged to a church or synagogue suddenly soared, reaching 57 percent in 1950 and then peaking at 69 percent at the end of the decade, na all-time high.

⁴ A *Billy Graham Evangelistic Association*, um canal de mídia evangélica em torno de Billy Graham, fundado na década de 1950, e o programa *The Old-Time Gospel Hour* de Jerry Falwell, que teve início no final da década de 1950.

homogeneidade em torno de um movimento de fé. Se a tentativa era criar um mecanismo de oposição ao comunismo, ou mesmo favorecer a conveniência de grupos de atuação religiosa, no fim colaborou para o crescimento protestante dentro dos EUA e a criação de padrões nacionais de cidadãos, que tinham como característica central a religião. A publicidade da Casa Branca no Governo de Eisenhower, por exemplo, ilustrou essa questão:

No verão de 1953, Eisenhower, o vice-presidente Richard Nixon e membros de seu gabinete realizaram uma cerimônia de assinatura no Salão Oval, declarando que o governo dos Estados Unidos se baseava em princípios bíblicos. O resto do Capitólio também se conservou. Em 1954, o Congresso seguiu o exemplo de Eisenhower, adicionando a frase "*Under God*" ao anteriormente secular Juramento de Fidelidade. Uma frase semelhante, "*In God We Trust*", foi adicionada a um selo postal pela primeira vez em 1954 e, em seguida, ao papel-moeda no ano seguinte; em 1956, tornou-se o primeiro lema oficial da nação. Durante a era Eisenhower, era dito repetidamente aos americanos não apenas que a nação deveria ser cristã, mas que sempre fora. Eles logo passaram a acreditar que os Estados Unidos da América eram '*One nation under God*'.⁵ (KRUSE, 2015, p. XIII).

A dimensão de influência proporcionada pelo alcance do aparelho de TV forneceu a fundamentalistas e ativistas religiosos a possibilidade de arrecadação de fundos para iniciativas de investimento e desenvolvimento de espaços de ação social, como: escolas, universidades, hospitais, e até mesmo parques de diversões, como aponta Belloti (2008). A criação de um canal de televisão (CBS – *Christian Broadcasting Network*), em 1960, pelo pentecostal Pat Robertson, e o seu alcance visto nas décadas seguintes, é um exemplo da proporção de expansão das ideias religiosas em meados das décadas de 1960 e 1970.

Essas ações esboçaram o caminho de fortalecimento de grupos religiosos que ganharam espaço na política pela sua dimensão de influência. Em meados dos anos 1970 esses grupos intensificaram suas ações no campo político após mudanças em torno de políticas sociais, especialmente na questão sobre o aborto⁶. Esses grupos, compostos de pessoas comuns preocupadas com questões sociais, como o aborto e padrões sociais de comportamento, promoveram um novo elo na direita conservadora

⁵ In the summer of 1953, Eisenhower, Vice President Richard Nixon, and members of their cabinet held a signing ceremony in the Oval Office declaring that the United States government was based on biblical principles. Meanwhile, countless executive departments, including the Pentagon, instituted prayer services of their own. The rest of the Capitol consecrated itself too. In 1954, Congress followed Eisenhower's lead, adding the phrase "under God" to the previously secular Pledge of Allegiance. A similar phrase, "In God We Trust," was added to a postage stamp for the first time in 1954 and then to paper money the next year; in 1956, it became the nation's first official motto. During the Eisenhower era Americans were told, time and time again, that the nation not only should be a Christian nation but also that it had always been one. They soon came to believe that the United States of America was "one nation under God."

⁶ Em 1973 a Suprema corte norte-americana entendeu que o aborto é um direito privado e, portanto, um direito constitucional. O caso ficou conhecido como *Roe. Vs. Wade*.

americana, em que passaram a ser rotulados de *New-Right*⁷ ou *Religious Right* (NASH, 1976; ALLITT, 2003; CRITCHLOW, 2005; YOUNG, 2013). A composição da ala dessa direita era formada por pessoas orientadas por um moralismo religioso, e inicialmente não foi articulada por intelectuais, mas por um movimento de base⁸ popular mobilizado. Era constituído de evangélicos protestantes, fundamentalistas, pentecostais, católicos e judeus ortodoxos preocupados com as constantes mudanças sociais, em questões que avaliavam imutáveis. Essas questões se definiam nas discussões sobre a pornografia, o uso de drogas, a vulgarização do entretenimento de massas, dentre outros pontos. Os representantes destas ideias estavam convencidos de que a sociedade e cultura americana estava em um vertiginoso declínio moral no que eles chamavam de liberalismo secular ou liberalismo moderno (NASH, 2021), que para muitos foi causa fundamental e agente para esse declínio.

A Direita Religiosa era essencialmente o produto de traumas vivenciados por pessoas comuns em suas vidas cotidianas. Sua angústia era a dos pais que descobriram que na escola dos seus filhos eram oferecidos preservativos, que estavam sendo ensinados que o comportamento homossexual era apenas outro estilo de vida e onde eram instruídos que os padrões bíblicos de certo e errado eram relativos, sexistas e homofóbicos. “Para a nação ser forte, suas famílias deveriam ser constituídas conforme as regras divinas, que incluem a chefia da família pelo homem e a disciplina física dos filhos pelos pais [...]” (AMMERMAN, 1998, p. 97-98 *apud* BELLOTI, 2008, p. 69). Esse grupo foi liderado no plano político pela *Moral Majority*⁹ (1979-1989) e pela *Christian Coalition*¹⁰ (criada em 1989), e suas ideias trouxeram ao conservadorismo

⁷ O termo correto é *New-Right* (Nova Direita), mas convencionalmente é chamado de direita religiosa. Para não gerar conflito com o termo no português utilizei o termo em inglês na atribuição que é dada pelos autores, *New Right*.

⁸ Esses movimentos já haviam ganhado notoriedade pelo ativismo de figuras como Phyllis Schlafly no início na década de 1970. A advogada e ativista conservadora modificou o cenário de atuação política da ala conservadora, na composição e formação de movimentos de base pela tradução dos conflitos políticos para pessoas comuns da esfera da vida privada. Sua importância veio porque ela ajudou a evangelizar as ideias de intelectuais e autores anticomunistas para os conservadores de base. Foi dentro do Partido Republicano que ela traduziu seus conhecimentos em ação política. Seu mundo mental era o de uma partidária e polemista, não o de uma intelectual que delineava cuidadosamente sutilezas de lógica e gradações de argumentação. O seu ativismo contra os direitos de igualdade das mulheres no debate feminista que ocorreu em meados dos anos 1970 é um dos exemplos de mobilização de base conservadora. Ver: Critchlow, (2008).

⁹ *The Moral Majority*, uma organização política e de arrecadação de fundos focada em um eleitorado cristão conservador. Foi fundada pelos ministros Jerry Falwell, Sr., Tim LaHaye, Charles Stanley, Greg Dixon e D. James Kennedy em 6 de junho de 1979. Com sede em Washington, DC, o grupo monitorava a legislação, fazia lobby no Congresso em apoio a questões de interesse de seus membros e publicava um jornal mensal chamado *Moral Majority Report*, editado por Harry Covert. A organização foi dissolvida por Falwell em 1989. Disponível em: < <https://daily.jstor.org/the-moral-majority-collection/>>. Acesso em 15 jan. 2023.

¹⁰ Segundo ao seu site, a Coalizão é uma organização política formada por americanos pró-família que se preocupam profundamente em garantir que o governo sirva para fortalecer e preservar, em vez de

americano uma intensidade moral e uma dimensão populista não vistas desde a campanha de Goldwater¹¹ em 1964.

Esse elo da direita americana exaltou a necessidade de entrada no debate público como uma defesa de seu tradicional código moral e modo de vida. Ao contrário de intelectuais conservadores que estavam concentrados, em sua maioria, em questões nacionais como política econômica e conduta no processo da guerra fria, a *New-right* endereçou a experiência de seus traumas morais para pessoas comuns e sua vida cotidiana (NASH, 2006). Acima de tudo, os conservadores religiosos destinaram o seu fervor naquilo que a maioria deles considerava a questão central de combate e motivo de mobilização (BANWART, 2013) que foi a demanda pelo aborto legalizado.

Para compreender essa atuação dos evangélicos, bem como sua inserção no debate público e articulação dentro do campo político, é importante destacar o ativismo dos pastores televangelistas Jerry Falwell e Pat Robertson, e os movimentos *Majority Moral* e *Christian Coalition*. A atuação destes grupos e figuras públicas era articulado por movimentos de base, como visto no nascimento do grupo *Majority Moral*, que foi um movimento político fundado em 1979 e influente no cenário público, especialmente após a vitória de Ronald Reagan (1980). O grupo era formado pela atuação de pastores, padres e rabinos, uma seção ecumênica (BANWART, 2013) que visava combater e atuar no cenário político como oposição às mudanças sociais a favor de grupos minoritários. Essa mobilização foi identificada pela ala republicana que compôs a campanha de Ronald Reagan, que foi recíproca ao discurso anticomunista e favorável a família tradicional americana, fundada nos valores cristãos. Esse reconhecimento entre as ideias de Reagan e dos grupos desta ala da direita possibilitou a formação de uma composição de apoio, especialmente pelo compromisso do candidato com as pautas morais.

A proximidade do Armagedom, o confronto divinamente orquestrado entre o bem e o mal, fascinou Ronald Reagan e o fez acordar de seus cochilos para cuidar da política externa. Uma crença forte energiza as pessoas. No que diz respeito à política da década de 1980, os sinais de que o mundo tinha entrado no “fim dos tempos” colocaram vários inimigos em foco para os fundamentalistas protestantes. A política era uma forma de vingança santa que separava aqueles que sabiam por que Cristo estava voltando daqueles que não sabiam.¹² (MOORE, 1994, p. 250).

ameaçar, nossas famílias e nossos valores. Trabalhamos continuamente para identificar, educar e mobilizar os cristãos para uma ação política eficaz. Disponível em: < <https://cc.org/about-us/>>. Acesso em 16 jan. 2023.

¹¹ Foi um senador republicano do Arizona, e um dos expoentes porta-vozes do movimento conservador, especialmente da ala tradicionalista. O político concorreu à presidência da república, mas perdeu para Lyndon Johnson em 1964.

¹² The closeness of Armageddon, the coming divinely orchestrated showdown between good and evil, fascinated Ronald Reagan and got him up from his naps to attend to foreign policy. Strong belief energizes people. With respect to the politics of the 1980s, signs that the world had entered the “end times” brought various enemies into sharp focus for Protestant fundamentalists. Politics was a way of holy revenge that separated those who knew why Christ was coming again from those who did not.

A coalizão política apoiada pela direita religiosa, no entanto, não era apenas para promoção de valores morais e da família, mas também, por interesses econômicos. Para a manutenção da estrutura midiática produzida pelos televangelistas e líderes religiosos era necessário o mercado livre de intervenção do governo. Esse fator contribuía para uma aliança com o governo Reagan, como apontou Benjamin Armstrong, diretor executivo da NRB (*National Religious Broadcasters*), “O capitalismo *laissez-faire* permitiu às emissoras protestantes evangélicas alcançar as suas vitórias midiáticas. As religiões, disse ele, estavam a morrer na Europa devido às restrições que lhes eram impostas pela radiodifusão estatal”¹³(MOORE, 1994, p. 250). O livre mercado e o combate a ideais socialistas eram necessários para manutenção da estrutura de influência dogmática do grupo. Suas raízes se estabeleciam na atuação de pastores em suas residências religiosas através de pregações em programas de rádio, televisão, publicações e periódicos que debatiam as questões sociais.

O líder do movimento foi o pastor e televangelista Jerry Falwell. O religioso se mostrava em um tipo de cruzada contra minorias e políticas públicas que contrariavam suas crenças religiosas. Isso é visto, por exemplo, em uma carta em que Falwell solicita apoio para a permanência de seu programa de televisão no ar após receber sanções legais impostas contra suas críticas a grupos LGBT: “O *Old-Time Gospel Hour* é um dos poucos ministérios importantes na América que clamam contra militantes homossexuais”¹⁴ (FALWELL, 1981, p. 1). No mesmo documento, o pastor reitera seus ataques ampliando as ofensas para a esfera da educação:

Gays praticantes e exibicionistas estão ensinando crianças nas salas de aula hoje. Eles estão pregando em alguns de nossos púlpitos hoje, e estão exercendo grande influência nas redes de televisão hoje. Eles têm planos para seus filhos e para os meus. Eles têm planos para transformar a América em uma nação que fará com que "Deus nos entregue a uma mente reprovável”¹⁵ (FALWELL, 1981, p. 2).

O movimento de Falwell tinha como objetivos o lobby para acabar com o aborto, restabelecer a oração escolar, os papéis tradicionais de gênero para homens e mulheres, derrotar a Emenda de Direitos Iguais¹⁶, anular direitos especiais para gays e ajudar o país, segundo seus princípios de sociedade, a voltar às suas raízes. Além de

¹³ “*Laissez-faire* capitalism had enabled evangelical Protestant Broadcasters to achieve their media victories. Religions, he said, were dying in Europe because of the restrictions placed upon them by state-owned broadcasting.”

¹⁴ “The Old-Time Gospel Hour is one of the few major ministries in America crying out Against militant homosexuals.”

¹⁵ “Practicing and flaunting gays are teaching children in class-rooms today. They are preaching in some of our pulpits today, and they are exerting great influence on the television networks today. They have plans for your children and mine. They have plans for turning America into a nation that will cause ‘God to give us over to a reprobate mind’”.

¹⁶ É uma emenda proposta à Constituição dos Estados Unidos destinada a garantir direitos legais iguais para todos os cidadãos americanos, independentemente do sexo. Se propõe a abolir as diferenças legais entre homens e mulheres em termos de divórcio, propriedade, empregos e outros assuntos. Maiores informações disponíveis em: < <https://www.equalrightsamendment.org/>>. Acesso em 25 de abril de 2023.

Falwell, é importante destacar a influência e atuação de Pat Robertson, um pastor pentecostal e político ligado ao partido Republicano, que foi fundador da CBN (*Christian Broadcasting Network*) nos anos 1960. A atuação de Robertson, como a de Falwell, recebeu apoio de seus seguidores, especialmente a favor de pautas morais. No ano de 1989 ele fundou a *Christian Coalition*, uma organização política formada por americanos pró-família que se preocupavam ‘profundamente’ em garantir que o governo servisse para fortalecer e preservar as famílias e valores. O pastor pentecostal participou das primárias do partido republicano em 1988 para a presidência, mas perdeu a indicação para Georg H. Bush. A sua candidatura gerou repercussão no meio político e angariou apoio de religiosos que se identificavam com as ideias do pastor.

Esses conservadores religiosos adquiriram influência nas vozes de intelectuais, como em artigos publicados no jornal *First Things*, que foi fundado nos anos 1990, e em figuras como do teólogo Francis Schaeffer. Eles ganharam força, porém mais do que isso, uma visibilidade provida pelos laços orgânicos de uma subclasse de evangélicos protestantes que promoveram o seu crescimento. E com a forja de uma aliança entre católicos apostólicos e judeus ortodoxos, um movimento conservador ecumênico sem precedentes no contexto da história das religiões americanas foi formado. De acordo com o historiador norte-americano George Nash (2021), o movimento ecumênico formado durante o debate sobre os direitos civis e os movimentos anti-Vietnã produziram uma intransponível linha ideológica, nova e influente dentro do contexto conservador.

A direita religiosa no Brasil em dois momentos

Em uma recente pesquisa, publicada em livro no ano de 2021, o historiador americano Benjamin A. Cowan divulgou resultados de uma consulta realizada com arquivos do Exército brasileiro e da Biblioteca Nacional sobre um conjunto de informações que expõem a história do conservadorismo religioso no Brasil. O trabalho de Cowan ilustra o cenário de comunhão entre um ativismo político religioso de atores brasileiros e norte-americanos na construção de pautas identitárias. Seu trabalho atravessa o século XX e pontua o desenvolvimento do ativismo religioso no Brasil e sua recepção de ideias do contexto norte-americano. Isso pode ser visto na atuação de fundamentalistas radicais, como Carl McIntire¹⁷, na promoção de ideias na construção de um movimento evangélico no Brasil:

McIntire buscou estruturar uma rede global de instituições e espaços em que conservadores evangélicos pudessem se reunir, trocar ideias e influenciar políticas culturais. No Brasil, onde esteve algumas vezes e para onde enviou missionários, encontrou terreno fértil. Organizou e realizou com a participação de ativistas brasileiros, conferências em várias partes do mundo (MEZAROBBA, 2021, p. 82).

Com isso, compreender um alinhamento ideológico entre movimentos políticos em torno da direita atual, como dos ativismos em torno de Donald Trump e Jair

¹⁷ Isso em meados dos anos 1970.

Bolsonaro, passa pela interpretação de uma retroalimentação de polos distintos de atuação política e religiosa em um alcance internacional. Isso em decorrência da ação em espaços já experimentados e alocados para promoção de ideias como na construção de um ativismo religioso na política, tal visto no crescimento político do movimento neopentecostal no contexto brasileiro.

Neopentecostalismo como pauta religiosa

O movimento Pentecostal surgiu nos Estados Unidos no final do século XIX e pode ser dividido em três correntes: a primeira entendida pelo pentecostalismo clássico, que se originou do movimento metodista que ganhou forma com mudanças sociais estimuladas pela Revolução Industrial. Esse grupo é reconhecidamente chamado de pentecostal. A segunda, identificada por movimento neopentecostal ou carismático, surgiu na década de 1960 e tem dois ramos centrais, um que é influenciado pelo pentecostalismo clássico, mas se organizou em igrejas independentes, e o ramo que não se originou do pentecostalismo, mas sim do protestantismo tradicional e da Igreja Católica. E, por fim, a terceira se formou no início dos anos 1970 e meados dos anos 1980. Esse grupo se identifica com a doutrina pentecostal, mas não é reconhecido pelos movimentos anteriores. “Foram as que mais se multiplicaram na América Latina, África e Ásia, e crescem quase que exclusivamente nas classes sociais mais baixas. As mais difundidas são a Assembléia de Deus, A Igreja do Evangelho Quadrangular [...]”¹⁸ (GALINDO, 1995, p. 192).

O movimento Neopentecostal é uma variação do Pentecostalismo norte-americano. No Brasil, o movimento chegou no início do século XX e passou por mudanças ao longo do tempo. Como aponta Freston (2004), podemos indicar três¹⁹ ondas que marcam sua chegada, estabelecimento e estruturação como uma renovação de ação no campo religioso e novidade no campo político: a primeira ocorreu a partir de 1910 com a chegada de congregações cristãs; a segunda surgiu nos anos 1950 e início dos anos 1960 com a disseminação e formação de grupos que se instalaram predominantemente em São Paulo, tais como Brasil para Cristo e Deus é Amor; enquanto a terceira onda, a qual é interesse deste trabalho, começou na década de 1970, mas na década de 1980 ganhou notoriedade, especialmente no Rio de Janeiro (ALMEIDA JR, 2008).

¹⁸ Esse terceiro grupo também é conhecido por pseudopentecostais. Ver. Almeida JR (2008).

¹⁹ Essa genealogia do movimento pentecostal no Brasil pode ser entendida na dimensão de três momentos: “As suas matrizes estão no PH, PC e Igrejas de Cura Divina. Isto se deu em três momentos: Primeiramente na década de 1910 – Inspirada nos movimentos pentecostais ocorridos nos EUA – Congregação Cristã em 1910 e Assembléia de Deus em 1911; Num segundo momento nos anos 50 e início dos anos 60 com a Igreja do Evangelho Quadrangular em 1951, O Brasil Para Cristo em 1955 de Manoel de Melo, que morreu em 90, e Deus é Amor em 1962 de Davi Miranda cunhado de Manoel de Melo. Finalmente em 1977 surgiu a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) de Edir Macedo, Igreja da Graça em 1980 com R. R. Soares, cunhado de Macedo e nas décadas de 70 e 80 as comunidades evangélicas, Sara Nossa Terra, Renascer em Cristo e outras inúmeras com liderança independente”. Ver: TAVARES NETO, 2008, p. 4 apud ALMEIDA JR, 2008, p.152.

No Brasil, parte destes grupos religiosos tinham boas relações com o regime ditatorial, mas sua influência só ganhou espaço após o fim da ditadura. O exemplo da formação da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), no ano de 1977 pelo pastor Edir Macedo, é uma significativa ilustração. A atuação da Igreja visou adentrar em espaços ainda pouco percorridos no âmbito cultural, como o Televangelismo, marcado pela atuação do pastor e seu cunhado, também pastor, R. R Soares, ainda nos anos 1970. A evangelização desses líderes religiosos alcançou todos os estratos sociais, mas principalmente pessoas humildes, pela narrativa clara e objetiva, e pela crença no perdão.

Comparadas com as Igrejas tradicionais chegadas da Europa ou dos EUA, estas apresentam as seguintes tendências: ao invés de uma atitude racista ou do complexo de superioridade, têm um conceito do cristianismo que não faz diferença entre raças e culturas; ao invés do intelectualismo, o predomínio do oral e do espontâneo; ao invés de conceitos abstratos, preferência pelo narrativo; ao invés do anonimato das organizações burocráticas, relações pessoais e familiares; ao invés da técnica medicinal moderna, a compreensão da enfermidade e da saúde como resultante da situação global da pessoa; ao invés das técnicas psicanalíticas, terapias de grupo ou em família baseadas no contato físico, na oração e na educação informal transmitida por sonhos e visões (GALINDO, 1995, p. 199).

O campo político nesse meio era um espaço necessário para a ampliação de influência para esses líderes religiosos, pois possibilitavam a ampliação de seu campo de atuação. A penetração nesses espaços demandava apoio, e isso ganhou forma com o sucesso midiático que a Igreja e seus pastores ganharam (FREESTON, 2004). A expansão de políticos identificados religiosamente era baixa até a década de 1980, mas gradativamente ganhou espaço e importância no campo político. A legislatura de 1987 apresentou essas mudanças quando, em eleições anteriores, candidatos protestantes eleitos eram 12 e após 1987 esse número passou de 30 (FREESTON, 2004, p. 19). Esse posicionamento ganhou força na aquisição do Pastor Edir Macedo em 1989 da Rede Record de Televisão, com apoio do ex-presidente Collor. A dimensão de influência nesse momento ganhou um novo espaço, pois se a televisão, em seu surgimento na década de 1950 no Brasil, era uma novidade tecnológica pouco acessível, a partir dos anos 1970 essa realidade é alterada com a percepção do aparelho como um centro de entretenimento (RODRIGUES, 2022), e isso se amplia na década seguinte com o surgimento da TV por assinatura.

O modelo da Igreja Universal não era sinônimo de que todas as igrejas pentecostais se desenvolveram da mesma maneira, mas que parte do movimento neopentecostal no Brasil ganhou espaço pela sua inserção no campo político e na formação de *lobbies* na promoção de interesses de suas comunidades. A eleição presidencial de 1989 foi um exemplo disso, quando religiosos apresentaram rejeição ao candidato Luiz Inácio Lula da Silva pelo entendimento de que ele era contrário aos dogmas que defendiam e, assim, viam a esquerda como algo perigoso aos seus ideais, “os evangélicos viam no candidato da esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva, um

verdadeiro ‘satã’; era o medo de ‘um comunista’ ou ‘anticristo’ ganhar as eleições”²⁰ (VILLASENOR, 2010, p. 159).

A politização desses religiosos pode ser entendida pela necessidade de manutenção da rede e evolução do campo religioso. “O primeiro fator é o próprio ‘clero’. Os principais beneficiários da política corporativa têm sido os líderes da igreja” (FRESTON, 2004, p. 21). A exemplo do modelo de sucesso norte-americano de mídia religiosa, o campo do marketing religioso nesses espaços de comunicação reforçava o alcance de sua presença. Isso ganha uma projeção se olharmos para os dados sobre a população evangélica no início dos anos 1990, que estava em torno de 9,0% da população, um acréscimo de mais de 2,0% em comparação à década anterior (IBGE, 2012).²¹ Essas projeções indicaram o crescimento evangélico ocorrido no país, principalmente seu polo neopentecostal, e o seu gradativo acesso e influência na política. A exemplo disso podemos verificar o debate sobre a nova constituição ocorrido no processo de redemocratização, que promoveu a rivalidade em entender uma possível concepção de religião nacional na acusação de políticos evangélicos de favorecimentos de parlamentares e setores do governo a Igreja Católica²² (FRESTON, 2004). O crescimento desse ativismo promoveu o surgimento de uma bancada com um viés religioso no tratamento de medidas que atendessem os interesses de grupos evangélicos, que foi formalizada no início dos anos 2000.

Além disso, as pautas encontradas na *New Right* norte-americana ganharam espaço no contexto evangélico brasileiro em projetos que enfatizavam questões morais, especialmente temas sobre aborto, homossexualidade e pornografia²³. Havia a identificação com a Igreja e intensidade em defender seus preceitos, e não necessariamente uma pauta política ligada a interesses partidários, mas sim a demanda por promoção de uma leitura cristã da sociedade a partir de seus dogmas. A exemplificação desse cenário fica clara ao entender que o anticomunismo, mesmo sendo um fator perigoso aos seus ideais, era um assunto lateral em comparação ao movimento norte-americano. “Desde o surgimento da bancada evangélica na Constituinte²⁴ em 1986 até a formação da Frente Parlamentar em 2003, importantes lideranças pentecostais deixaram de demonizar o candidato à presidência da República, Lula, para apoiá-lo nas eleições de 2002” (TREVISAN, 2013, p. 31). A

²⁰ Em referência ao candidato nas eleições de 1989.

²¹ Esse cenário chama ainda mais atenção se olharmos os dados do censo de 2010, no qual o percentual está em 22,2% da população.

²² Paradoxalmente, a primeira bancada evangélica surgiu entre os anos de 1982 e 1986 em resposta a supostas ameaças de que católicos intentaríamos restringir a liberdade religiosa e obter privilégios na Constituinte de 1988. Ver. Rocha; Silva; Barreto (2021).

²³ Ver. COWAN, Benjamin Arthur. “Nosso Terreno”: crise moral, política evangélica e a formação da ‘Nova Direita’ brasileira. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p. 101-125, jan/abr. 2014. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/vh/a/PXDGNyTGfBcVrs7z46k35rm/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 02 set. 2023.

²⁴ Nesse momento ainda não havia uma identificação dos próprios parlamentares como um grupo coeso em favor de pautas evangélicas, mas isso se alterou em 2003.

desmoralização da sociedade através de avanços sociais em pautas de minorias era o temor que poderia afetar a crença em que acreditavam dentro de seu espaço de atuação, a esfera privada.

Neopentecostalismo como pauta política

Se em um primeiro momento a atuação de grupos neopentecostais teve seu campo como finalidade de expansão e influência no âmbito privado, os desdobramentos recentes demonstram que o impulso religioso na direita atual tem como foco a defesa de uma pauta política que transcende o espaço privado e invade o espaço público. Se nas eleições do final dos anos 1980 e 1990 o crescimento de candidatos evangélicos eleitos foi significativo, no início dos anos 2000 ocorreu uma mudança na postura nos interesses desses parlamentares com a articulação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), instituída em 2003.²⁵

Contudo, é importante enfatizar que a FPE surgiu na representação de interesses políticos de uma ala pentecostal, que não é a voz de toda a comunidade evangélica, pois o campo é diversificado com variadas denominações, e que não necessariamente estão alinhadas em suas pautas. A FPE surgiu na configuração partidária de grupos ligados ou associados a Igrejas Neopentecostais e de outros ramos cristãos que defendem posições conservadoras na constituição social. “Ou seja, não é o povo evangélico que está massivamente representado nessa elite parlamentar, mas um discurso sobre os evangélicos articulado por lideranças pentecostais, que se tornou predominante” (BURITY, 2020, p. 206).

O grupo de religiosos, conhecido como bancada evangélica, tem a frente interesses de líderes evangélicos com direcionamentos específicos, em pautas que defendem a família e dogmas religiosos na compreensão de um ordenamento social. Essa formalização de parlamentares religiosos apresenta interesses em políticas que atendam não só o espaço privado de congregações e o círculo religioso, mas a introdução de medidas desta esfera para o debate público, pois a criação da FPE “revela a crescente habilidade evangélica para mobilizar e organizar parlamentares para a defesa de interesses supradenominações e suprapartidários” (TREVISAN, 2013, p. 35). Além disso, o receio que era visto por parlamentares e alas evangélicas sobre o Partido dos Trabalhadores, e sobre o então ex-presidente Lula (2003-2011), foi deixado de lado por um alinhamento proporcionado por concessões do governo ao grupo, como na sanção da Lei de Liberdade Religiosa em 2003²⁶ e licenças de rádio e TV (ROXO, 2021). A ausência de uma liderança com expressão política no campo religioso inviabilizava o alcance de pautas radicais e uma oposição mais efetiva contra

²⁵ No entanto, só foi registrada oficialmente na Câmara dos Deputados em abril de 2019, com o requerimento do pastor da Igreja Assembleia de Deus e deputado Silas Câmara (Republicanos-AM). Ver: Requerimento e estatuto disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/54010-integra.pdf. Acesso em 27 ago. 2023.

²⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.825.htm. Acesso em 29 ago. 2023.

o governo naquele momento. Aliado a isso havia os casos de corrupção que envolveram parlamentares religiosos, como o mensalão e a máfia das ambulâncias, em que 58% dos parlamentares da bancada estavam envolvidos direta ou indiretamente,²⁷ um *marketing* negativo que inviabilizou a promoção de candidaturas sólidas do grupo para o executivo.

No entanto, no final do primeiro governo Dilma Rousseff esse apoio foi pulverizado por pautas defendidas pelo governo consideradas progressistas pelos evangélicos (ROXO, 2021). Além disso, a eleição do deputado Marcos Feliciano, pastor evangélico neopentecostal, para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (CDHM) ampliou o desgaste contra o governo pelas pautas moralistas e o embate que foi aberto, diretamente, contra minorias sociais. “[...] o deputado-pastor pautou uma série de questões de ordem moral (aborto, casamento gay e adoção de crianças por estes casais, entre outros), mudando o perfil da CDHM” (ALMEIDA, 2020, p. 219). A comissão aprovou projetos polêmicos como o projeto de lei da “Cura Gay” que revertia uma determinação do Conselho Federal de Psicologia sobre tratamentos que visavam reverter a homossexualidade (COSTA, 2013).

Enquanto no âmbito social novas demandas dos grupos evangélicos e religiosos ascenderam com manifestações nas ruas, isso ainda antes dos eventos de junho de 2013, com o surgimento de *players* evangélicos (ALMEIDA, 2020) no debate público, como o ativismo do pastor da Igreja Assembleia de Deus Silas Malafaia. Nesse contexto, um conjunto de manifestações que atendiam diversas reivindicações na esfera social contribuíram para a ampliação de ação destes *players*, especialmente no espaço virtual, que emergiu como um campo de debate e promoção de ideias com ampla capilaridade. Essas manifestações desarticularam gradativamente as alas religiosas situacionistas, em parte pela conjuntura negativa que afetou o executivo federal com o surgimento de casos de corrupção associados ao governo.²⁸ Esse contexto contribuiu com o surgimento de uma oposição que ganhou apoio da bancada evangélica, como visto nas contribuições políticas de grupos neopentecostais ao candidato Aécio Neves nas Eleições de 2014²⁹.

A ausência de um candidato aglutinador das pautas evangélicas ainda não havia ganhado força naquele momento. A candidata Marina Silva, evangélica da Assembleia de Deus, não defendia publicamente as pautas destes grupos e não teve força para superar a clivagem PT x PSDB em 2014. No entanto, a força da FPE em compor uma ala evangélica ativa em suas demandas ganhou coro e musculatura no surgimento dos casos de corrupção que envolviam o governo federal, e a chegada da

²⁷ Ver. 58% da propina foi para os evangélicos, diz CPI dos Sanguessugas. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u81306.shtml>. Acesso em 29 ago. 2023.

²⁸ Ver. Os avanços e crises do primeiro mandato de Dilma Rousseff. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/12/30/os-avancos-e-as-criSES-do-primeiro-mandato-d-e-dilma-rousseff>. Acesso em 30 ago. 2023.

²⁹ Ver. Evangélicos aderem à campanha de Aécio Neves. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/10/14/interna_politica.579480/evangelicos-aderem-a-campanha-de-aecio.shtml. Acesso em 28 ago. 2023.

operação Lava-Jato impulsionou as vozes de oposição na composição parlamentar, e social, que contribuiu para o *impeachment* da presidenta em 2016. Essa conjuntura colaborou com o aumento do ativismo religioso na política ao demonstrar, segundo esses parlamentares, que o lado progressista, especialmente o petismo entendido como representante do ‘comunismo’ no país, era corrupto. Isso foi uma justificativa para líderes e parlamentares evangélicos moralizarem seus discursos em favor de uma retórica da preservação dos costumes, pois o governo estava corrompido. Nesse meio, o surgimento das *fake news* como instrumento político foi importante para esses grupos evangélicos, pois forneceu elementos que justificavam que a defesa da família era a defesa do próprio Estado diante dos constantes casos de corrupção e apoio a ideias imorais:³⁰ um modelo semelhante ao visto no contexto norte-americano dos anos 1980. O seu *modus operandi* transcendeu sua esfera de influência, campo privado, para disseminar sua concepção de sociedade ao âmbito público.

Neopentecostalismo e a atuação por uma religião pública

Em 2014 o então deputado estadual Flávio Bolsonaro convidou o procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib, para escrever um projeto de lei que se opusesse ao que uma parcela de parlamentares considerava “doutrinação” nas escolas. Nagib fundou em 2004 um movimento chamado “Escola Sem Partido”, que tem a finalidade de combater o ativismo ideológico nas escolas. “A pretexto de transmitir aos alunos uma ‘visão crítica’ da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores abusa da liberdade de cátedra e se aproveita do segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo” (NAGIB, 2023, n.p). As ideias de Nagib foram influenciadas pelo movimento *No Indoctrination*,³¹ fundado por Luann Whright em 2005 nos EUA, em que uma ex-professora de Ciências, “ao perceber um viés crítico nos textos de um certo professor de literatura de seu filho, que orientava a leitura de artigos qualificados por ela como ‘tendenciosos’ sobre o racismo dos brancos contra os negros” (SEVERO; GONÇALVES; ESTRADA, 2019, p. 11), compreendeu a defesa de uma falsa neutralidade e apartidarismo na condução pedagógica da escola e, com isso, questionou escolas e professores por uma atitude partidarista, mas, em contrapartida, difundia um ideário conservador em suas manifestações de defesa da “neutralidade”.

A comissão especial Escola Sem Partido foi criada e o projeto de Lei Nº 7.180/2014 lançado. O autor foi o deputado e pastor evangélico Erivelton Santana, que

³⁰ Ver. RUDNITZKI, Ethel; CORREIRA, Mariama. Grupos evangélicos e olavistas ajudaram a espalhar *fake News* de Bolsonaro sobre esquerda e pedofilia. Apública, 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/07/grupos-evangelicos-e-olavistas-ajudaram-a-espalhar-fake-news-de-bolsonar-o-sobre-esquerda-e-pedofilia/>. Acesso em 01 set. 2023.

³¹ Ver. PAULINO, Carla Viviane. O impulso neoliberal e neoconservador na educação brasileira: a imagem do “professor doutrinador” e o “projeto escola sem partido”. *Educere Et Educare*, v. 13, n. 28, p. 1-24. 25 set. 2018. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/18731>. Acesso em: 20 jan. 2021.

na época era filiado ao PSC (Partido Social Cristão). O projeto tinha como finalidade “incluir entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa” (SANTANA, 2014, p. 1). O desdobramento do projeto gerou polêmica³² por ser uma censura a atividade de ensino, especialmente por interferir no modo de atuação do professor em se manifestar como educador e profissional da educação. Apesar de mudanças e debates, o projeto foi arquivado, mas ainda tem popularidade entre parlamentares, especialmente nas esferas estaduais³³.

A moralização da educação promovida pelo movimento *No Indoctrination* de Luann Wright, no início do século XXI, não era uma novidade no contexto político americano, pois era umas das demandas de parlamentares e líderes religiosos que mobilizaram a *New Right*, ainda nos anos 1970. “O currículo escolar tornou-se um campo de batalha para os fundamentalistas no início da década de 1970 e foi uma das questões que levou ao surgimento político da Nova Direita religiosa”³⁴ (ALLIT, 2004, p.184). Enquanto isso, outro fator que os aproximava também ganhou forma nesse momento: o anticomunismo. O processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff apresentou diversos discursos que apontaram para um Brasil tomado por uma guerra ideológica entre uma direita conservadora e pró-família contra uma esquerda comunista e imoral, em parte por causa do crescimento da diversidade na sociedade e políticas que atendiam às novas demandas. O anticomunismo ganhava espaço nos debates políticos aliado de uma significativa oposição contra a ascensão das minorias³⁵. O discurso contra o comunismo, que tinha como alvo o Partido dos Trabalhadores e agremiações progressistas, inicialmente não ganhou força, mas o alcance dos líderes evangélicos e sua capacidade de capilarizar modificou esse cenário.³⁶

³² Ver. ‘Escola sem Partido’: entenda a polêmica em torno do movimento e seus projetos de lei. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/entenda-a-polemica-em-torno-do-escola-sem-partido.ghtml>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

³³ Ver. Projeto de Lei nº45/2023. Disponível em: <http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=161&url=L3NjcHJvMjMyNy5uc2YvMThjMWRkNjhmOTZiZTNINzgzMjU2NmVjMDAxOGQ4MzMvMzRkNzVjNTdjYWQxMDQ3YTAzMjU4OTQ5MDA2ODhhNmY/T3BlbkRvY3VtZW50>. Acesso em 31 ago. 2023.

³⁴ School curriculum had become a battleground for fundamentalists in the early 1970s and was one of the issues that prompted the political emergence of the New Religious Right.

³⁵ Ver. Evangélicos e as eleições de 2014. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/noticias/536286-evangelicos-e-as-eleicoes-2014-primeiro-balanco-pos-5-de-outubro>>. Acesso em 29 ago. 2023.

³⁶ Ver. Bancada evangélica apresenta agenda para próximo governo e crítica “revolução comunista”. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/bancada-evangelica-apresenta-agenda-para-proximo-governo-e-critica-revolucao-comunista/>>. Acesso em 31 ago. 2023.

A retórica comunista utilizada por parlamentares e líderes religiosos ganhou intensidade no segundo mandato da ex-presidente Dilma, em parte pelo entendimento de que o governo defendia pautas progressistas que eram contrárias aos dogmas desses religiosos, mas também pela própria representatividade evangélica no Congresso. A FPE ganhou dimensão política e social que agitou o cenário. O discurso desses parlamentares na esfera política e dos líderes religiosos em suas residências de pregação contribuíram como uma importante fração da oposição ao impeachment da ex-presidente.

O discurso político-midiático disseminado pelos pastores em questão e incorporado ao léxico tanto de seus fiéis, quanto de opositores do PT, apresentam visões de mundo extremadas em sua dualidade e retomam alguns termos típicos dos anos da Guerra Fria e que já produziram medo na população, como comunismo e ditadura. (ORTUNES; MARTINHO; CHICARINO, 2019, p. 125).

O conspiracionismo anticomunista utilizado por esses grupos ganhou dimensão nessa conjuntura, pois se em um primeiro momento, nos anos 1980, o grupo era minoritário e expressava preocupações com o comunismo pela possibilidade de desmoralização da fé cristã, no cenário recente a retórica comunista trabalhava pela extinção da sociedade cristã brasileira. Com isso, o discurso saiu da esfera privada para a esfera pública. A defesa de pautas morais era uma questão pública. Dessa forma, podemos entender que o movimento pentecostal, na esfera neopentecostal, em sua atuação política apresentou elementos que transcendem a sua própria dimensão de atuação no espaço privado, naquilo que o autor José Casanova (1994) chama de ‘desprivatização’ da religião moderna. Para ele, é o processo no qual “a religião abandona o seu lugar atribuído na esfera privada e entra na esfera pública indiferenciada da sociedade civil para participar do processo contínuo de contestação, legitimação discursiva do redesenho de fronteiras”³⁷ (1994, p.65-66). A visão de mundo desses grupos estava mobilizada por interesses que consideravam transcendentais as suas próprias fronteiras, sua contestação se aplicava ao debate público, e não a sua própria esfera de atuação.

Pode haver religiões ‘públicas’ na política a nível social, como em todos os casos em que a religião se torna politicamente mobilizada contra outros movimentos religiosos ou seculares, ou institucionalizada como um partido político que compete com outros partidos religiosos ou seculares.³⁸ (CASANOVA, 1994, p. 61).

Para o autor, a distinção entre atividades privadas e religiões públicas é desenhada em termos constitucionais, na separação entre Igreja e Estado. Essa tendência limita a esfera pública apenas ao Estado, colocando os demais polos na

³⁷ [...] religion abandons its assigned place in the private sphere and enters the undifferentiated public sphere of civil Society to take part in the ongoing process of constestation, discursive legitimation, and redrawing of the boundaries.

³⁸ There may be “public” religions at the political Society level, as in all instances When religion becomes politicallly mobilized Against other religious or secular movements, or institucionalized as political party competing with other religou or secular parties.

esfera privada. No entanto, a transgressão desta fronteira na politização da religião, como aponta Casanova (1994), põe em perigo a liberdade de consciência individual e pode trazer concepções estranhas de justiça na construção ‘neutra’ de deliberações de interesse público. Assim, “o religioso refere-se às ações empreendidas pela instituição eclesiástica ainda que não mais organizada como igreja.” (MONTERO, 2018, p. 31).

Portanto, na pequena fração da história e da organização da direita religiosa brasileira, aqui contada, podemos apontar duas conclusões que se destacam em sua dinâmica de atuação. A primeira é a semelhança na ação e nas ideias encontradas no contexto político religioso brasileiro com as ideias vistas na formação da *New Right*, no final dos anos 1970, principalmente o ativismo político dos últimos anos. A segunda é a mudança de postura na atuação dos atores religiosos no contexto político. Em um primeiro momento, ao adentrar no campo político por demandas que corresponderiam a concessões no âmbito privado, apresentaram uma retórica de ação que restringe a ampliação de influência em suas fronteiras. Contudo, em um segundo momento essa atuação transcendeu sua esfera designada no ordenamento liberal e redesenhou seu campo de atuação diretamente na esfera pública, como detentora de uma razão universal. Sua presença na esfera política não é recente, e a mudança de postura apresentou a ideia de continuidade ao buscar ampliar seu campo de influência na esfera pública pela mesma configuração de ideias que apresentou em seu surgimento, com a diferença de enfatizar pontos que antes não deu tanta ênfase devido às demandas conjunturais.

Considerações finais

O posicionamento político de religiosos não é exclusivo de evangélicos neopentecostais, pois corresponde a diferentes grupos com interesses diversos. O grupo de evangélicos progressistas (MOURA, 2021) é um exemplo de contraponto aos evangélicos da FPE, pois se opõem ao modelo conservador e radical da bancada. Além disso, podemos citar a Igreja Católica Progressista (LEVY, 2009), que toma seu espaço de atuação política em vias de contribuir com os problemas relacionados à justiça social, e se inspira no conjunto de ideias em torno da Teologia da Libertação. Com isso, podemos compreender que o ativismo religioso na política tem uma atuação diversificada. No entanto, os religiosos que compõem a vanguarda política no Congresso, em grande parte evangélicos e simpatizantes de suas pautas, ganharam visibilidade pela composição política e social que representam, mas também pela estrutura que organizaram com o tempo.

Deste modo, este texto teve como objetivo apresentar, brevemente, argumentos sobre uma pequena fração religiosa que cresceu e se estabeleceu no debate público atual como uma ala da direita política brasileira. Além disso, os exemplos sobre o desenvolvimento da *New-Right* americana são um bom caminho para pensar a política e o ativismo religioso no Brasil, principalmente pelos trabalhos que interpretaram esse movimento por lá (JORSTARD, 1970; ALLIT, 2004; COOPER, 2017; YOUNG, 2016) e podem contribuir para entendermos este movimento por aqui.

Referências

ALLITT, Patrick. *Religion in America: A History*. New York: Columbia University Press, 2003.

ALMEIDA JR, J. Um panorama do fenômeno religioso brasileiro: neopentecostalismo ou pentecostalismo. *Ciências da Religião (Mackenzie. Online)*, v. 6, p. 146-177, 2008.

ALMEIDA, Ronaldo. Players evangélicos na crise brasileira (2013-2018). In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (Orgs). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020, p. 217-236.

BANWART, Doug. Jerry Falwell, the Rise of the Moral Majority, and the 1980 Election. *Western Illinois Historical Review*, vol. 5, 2013. Disponível em: <http://www.wiu.edu/cas/history/wihr/pdfs/Banwart-MoralMajorityVol5.pdf>. Acesso em 3 fev. 2023.

BELLOTTI, Karina Kosicki. A batalha pelo ar: a construção do fundamentalismo cristão norte-americano e a reconstrução dos “valores familiares” pela mídia (1920-1970). *Mandrágora*, n. 14, p. 55-72, 2008. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/view/696>. Acesso em 06 jan. 2023.

CALDEIRA NETO, Odilon. Frente Nacionalista, Neofascismo e “Novas Direitas” no Brasil. *Faces de Clio*, v. 2, n. 4, jul/dez. 2016, p. 20-36.

CARRANZA, Brenda. Evangélicos: o novo ator político. In: GUADALUPE, José Luis Pérez (Org.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020, p. 171-192.

CASANOVA, José. *Public Religions in the Modern World*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

CASARÕES, Guilherme. O movimento bolsonarista e a americanização da política brasileira: causas e consequências da extrema direita no poder. *Journal of Democracy em Português*, São Paulo, v. 11, n. 2, nov. 2022. Disponível em: <https://www.plataformademocratica.org/Arquivos/nov-22/O_movimento_bolsonarista_e_a_americanizacao_da_politica_brasileira_causas_e_consequencias_da_extrema_direita_no_poder.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2023.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

CENSO 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. Agência IBGE, 2012. Disponível em: <[CHALOUB, Jorge; LIMA, Pedro; PERLATTO, Fernando. Direitas no Brasil contemporâneo. *Teoria e Cultura*, v. 13 n. 2, dez. 2018.
CORREIRA, Mariama. Novo Brasil evangélico será desafio para o governo Lula. *Apública*, 2022. Disponível em: <\[COSTA, Fabiano. Comissão de Direitos Humanos aprova autorização para ‘cura gay’. *G1*, 2013. Disponível em: <\\[>.>. Acesso em: 31 ago. 2023.\\]\\(https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/comissao-de-direitos-humanos-aprova-autorizacao-para-cura-gay.html\\)\]\(https://apublica.org/2022/10/novo-brasil-evangelico-sera-desafio-para-o-governo-lula/>.>. Acesso em 29 ago. 2023.</p></div><div data-bbox=\)](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14244-asi-censo-2010-numero-de-catolicos-cai-e-aumenta-o-de-evangelicos-e-spiritas-e-sem-religiao#:~:text=Os%20evang%C3%A9licos%20foram%20o%20segmento%20de%201980%20e%20de%202010,1980%2C%206%2C%206%25.>.>. Acesso em 28 ago. 2023.</p></div><div data-bbox=)

COWAN, Benjamin A. *Moral majorities across the Americas: Brazil, the United States, and the creation of the religious right*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2021.

CRITCHLOW, Donald T. *Phyllis Schlafly and grassroots conservatism: a wo-man’s crusade*. New Jersey: Princeton University Press, 2005.

FALWELL, Jerry. [Letter from Jerry Falwell on Keeping Old Time Gospel Hour on air], letter. *The Portal to Texas History*, August 13, 1981. Disponível em: <https://texashistory.unt.edu/ark:/67531/metadc177440/citation/#top>. Acesso em 02 fev. 2023.

FRESTON, Paul. *Evangelicals and Politics in Africa, Asia and Latin America*. New York: Cambridge University Press, 2004.

GALINDO, Florencio. *O fenômeno das seitas fundamentalistas*. Petrópolis: Vozes, 1994.

HOFSTADTER, Richard. *The Paranoid Style in American Politics and Other Essays*. Harvard University Press: Massachusetts, 1964.

JORDSTAD, Erling. *The Politics of Doomsday: Fundamentalists of the Far Right*. Nashville: Abingdon Press, 1970.

KRUSE, Kevin M. *How Corporate America Invented Christian America*. Basic Books: New York, 2015.

LEVY, Charmain. Influência e Contribuição: A Igreja Católica Progressista Brasileira e o Fórum social mundial. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 29, p. 177-197, 2009. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rs/a/kdrZ9pNXsFkzN664ntYbBfb/>>. Acesso em 02 set. 2023.

LIND, Michael. Why Intellectual Conservatism Died. *Dissent*, p. 42-47, Winter, 1995. Disponível em: < <http://www.dissentmagazine.org/pdfs/lind.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2023.

MEZAROBBA, Glenda. Benjamin A. Cowan: O Brasil e a nova direita. Entrevista. *Revista Pesquisa Fapesp*, ed. 305, jul. 2021. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/benjamin-a-cowan-o-brasil-e-a-nova-direita/>. Acesso em: 25 ago. 2023.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In. SOLANO, Esther (Org.). *O Ódio como Política: A reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

MONTERO, P. . Religião Cívica, Religião Civil, Religião Pública: continuidade e descontinuidades. *Debates do NER (UFRGS)* , v. 19, p. 15-33, 2018.

MOORE, R. Laurence. *Selling God: American Religion in the Marketplace of Culture*. Oxford University Press: New York, 1994.

MOURA, Sebastião. Grupos evangélicos progressistas questionam legitimidade de lideranças conservadoras. *Jornal da USP*, 2021. Disponível em: < <https://jornal.usp.br/ciencias/grupos-evangelicos-progressistas-questionam-legitimidade-de-liderancas-conservadoras/>>. Acesso em 02 set. 2023.

NAGIB, Miguel. *Escola Sem Partido*, 2023. Quem somos. Disponível em: < <http://escolasempartido.org/quem-somos/>>. Acesso em 31 de ago. 2023.

NASH, George H. *The Conservative Intellectual Movement in America: since 1945*. 30 ed. Wilmington: Isi Books, 2006.

ORTUNES, Leandro; MARTINHO, Silvana Gobbi ; CHICARINO, Thatiana Senne . A instrumentalização do discurso do medo: pastores midiáticos e o período pré-eleitoral de 2014. *Intercom*. São Paulo, v. 42, p. 121-146, 2019.

OS PASTORES PROGRESSISTAS E A OUTRA VOZ DE DEUS. *Outras Mídias*, 2022. Disponível em: <
<https://outraspalavras.net/outrasmidias/as-igrejas-que-questionam-o-pecado-do-racismo/>>. Acesso em 02 set. 2023.

ROCHA, Antonia Rozimar Machado e; SILVA, F. S. S. E.; BARRETO, A. A.. A FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA NO CONGRESSO NACIONAL: Representatividade Política dos Evangélicos? *Inter-Legere*, v. 4, n. 32, p. 1-27, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/25787>>. Acesso em: 15 set. 2023.

ROCHA, Camila. “*Menos marx, mais Mises*”: Uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2018, 232 f., Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

RODRIGUES, T. M. A Sociologia e seus dilemas digitais: as relações sociais entre a Televisão e a Internet. *Pensata*, Campinas, v. 11, n. 1, p. 21-38, jul. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/13913>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

ROXO, Sergio. Lula e a ‘carta aos evangélicos’. *O Globo*, 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/lula-a-carta-aos-evangelicos-24931854>>. Acesso em 31 ago. 2023.

SANTANA, Erivelton. PL 7180/14 – *Comissão Especial Escola Sem Partido*. Projeto de Lei nº7.180 de 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1661955>. Acesso em: 30 ago. 2023.

SEVERO, Ricardo; GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira; ESTRADA, Rodrigo duque. A Rede de Difusão do Movimento Escola Sem partido no Facebook e Instagram: conservadorismo e reacionarismo na conjuntura brasileira. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 1-28, 2019.

SINGER, André (Org.). *Sem Medo de Ser Feliz: Cenas de Campanha*. São Paulo: Scritta, 1990, p. 94-113.

TORREY, R. A; DIXON, A. C (Ed). *The Fundamentals: A testimony to the Truth*. Michigan: Baker Book House, 1917. Vol. 1.

TREVISAN, J. . A Frente Parlamentar Evangélica: Força política no estado laico brasileiro. *Numen: revista de estudos e pesquisa da religião*, v. 16, p. 29-57, 2013.

VILLASENOR, Rafael Lopez. A estratégia política da Igreja Universal do Reino de Deus: um estudo sobre as eleições presidenciais 1989, 1994 e 2002. *Ponto-e-Vírgula*, v. 8, 2010, p. 155-164. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/13949>>. Acesso em 15 abr. 2023.

VILLAZÓN, Julio Córdova. Velhas e novas direitas religiosas na América Latina: os evangélicos como fator político. In. VELASCO E CRUZ; KAYSEL; CODAS (Orgs). *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 163-175.



Recebido em 02/08/2023

Aceito em 09/12/2023

DOI:10.26512/emtempos.v22i42.50362

ARTIGO

As legiões revolucionárias do Paraná e a oposição tenentista ao interventor Mário Tourinho

The revolutionary legions of Paraná and the lieutenant opposition to the interventor Mário Tourinho

Natália Cristina Granato

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná

<https://orcid.org/0000-0002-6090-0428>

RESUMO: As legiões revolucionárias tiveram seu início a partir de outubro de 1930, e desde então começaram as dissidências políticas em relação ao situacionismo. A organização política tenentista surgiu a partir da ação dos militares que atuaram no movimento armado de 1930 no estado, reunindo também apoiadores civis do movimento tenentista da década de 1920 e da Aliança Liberal. No Paraná, a oposição ao interventor Mário Tourinho começou a ser organizada em dezembro de 1930. Os elementos militares ligados às legiões e clubes revolucionários tenentistas se revoltaram com as práticas políticas da interventoria. Esses agentes enviaram uma série de telegramas ao gabinete de Oswaldo Aranha, um dos principais articuladores do governo Vargas com as interventorias, com grande poder de negociação entre os tenentes revolucionários e os oligarcas dissidentes. Essa crise teve como desfecho a exoneração de Mário Tourinho da interventoria federal, em dezembro de 1931. Esse trabalho pretende investigar as oposições tenentistas ao interventor a partir das fontes do Arquivo Oswaldo Aranha, disponíveis no acervo do CPDOC-FGV. Através das correspondências enviadas ao gabinete ministerial, analisaremos as ações de oposição ao interventor feitas pelas legiões revolucionárias, relacionando esses fatos com o estilo de centralização política praticado pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas.

PALAVRAS-CHAVE: Governo Vargas. Interventoria. Tenentismo revolucionário.

ABSTRACT: The revolutionary legions had their beginnings in October 1930, and since then political dissent in relation to situationism began. The “tenentista” political organization emerged from the action of the military that acted in the armed movement of 1930 in the state, also bringing together civilian supporters of the “tenentista” movement of the 1920s and the Liberal Alliance. In Paraná, the opposition to the “interventor” Mário Tourinho began to be organized in December 1930. The military elements linked to the legions and revolutionary “tenentistas” clubs revolted against the political practices of the “interventoria”. These agents sent a series of telegrams to the office of Oswaldo Aranha, one of the main articulators of the Vargas government with the “interventorias”, who held great

negotiation power between the revolutionary lieutenants and the dissident oligarchs. This crisis ended with the dismissal of Mário Tourinho from the federal “interventorship,” in December 1931. This work intends to investigate the lieutenants' opposition to the “interventor” based on the sources of the Oswaldo Aranha Archive, available in the CPDOC-FGV collection. Through the correspondences sent to the ministerial cabinet, we will analyze the opposition actions to the “interventor” made by the revolutionary legions, relating these facts with the style of political centralization practiced by the Provisional Government of Getúlio Vargas.

KEYWORDS: Vargas Government. Intervention. Revolutionary tenentism.

Introdução

Em outubro de 1930, o surgimento das legiões revolucionárias marcou o início de um período de crescentes divergências políticas em relação às interventorias federais recém-instaladas pelo Governo Provisório. Essas organizações políticas começaram a se formar como resultado das ações dos militares envolvidos no movimento armado de 1930 nos estados, contando também com o apoio de civis simpatizantes das ideias tenentistas, surgidas na década de 1920. No estado do Paraná, a oposição ao interventor não-tenentista Mário Tourinho começou a ser organizada a partir de dezembro de 1930.

Os militares associados às legiões e clubes revolucionários tenentistas se insurgiram contra as práticas políticas da interventoria de Tourinho. Esses membros enviaram uma série de telegramas ao gabinete de Oswaldo Aranha, um dos principais mediadores entre o governo Vargas, os tenentes revolucionários e os oligarcas dissidentes. Como resultado dessa crise, Mário Tourinho foi exonerado da interventoria federal em dezembro de 1931.

Este artigo¹ propõe uma análise das oposições tenentistas em relação ao interventor, com base nas fontes documentais do Arquivo Oswaldo Aranha, que se encontram disponíveis no acervo do CPDOC-FGV. Utilizando as correspondências dirigidas ao gabinete ministerial, examinaremos as ações de resistência à figura de Mário Tourinho por parte das legiões revolucionárias, buscando estabelecer conexões com o estilo de centralização política adotado pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas.

A Revolução de 1930 é reconhecida como um marco histórico e social que colocou em xeque a autonomia política e administrativa dos estados, forçando as classes dominantes locais tradicionais a se ajustarem às exigências da centralização estatal e às transformações nas práticas políticas e eleitorais (GRANATO; OLIVEIRA, 2020).

A Primeira República se baseava na autonomia estadual e na política dos governadores. Esse modelo oligárquico esvaziava a esfera federal do conflito político, concentrado na esfera dos estados (LYNCH, 2014, p.91). Em contrapartida, um dos

¹ O presente artigo é resultado da Tese de Doutorado em Sociologia defendida pela autora denominada “O processo da Revolução de 1930 no Paraná: atores políticos e dissidências oligárquicas”. Curitiba: UFPR, 2021. Resultados parciais também foram apresentados no evento online 3º Encontro Internacional História & Parcerias (ANPUH-RJ), na ST 50-Militares na História do Brasil: perspectivas interdisciplinares, 2021.

principais legados da Revolução de 1930 foi a centralização do Estado nacional, no qual os novos e os antigos interesses foram cooptados pelo Estado. Essa ideia é compartilhada por boa parte da literatura que analisa a nova máquina estatal que inter-relaciona novos e velhos interesses.

A centralização de poderes para o executivo federal é evidente neste ponto. A nomeação dos interventores por parte de Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, criava uma intensa relação de dependência e controle sobre as interventorias federais. Os interventores, por sua vez, deviam fidelidade ao chefe revolucionário, que tinha a prerrogativa de mantê-los ou não no cargo.

Por sua vez, os interventores federais tinham a prerrogativa de nomear um prefeito para cada município, ficando aos seus critérios a exoneração dos prefeitos nomeados. Os prefeitos, chefes do executivo municipal, também tinham atribuições legislativas (CARONE, 1974).

Nesse processo de centralização, os tenentes ganharam muito espaço político, e essa concentração de poderes “abalou profundamente as velhas oligarquias estaduais” (FORJAZ, 1983, p.489). O contexto congregava um esquema de nomeações e exonerações, no qual os interventores federais deviam fidelidade ao chefe do governo provisório. A rede de dependência também era uma prática nos municípios, pois os prefeitos eram nomeados pelos interventores, devendo o cargo a eles.

Entre 1930 e 1932, nenhum grupo de poder impôs integralmente suas decisões políticas frente ao Estado (WIRTH, 1979, p.44). Tratava-se de uma coalizão não coesa e não integrada que disputava no interior das interventorias e do governo central as posições e decisões políticas, muitas vezes em lutas tão intensas que provocavam sérias rupturas. Essa lógica fazia parte do processo de centralização registrado pelo Estado brasileiro no contexto pós-Revolução de 1930.

No Paraná, a escolha do interventor foi relacionada à liderança de Plínio Tourinho, Comandante em Chefe das Tropas Revolucionárias no estado. Ele esteve presente em todos os momentos de preparação e organização do movimento de 1930. Quando a revolução estourou, no dia 5 de outubro, Mário Tourinho assumiu o governo do Paraná em caráter provisório, convidado pelo irmão.

Mário Tourinho tomou posse definitiva enquanto interventor no dia 18 de novembro de 1930, nomeado por Getúlio Vargas, chefe do governo provisório. Conforme as interpretações sobre a centralização estatal empreendida pela Revolução de 1930, uma das novidades que o novo regime instaurou foram as interventorias federais nos estados. Segundo Maria do Carmo Campello de Souza, a “característica básica desse novo ‘inventor’ estrutural foi o da sobreposição de elementos sem raízes políticas antigas nos estados (...) àquelas estruturas eleitorais coronelistas da Velha República” (SOUZA, 1976, p.41).

Na análise sobre o caso do Paraná, verifica-se que a família Tourinho não era isenta de elementos sem raízes políticas no estado, ao contrário da análise de Campello de Souza sobre as interventorias nos estados. Os irmãos Tourinho possuíam

raízes no Paraná e boas relações com a classe dominante local. O pai de ambos, Francisco Antônio Monteiro Tourinho, era engenheiro militar em grandes empreendimentos do estado e capitão do Estado-Maior. A mãe dos irmãos era neta do capitão-mor de Antonina, no litoral do Paraná. Nesse sentido, os atos dos irmãos Tourinho devem ser analisados a partir das redes de poder construídas em termos locais. Porém, como o movimento da política pós-1930 tendia a centralização, o alinhamento do interventor com as forças da política nacional tinha mais peso e importância, juntamente com o seu relacionamento com os tenentes.

A próxima seção do artigo discorrerá sobre as legiões revolucionárias do Paraná e a oposição tenentista ao interventor Mário Tourinho.

O poder militar no Paraná e a pressão política sobre a interventoria de Tourinho

A investigação sobre o poder militar no contexto pós-1930 necessita considerar as organizações tenentistas e legiões revolucionárias, que se fortaleceram a partir do movimento de outubro. Muitos integrantes militares e civis passaram a exercer uma significativa influência sobre o Governo Provisório, especialmente em relação ao Ministério da Justiça, então ocupado por Oswaldo Aranha, juntamente com a força de pressão exercida junto a interventoria local, liderada por Mário Tourinho.

Um cargo estratégico para o novo regime era o de chefe de polícia, ocupado pelo capitão Arnaldo Marques Mancebo. A partir do momento em que Mancebo foi nomeado governador provisório de Santa Catarina por Plínio Tourinho, o capitão Viégas da Silva assumiu a Chefatura de Polícia, sendo ele, além de uma liderança militar do movimento armado, uma importante figura que presidia o Centro Cívico 5 de outubro, organização de apoio à Revolução. Viégas da Silva também exercia influência junto aos círculos operários do Paraná. Viégas da Silva permaneceu no cargo de novembro de 1930 a março de 1931, sendo substituído por Catão Menna Barreto Monclaro. Este oficial ocupou a chefatura de polícia de março a outubro de 1931.

A partir dessas nomeações, observa-se a instabilidade desse setor no interior da interventoria de Mário Tourinho, algo que não se repetiu nas demais secretarias. Por sua vez, Cícero Costard, militar alinhado politicamente aos irmãos Tourinho, assumiu o cargo em outubro de 1931, permanecendo até a sua exoneração, em 31 de janeiro de 1932, no mesmo dia da posse de Manoel Ribas.

As constantes trocas na chefatura de polícia não ocorreram por acaso na interventoria de Tourinho. Havia uma forte crise política interna ao seu governo, e ele vinha sofrendo oposições ligadas às organizações ligadas ao “tenentismo revolucionário” desde os seus primeiros meses.

As organizações que faziam parte do tenentismo revolucionário eram inéditas na política nacional, pois se tratam de grupos não-partidários semioficiais com grande influência e força de pressão sobre o governo central. Com a extinção dos partidos, novas formas de organização política surgiram com a Revolução de 1930, o que fez com

que os interventores passassem a não apenas intermediar as relações entre os grupos oligárquicos e as frações de classe dominante locais como também ter um bom relacionamento com estas organizações tenentistas, que tinham linha direta com o Palácio do Catete através de viagens ao Rio de Janeiro, telegramas e cartas enviadas ao presidente e à sua equipe.

As Legiões Revolucionárias se instalaram nos estados do Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará e Distrito Federal, entre outubro de 1930 e o decorrer do ano de 1931. Essas organizações possuíam um caráter civil e militar. Com exceção ao Distrito Federal, governado por Adolfo Bergamini, membro do Partido Democrático Nacional, “todas tiveram cobertura oficial dos interventores federais para a sua fundação e seu funcionamento” (DRUMMOND, 1986, p.216). Os oligarcas dissidentes eram contrários à organização semi-oficial das legiões nos estados. Um exemplo dessa oposição foi a ação de Borges de Medeiros em barrar a instalação da Legião Revolucionária no Rio Grande do Sul, através de negociações diretas com Oswaldo Aranha. Quase todas as legiões revolucionárias eram tenentistas, exceto a legião mineira, composta exclusivamente de jovens integrantes das oligarquias dissidentes, tais como Francisco Campos (Ministro da Educação), Amaro Lanari (Secretário de Estado da Fazenda) e Gustavo Capanema (Secretário de Estado do Interior), apoiados pelo interventor Olegário Maciel (DRUMMOND, 1986, p.219).

Atuando como fiéis escudeiros do governo, os tenentes também atuavam “na identificação dos inimigos de Vargas em todo o país, montando conspirações para sua derrubada” (CONNIFF, 1979, p.146).

Segundo Peter Flynn (1979, p.85), as legiões foram criadas pela necessidade de organização política dos grupos que fizeram parte da Revolução de 1930. Desde 1929, a Aliança Liberal já apresentava cisões profundas, que se aprofundaram com o fortalecimento das tendências radicais e conservadoras, que se digladiavam entre si. Oswaldo Aranha, uma das estrelas civis da revolução, considerava os tenentes os verdadeiros organizadores do movimento de 1930, e incentivava a organização política tenentista através das legiões revolucionárias. Com o seu apoio, as legiões foram fundadas nos estados a partir de 1930, e consolidadas em 1931. Nesse processo, o relacionamento de Vargas se tornou dependente, a ponto de o presidente consultar o Clube 3 de Outubro sobre nomeações e decretos importantes, que passavam por uma aprovação prévia dos tenentes (CONNIFF, 1979, p.146).

No Paraná, as legiões revolucionárias tiveram seu início a partir de outubro de 1930, e desde então começaram as dissidências políticas em relação ao situacionismo. A organização política tenentista surgiu a partir da ação dos militares que atuaram no movimento armado de 1930 no estado do Paraná, reunindo também apoiadores civis do movimento tenentista da década de 1920 e da Aliança Liberal.

O primeiro grupo que surgiu a partir dessa linha foi o Centro Revolucionário 5 de Outubro, presidido pelo capitão Viégas da Silva, chefe de polícia do governo Tourinho. Em novembro de 1930 foi fundada a Legião Revolucionária do Paraná, tendo

a liderança nacional do tenente-coronel João Alberto. A Legião Revolucionária definia-se como uma “corporação cívica dedicada a congregar todos os patriotas para consolidar e manter os resultados da revolução” (O DIA, 24 de novembro de 1930, p.1), defendendo a reforma dos costumes políticos e o reerguimento da nacionalidade. Uma liderança estadual era o capitão Vicente Mário de Castro, sendo seus fundadores Felinto Teixeira, Clementino Paraná, Octávio Silveira, Francisco Teixeira de Carvalho, Gaspar Peixoto da Costa e João Garcez do Nascimento. Em 4 de dezembro de 1930, uma carta para Oswaldo Aranha também incluiu José Moreira Lima, Ottoni Maciel, Paulo Rocha de Chueri como correligionários da Legião Revolucionária do Paraná (OA1930.12.4).

Em um depoimento de Mário Tourinho concedido a Francisco Negrão, o ex-interventor afirmou que as oposições ao seu governo começaram nas primeiras reuniões da Legião Revolucionária, que ocorriam nas dependências do Teatro Guaíra, com o seu consentimento (NEGRÃO, 1946, p.320).

Outra organização de revolucionários do Paraná consistiu no planejamento do Congresso de Revolucionários do Paraná, evento destinado a discutir questões de ordem política, social, econômica, financeira e administrativa do estado, tendo como norte a moralização dos costumes políticos (O DIA. Congresso de Revolucionários do Paraná, 15.jan.1931, p.1). O presidente do congresso foi o capitão Viégas da Silva, e a comissão do evento era composta por nomes como Gastão Buttell, Ary Telles, Cyro Silva e José Guérios, Christovam Vieira da Costa e Antônio Couto Pereira (O DIA. Congresso Revolucionário do Paraná, 21.jan.1931, p.1). Para as comissões por regiões do Paraná, foram eleitos os seguintes presidentes: Regional Norte: Moreira Lima; Sul: Henrique Stadler; Centro: Ayrton Plaisant; Litoral: Genaro Régis (O DIA. Congresso Revolucionário do Paraná: Eleições da mesa e comissões. 22.jan.1931, p.2).

Dissidências de algumas prefeituras uniram-se ao Congresso Revolucionário de Curitiba para realizar críticas a Mário Tourinho. O prefeito de Tomazina, Moreira Lima, apontava para a imprensa de São Paulo que o governo “não iniciou inquérito algum a fim de apurar as responsabilidades” do governo anterior. Era necessário organizar meios para que o interventor não se afastasse das normas revolucionárias (O DIA. Com vistas ao sr. General Interventor. 25.fev.1931, p.2).

Em contrapartida, o governo também reuniu um grupo de revolucionários, composto por políticos e militares que foram ativos na Aliança Liberal e na Revolução de 1930, tais como Plínio Tourinho, o coronel Ottoni Maciel, o major Vicente Mário de Castro, João Cândido Ferreira, Francisco Teixeira de Carvalho, Antônio Jorge Machado da Silva Lima, Catão Mena Barreto, Francisco Paula Soares Neto, Octávio da Silveira, José Pereira de Macedo, capitão Amorety Osório, coronel Roberto Glasser, Francisco Pereira, Antônio Couto Pereira, Ivo Leão, Oscar Joseph Plácido e Silva, Francisco Guérios, José Cabezon e Nerval Silva (O DIA. Grande Reunião Política. 05.fev.1931, p.1).

Alguns destes apoiadores da interventoria de Mário Tourinho se afastaram da linha governista e passaram para a oposição no decorrer do ano, aderindo às legiões

revolucionárias. Intensificando as críticas à interventoria, a oposição se tornou cada vez mais forte e influente junto ao gabinete de Oswaldo Aranha, fazendo com que as críticas chegassem ao presidente Getúlio Vargas, que lidava com inúmeras crises nas interventorias dos estados.

Criava-se assim uma robusta oposição à interventoria no interior do campo político paranaense, que passou a ser um problema para o presidente Getúlio Vargas, que necessitava pacificar as conturbadas relações de poder na esfera local. Uma série de eventos provocaram a crise na interventoria de Tourinho. A oposição começou a ser organizada em dezembro de 1930, a partir da exoneração de Jorge Becher na Prefeitura de Ponta Grossa. Essa cidade foi estratégica para o avanço da Revolução de 1930, sendo escolhida como a primeira sede do governo provisório. Getúlio Vargas e seus oficiais lideraram o movimento instalado em Ponta Grossa. As legiões revolucionárias possuíam grande influência na cidade. Jorge Becher foi o prefeito nomeado por Mário Tourinho logo após a vitória da Revolução de 1930. Notabilizado por ser um dos chefes políticos da Aliança Liberal e por ser um comerciante local influente, Becher possuía o perfil mais ligado às oligarquias dissidentes e ao grupo de apoio ao interventor do que uma ligação com os militares e legionários que articularam o levante. Sua nomeação não agradou a estes grupos, o que fez com que Becher se afastasse do cargo em dezembro de 1930. A expectativa dos grupos tenentistas revolucionários era a de que Tourinho nomeasse alguém que representasse a eles mesmos, e não um prefeito ligado às oligarquias dissidentes, como era o perfil de Becher. No entanto, Mário Tourinho nomeou Ernesto Guimarães Vilela para a prefeitura de Ponta Grossa.

O novo prefeito possuía um perfil de aproximação com o interventor e com as oligarquias dissidentes que apoiaram a Revolução de 1930. Membro de família tradicional, seu pai, Bonifácio Vilela, era um comerciante português que se instalou em Paranaguá e posteriormente em Ponta Grossa, na segunda metade do século XIX. Obteve o título de comendador na ocasião em que Dom Pedro II visitou Ponta Grossa, no ano de 1880. Casado com Placidina Gonçalves Guimarães, seus capitais familiares foram incrementados, pois o clã Guimarães possuía grande influência no Paraná Tradicional. Ernesto Vilela era portador do título Rodrigues Seixas (NEGRÃO, 1927).

A trajetória do prefeito nomeado pela “cidade revolucionária” revela a característica de modernização conservadora da Revolução de 1930 e da interventoria de Mário Tourinho, que prestigiava políticos ligados às oligarquias e ao coronelismo dos municípios.

O aprofundamento das crises internas e a exoneração de Mário Tourinho da interventoria

Os elementos militares ligados às legiões e clubes revolucionários tenentistas aprofundaram a oposição a Mário Tourinho no decorrer do seu mandato, protestando contra uma série de práticas políticas adotadas pela interventoria. Esses agentes revolucionários enviaram uma série de telegramas ao gabinete de Oswaldo Aranha,

um dos principais articuladores do governo Vargas com as interventorias, com grande poder de negociação entre os tenentes revolucionários e os oligarcas dissidentes. O fato ocorrido no mês de dezembro de 1930 ecoou nos telegramas dos meses seguintes, que declaravam a retirada do apoio ao interventor pelo fato do mesmo não consultar o “interesse da coletividade” para escolher o novo prefeito de Ponta Grossa, em substituição a Jorge Becher. A diretoria política revolucionária de Ponta Grossa não foi consultada na nomeação de Ernesto Villela para a prefeitura (O DIA. O primeiro grito de oposição. 17.mar.1931, p.2). A cidade de Ponta Grossa reunia os maiores focos de oposição à interventoria de Mário Tourinho. Nesta cidade, ocorreram outros momentos críticos contrários à Tourinho, desencadeados ao longo do ano de 1931.

Desde então, descontentamentos foram cada vez mais recorrentes contra a interventoria, ecoando negativamente no governo federal. O Governo Provisório convivia com uma série de crises nas interventorias dos estados, fato que se repetia no Paraná. A convivência entre os oficiais e civis ligados ao tenentismo revolucionário, contrapostos aos oligarcas dissidentes, realizava-se com dificuldade nos estados, o que provocava profundas crises e trocas nas interventorias.

A crise na interna fez com que Mendonça de Lima, um dos líderes da Legião Revolucionária, escrevesse uma carta para Getúlio Vargas em favor da continuidade de Tourinho na interventoria federal (SILVA, 1972). Esse movimento admite a existência de uma crise que poderia levar a uma profunda instabilidade política, algo que não era desejado por membros mais moderados do tenentismo revolucionário a nível nacional. O gaúcho Mendonça de Lima conhecia o Paraná, pois comandou o batalhão do 13º Regimento de Infantaria em Ponta Grossa e também pertencia aos quadros do Estado-Maior da 5ª Região Militar, sediada em Curitiba, na ocasião da Revolução de 1930.

Entretanto, os elementos mais radicais do tenentismo revolucionário deram continuidade à ofensiva ao interventor, no nível estadual. A Legião Revolucionária Paranaense, por intermédio do Capitão Manoel Nóbrega, enviava telegramas para Oswaldo Aranha, criticando as ações “não-revolucionárias” de Mário Tourinho. Primeiramente, Manoel da Nóbrega se apresentava a Aranha como um “verdadeiro revolucionário” pois, na ocasião da Coluna Prestes, comandou um destacamento em Itararé, em direção a Miguel Costa. Em um dos telegramas, Manoel Nóbrega denunciava ao ministro da justiça que o promotor Nestor Ericksen e o professor Amarílio Oliveira foram exonerados porque eram apoiadores da Legião Revolucionária. Afirmava para Aranha as suas diferenças em relação ao governo: “nos momentos incertos do sacrifício fomos idealistas salvadores (...) agora na paz somos perturbadores da ordem” .

Mário Tourinho, em depoimento a Francisco Negrão, relatou as perseguições sofridas por membros da oposição ao seu governo, através de “telegramas mentirosos”, “denúncias falsas” e “relatórios caluniosos” dirigidos a Getúlio Vargas, o que desgastava a sua imagem ante ao chefe do Governo Provisório (NEGRÃO, 1946, p.320).

Como consequência da crise, os rumores do afastamento de Mário Tourinho na interventoria registraram-se com intensidade no início de março de 1931. A imprensa, no entanto, assinalava que Getúlio Vargas prestigiava interventores alheios a competições políticas e partidárias, como era o caso de Tourinho, que também tinha um perfil conciliador, o que não o afastaria da interventoria (O DIA. Tranquelize-se o Paraná: liberto pelas suas próprias mãos, continuará a ser governado pelos seus próprios filhos. 04.mar.1931, p.1).

Porém, as intrigas políticas que envolviam o Paraná avolumavam-se no gabinete do ministro Oswaldo Aranha. Algumas exonerações que ocorreram na interventoria tinham correspondência com as crises entre o governo e o setor militar, que em parte estava organizado em grupos autointitulados de “revolucionários” e guardiões do legado do movimento outubrista de 1930. A exoneração do capitão Viégas da Silva da Chefatura de Polícia exemplifica tais tensões, tendo o interventor nomeado o capitão Catão Menna Barreto Monclaro para substituí-lo (O DIA. O novo chefe de polícia. 05.mar.1931, p.1).

Essa troca na chefatura de polícia demonstra o fato de Tourinho ter, no setor militar de seu governo, inimigos políticos que conspiravam contra ele. Viégas da Silva era membro da Legião Revolucionária, e assinava, juntamente com outras lideranças, diversos telegramas endereçados a Getúlio Vargas e a Oswaldo Aranha, contendo reclamações contra o interventor.

Mas a troca de chefe de polícia não resolveu a crise interna na sua interventoria. A influência do tenentismo revolucionário era muito intensa no setor militar, algo que foi possibilitado pelo fato desses elementos não terem conexões com as oligarquias dissidentes locais. Ao contrário, muitos elementos militares não eram nascidos no estado, e viam na Revolução de 1930 uma possibilidade de ascensão política, pois ela unia os ideais de centralização estatal e moralização dos costumes políticos, bandeiras levantadas pelo tenentismo desde os anos 1920. A influência exercida por eles não possuía o filtro dos oligarcas locais, e era praticada diretamente no Palácio do Catete.

Menna Barreto, substituto de Viégas da Silva na chefatura de polícia, também era alinhado politicamente com os “tenentes revolucionários”. Lutou na Revolução de 1930 e angariou grande prestígio durante a sua trajetória militar. Permaneceu durante alguns meses na interventoria de Mário Tourinho.

A crise entre a interventoria e o setor militar se acentuou com o pedido de exoneração de Plínio Tourinho da Chefia do Estado-Maior da 5ª Região Militar para assumir a chefia do Serviço de Engenharia (O DIA. O Major Plínio Tourinho deixou a chefia do Estado Maior da Região. 13.mar.1931, p.2). Plínio Tourinho possuía grande prestígio junto aos oficiais da guarnição local, devido à liderança exercida na Revolução de 1930. Esse fato revela a existência de grandes disputas entre as chefias militares no âmbito nacional, pois a 5ª Região Militar é estratégica para o Exército Brasileiro. Em contrapartida, o cargo de chefe do Serviço de Engenharia também possuía notória importância, o que demonstra o reconhecimento do governo central em

relação à família Tourinho. No entanto, a influência exercida por Mário Tourinho quanto à guarnição militar local foi enfraquecida com a troca de cargo efetivada por Plínio Tourinho.

A oposição declarada ao interventor Mário Tourinho foi divulgada na imprensa a partir da metade de março de 1931. Ela foi orquestrada por um grupo de oficiais de Ponta Grossa, através do envio de telegramas encabeçado por Ayrton Plaisant para diversas autoridades, como o ministro da guerra, Goés Monteiro, o ministro da justiça, Oswaldo Aranha, e outras lideranças da revolução, como Lima Cavalcanti, o capitão Amorety Osório, o coronel João Alberto, o capitão Juarez Távora e o general Flores da Cunha.

Em contrapartida, declarações públicas de solidariedade ao interventor foram propagadas por diversas lideranças, como o ministro do trabalho, Lindolpho Collor, prefeitos, diretórios municipais revolucionários, associações empresariais e operárias, entre outras autoridades e instituições. A resposta de Getúlio Vargas às instabilidades política do Paraná ocorreu em uma conferência realizada em Petrópolis, sobre a situação econômica do Paraná, na qual estavam presentes o próprio presidente, Plínio Tourinho, Fidelis Reginato (ACP) e Arthur Obino (Chefe de gabinete, Ministério da Justiça). Nessa ocasião, Vargas reafirmou absoluto apoio e confiança em Mário Tourinho (O DIA. O Chefe da Nação...reafirma o seu absoluto apoio e integral confiança ao interventor. 20.mar.1931, p.1).

No entanto, os ataques à interventoria continuaram. O setor militar entrava em contato com Oswaldo Aranha para denunciar elementos perrepistas no Norte do Paraná. A oposição entre os militares ligados ao tenentismo, arautos dos “ideais revolucionários” e a interventoria de Tourinho possuía como principal motivo o fato dos militares sentirem-se preteridos em relação aos oligarcas dissidentes. Muitos desses agentes políticos tinham ocupado cargos na Primeira República e pertencido ao Partido Republicano Paranaense. Em um dado momento, alguns desses agentes aderiram às oligarquias dissidentes, apoiando o Partido Democrático Paranaense, a Aliança Liberal e a Revolução de 1930. Porém, no ponto de vista do tenentismo revolucionário, esses elementos eram “perrepistas”, ou seja, tinham alinhamento com os políticos depostos e com os membros do governo Affonso Camargo.

Uma denúncia constante à interventoria de Mário Tourinho referia-se à ineficiência quanto ao andamento dos inquéritos e investigações dos governos do Partido Republicano Paranaense. Os legionários, defensores dos ideais “saneadores” da Revolução de 1930, exigiam o levantamento de supostos casos de corrupção e imoralidade dos governos de Caetano Munhoz da Rocha e de Affonso Camargo. A punição dos agentes desses governos era um objetivo defendida pelo tenentismo revolucionário, que culpava a interventoria de Mário Tourinho em não agir com rigidez e firmeza.

Diante das acusações de que a interventoria era mancomunada com os interesses do governo deposto, Oswaldo Aranha cobrava informações sobre o andamento das investigações referentes aos atos do período pré-1930. Mário Tourinho

respondia que os antigos presidentes Caetano Munhoz da Rocha e Affonso Camargo eram alvos de inquéritos para apuração de irregularidades. Em um telegrama, datado de 27 de março de 1931, Tourinho informou a Aranha que os bens de Marins Camargo foram interditados.

Os membros da Legião Revolucionária Paranaense viajavam ao Rio de Janeiro para reunirem-se com Oswaldo Aranha, debatendo o cenário político no estado. Em uma das cartas a Oswaldo Aranha, destacava-se o teor de algumas reuniões, datada do dia 7 de maio de 1931. Afirmava-se que a Legião Revolucionária era o “meio único de congregar valores, de disciplinar e orientar o pensamento e a ação” política do estado. Denunciava-se que o Diretório Revolucionário, comandado pela cúpula da interventoria estadual, transformou-se em uma “esdrúxula e injustificável corporação política”, na qual preponderavam os interesses pessoais, afastando os revolucionários.

Oswaldo Aranha ouvia a Legião Revolucionária Paranaense para coletar informações a respeito da política local. Isso era uma característica fundamental da nova fase da república brasileira, inaugurada pela Revolução de 1930: a centralização do poder.

Possíveis nomes para a substituição de Mário Tourinho começaram a circular no Rio de Janeiro, através de rumores de que o Major Mendonça Lima foi convidado por um grupo de militares da guarnição de Curitiba para assumir o cargo, que também teria sido oferecido para Felinto Muller, oficial de gabinete do ministro da guerra (O DIA. O caso do Paraná. 25.ago.1931, p.1).

Embora o governo federal recebesse muitos telegramas de insultos a Mário Tourinho, o interventor continuava a ter prestígio junto ao governo federal, inclusive nos meios militares. Prova disso foi a ocasião em que o Ministério da Guerra exerceu influência para a nomeação do Major Cícero Costard como novo chefe de polícia do Paraná, alinhado politicamente ao governismo estadual (O DIA. O novo chefe de polícia do Paraná. 04.out.1931, p.1). Os irmãos Tourinho tentaram neutralizar a crise política no estado a partir da nomeação de Costard. Trata-se de um oficial paranaense com destacada atuação ao lado de Plínio Tourinho nos preparativos da revolução de 1930.

Com o aumento de rumores sobre a demissão de Mário Tourinho, o governo federal passou a ter uma preocupação maior com a interventoria paranaense. A prática do envio de emissários pessoais de Getúlio Vargas para os estados em que os titulares das interventorias estavam atravessando crises políticas era recorrente durante o governo provisório. Para o Paraná, o enviado foi João Alberto Lins de Barros, ex-interventor no estado de São Paulo e agente de confiança do presidente. Mesmo após a sua exoneração da interventoria de São Paulo, o tenente continuou a exercer grande prestígio junto ao governo central. Nomeado chefe de polícia no Distrito Federal por Getúlio Vargas, João Alberto procurou fortalecer os tenentes e as legiões revolucionárias. A crescente reação do movimento conservador opositor aos tenentes provocou uma maior articulação tenentista nos estados (GRANATO, 2021).

O relatório sobre a situação política do estado foi entregue em 06 de outubro de 1931. Suas impressões gerais sobre o interventor Mário Tourinho era a de que ele era um homem probo, praticante de uma administração honesta, porém com pouco trato em relação aos elementos militares que participaram da revolução e cercado de elementos reacionários que faziam parte de sua equipe desde o início de sua gestão. Tais elementos contrários eram justamente os militares revolucionários da guarnição federal que foram afastados do Paraná pelas suas posições críticas ao governo.

João Alberto afirmou a Vargas que a interventoria de Tourinho só se mantinha a partir do prestígio do governo federal, transferindo para este as antipatias populares que se avolumavam. Como parecer geral da sua missão no Paraná, João Alberto assinalou ao presidente que Tourinho deveria ser substituído por alguém de “real prestígio com os elementos revolucionários”.

Com o enfraquecimento das forças políticas, Tourinho pediu exoneração do cargo de interventor após a realização de reuniões com o secretariado e seus auxiliares. Entre os motivos relatados por ele no telegrama de exoneração, enviado a Getúlio Vargas, ressaltam-se as cruentas competições e lutas por poder no estado, especialmente originárias do setor militar.

Considerações finais

As divergências políticas internas que abalavam as interventorias nos estados eram sintomas da falta de organização partidária que se verificava desde o início do governo provisório. A instabilidade interna também era aumentada com as relações diretas entre elementos civis e militares em relação ao governo central, através do envio de telegramas, da realização de reuniões nos palácios da capital federal e da desqualificação do governo estadual por parte de opositores com influência política junto às forças nacionais.

Nos regimes políticos democráticos, os partidos são órgãos essenciais para o equilíbrio e a organização política. O governo provisório possuía como diretriz a reorganização das instituições, e as organizações partidárias faziam parte deste pacote. Assim, as dissensões e discórdias políticas internas seriam neutralizadas por programas definidos, pela realização de assembleias, eleições de diretórios, disputas entre correntes, entre outras ações. No Paraná, a política estava dividida entre governistas, oposicionistas, perrepistas, independentes e legionários, que não estavam devidamente organizados e muitos dos seus agentes estavam praticando ações que instabilizavam as relações entre o governo federal e a interventoria, através do fomento de intrigas e críticas. Algumas dessas desagregações eram neutralizadas diretamente por Plínio Tourinho, irmão do interventor, junto ao presidente Vargas.

As críticas à Tourinho não eram dirigidas exclusivamente à sua administração, mas sim à sua própria pessoa e à sua família. Os seus opositores assinalavam que Mário Tourinho não era revolucionário, pois combateu os tenentes em São Paulo no ano de 1924.

Percebemos que a oposição a Mário Tourinho não era proveniente das classes dominantes locais, mesmo com a crise econômica na qual o estado passava, e também não tinha base nas oligarquias dissidentes. Esses dois grupos faziam parte das bases sociais que mantinham Mário Tourinho no poder.

A ambivalência do movimento de 1930 indica que, paradoxalmente, a oposição à interventoria de Tourinho era proveniente dos setores militares e dos elementos aquartelados no Paraná, com influência nos gabinetes do governo federal e com organização a partir da Legião Revolucionária. Também observamos que o ponto decisivo para a sua exoneração foi o relatório de João Alberto acerca de sua interventoria, compactuando com os grupos militares de oposição tenentista no estado. Tratava-se, portanto, de uma crise militar que questionava a legitimidade da interventoria de Tourinho no Paraná, que culminou na sua exoneração do cargo, em dezembro de 1931.

Referências

Arquivo Oswaldo Aranha, FGV CPDOC, OAcp1930.12.4. Correspondência a Oswaldo Aranha, sobre a situação política do estado do Paraná, e sobre perseguições políticas e necessidade de reconstrução do estado. São Paulo, 1930.

Arquivo Oswaldo Aranha, FGV CPDOC, OAcp1931.07.22. Telegrama de Manuel da Nóbrega a Oswaldo Aranha informando acerca das hostilidades promovidas por Mário Tourinho contra partidários da Legião Paranaense, e solicitando sua transferência da Guarnição do Paraná. Curitiba, 1931.

Arquivo Oswaldo Aranha, FGV CPDOC OA cp 1931.04.08/1. Telegrama de Mário Alves Monteiro Tourinho a Oswaldo Aranha sobre remessa de processos, com o envolvimento do ex-presidente do estado, Munhoz da Rocha. Curitiba, 1931.

Arquivo Oswaldo Aranha, FGV CPDOC, OA cp 1931.05.07/1 . Carta de Stoll Nogueira a Oswaldo Aranha sobre a situação política no Paraná, e sobre o enfraquecimento do Diretório Revolucionário, propiciado na ocasião para a instalação oficial da Legião de Outubro. Curitiba, 1931.

Arquivo Getúlio Vargas, FGV CPDOC, GVc1931.10.06. Carta de João Alberto Lins de Barros a Getúlio Vargas enviando relatório sobre a situação política no Paraná, incluindo informações sobre a atuação do Interventor e seus auxiliares. Curitiba, 1931.

CARONE, Edgard. A Segunda República (1930-1937). São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

CONNIFF, Michael. Os tenentes no poder: uma nova perspectiva da Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (coord.). Os militares e a Revolução de 30. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

DRUMMOND, José Augusto. O movimento tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935). Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FLYNN, Peter. A Legião Revolucionária e a Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (coord.). Os militares e a Revolução de 30. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. Tenentismo e Revolução de 30. In: UFRGS (org.). Simpósio sobre a Revolução de 30. Porto Alegre: Erus, 1983.

GRANATO, Natália Cristina; OLIVEIRA, Ricardo Costa de. O sucesso da interventoria de Manoel Ribas no Paraná frente à instabilidade da política no período pós-Revolução de 1930. In: Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR, v. 6, p. 48-69, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/78445/42252>. Acesso em 23.set.2023.

GRANATO, Natália Cristina. O processo da Revolução de 1930 no Paraná: atores políticos e dissidências oligárquicas. Curitiba: UFPR, 2021.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930). São Paulo: Alameda, 2014.

NEGRÃO, Francisco. Genealogia Paranaense. Volume 2º. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1927.

NEGRÃO, Francisco. Genealogia Paranaense. Volume 5º. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1946.

O DIA. O primeiro grito de oposição. 17.mar.1931, p.2.

O DIA. Tranquelize-se o Paraná: liberto pelas suas próprias mãos, continuará a ser governado pelos seus próprios filhos. 04.mar.1931, p.1.

O DIA. O caso do Paraná. 25.ago.1931, p.1

O DIA. O novo chefe de polícia. 05.mar.1931, p.1.

O DIA. O novo chefe de polícia do Paraná. 04.out.1931, p.1

O DIA. O Major Plínio Tourinho deixou a chefia do Estado Maior da Região. 13.mar.1931, p.2.

O DIA. O Chefe da Nação...reafirma o seu absoluto apoio e integral confiança ao interventor. 20.mar.1931, p.1.

SILVA, Hélio. 1931: Os tenentes no poder (O ciclo de Vargas- volume IV). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

WIRTH, John D. O Tenentismo na Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.). Os militares e a Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.



Recebido em 04/08/2023

Aceito em 09/12/2023

DOI:10.26512/emtempos.v22i42.50377

ARTIGO

Entendendo o Hoje Social Brasileiro Mediante Conhecimento do Seu Ontem Histórico: O Cordel Como Ferramenta Pedagógica no Ensino de História

- Understanding The Brazilian Social Today Through Knowledge of its Historical Yesterday: Cordel as a Pedagogic Tool in History Teaching

José Ferreira Júnior

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande
<https://orcid.org/0000-0001-8352-8828>

RESUMO: Este texto traz à luz um diálogo entre Ensino de História e Literatura de Cordel, tendo como proposta discutir o hoje social brasileiro, a partir de investigação feita ao seu ontem histórico, levando-se em conta as práticas sociais do machismo, do racismo e da homofobia. Trata-se de abordagem qualitativa, justaposta à revisão bibliográfica exploratória. É trazido para análise o cordel, previamente construído em forma de sextilhas, e usado como ferramenta pedagógica no ensino de história, tanto em aulas na educação básica no Ensino Médio, quanto no Ensino Superior. É promovido o diálogo entre História, Sociologia e Antropologia. Percebe-se, enquanto resultado, que os discentes mostram maior interesse e participação nas aulas, em decorrência da existência de identificação com o cordel, uma vez que este se constitui como um dos elementos da cultura que vivenciam.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História. Literatura de Cordel. Ferramenta Pedagógica.

ABSTRACT: This text brings to light a dialogue between History Teaching and Cordel Literature, with the proposal to discuss the Brazilian “social today,” based on an investigation made into its “historical yesterday,” taking into account the social practices of machismo, racism and homophobia. It is a qualitative approach, juxtaposed to the exploratory literature review. The “cordel” is brought for analysis, previously constructed in the form of sextiles, and used as a pedagogical tool for the teaching of history, both in classes in school-level education and high school, as well as in college-level education. A dialogue between History, Sociology and Anthropology is therefore promoted. As a result, it can be seen that students show greater interest and participation in classes, due to their identification with cordel, since it is one of the elements of their experienced culture.

KEYWORDS: History Teaching. Cordel Literature. Pedagogical Tool.

Uma das possibilidades de abordagem histórica é a problematização do presente buscando relacioná-lo ao passado. Ou seja, aquilo que se apresenta no hoje do pesquisador, este o entende como sendo desdobramento de ações anteriormente executadas por homens e mulheres. Trata-se do que se chama história problema.

O hoje social brasileiro se apresenta perpassado por concepções, cujas explicações se encontram no seu ontem histórico. Há uma maneira de ser e estar no mundo – cultura – que em suas representações trazem à luz práticas tidas como naturais, isto é, não obstante derivar da invenção humana, experimentam naturalização (LARAIA, 2011).

Este texto busca discutir algumas dessas práticas – machismo, racismo e homofobia –, mostrando-as possuidoras de raízes no ontem histórico brasileiro, dizendo-as resultantes de ações sociais racionais (WEBER, 2010) e que, mediante o processo educativo vivenciado naquela temporalidade, foram partícipes da socialização experimentada, quando do processo de formação social brasileira.

Entendemos que se as práticas do machismo, do racismo e da homofobia, hoje presentes no cotidiano social brasileiro, tiveram na educação a via por que foram inculcadas, faz-se imprescindível que através da educação sejam elas desconstruídas e desnaturalizadas, visto que o que é cultural é passível, dentre outras coisas, de desconstrução.

A metodologia utilizada para esse fim é o uso do cordel como ferramenta pedagógica no ensino de História. A opção por esse ferramental tem sua justificativa no fato de o cordel ser elemento partícipe da cultura nordestina, principalmente na parte maior do Nordeste, o Sertão.

Assim, o uso do cordel no ensino de História traz ao aluno a possibilidade de lidar com algo com que se identifica, fazendo-o enxergar sentido naquilo que lhe é transmitido. E, ainda, a utilização do cordel em aulas de história ultrapassa o fato de ser apenas uma ferramenta pedagógica, uma vez que permite a possibilidade de se construir e ou despertar uma relação identitária entre o sujeito (aluno) e o contexto onde está inserto, promovendo a possibilidade de sua conscientização, no referente ao seu papel de sujeito histórico (RÜSSEN, 2010).

Ademais, promover a interdisciplinaridade entre campos de conhecimento – História e Literatura de Cordel – é andar em concordância com o que recomendam as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, que propõem a superação tanto da fragmentação quanto da compartimentalização dos saberes, ou seja, a erradicação do formato cartesiano curricular (MODESTO; SANTOS, 2015).

Percebe-se haver, dessa forma, por parte da instância estatal, incentivo à busca de interdisciplinaridade, quando do ensino de história, com o campo da literatura, onde se insere a Literatura de Cordel (BRASIL, 1997). Além disso, a interdisciplinaridade na educação, além do desenvolvimento de novos saberes, favorece novas formas de aproximação à realidade social e novas leituras das dimensões socioculturais das comunidades humanas (FAZENDA, 2016).

Deixamos claro que o cordel aqui utilizado foi previamente confeccionado pelo autor e professor, a partir da definição do que seria trazido e discutido em sala de aula, isto sendo feito alinhado com o que diz Certeau (2007, p. 67): “toda interpretação histórica depende de um sistema de referência e que este sistema permanece uma filosofia implícita particular, infiltrando-se no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, remete à subjetividade do autor”. Reafirmamos, dessa forma, que o cordel aqui utilizado não se constitui uma fonte, mas é construído a partir de fontes consultadas.

Trata-se de um cordel com a estrutura de sextilha, cuja composição são seis linhas (ou seis versos), com sete sílabas poéticas, havendo a obrigatoriedade das terminações do segundo, quarto e sexto versos rimarem entre si. Em nossa proposta ferramental pedagógica não levamos em consideração a rigidez métrica, visto que a intenção não é confeccionar um cordel dentro dos padrões consagrados, mas produzir algo que, com um toque de ludicidade, possa vir a promover aprendizagem, quando do ensino de História. Assim, o cordel CULTURA é composto por doze estrofes. É primeiramente exposto em sua totalidade e, depois, explicitado, à luz da teoria e do conhecimento histórico, estrofe por estrofe ou conjunto de estrofes, conforme a necessidade.

O público alvo se constitui de estudantes, com faixa etária entre quinze e dezessete anos, cursando o terceiro ano do Ensino Médio. As turmas, que são duas, mostram-se mistas, no referente à origem dos seus participantes, ou seja, há estudantes tanto da zona urbana quanto da zona rural, com maioria feminina. Em ambas as turmas há a presença de negras, negros e pessoas LGBTQs.

A escola, que vivencia o modelo integrado de ensino, ou seja, oferta o curso médio profissionalizante, situa-se na zona urbana, em bairro que se constitui extensão do centro da cidade. É considerada de pequeno porte. Possui oito salas de aula climatizadas, biblioteca, refeitório, quadra de esportes, banheiros, laboratório de informática, salas de professores, de gestão e de secretaria.

Relacionado à metodologia empregada, esta constou de explanação acerca das temáticas racismo, machismo e homofobia – elementos previamente escolhidos para debate -, como sendo construções culturais e, por conseguinte passíveis de serem desnaturalizados e desconstruídos, mediante explicação histórica, sociológica e antropológica.

Como resultado, verificou-se a participação ativa dos estudantes, visto que, além da literatura de cordel fazer parte dos seus cotidianos, o cordel em discussão tratava de temáticas que lhes geravam interesse, uma vez que, voluntariamente, existiram depoimentos acerca do sofrimento de machismo, racismo e, principalmente homofobia, tanto no espaço escolar quanto fora dele.

CULTURA

Homens e mulheres fazem
A sociedade existir
E o seu comportamento
Forma de ser e sentir
Para se normatizar
Invenções vão construir

Inventa-se, pois, o agir
“Correto”, em sociedade
E o que foi inventado
Ganha status de “verdade”
A maioria concorda
Eis a “sociabilidade”

Porém, há necessidade
De buscar se explicar:
Que o que está definido
A forma de se comportar
Não existe desde sempre
É de humano inventar

Que procura contemplar
De um grupo, a satisfação
Que em certo tempo histórico
Percebe a ocasião
De impor o seu querer
Embasado na “razão”

Assim, a colonização
Imposta por Portugal
No Brasil enraizou
Agir educacional
Cujos desdobramentos
Veem-se hoje em seu social

Hoje se mostra real
Ao homem a submissão
Da mulher, e violenta
Revela-se a relação
De gênero, que se apoia
Na cristã religião

Deve-se fazer menção
De outro praticismo
Que vem das nossas origens
Efeito do colonialismo
Que hoje se faz recorrente
E que se chama racismo

Também do religiosismo
Prática se evidencia
À heterossexualidade
Louvor, então, anuncia
E ao homossexual
Promove homofobia

Que atribui simpatia
A quem também compartilha
Que só homem e mulher
Seguindo na “santa” trilha
Podem vir a construir
A “verdadeira” família

Assim, então, estribilha
Do social, a “razão”
Definindo o ideal
A ser vivido e, então
Taxa a “desobediência”
Como desvio de função

Buscar na investigação
O conhecer, sempre mais
Desconstruir tais práticas
Mostrá-las não naturais
Exercer bem a função
De Cientistas Sociais

Mostrando, pois, que os ais
Que no social perdura
Negro, mulher e homossexual
Deles sofrendo a agrura
NÃO existem desde sempre
É invenção, é Cultura!

Ferreira Júnior
“Arremedo de Poeta”

Homens e mulheres fazem / A sociedade existir/ E o seu comportamento /
Forma de ser e sentir / Para se normatizar / Invenções vão construir /
Inventa-se, pois, o agir / “Correto”, em sociedade / E o que foi inventado /Ganha
status de “verdade”/ A maioria concorda / Eis a “sociabilidade” (FERREIRA
JÚNIOR, 2023).

É do coletivo social que provém a idealização do comportamento em sociedade. A sociabilidade, que prioriza o convívio amistoso social, decorre da socialização, que se constitui da introjeção no indivíduo dos valores tidos como corretos pelo coletivo social (DA MATTA, 2000). O coletivo se sobrepõe ao indivíduo e lhe impõe seus valores, definidos como verdadeiros (DURKHEIM, 2007).

Assim, o plano simbólico, que é desenvolvido pelos homens em sociedade e que ultrapassa o plano biológico, expressa a capacidade criadora do homem, que busca incessantemente soluções e adaptações diante de tempos e espaços determinados (RECHENBERG, 2012) e, dessa forma, envolve-se na produção de símbolos significantes que, segundo Geertz (1989, p. 33) são “qualquer coisa que esteja afastada da simples realidade e que seja usada para impor um significado à experiência”.

Porém, há necessidade / De buscar se explicar / Que o que está definido / A
forma de se comportar / Não existe desde sempre / É de humano inventar / Que
procura contemplar / De um grupo, a satisfação / Que em certo tempo histórico /
Percebe a ocasião / De impor o seu querer / Embasado na “razão” (FERREIRA
JÚNIOR, 2023).

No que se refere a sua origem, não há concordância entre os estudiosos do modo de ser e estar dos homens no mundo. Ou seja, variam as afirmações acerca do momento axial ou ponto zero (REIS, 2006) relacionado à definição grupal de um modo comportamental social. Não sendo nossa proposta discutir essa gênese, aqui lançamos mãos do entendimento de Clifford Geertz, em sua obra “A Interpretação das Culturas” (1989), relacionado ao modo de ser e estar humano em sociedade, quando afirma: “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu” (1989, p. 15).

Essas teias, as quais Geertz (1989) chama cultura, não se constituem algo dado *a priori*, ou seja, não é algo ligado à essência humana, mas que se constrói num determinado espaço e numa determinada temporalidade, que resulta de humano inventar (LARAIA, 2011). Assim, porque se compõe de homens e mulheres, qualquer que seja a sociedade, é tributária de uma cultura, é possuidora de um modo de ser e estar no mundo (DA MATTA 2000), de sorte que não existe sociedade sem cultura (LA PLATINE, 1991).

O modo de ser estar no mundo de uma sociedade – forma de ser e sentir - traz aos seus membros uma identificação, ou seja, os sujeitos de um mesmo grupo se reconhecem como partícipes das mesmas práticas, dos mesmos costumes, das mesmas crenças. São possuidores de uma identidade cultural (CUCHE, 2002), o que o fazem diferenciados de outros sujeitos pertencentes a outro grupo (LA PLATINE, 1999) e,

além disso, enxergam o mundo a partir dos óculos culturais que usam (BENEDICT, 2009).

Assim, a colonização / Imposta por Portugal / No Brasil enraizou / Agir educacional / Cujos desdobramentos / São vistos em seu social (FERREIRA JÚNIOR, 2023).

O Brasil está na grande lista dos países que sofreram colonização de exploração na América Latina. A metrópole colonizadora brasileira foi Portugal, que a partir de 1530 implantou efetivamente o seu processo colonizador (FAUSTO, 2004)¹.

A socialização é a forma por que o aprendizado cultural ocorre e a sua efetivação se dá pelo processo educativo (DURKHEIM, 2011). Assim, a educação, tanto assistemática quanto sistemática, é a grande ferramenta socializadora existente em uma sociedade (SANTOS, 2010), sendo a escola uma via por que se reproduz o que se definiu socialmente como ideal (BOURDIEU; PASSERON, 2020).

Na colônia brasileira, a educação ficou a cargo dos jesuítas (SAVIANI, 2019), tidos como soldados cristãos, cuja Ordem foi oficialmente declarada pertencente aos quadros da Igreja Cristã Católica, no Concílio de Trento (1545 – 1563), pelo Papa Paulo III, dentro do que se chama movimento de Contra Reforma².

A ação pedagógica jesuíta se prestava a inculcar nos nativos e colonos a submissão à Coroa portuguesa e a implantar os elementos constitutivos do credo cristão católico, demonizando qualquer outro credo na colônia, visto que, “para os jesuítas a religião católica era considerada obra de Deus, enquanto as religiões dos índios e dos negros vindos da África eram obra do demônio” (SAVIANI, 2019, p. 47).

Além disso, a catequese jesuítica atendia um imperativo papal, que era estabelecer, na hoje chamada América Latina, um bastião da fé cristã católica e, dessa forma, fazer frente ao cristianismo protestante que, desde 1517, com a eclosão da Reforma Protestante, avançava tanto na Europa quanto na parte Norte da América (FAUSTO, 2004).

Hoje se mostra real / Ao homem a submissão / Da mulher, e violenta / Revela-se a relação / De gênero, que se apoia / Na cristã religião (FERREIRA JÚNIOR, 2023).

A religião é uma construção social que tem na moral seu pilar de sustentação. Por sua vez, a moral se apresenta como sendo “um conjunto de normas aceitas, livre e consciente, que regulam o comportamento individual e social dos homens” (FERREIRA JÚNIOR, 2020, p. 17). Desse modo, verifica-se eficácia significativa da religião no

¹ A posse oficial das terras brasileiras por Portugal se deu em abril de 1500. Todavia, entre 1500 e 1530 somente ocorreu no Brasil a exploração predatória do pau-brasil. Em 1530, com a expedição colonizadora de Martim Afonso de Souza, iniciou-se, de fato, a colonização, com a implantação das chamadas Capitânicas Hereditárias (FAUSTO, 2004).

² Os primeiros padres jesuítas chegaram à colônia brasileira juntamente com o primeiro Governador-Geral, Tomé de Souza, em 1549. Eram em número de seis elementos e liderados pelo padre Manoel da Nóbrega.

processo socializador, visto que, na inculcação do que é idealizado pelo coletivo social, atua legitimando e naturalizando.

Um dos alvos do uso da religião é a mulher, no referente à sua desqualificação e consequente inferioridade, pois, de acordo com Silva (1992, p. 71), “a religião tem sido um dos elementos fundamentais na reafirmação da representação do feminino como imperfeito e inferior, exposto ao mal e à submissão ao homem”. Assim, o sagrado, algo pensado e construído socialmente, atua como elemento indispensável à concretização do que humanamente foi idealizado, que visa a um fim previamente pensado, que atende a interesses específicos, ou seja, “verifica-se a importância instrumental da religião no referente à condição de subalternidade da mulher em relação ao homem, bem como da ação de desmandos deste em relação àquela” (FERREIRA JÚNIOR, 2020, p. 17).

O colonizador trouxe consigo o entendimento europeu, à época, acerca do feminino. Tratava-se de concepção que remontava à Antiguidade, que mostrava a mulher concebida numa realidade dicotomizada, pois, segundo Follador (2009), poderia ser representada por Eva, tida como a primeira mulher e sinônimo de tentação possibilitadora de empreender corrupção ao homem, ou, apreendida pelo exemplo da Virgem Maria, exemplo de submissão aos quereres divinos e de pureza, capaz de gestar sem pecado.

A premissa colocada acima norteou o agir dos padres jesuítas, quando do desenvolvimento do processo educativo, este perpassado pela religião. Sendo o cristianismo derivado do judaísmo e este, por sua vez, um credo onde se verifica a superioridade masculina e a consequente submissão da mulher ao homem, “a toda poderosa Igreja exercia forte pressão sobre o adestramento da sexualidade feminina e o fundamento escolhido para o justificar era simples: O homem era superior, e portanto cabia a ele exercer a autoridade” (ARAÚJO, 2004, p. 45) e, assim, desde o período colonial, a exigência de submissão, recato e docilidade às mulheres foi imposta e, tais exigências, “levavam à formação de um estereótipo que relegava o sexo feminino ao âmbito do lar, onde sua tarefa seria a de cuidar da casa, dos filhos e do marido, e, sendo sempre totalmente submissa a ele” (FOLLADOR, 2009, p.8).

Deve-se fazer menção / De outro praticismo / Que vem das nossas origens /
Efeito do colonialismo / Que hoje se faz recorrente / E que se chama racismo
(FERREIRA JÚNIOR, 2023).

A prática do racismo é recorrente no hoje social brasileiro. Essa prática encontra enraizamento nos mais de três séculos de escravização de gentes africanas em solo colonial brasileiro, que de forma compulsória foram arrancadas dos seus lugares e transportadas para o Brasil, com a finalidade de fazer funcionar o projeto colonizador português, conforme se explica abaixo.

A colonização portuguesa no Brasil se efetou a partir da implantação da chamada empresa açucareira na forma de *plantation*, que se constituía da somatória de elementos, a saber: latifúndio (engenho), monocultura (cana-de-açúcar), mão-de-obra escrava (negros africanos) e exportação.

O lançar mão da escravização de negros africanos foi algo pensado e planejado por três atores históricos: a Coroa portuguesa, a Igreja e a burguesia metropolitana³. Cada um desses sujeitos desenvolvendo ação racional visando a um fim que satisfazia suas particulares demandas (WEBER, 2010).

Quanto à Coroa portuguesa, esta se satisfazia em seu intento de ver funcionar a empresa açucareira a ser implantada na colônia brasileira, visto que, segundo Schwartz (2019, p. 222), “só o tráfico de escravos africanos fornecia um abastecimento internacional de mão de obra em grande escala e relativamente estável, que acabou por fazer dos africanos escravizados as vítimas preferenciais”. Com esta afirmação corroboram Reis e Gomes (2012, p. 9), quando afirmam que “foram os africanos e seus descendentes que constituíram a força de trabalho principal durante os mais de trezentos anos de escravidão”.

No referente à Igreja, a opção por traficar gentes africanas satisfazia seus quereres, pois não recairia a escravização sobre os nativos ou indígenas – a quem objetivava catequizar e arregimentar para a fé cristã católica – mas sobre os africanos. Estes, segundo o discurso eclesiástico, eram descendentes de Cam, um dos três filhos de Noé, patriarca hebreu, que fora, por seu pai, expulso do convívio familiar e amaldiçoado, conforme a narrativa bíblica de Gênesis 9: 20 – 25. Para a Igreja, a cor preta da pele das gentes africanas era decorrente da maldição noélica e, dessa forma, a escravização das gentes africanas era necessária, porquanto através dela se daria a purgação dos seus pecados. Corroboração com esta afirmação é vista em sermões do padre Antônio Vieira, jesuíta, que atuou no Brasil, no século XVII.⁴

Por sua vez, a burguesia metropolitana via no tráfico de gentes africanas para escravização no Brasil algo significativamente rendoso (FAUSTO, 2004), em decorrência da proibição da escravização de indígenas pela Coroa portuguesa, em 1570 e, por conseguinte a decretação do uso de mão-de-obra escrava africana⁵. A burguesia metropolitana acumularia capital com o significativo lucro da comercialização de africanos escravizados, pois, de acordo com Schwartz (2019), o preço de um escravo indígena, chamado de negro da terra pelos portugueses, na década de 1570, girava em torno de sete mil-réis, um escravo africano tinha o custo geral de vinte mil-réis, quase o triplo a mais.

Também do religiosismo / Prática se evidencia / À heterossexualidade / Louvor, então, anuncia / E ao homossexual / Promove homofobia (FERREIRA JÚNIOR, 2023).

³ Diz-se da burguesia que habitava em Portugal.

⁴ Assunto do presente sermão: a irmandade da Senhora do Rosário promete a todos os escravos uma carta de alforria, com que gozarão a liberdade eterna na segunda transmigração da outra vida, e com que se livrarão nesta do maior cativeiro da primeira (VIEIRA, Sermão XXVII, c. 1).

⁵ Pela primeira vez, a escravidão indígena foi proibida, por meio de Carta Régia de 1570, que instituiu a “Guerra Justa” e a escravidão voluntária. Todavia, no transcorrer histórico colonial brasileiro se verificou a não observação dessa determinação real.

O credo cristão, seja católico ou protestante, no referente à sexualidade, arbitra a existência de macho e fêmea, sendo o gênero definido pela genitália. Assim, a orientação sexual que não se encaixe nessa dicotomização é tida como pecaminosa e, por conseguinte combatida como sendo resultado de ingerência maligna.

Na sociedade brasileira contemporânea se verifica forte presença do sentimento de repulsa às pessoas que não se enquadram no que declara o discurso cristão sobre a sexualidade. Justaposta a essa repulsa aparece a violência praticada contra pessoas LGBTQIA+⁶, como registra o Grupo Gay da Bahia - GGB, que há quarenta e um anos divulga o Relatório Anual de Mortes Violentas de pessoas LGBTQIA+, como se verifica abaixo, relacionado ao ano de 2020:

Em 2020, 237 pessoas tiveram morte violenta relacionada à sua orientação sexual ou identidade de gênero. O levantamento dá conta de 224 homicídios (94,5%) e 13 suicídios (5,5%) de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Pela primeira vez, desde 1980, as travestis ultrapassaram os gays em número de mortes: 161 travestis e trans (70%), 51 gays (22%) 10 lésbicas (5%), 3 homens trans (1%) e 3 bissexuais (1%), além de 2 heterossexuais confundidos com gays (0,4%).

Não obstante o sofrimento de violência que experimentam as pessoas LGBTQIA+ no Brasil contemporâneo, ainda existe movimentação no Congresso Nacional, por parte de membros da Frente Parlamentar Evangélica – FPE⁷, no intuito de ver aprovado o Projeto de Cura Gay, também conhecido pelos nomes Terapia da Reorientação Sexual, Terapia de Conversão ou Terapia Reparativa, que consiste “no conjunto de técnicas que tem o objetivo de extinguir a homossexualidade de um indivíduo [...] inclui métodos psicanalíticos, cognitivos e comportamentais e, além disso, são utilizados tratamentos de ordem clínica e religiosa” (JUSBRASIL, 2016, p. 2).

O projeto de lei, que é de autoria do deputado federal João Campos, do PSDB de Goiás, trouxe a reboque polêmica significativa, uma vez que, ao propor a cura da orientação sexual diferente daquela definida socialmente como correta, define-a como doença, fato que vai de encontro à deliberação da Organização Mundial de Saúde – OMS, que na década de 1990 determinou a retirada da homossexualidade do rol das patologias, determinando que a homossexualidade pode ser definida como uma variação natural da sexualidade humana. Diante da determinação da OMS, no Brasil, o Conselho Federal de Psicologia – CFP proibiu seus profissionais de fazerem parte de

⁶ LGBTQIA+ significa: Lésbicas, Gays, Bissexuais (referência à orientação sexual), Transexuais ou Travestis ou Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, + engloba outras concepções de gênero, como, por exemplo, o pansexual.

⁷ Evangélico é termo genérico para, no Brasil, nomenclaturar cristãos não católicos, que experimentaram conversão religiosa ao protestantismo. No transcurso dos anos, evangélico passou a substituir protestante e crente, enquanto elemento identitário do professante da fé cristã não católica. A palavra tem sua gênese nos missionários norte-americanos, que se autodenominavam *evangelicals* (evangélicos) “adeptos do conservadorismo protestante, que desejavam afirmar a sua fidelidade ao evangelho e não à Ciência ou à razão humana” (NASCIMENTO, 2018, p.44).

quaisquer que sejam as terapias que visem a busca de alteração da orientação sexual de qualquer pessoa⁸.

Desde 2019 a homofobia é criminalizada no Brasil. Esta determinação se atrela à Lei do Racismo (7716 / 89), que prevê crimes de discriminação ou preconceito por “raça, cor, etnia e procedência nacional”, a prática da lei contempla atos de “discriminação por orientação sexual e identidade de gênero”. Todavia, são recorrentes as práticas homofóbicas no hoje social brasileiro, seja em falas desqualificadoras de pessoas homossexuais, seja em ações quase imperceptíveis (ou claramente perceptíveis) na funcionalidade de instituições sociais⁹. Assim, o dispositivo legal, embora se constitua dispositivo promotor de enfrentamento à homofobia, não se constitui elemento suficientemente capaz de erradicar tal prática, visto ter sido ela implantada no processo educativo colonial, ou seja, visto possuir enraizamento cultural.

Que atribui simpatia / A quem também compartilha / Que só homem e mulher / Seguindo na “santa” trilha / Podem vir a construir / A “verdadeira” família (FERREIRA JÚNIOR, 2023).

Também provém do inculcar religioso o entendimento de ser heterossexual a única forma de existir a família, ou seja, composta por homem, mulher e filhos. Parte-se da narrativa criacionista que afirma terem sido homem e mulher produtos da divindade e, dela, terem recebido ordem para se ajuntarem e gerar filhos (Gênesis 1:28). Este entendimento desconsidera qualquer outra forma de se constituir família e, conseqüentemente ter e ou criar filhos.

Assim, os chamados novos arranjos familiares ou famílias homoafetivas são desconsiderados, desqualificados e até demonizados, quando se leva em consideração o discurso evangélico, principalmente pentecostal e neopentecostal, que no Congresso Nacional é representado pela Frente Parlamentar Evangélica, em cuja pauta, além da “defesa da família”, está a “defesa da moral e dos bons costumes” e da “liberdade religiosa” (PRADI; SANTOS, 2017, p. 188).

Assim, então, estribilha / Do social, a “razão” / Definindo o ideal / A ser vivido e, então / Taxa a “desobediência” / Como desvio de função (FERREIRA JÚNIOR, 2023).

O que provém do coletivo social é o que prevalece socialmente, esperando-se que os homens e mulheres, em sociedade, enquadrem-se no que lhes foi definido como

⁸ Em 2011, o deputado federal João Campos, do PSBD de Goiás, protocolou na Câmara dos Deputados um Projeto de Decreto Legislativo – PDC, para suspender a resolução do Conselho Federal de Psicologia. Em 2013, o PDC foi aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara de Deputados. Porém, quinze dias depois, em decorrência da repercussão social, por determinação de seu partido, o deputado João Campos levou à Câmara requerimento que pedia o cancelamento da tramitação de sua proposta.

⁹ Leia-se o artigo **Homofobia “silenciosa, mas efetiva” em determinadas instituições sociais: as Forças Armadas**, disponível em <https://www.esquerdadiario.com.br/Homofobia-silenciosa-mas-efetiva-em-determinadas-instituicoes-sociais-as-Forcas-Armadas>

correto, enquanto modo de ser e estar no mundo. O coletivo estabelece sua primazia sobre o indivíduo e este, por sua vez deve aquiescer ao que lhe é imposto.

Verdade é que o indivíduo pode se rebelar diante do idealizado pelo coletivo social, visto que não se anula a sua individualidade (DURKHEIM, 2007). Todavia, sobre aquele ou aquela que vai de encontro ao que está definido como correto, socialmente falando, recairão as sanções sociais, uma vez que será definido como possuidor de comportamento desviante (LARAIA, 2011).

Buscar na investigação / O conhecer, sempre mais / Desconstruindo tais práticas / Mostrá-las não naturais / Exercer bem a função / De Cientistas Sociais / Mostrando, pois, que os ais / Que no social perdura / Negro, mulher e homossexual / Deles sofrendo a agrura / Não existem desde sempre / É invenção, é Cultura! (FERREIRA JÚNIOR, 2023)

O social não se constitui algo dado, possuidor de uma essência natural, uma realização *a priori*. É o resultado de ações humanas deliberadas, ou seja, realizadas propositadamente, porquanto seus agentes, antes de executá-las, tinham definido o porquê de sua execução, visto que previamente definiram a que demanda/demandas deveriam atender. Ao/à cientista social cabe fazer o caminho de retorno ao ontem histórico do hoje social¹⁰, e, a partir da compreensão de que o hoje social tem enraizamento em acontecimentos anteriores a ele, esse/essa profissional se debruça sobre as fontes históricas, buscando entender o processo de formação da sociedade em que vive ou outra que investigue.

Assim, apreendidos os elementos constitutivos formadores do que se revela no hoje social, o/a cientista social exerce seu papel, que é, à luz da ciência, explicar o real, visto que, de acordo com Durkheim *apud* Bourdieu *et al* (1999, p. 26), “a vida social deve ser explicada, não pela concepção que têm a seu respeito os que participam nela, mas por causas profundas que escapam à consciência”. Dito de outra maneira, o social somente se explica pelo social.

Diante disso, o machismo, o racismo e a homofobia, práticas recorrentes no hoje social brasileiro, passam a ter suas existências explicadas, passam a ser mostrados como “frutos” de uma “árvore” anteriormente plantada e não espontaneamente brotada. Assim, os maus tratos - por ações ou palavras – direcionados ao negro, à mulher e ao homossexual não são derivados de uma “natureza humana”, mas de um aprendizado, resultante de uma socialização, ou seja, são elementos constitutivos de uma cultura e esta, por sua vez, é resultado de humana invenção.

Considerações Finais

Sabendo-se que o que os homens e mulheres exteriorizam em sociedade não provém de inatismo, de outro modo dizendo, não são decorrentes de uma

¹⁰ A nomenclatura cientista social é usada no texto fazendo referência a todo profissional que se dedica ao estudo da sociedade, seja a que vive ou outra que investigue. Assim, não se limita à tríade antropólogo, cientista social e sociólogo, mas inclui historiadores, geógrafos e outros.

essencialidade humana, mas de uma subjetividade forjada pelo social, que se apreende mediante o experimento de um processo de socialização, que tem na família, na religião e na escola seus principais agentes e, na educação, sua via de realização.

Sabendo-se que práticas como o machismo, o racismo e a homofobia, promotoras de agruras e também mortes a negros, mulheres e homossexuais na sociedade brasileira, são resultados de aprendizados, porém são tidas como “naturais”, ou seja, como dadas, como existentes desde sempre.

Cumpra, a quem exerce a função de cientista social, empenhar-se em fazê-la desenvolvida, investigando e socializando as descobertas decorrentes de sua investigação e, quando do desenvolvimento de sua prática pedagógica, desconstruir as práticas naturalizadas socialmente.

Dado que a BNCC orienta para que aja, quando do ensino de história, estímulo à compreensão do estudante, no referente aos acontecimentos históricos, relações de poder e processos sociais, bem como os mecanismos que são construídos visando à manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, ocorridas ao longo do tempo e em diferentes espaços, a experiência realizada em sala de aula, mantendo o diálogo entre Literatura de Cordel e Ensino de História, a primeira servindo como ferramenta pedagógica para a ministração do segundo, resultou positiva. Vez e voz foram dadas aos estudantes. Diálogos contrapostos se fizeram anunciar. Enfim, o ensino e a aprendizagem se deram numa dimensão dialética e dialógica.

Neste texto, foi mostrada a interdisciplinaridade entre o conhecimento histórico e a literatura de cordel. Trata-se de uma metodologia que utilizamos em aulas de história ministradas a alunos de Ensino Médio (Rede de Ensino Estadual). Além de promover suavidade na prática pedagógica, o uso do cordel no Ensino de História estimula o aluno à participação no processo da aula, visto que se identifica com algo que pertence a seu mundo.

Referências

ARAUJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia.. In: PRIORE, Mary D. (Org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo. Contexto. 2009.

BENEDICT, Ruth. *O crisântemo e a espada*. São Paulo. Perspectiva. 2009.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, J. Claude; PASSERON, J. Claude. *A profissão do sociólogo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 3^a ed. 1999.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis. Vozes. 2020

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História & Geografia / Secretaria de Educação Fundamental*. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2007.

CUCHÉ, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru. EDUSC. 2002.

DA MATTA, Roberto. A antropologia no quadro das ciências sociais. In: _____. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DURKHEIM, Émile D. *As regras do método sociológico*. São Paulo. Martins Fontes. 2007.

_____. *Educação e Sociologia*. Petrópolis. Vozes. 2011.

FAZENDA, Ivani C A. *Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia*. São Paulo. Edições Loyola. 2006.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo. EDUSP. 2004.

FERREIRA JÚNIOR, José. A construção histórica da inferioridade feminina no Brasil. In: SOUZA, Liliane P. (Org) *Sobre mulheres: as melhores coletâneas de 2020*. Campo Grande- MS. Editora Inovar. 2020.

FOLLADOR, Kellen J. A mulher na visão do patriarcado brasileira: uma herança ocidental. Revista *Fato&Versões*, n° 2, v. 1. Disponível em www.catolicaonline.com.br/fatoeversoes

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro. Guanabara. 1989.

LAPLANTINE, François. O campo e a abordagem antropológicos. In: _____ *Aprender Antropologia*. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LARAIA, Roque de B. *Cultura, um conceito antropológico*. Brasília. UNB. 2011.

JUSBRASIL. Entenda o projeto da cura gay. 2016. Disponível em <https://examedaoab.jusbrasil.com.br/noticias/376191509/entenda-o-projeto-da-cura-gay> Acesso em 05-06-2023.

MODESTO, Mônica A; SANTOS, Tatiana F. Perspectiva do ensino de história nos anos iniciais sob a égide de uma temática ambiental. 2015. Disponível em <https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/viewFile/2151/446> Acesso em 29 de maio de 2023.

NASCIMENTO, Magali da C. Sobre crentes, protestantes, evangélicos e Rubem Alves. São Paulo. 2018. Disponível em

<https://www.cartacapital.com.br/blogs/sobre-crentes-protestantes-evangelicos-e-rubem-alves/> Acesso em 30 de maio de 2023.

PRADI, Reginaldo; SANTOS, Renan W dos. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. *Tempo Social revista de sociologia da USP*, v. 29, n. 2, pp. 187-213, 2017.

RECHENBERG, Fernanda. *Imagens e trajetos revelados: estudo antropológico sobre fotografia, memória e a circulação das imagens junto a famílias negras em Porto Alegre, RS*. Tese Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre – RS. 2012. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/77135/000894384.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 20 de junho de 2023.

REIS, José C. *História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro. FGV. 2006.

REIS, João J; GOMES, Flávio dos S. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo. Claro Enigma. 2012.

ROCHA, Everardo P Guimarães. *O que é etnocentrismo*. São Paulo, Brasiliense, 1984, pp 7-22.

RÜSEN, Jörn. *História viva: teoria da história III, formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 2010.

SANTOS, Pérsio. *Introdução à Sociologia*. São Paulo. Atlas. 2010.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas. Autores Associados. 2019.

SCHWARTZ, Stuart B. Escravidão indígena e o início da escravidão africana. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Marlise V. *Violência contra a mulher: quem mete a colher?* São Paulo. Cortez. 1992.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília. UNB. 2010.



Recebido em 23/08/2023

Aceito em 30/10/2023

DOI:10.26512/emtempos.v22i42.50557

ARTIGO

Educação das relações étnico-raciais e formação inicial de professoras/es – questões para o currículo

Education of ethnic-racial relations and initial training of teachers - questions for the curriculum

Anderson da Silva Bispo

Mestrando em Ensino de História na Universidade de Pernambuco

<https://orcid.org/0009-0002-2385-3703>

RESUMO: O presente artigo expressa o compromisso com a educação das relações étnico-raciais (ERER) na educação escolar, interrogando sobre a formação inicial de professoras e professores para a educação básica. A partir da experiência como professor de História no Ensino Fundamental e Médio, questionamos como ocorre a qualificação dos docentes para lidar pedagogicamente com situações de discriminação racial e para valorizar a diversidade racial e cultural presente na escola. Analisamos ementas de dois cursos de graduação de uma universidade pública do estado (Universidade de Pernambuco - UPE) que nos permitiu captar o desafio curricular destas reconstruírem-se como espaço educativo e mobilizarem forças por uma pedagogia antirracista. Considera-se, pois, que a formação de professoras/es é um dos processos formativos estratégicos sobre os quais movimentos sociais, educadoras/es antirracistas e seus aliados devem manter permanente vigília político-pedagógica em defesa da educação das relações étnico-raciais.

PALAVRAS-CHAVE: Relações étnico-raciais. Formação inicial. Currículo.

ABSTRACT: This article expresses the commitment to the education of ethnic-racial relations (ERER) in school education, questioning the initial training of teachers for basic education. From the experience as a history teacher in Elementary and High School, we question how teachers are qualified to deal pedagogically with situations of racial discrimination and to value the racial and cultural diversity present in the school. We analyzed the syllabuses of two undergraduate courses at a public university in the state (Universidade de Pernambuco - UPE) that allowed us to capture the curricular challenge of rebuilding themselves as an educational space and mobilizing forces for an anti-racist pedagogy. It is considered, therefore, that the training of teachers is one of the strategic training processes over which social movements, anti-racist educators and their allies must maintain permanent political-pedagogical vigilance in defense of the education of ethnic-racial relations.

KEYWORDS: Ethnic-racial relations. Initial formation. Curriculum.

Introdução

Demandas sociais, históricas e legais que envolvem a educação das relações étnico-raciais têm instigado a sociedade a ressignificar suas práticas. Neste cenário, nas escolas, universidades e nos espaços de debate sobre a escolarização, professoras e professores são reconhecidos como agentes cruciais para a superação das desigualdades raciais e potenciais promotores de uma educação para a diversidade. E daí deriva a interrogação: será que as instituições da formação inicial estão atuando nesta perspectiva? Como atuam para a educação das relações étnico-raciais em face das demandas educacionais contemporâneas? Os professores estão sendo preparados, para lidar pedagogicamente em situações de discriminação racial e para a valorização da diversidade racial e cultural presente na escola?

No ano de 2023, a Lei 10.639/03, que há duas décadas estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de história e culturas afro-brasileira e africana na educação básica, continua a desempenhar um papel fundamental na transformação do cenário educacional brasileiro. Ao completar 20 anos em 2023, a legislação continua a provocar importantes reflexões e adaptações nas políticas públicas, na formação docente, nos currículos escolares e nos conhecimentos históricos acadêmicos. A sua influência persistente ressalta a importância de promover a inclusão e o reconhecimento da diversidade cultural, contribuindo para uma educação mais equitativa e consciente. A temática "História e Cultura Afro-Brasileira" permanece como parte essencial do currículo oficial da Rede de Ensino, destacando a necessidade contínua de fortalecer e expandir essas iniciativas para construir uma sociedade mais justa e plural.

Oliveira observa que tal legislação instigou novas demandas no campo educativo de nosso país (2010). Para ele, mais do que defender uma releitura da história do Brasil, o reconhecimento da história da África, das relações raciais e do seu ensino, a Lei 10.639/03 procura mobilizar uma dimensão delicada e conflitante, ou seja, a importância da condição da população afrodescendente, numa inequívoca intenção de se ressignificar e reinterpretar a história e as relações étnico-raciais no Brasil nos currículos da educação básica. Isto remete às identidades sócio raciais de educadores e educandos, como reivindica novos parâmetros de compreensão da realidade social do país, e o reconhecimento de possíveis conflitos políticos na esfera do estado e das instituições educacionais.

O presente artigo trata, neste universo, dos desafios formativos para a construção dos currículos de formação nas licenciaturas, em especial no que refere à afirmação de uma nova postura acerca das relações raciais no Brasil tendo como parâmetro novas bases epistemológicas do conhecimento histórico sobre as relações raciais. Será visto que as tarefas que se impõem às instituições de ensino superior à temática étnico-racial, não se expressam simplesmente na aplicação da legislação, mas também na necessidade de outro tipo de produção pedagógica e epistemológica que tenha um compromisso com uma educação antirracista.

Desafios históricos da educação escolar brasileira

A educação, incontestavelmente, é meio para o desenvolvimento humano, porquanto oportuniza o acesso a bens sociais decisivos para um autoconhecimento crítico e para a atuação de cada indivíduo como sujeito de direitos em todas as esferas da vida em sociedade. Ao defender assim a educação, importa reconhecer as profundas desigualdades que caracterizam as condições de vida entre brasileiros.

Se examinarmos a presença e o avanço nos níveis superiores de educação, a ocupação e qualidade de postos de trabalho, acesso à saúde, as características da moradia, entre outros elementos que configuram a qualidade de vida, será reiterada sempre a vantagem de homens e mulheres brancos se comparados e pretos e pardos¹ e indígenas – ainda que neste último grupo devam ser observadas as especificidades de sua inserção na sociedade. Assim, as desigualdades sociais e econômicas a que estão submetidos negros² e indígenas está a exigir a continuidade da reflexão crítica e da articulação política no espaço de nossas atividades universitárias.

A história da educação no Brasil oferece dados suficientes para perceber que os discursos se reproduzem desde a proclamação da república no século XIX: educar todos os brasileiros como tarefa para a qual o estado deverá dispor das suas melhores forças e, salvo acidentes de percurso, levar a patamares desejáveis de formação para a ação como sujeito de direitos da nação brasileira e ao mesmo tempo habilitar a ingressar no mundo do trabalho para instrumentalizar sua sobrevivência e realização como indivíduo produtivo. Contudo, desde lá, persiste como lógica dominante a exclusão, presente em todos os níveis das práticas de escolarização: da criação e manutenção de escolas, passando pela formação e carreira de professores, produção e distribuição de materiais didáticos e mesmo a definição de finalidades da instrução conforme os segmentos sociais (BISPO, 2016, p. 20-23). Entre as próprias elites que pensaram projetos político-econômicos para o Brasil não faltaram acusações sobre a exclusão, conforme expõe Carvalho, ao debater o desenho da educação na “instauração da nova ordem” e sua crítica nos anos vinte do século XX: “a política republicana é acusada de ter relegado ao abandono ‘milhões de analfabetos de letras e de ofícios’, toda uma massa popular, núcleo da nacionalidade” (CARVALHO, 2006).

As exigências por uma educação escolar que combata as desigualdades educacionais originadas na dinâmica social de exclusão estão diretamente ligadas à análise de conceitos fundamentais, como identidade, representações e relações

¹ Utilizado o termo para representar os grupos de pretos e pardos, quando se trata de pesquisas com base nos dados do IBGE, ou quando remete ao contingente que se identifica como tal por um conjunto de atributos combinados – cor e identidade cultural e política.

² Citemos, a título de exemplo, pesquisas como as de Marta M. C. de Carvalho (1989) a educação no projeto republicano de nação, a de Fúlvia Rosemberg sobre a relação entre rendimento escolar e relações raciais (1987; 1991) e a tese de Joana C. Passos com análise sobre a articulação entre baixa escolarização e limitações nas oportunidades de educação de jovens negros/as em Florianópolis/SC (2010).

étnico-raciais. Isso se torna essencial quando se almeja uma reflexão crítica sobre a construção de práticas pedagógicas em conformidade com as diretrizes dos dispositivos legais associados à Lei 10.639/03. Uma etapa subsequente nesse desafiador processo consiste em examinar como o tema está sendo desenvolvido, tanto politicamente quanto pedagogicamente, no contexto da educação brasileira.

Com esse compromisso, primeiramente, observamos como os conceitos de etnia e de raça são utilizados com frequência, mas com certa confusão de quando aplicar cada um, ou os dois juntos. Parece que o que vai determinar é o posicionamento de cada um de acordo com seu contexto. Assim os termos são utilizados, inclusive no campo acadêmico de diversas formas, como por exemplo, o uso por um pesquisador envolvido no movimento indígena e sujeitos que não têm esse perfil.

O termo "raça" foi moldado de maneira significativa durante as transformações sociais e científicas do século XIX. Nesse período, a ciência estava em busca de métodos taxonômicos que pudessem ser aplicados a grupos humanos, resultando na hierarquização desses grupos com base em características físicas. Um marco crucial nesse processo foi o lançamento da obra "A Origem Das Espécies" de Charles Darwin, em 1859, que influenciou autores a explicarem as diferenças raciais sob a ótica do evolucionismo. Essa perspectiva, conhecida como evolucionismo/darwinismo social ou teoria das raças, desenvolveu-se principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos na década de 1870, sendo influenciada pelo filósofo inglês Herbert Spencer (1820-1903). Um componente significativo desse contexto foi o surgimento do conceito de "racismo científico". Essa abordagem pseudocientífica foi utilizada para justificar a suposta superioridade de determinados grupos étnicos sobre outros, legitimando práticas discriminatórias, colonialistas e, em alguns casos, genocidas. O impacto do racismo científico reverbera na sociedade contemporânea, perpetuando preconceitos e desigualdades. Desafiar e superar esses paradigmas torna-se essencial para promover uma compreensão mais justa e igualitária da diversidade humana, destacando a importância de abordagens educacionais e sociais que desmintam as bases científicas falsas que sustentaram essas ideologias discriminatórias.

A sociedade do Brasil imperial do século XIX, após mais de três séculos como colônia portuguesa, inscreve-se neste cenário. Apoiados em interpretações como essa, alguns pensadores passaram a defender o "branqueamento" da população brasileira como saída para o desenvolvimento do país, nos moldes da sociedade europeia, aceitas como modelos positivos de desenvolvimento social. Dentre eles, destacam-se o historiador e jurista Oliveira Viana e o antropólogo e médico Nina Rodrigues.

Conforme delineado por Nina Rodrigues em suas obras fundamentais sobre o racismo, tais como "As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil" (1938), "O animismo fetichista dos negros baianos" (1862-1906), e "Os africanos no Brasil" (1890-1905), refletem as concepções predominantes acerca de raça, miscigenação e criminalidade durante sua era. Este médico e antropólogo brasileiro advogava pela teoria do determinismo biológico, argumentando que a miscigenação, especialmente entre brancos e negros, resultaria na degeneração racial e no aumento da criminalidade. Ao associar características negativas à ascendência africana,

Rodrigues, ancorado em pseudociência e racismo, justificou práticas discriminatórias e hierarquias sociais. Embora tenham sido posteriormente alvo de críticas, as teorias de Rodrigues são reconhecidas como reflexos do contexto histórico e social permeado por preconceitos, destacando a influência do pensamento científico racista na formação de estereótipos prejudiciais às populações miscigenadas no Brasil

A propagação dessas ideias, no âmbito dos pensadores reconhecidos pelo poder econômico e político colaborou para a configuração do racismo como ação política e ideológica em nosso território. O critério racial passou a ser componente explicativo das diferenças de aptidões nas profissões, de modos de viver e de disposições sociais, inclusive com o direito a vincular, negros a propensão criminosa (MATOS, 2011). A combinação das propriedades físicas herdadas por uma pessoa com certos traços de sua inteligência, personalidade ou cultura sugeriria a existência de raças humanas naturalmente inferiores ou superiores a outras. Essa pérfida ideia induziu muitos a crerem num certo determinismo dos caracteres biológicos, trazidos da natureza, sobre os traços da personalidade e da cultura. O movimento abolicionista e a própria Lei Áurea de 1888 não foram capazes de modificar essa tese. Vistos, portanto, como atrasos da sociedade brasileira no rumo de seu projeto de identidade e modernidade, os negros, juntamente com mestiços e indígenas foram, em sua maior parte, relegados a posições subalternas na sociedade brasileira, e suas práticas culturais, em muitos casos, foram inferiorizadas e até mesmo criminalizadas. Todos os movimentos de resistência a esse ethos racista, desde o Brasil colonial, como os quilombos, as rebeliões e mesmo aqueles de busca de ruptura no desenho social hegemônico sofreram sobre violentas e ininterruptas formas de opressão, desde a caça e o assassinato, a violência moral, às interdições ao acesso a bens sociais.

Daí, devemos pensar: se a concepção de raça tem esse contexto como gênese, porque se utilizar ainda esse conceito? Quando discutimos isso publicamente, geralmente escutamos termos como “não há raças”, “só existe uma raça – a humana”, “quem tem raça é cachorro”, “utilizar esse termo vai ampliar racismo”. Em contraposição a isso, importa considerar a apropriação contemporânea desse termo pelos movimentos sociais negros e indígenas, aonde o termo raça vai então se destituir daquela concepção meramente biológica para ganhar o sentido do reconhecimento de que as relações sociais ainda estão permeadas por aquela concepção tradicional e preconceituosa. Sua adoção ganha um sentido político, pela explicitação de que as particularidades fenotípicas, culturais e sociais entre afrodescendentes e demais grupos humanos na sociedade brasileira ancoram hierarquizações em todas as dimensões da existência, do estético ao mais ordinário aspecto das relações cotidianas, mas não biológicas.

A tarefa é desafiadora, uma vez que a concepção tradicional do termo serviu e ainda tem servido para justificar uma relação de inferiorização, opressão, diminuição do papel do “outro” presente em nossas relações sociais, inclusive na promoção e na negação das políticas públicas para os povos indígenas e demais segmentos socioculturais. Segundo Sueli Carneiro, “Raça é hoje e sempre foi um conceito eminentemente político cujo sentido estratégico foi exemplarmente sintetizado” (2001).

Sob essa ótica contemporânea, mas que devemos reconhecer, com laços de herança de longo tempo de resistência política, cultural, econômica dos afrodescendentes no Brasil, precisamos enfatizar que embora exista uma semelhança no uso dos termos, a concepção do termo etnia se difere do termo raça. A noção de grupos étnicos surge com a contribuição da Antropologia, e Fredrik Barth (1928-2016) é uma referência nesse sentido, quando da década de 1960 propõe a ruptura da concepção, até então, de etnia como algo semelhante a um depósito de cultura, para uma forma de organização social por autoatribuição e atribuição por outros, inserindo o elemento político relacional como referencial na constituição de grupos étnicos (BARTH, Apud. OLIVEIRA, 2003, p. 117).

A dimensão identitária que se estabelece nessa dinâmica é a de um indivíduo que se atribui e é atribuído pelos outros membros como tal. Assim, quando falamos da questão étnica e racial, tratamos das relações desses dois termos no âmbito de nossa sociedade, não sendo possível fazê-lo sem tocar na questão do racismo. É ele quem agrega o teor essencial das diferenciações hierarquizadoras.

Racismo é a ideologia que prega a superioridade de uma raça sobre outras; adota no Brasil características bastante peculiares, que começam por um processo colonizador e escravista nas Américas, tendo encontrado nessa ideologia, sua justificativa, por que fora baseada na inferiorização e subalternização da população indígena e negra frente à formação nacional na definição das classes sociais e na distribuição de bens e direitos, além de estruturar uma compreensão de mundo repleta de estigmas e estereótipos inferiorizadores desses povos, justificando tais práticas. Em especial, interessa-nos o preconceito, que é aquela postura anterior à discriminação, internalizada e fundamento das práticas que impedem inclusive, o correto fazer pedagógico relacionado ao cumprimento de leis antirracistas no campo da educação.

A construção da organização do preconceito no pensamento das pessoas e, por conseguinte, sua presença na cultura das diversas instituições, inclusive naquelas que deveriam combatê-las, se deve ao papel das representações sociais presentes em todas as interações humanas, “[...] existe uma necessidade contínua de reconstituir o ‘senso comum’ ou a forma de compreensão que cria o substrato das imagens e sentidos, sem a qual nenhuma coletividade pode operar” (PRADO, Apud. MOSKOVICI, p. 41, 2011). Representações sociais que, segundo alguns teóricos são “maneiras como os grupos sociais constroem e organizam os diferentes significados dos estímulos do meio social e as possibilidades de respostas que podem acompanhar esses estímulos”. É necessário salientar que, nos limites deste artigo, não iremos discutir a fundo a influência desse fenômeno na construção do preconceito em nossa sociedade (PEREIRA; TORRES; ALMEIDA, 2003).

Consequentemente a construção desse processo formativo do sujeito precisa ser considerada dentro de seus diferentes contextos de relação, ainda mais quando se trata de uma sociedade como a nossa, na qual se verifica uma visão preconceituosa e carregada de estereótipos sobre indígenas e afrodescendentes. O resultado é a quase inevitável interiorização, no curso dessa formação, dessa visão em detrimento da valorização de outras, através da ação dos diferentes processos socializadores, sendo

um dos principais: a educação. Assim, o processo educativo vai ter um papel para representações sociais que reforcem ou se oponham a uma visão de mundo racista. Daí a relevância da formação inicial do profissional para a educação básica, para o tratamento curricular das representações e o reconhecimento de identidades em uma perspectiva de equidade social.

Educação das relações étnico-raciais, construção do currículo

As reflexões anteriores possibilitam afirmar que a discriminação racial, o preconceito, a segregação, são decorrências de processos sociais que projetam a exclusão e, ou a valoração negativa da história e da cultura dos povos indígenas e dos negros, baseadas, via de regra, numa visão de mundo ideológica e eurocêntrica.

Vejam os a partir de agora o papel da educação escolar, focando na função do currículo como instrumento político para uma educação das relações étnico-raciais e suas possibilidades de transformação dessa ideologia, uma vez que o processo de escolarização também é palco da representação ideológica da sociedade. Importante destacar que entendemos aqui o currículo como artefato socioeducativo que regula e/ou seleciona conhecimentos que vão ser partilhados, mas que se desenvolve por diferentes vinculações de saberes, poderes e identidades, extrapolando os limites dos conteúdos e das atividades curriculares, interferindo diretamente no formato das sociedades, como destacado pelo livro intitulado “Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo” (SILVA, 2013). Apesar das muitas concepções, observamos aqui a opinião de que, ao considerarmos o contexto do currículo, não só o teor deva ser considerado, antes, todos aqueles diversos mecanismos envolvidos na sua realização:

[...] currículos não são conteúdos prontos a serem passados aos alunos. São uma construção e seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagógicas. Conhecimentos e práticas expostos às novas dinâmicas e reinterpretados em cada contexto histórico. As indagações revelam que há entendimento de que os currículos são orientados pela dinâmica da sociedade (CROSO; SOUZA, 2007).

Para que esse objetivo seja alcançado queremos salientar a utilidade de conceitos, a saber, conceito de controle social e a relação com a educação; de hegemonia em uma perspectiva gramsciana, associada a uma interpretação de Stuart Hall sobre ele, e o conceito de colonização e descolonização do saber proposto por Nilma Lino Gomes (GOMES, 2012).

Os autores citados confluem para a defesa da superação do modelo monocultural e colonizador do conhecimento curricular e das relações de ensino, em face dos quais, instrumentos como Lei 10.639/2003, posteriormente a Lei 11.645/2008 e seu conjunto de pareceres associados, anunciam compromissos para as instituições superiores, para a escola e para seus currículos. Por certo, tais compromissos remetem à formação profissional docente. O conjunto dos dispositivos construídos para a implementação definidas por aquelas leis, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96) instiga o currículo escolar, e seus diferentes sujeitos envolvidos, para a

discussão, para pensá-lo como importante ferramenta enfrentar questões étnico-raciais na educação escolar.

É o que buscaremos discutir no próximo tópico do presente artigo, relacionando reflexões teórico-críticas com aspectos do currículo do Curso de Letras (Língua Portuguesa e Inglês e suas Literaturas) e do Curso de História, ambos da Universidade de Pernambuco - UPE/Campus Mata Norte (2012) presentes em estudo realizado em curso de Especialização em História e Cultura dos Povos Indígenas da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE³.

A formação de professores para a ERER

Observamos que Educação das relações étnico-raciais (ERER) toma neste item um sentido amplo que remete não apenas às interações entre os sujeitos nos processos da educação, como também os saberes e as práticas político-pedagógicas em todas as esferas da oferta educacional.

Ela engloba os saberes e as práticas político-pedagógicas em todas as esferas da oferta educacional. A ERER não se restringe apenas ao âmbito das relações interpessoais, mas se estende para abranger a estrutura e os conteúdos curriculares, bem como as metodologias de ensino. Essa compreensão mais ampla reforça a necessidade de uma abordagem holística, que não apenas promova a convivência harmoniosa e respeitosa entre os sujeitos, mas que também reconfigure os fundamentos do próprio sistema educacional, incorporando perspectivas diversas e promovendo uma representação mais equitativa e inclusiva da diversidade étnico-racial em todos os aspectos da educação.

Em nosso país, desde o período colonial, tem-se como marca de seu tecido social, econômico, político e cultural, uma lógica permissiva ante a discriminação e o racismo. Melhor, a dinâmica de produção colonial comportou relações, que, posteriormente à proclamação da república e sob o projeto (das elites econômicas e políticas) de construção de uma nação moderna e desenvolvida, tiveram como estruturante a negação de indígenas e dos descendentes de africanos negros como sujeitos de direitos. As reconhecidas desigualdades de condições de produção da existência destes dois segmentos, e sua repercussão perversa, que alcançam a construção da própria autoimagem, são hoje amplamente debatidas e devidamente documentadas em estudos de estado (IPEA, IBGE) como pelos ativistas sociais antirracistas e acadêmicos alinhados com a promoção da igualdade étnico-racial.

Atendendo à pauta das políticas afirmativas no âmbito da esfera federal, no contexto das políticas sociais do início dos anos 2000, desencadeou-se uma série de ações objetivando promover condições para a cidadania plena, o que incluiu a questão do ingresso, permanência e sucesso no sistema educacional. O grande desafio aí

³ UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – UPE. Projeto Político Pedagógico de renovação do Curso de Letras – Campus Mata Norte. Vol. II. Nazaré da Mata: UPE, 2012.

presente implicava desnaturalizar que “a cidadania dos incluídos é distinta da dos excluídos e, em decorrência, também são distintos os direitos, as oportunidades e os horizontes” (HENRIQUES, 2001).

Desta feita, o estado brasileiro, no reconhecimento das desigualdades, cria a Lei nº 10.639 em 09 de janeiro de 2003, posteriormente a Lei nº 11.645 em 20 de janeiro de 2008, ambas alterando o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96. Sua publicação suscitou um inédito processo de mobilização nos diferentes níveis da educação brasileira.

A extensão dos compromissos relacionados ao conteúdo da lei 10.639/03 foi explicitada com o Parecer CNE/CP 3/2004 (BRASIL, 2004), com toda uma base para a compreensão da gênese das determinações contidas na referida lei, situando a responsabilidade do estado brasileiro em promover “políticas de reparações, o reconhecimento e a valorização de ações afirmativas” e a “educação das relações étnico-raciais”. Também estão aí propostos princípios para orientar as ações dos “sistemas de ensino, os estabelecimentos e os professores” (BRASIL, 2004, p. 18), a saber: consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e direitos, ações educativas de combate ao racismo e discriminações. Como consequência, a necessidade de se repensar politicamente o currículo das escolas e agências formadoras, não somente atingir o problema da “invisibilidade” do sujeito negro, mas também trazer outras percepções, outras cosmovisões, outras formas de conhecimento que estão presentes na sua história.

A obrigatoriedade dos temas no ensino, como núcleo de partida da política curricular instigada pela Lei 10.639/03 e reiterada pela lei 11.645/08, relaciona-se de modo inquestionável com o que Nilma Lino Gomes (2012, p. 103) problematiza acerca da descolonização dos currículos, onde destacamos as reduções sobre a história da África, os essencialismos projetados sobre “uma cultura africana”, as distorções sobre a formação, o desenvolvimento e os desafios das sociedades africanas, a presença negro-africana na história, econômica, política e cultural do Brasil.

Em harmonia com os movimentos sociais negro e indígena, tais determinações atingem o currículo em todas as suas etapas de construção e desenvolvimento, em confronto com a ótica eurocêntrica como já colocado. Outrossim, na organização dos instrumentos para a difusão e implementação, os documentos complementares (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS, PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO) assumem que o currículo relaciona-se com as “regras do jogo do sistema escolar” e mais, que sua produção está relacionada intrinsecamente com práticas já existentes de “comportamentos didáticos, políticos, administrativos, econômicos etc., atrás dos quais se encobrem muitos pressupostos, teorias parciais, esquemas de racionalidade, crenças, valores”(Idem).

Daí a busca por explicitar conceitos e definir objetivos, referências e diretrizes, como assinalado anteriormente. Quanto aos objetivos, não é demais citar a Resolução CNE/CP nº 01/2004:

§1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

§2º O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas.

O conteúdo de ambos os parágrafos expõe um projeto exigente, cujos alcances colocam-se no nível da reorganização das instituições como das dinâmicas de seu funcionamento, o (re)conhecimento de seus saberes e sua crítica, e nas responsabilidades de cada nível de educação tem sua base no reconhecimento da diversidade humana e na pluralidade cultural, na superação das injustiças ancoradas no racismo, das quais as desigualdades educacionais são uma das faces.

A Escola Frente às Leis 10.639/03 e 11.645/08

Há que se reconhecer que em todo o território nacional: pode ser percebido um esforço considerável na esfera dos movimentos sociais, de práticas educativas e da pesquisa acadêmica, com o propósito de desenvolver iniciativas político-pedagógicas e estudos voltados para uma educação das relações étnico-raciais. Contudo, a experiência como educador de rede pública de ensino, como os debates entre pesquisadores e movimento social negro sobre a implementação do artigo 26-A da LDBEN após 2003 trazem elementos acerca do quanto ainda se verifica, na maioria das escolas de nosso país, a ausência do princípio democrático de convivência, de valorização e de respeito às diversidades étnico-raciais.

As reflexões trazidas nos dois itens anteriores deste artigo requerem uma reflexão preliminar sobre o espaço social que é a escola, ao invés de tomá-la como local de recepção passiva e onde necessariamente haveria um alinhamento crítico proativo em relação às diretrizes para a EREER, reiteradas no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

O espaço institucional que todos reconhecemos como escola foi muito bem discutido com a noção de espaço sociocultural pelo pesquisador Juarez Dayrell. Longe de relativizar o peso das relações sociais mais amplas para a organização do trabalho, do currículo, enfim, do cotidiano escolar, o autor reivindica a leitura surgida nos anos 1980, uma “nova vertente de análise da instituição escolar, que buscava superar os determinismos sociais e a dicotomia criada entre homem-circunstância, ação-estrutura, sujeito-objeto” (DAYRELL, 2001, p. 136). No que se refere à ordem pedagógica, disciplinar, às tradições dos conteúdos valorizados e aos paradigmas

epistemológicos assumidos como os legítimos para a educação escolar, temos um permanente (re)arranjo que atende a múltiplos aspectos, interconectados.

A necessidade de uma unidade escolar operar em três turnos diários apresenta desafios complexos para a organização pedagógica. Essa expansão temporal exige uma reestruturação cuidadosa, levando em consideração a gestão eficiente do tempo, a alocação de recursos adequados e a formação de professores capazes de manter a qualidade do ensino em cada turno. Além disso, a implementação de múltiplos horários requer estratégias específicas para garantir a coesão e a comunicação entre os diferentes períodos, promovendo uma experiência educacional consistente para todos os estudantes. Essa abordagem não apenas amplia o acesso à educação, mas também desafia a instituição a reavaliar sua estrutura pedagógica, adaptando-se para proporcionar uma aprendizagem efetiva ao longo de todo o dia.

Estagiários de licenciaturas em projetos continuados de extensão universitária representam uma oportunidade única para provocar mudanças substanciais nas concepções pedagógicas e na organização do ensino. Esses estagiários, ao aplicarem na prática os conhecimentos adquiridos na universidade, não apenas enriquecem sua formação profissional, mas também introduzem perspectivas inovadoras na instituição. A interação colaborativa entre estagiários e educadores experientes estimula uma troca valiosa de ideias, promovendo um ambiente de aprendizado dinâmico e enriquecedor. Essa colaboração não apenas beneficia os estagiários em sua formação individual, mas também impulsiona a instituição a adotar abordagens pedagógicas mais atualizadas, resultando em uma constante renovação e melhoria das práticas educacionais.

Voltemos ao autor anteriormente referido, quando traz para sua discussão para quem se entrelaçam em cada instituição "a reprodução das relações sociais, a criação e a transformação de conhecimentos, a conservação ou destruição da memória coletiva, o controle e a apropriação da instituição, a resistência e a luta contra o poder estabelecido" (Idem). Em acordo com este entendimento encontramos em muitos eventos educativos das redes de ensino conflitos de posicionamentos sobre objetos comuns como a avaliação escolar, o uso de livros didáticos, revelando como estudantes, educadoras/es e funcionários, "criam uma trama própria de inter-relações, fazendo da escola um processo permanente de construção social" (Idem).

Ainda que, atuando sob mesmas normativas e condições de infraestrutura similares, para aquelas autoras, os sujeitos da educação escolar a vivenciam como experiência inacabada:

A escola, como espaço sociocultural, é entendida, portanto, como um espaço social próprio, ordenado em dupla dimensão. Institucionalmente, por um conjunto de normas e regras, que buscam unificar e delimitar a ação dos seus sujeitos. Cotidianamente, por uma complexa trama de relações sociais entre os sujeitos envolvidos, que incluem alianças e conflitos, imposição de normas e estratégias individuais, ou coletivas, de transgressão e de acordos (DAYRELL, 2001, p. 136).

Portanto, se há um consenso de que ainda há muito que realizar em prol da EREER no espaço escolar, como mostra a consulta Igualdade das Relações Étnico-Raciais na Escola Possibilidades e desafios para a implementação da Lei nº 10.639/2003, (08/2005 a 07/2006), pela parceria executiva do CEERT, Ação Educativa/SP, CEAFFRO (SILVA, 2012, p. 6), é necessário o cuidado ao buscar-se observar quais os ingredientes dos processos político-pedagógicos escolares, porque se trata de perceber que cada unidade escolar é um universo muito particular.

O professor Edson Silva contribui para a compreensão do papel educativo estratégico da escola, tema previamente abordado neste artigo sobre hegemonia. Ele destaca a importância de tratar da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) na sociedade brasileira, enfatizando a necessidade de uma pedagogia anti-hegemônica. Segundo Silva, esse movimento se desenvolve por meio do "diálogo entre os diferentes atores sociopolíticos" (Ibidem. p. 23-26).

Quando consideramos a importância dos instrumentos jurídico-normativos, como as Diretrizes Curriculares fundamentadas nas referidas leis, não estamos subestimando a necessidade e a possibilidade de iniciativas pelos sujeitos envolvidos com o trabalho escolar. Contudo, ainda que valorizando tais iniciativas, é preciso olhar para a presença de seus princípios e conteúdos no escopo dos cursos de formação, afinal, as relações de trabalho docente vivenciadas nas escolas são portadoras, em alguma medida, de um conteúdo formativo que apresenta desafios ao currículo de formação de professores e às atividades pedagógicas nos diversos cursos de licenciatura.

3.2 As Instituições de Ensino Superior e a Educação das Relações Étnico-Raciais

A formação acadêmica para o trabalho docente na educação básica é um requisito que veio sendo paulatinamente assumido na legislação brasileira como o processo privilegiado para instruir política e pedagogicamente o ingresso na carreira. Contudo, é consenso entre educadores que debatem criticamente a escolarização, há necessidade de uma contínua discussão e formulação de projetos para que o currículo cada vez mais dialogue com as necessidades da dinâmica social brasileira de desigualdades econômicas e hierarquias de empoderamento político e cultural. No cenário dos anos 2000, da grande mobilização pró-ações afirmativas no ensino superior, as universidades brasileiras foram discutidas à luz de sua história e de sua posição (originária) elitista em relação à produção e difusão do conhecimento, à pedagogia implementada na formação, como ao público estudantil mais valorizado no ambiente acadêmico. Como bem observa o pesquisador da área das Ciências Sociais, José Jorge de Carvalho, em sua análise contundente sobre a configuração do racismo acadêmico no artigo "O Confinamento racial no mundo acadêmico brasileiro" (Ibidem. p. 23-26),

Apesar das especificidades do modo como é representada, a realidade racial da academia não difere muito da realidade racial vigente em outras áreas da

sociedade, mormente no que tange às estratégias utilizadas para a sua reprodução “informal”, que seria uma das características principais do estilo de racismo brasileiro. No caso da academia, os mecanismos mais comumente ativados que acabam por dar continuidade à prática da segregação racial são: a postergação da discussão, o silêncio sobre os conflitos raciais, a censura discursiva quando o tema irrompe e o disfarce para evitar posicionamentos claros. Procura-se, assim, esvaziar ou desarmar os mecanismos de tensão racial do sistema.

Isto é reconhecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (17/06/2004), já em seu artigo 1º nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004. Este, como o primeiro documento para orientar e definir a perspectiva educacional para a educação das relações étnico-raciais é apondo também para as instituições do ensino superior (IES) a responsabilidade por "mudança de mentalidade, de maneiras de pensar e agir dos indivíduos em particular, assim, como (...) de suas tradições culturais" (p. 20). Especificamente, na indicação das vinte e três providências derivadas dos princípios orientadores, reportados logo no início deste tópico - consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e direitos, ações educativas de combate ao racismo e discriminações - encontramos a inclusão do tratamento da questão racial como parte integrante da matriz curricular nos cursos de formação inicial para professores para a educação básica, como "de processos de formação continuada de professores, inclusive de docentes no Ensino Superior"⁴.

Em harmonia com estas indicações, em 2009, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, reitera as atribuições das IES, nas quais fica tácita a tarefa curricular de mudança, desde a ótica da educação das relações étnico-raciais:

(...) as instituições de educação superior devem elaborar uma pedagogia anti-racista e anti-discriminatória e construir estratégias educacionais orientadas pelo princípio de igualdade básica da pessoa humana como sujeito de direitos, bem como se posicionar formalmente contra toda e qualquer forma de discriminação (BRASIL, 2013, p. 53).

Especificamente no que refere aos conhecimentos, o Plano Nacional determina a inclusão de "(...) conteúdos e disciplinas curriculares relacionados à ERER nos cursos de graduação, conforme expresso no §1º do art. 1º, da Resolução CNE /CP n. 01/2004" como também trata da dimensão das ações formativas propriamente, ao indicar que devem "Desenvolver atividades acadêmicas, encontros, jornadas e seminários de promoção das relações étnico-raciais positivas para seus estudantes" (BRASIL, 2003). Assim, às universidades, faculdades e centros superiores de educação, formadoras para a docência na educação básica, é posto o desafio curricular de reconstruir-se como espaço educativo e mobilizar forças por uma pedagogia antirracista para habilitar licenciandas/os para atender aos termos do artigo 26-A a LDBEN/96 para o currículo da educação infantil, ensino fundamental e médio e assim contemplar, "(...) em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (BRASIL, 2013)".

⁴ Cf. BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 01/2004. Op. cit., p. 40.

Associando essas questões ao campo prático da formação de professoras/es, busca-se refletir dois aspectos em torno da presença e conteúdo de ementas de disciplinas nos Projetos Político Pedagógicos de renovação nos cursos de Letras (Língua Portuguesa e Inglês e suas Literaturas) e no Curso de História, ambos da UPE/Campus Mata Norte. Observamos que são reflexões em caráter de aproximação à produção do currículo no contexto destes cursos, respeitado o limite da consulta de dados, qual seja, a grade curricular, as ementas e objetivos publicados. Na tabela abaixo, as disciplinas obrigatórias e eletivas dos cursos consultados e que apresentavam em seus títulos, temáticas sobre questões da educação das relações étnico-raciais.

Grade de disciplinas dos cursos pesquisados

Curso de licenciatura em letras (língua portuguesa) - UPE					
COD.	Componentes curriculares	Obr	Opt	CH	Período
CE0849 9	Literaturas Africanas de Língua Portuguesa	.	X	30	
Curso de licenciatura em história - UPE					
COD.	Componentes curriculares	Obr	Opt	CH	Período
		.	.		
GH084 13	História da América Indígena	X		60	4º
GH084 18	História da África	X		60	7º
GH084 50	Cultura Afro-Brasileira		X	45	
GH084 54	História das Religiões brasileiras		X	45	

Fonte: Elaborada pelo autor.

Das cinco disciplinas identificadas, observamos que três são optativas, incluindo a única presente no curso de Letras, e apresentam a menor carga horária distribuída entre esses componentes. Este cenário sinaliza não apenas o lugar curricular, mas também o reconhecimento, e conseqüentemente, o poder formativo que os conhecimentos relacionados à educação das relações étnico-raciais alcançaram no processo de construção curricular dos cursos em questão. O curso de Letras prevê 3030 horas para integralização e habilitação, o curso de História apresenta 3180 horas, destas 30 e 180, respectivamente, são atribuídas para propostas diretamente associadas ao campo da educação das relações étnico-raciais. Tal fato permite inquirir quais as circunstâncias da construção curricular que explicam uma oferta tão tímida, especialmente no curso de Letras.

No curso de Letras, a ementa da disciplina eletiva, anuncia como objetos de estudos: "A discussão sobre identidade nacional: mestiçagem, hibridismo e transculturação. A questão da diáspora. Colonialismo e pós-colonialismo. Resistência cultural. Influências. Ideologia e política na literatura de Angola. A formação do romance Angolano." De imediato, sugere que o foco privilegiado é a literatura de Angola, país Africano que cuja língua oficial é o português (de Portugal), uma herança da colonização havida no território, mas contando com mais outras 20, pelo menos, faladas pela população como sua primeira língua. Os conceitos e termos do conjunto da ementa, sobremaneira sugerem a ênfase para as marcas da colonização do território, como processos a ela relacionados, o que implica para o ensino da mesma o desafio de em trinta horas contemplar um extenso campo de estudos e realizar seleção bibliográfica em meio a metodologias de abordagem sujeitas às armadilhas da visão eurocêntrica das sociedades africanas.

A seguir, tratamos das ementas das disciplinas obrigatórias do curso de História, a saber, História da América Indígena e História da África. Seus enunciados são apresentados como segue:

EMENTA
América indígena: conceitos e temporalidades. Estado e Civilização na América 'Pré-Colombiana'. Mesoamérica Clássica. Maias e Astecas. América do Sul Pré-Incaica. O Império Inca. Grupos Indígenas na América do Sul. Os tupi e a sociedade contra o Estado. Literatura indígena: o Popol Vuh e Meu Destino é Ser Onça.
OBJETIVOS
<ul style="list-style-type: none">• Fornecer subsídios para a desconstrução de noções etnocêntricas na análise da História Indígena;• Discutir os significados de conceitos tais como Estado e Civilização dentro do contexto da América Indígena;• Leitura de obras literárias indígenas;• Trabalhar estados e sociedades indígenas pré-colombianas relevantes para a formação da América Latina.

Quadro 2 – Ementa da disciplina “História da América Indígena”
Fonte: Digitalizada pelo autor

EMENTA
Escravidão na África. Reinos da África Sub-Saariana Medieval. A África e o Islã. A África 'negra' e o tráfico transatlântico. Reinos da Guiné. Os reinos do Congo e Angola.
OBJETIVOS
<ul style="list-style-type: none"> • Ter uma noção preliminar da história do continente africano; • Tratar da dinâmica do tráfico na África entre a região do Magreb e a África subsaariana; • Compreender o processo de islamização da África subsaariana e sua relação com o escravismo; • Ter uma noção geral dos principais reinos da África subsaariana medieval e início da Idade Moderna (Gana, Mali, Canem-Bornu, etc); • A Guiné e a África Ocidental; • O complexo Congo-Angola na África Centro-Occidental • Compreender a dinâmica do tráfico interatlântico de escravos entre os séculos XVI e XIX e os seus reflexos no continente africano;

Quadro 3 – Ementa da disciplina “História da África”
Fonte: Digitalizada pelo autor

De modo breve, ponderamos sobre a perspectiva que os enunciados e objetivos das referidas ementas sugerem. Os conceitos e processos indicados para o planejamento de Programas de Ensino na ementa de História da América Indígena transitam entre os estudos dos povos indígenas americanos, ainda que não abordem grupos da América do Norte, sob o importante conceito de civilizações. Assim, também, os objetivos indicam o interesse em examinar pelos conceitos de estado e civilização, dinâmicas relevantes para situar a presença dos grupos destacados entre as populações indígena centro e sul-americana. Contudo, ele não parece ocorrer quando é formulada a proposta para a História da África, quando são circunscritas as diversas formas de organização social daquele vasto território com ênfase nos reinos e nas relações de escravidão.

O debate gerado pelas ações de implementação do artigo 26-A a LDBEN, modificado pela lei 10.639/03 e pela lei 11.645/08, por meio de inúmeras iniciativas combinando movimento social negro, acadêmicos ativistas pela Educação das Relações Étnico-raciais, agentes de gestões de órgãos de estado como a SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetizada e Diversidade (2004- 2011) oferece uma literatura relevante sobre a abordagem à História da África. O escritor, pesquisador e cientista social cubano, Carlos W. Moore, vivendo no Brasil há mais de 15 anos, oferece importante referência a partir de seus estudos sobre sociedades africanas e metodologias da abordagem de sua história. Destaques para alguns de seus argumentos para embasar o que considera como uma tarefa de grande "envergadura":

A porta de entrada no ensino da história da África passa pelo reconhecimento desse continente nas suas singularidades essenciais, tais como:

- berço da humanidade em todas as suas configurações tanto antiga (*Homo habilis*, *Homo erectus*, *Homo neanderthalensis*) como moderna (*Homo sapiens*);
- lugar a partir do qual se efetuou o povoamento do planeta, a partir de 100 a 80 mil anos;
- berço das primeiras civilizações agro-sedentárias e agro-burocráticas do mundo ao longo do Nilo (Egito, Kerma, Meroé).

Parece-nos difícil acreditar numa história verdadeiramente africana, e rigorosamente ancorada nos dados científicos, fora desse esquema geral que tanto a biologia molecular e genética como a paleoantropologia e a linguística comparada referendam como a autêntica (WEDDERBURN, 2005, p. 133-136).

Ademais, o autor denomina de mitos raciológicos os processos de interpretação permeados de preconceitos, que negam aos africanos o que é naturalizado em outros povos:

(...) cuja inteligência, dinamismo, capacidade de empreender, aprender e de adaptar-se às condições e aos meios diversos jamais foram questionadas. Por exemplo, nunca se questionou se os povos leucodermes da Europa e do Oriente Médio semita, os povos sino-nipônicomongóis da Ásia setentrional e meridional, ou os povos mongolóides indígenas das Américas, criaram ou não com suas próprias mãos as suas civilizações. (Ibidem. p. 139).

Essa discussão é crucial para as questões educacionais envolvendo as relações étnico-raciais no Brasil, destacando a experiência de estereotipização da população afrodescendente. A observação relevante surge ao considerar que, quando o tema é a África, surgem descrições comparativas racializadas, como "egípcios e negros" ou "núbios e negros" (como se os egípcios e núbios da antiguidade não tivessem sido negros), "camitas e negros", entre outras (Ibid. p. 140). Esse enfoque é especialmente significativo ao abordar a diversidade e complexidade do desenvolvimento de territórios com suas singularidades civilizatórias. Assim, o autor se posiciona contra uma leitura linear e homogeneizadora das sociedades africanas, tocando em uma das questões centrais para a construção curricular, notadamente no tópico "As categorias Servis", em que advoga por uma abordagem mais abrangente e contextualizada:

A África, no seu percurso de estruturação de diferentes formas de relações sociais, conheceu diversos modelos de relações de trabalho e de produção baseados no trabalho servil escravo. A questão que continua sendo o problema é: de que tipo de escravatura se trata? (Ibidem. p. 154).

Alinhamo-nos com o autor ao defender uma didática do ensino de história da África que promova "uma sensibilidade em relação aos povos e às culturas oriundas desse continente" (Ibid, p. 160, Grifo do autor). Considerando o pensamento do professor Kabengele Munanga, que destaca: "Para qualquer pessoa se afirmar como ser humano ela tem que conhecer um pouco da sua identidade, das suas origens, da sua história" (2015), afirmamos que esse percurso não se limita apenas a uma compreensão individual, mas visa também ao reconhecimento do coletivo, em que é necessário conhecer e reconhecer a história e cultura do próximo. Contrariando o que afirma o mito da democracia racial em nosso país, nosso contexto escolar é plural, demandando uma prática pedagógica igualmente diversificada e efetivamente multicultural. Dessa forma, as instituições de ensino superior tornam-se palco de projetos que disputam significados e finalidades para a educação das relações étnico-raciais no Brasil.

Considerações finais

A finalização do presente artigo no contexto do curso de Especialização em Educação UNIAFRO – Política de Igualdade Racial no Ambiente Escolar do Departamento de Educação UFRPE, permite que eu mencione a indispensável relevância de uma formação que proporcione o desenvolvimento de uma práxis humana que contribua para o meu trabalho como professor na educação escolar. A missão essencial da educação deve, de forma premente, incorporar a Educação das Relações Étnico-raciais como um elemento central no currículo escolar. Isso é particularmente crucial em um país onde a maioria da população é composta por indivíduos pretos e pardos, que, quando combinados, formam a categoria "negros". A maior parte dos demais é constituída por pessoas brancas miscigenadas. A reflexão sobre as relações étnico-raciais deveria ser uma responsabilidade compartilhada por todos os cidadãos, independentemente de sua origem ou etnia. Esses esforços não apenas contribuem para a luta contra o racismo, mas também para a consolidação da democracia, a promoção da cidadania e o fortalecimento da igualdade social e racial.

Dado que a escola é um local privilegiado para a transmissão de conhecimentos que vieram desde as gerações anteriores, ela também se torna um dos campos estratégicos dessa luta. A experiência no referido curso nos lega uma concepção de formação inovadora, sustentada e ampla, pouco comum, que almejamos que se firme num eixo permanente das políticas nas esferas federal, estadual e municipal, não se limitando, como se percebe em muitos ambientes, ao marketing pessoal/institucional das redes sociais, improvisos infrutíferos e iniciativas isoladas de curta duração.

Considerados estes aspectos é pertinente retomar alguns entrelaçamentos a partir dos tópicos organizados. As leituras desenvolvidas permitem reafirmar a educação escolar como poderoso processo socializador para a constituição de cada pessoa, como aquele que promove ou interdita o autoconhecimento e a aquisição de meios para uma inserção emancipatória em dinâmicas sociais de maior extensão que as da experiência social de cada pessoa. Como se buscou discutir, conceitos das ciências sociais como representações sociais, identidades, controle social e hegemonia podem combinar-se com a interpretação histórica das desigualdades na educação pelo objetivo de iluminar a questão da formação de professores para a promoção da educação das relações étnico-raciais. O confinamento racial produz a negação das desigualdades sob distintas formas: a postergação da discussão, o silêncio acerca dos conflitos raciais, a censura discursiva quando o tema emerge e o disfarce para evitar posicionamentos que denigram são fenômenos que perpetuam a problemática racial.

Do encontro com elementos do currículo - as ementas e seus objetivos - para a formação de professores de Letras e História em uma universidade estadual pública de Pernambuco, observamos dois aspectos que sugerem pistas sobre aqueles conflitos, ou as dificuldades para adequar-se às diretrizes para a EREER com o capital acadêmico disponível. O primeiro, a baixa atribuição de carga horária para atividades acadêmicas

- apenas 1 disciplina no primeiro curso, e de caráter eletivo e quatro no segundo, sendo duas eletivas - com temas formativos atinentes à educação das relações étnico-raciais, e o segundo uma perspectiva de história da África que elege escravidão e reinos africanos como itens privilegiados de enquadramento da diversa e complexa história daquele continente.

As Instituições de Ensino Superior surgem como espaços estratégicos capazes de enfrentar os desafios relacionados à implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER). Esse fato, por sua vez, está intrinsecamente ligado à participação de diversos setores da sociedade, incluindo movimentos sociais, estudantes, comunidade escolar, pesquisadores e professores. Dentro do sistema educacional, essas instituições detêm um poder ampliado, interagindo de maneira contínua e diversificada com os demais níveis de educação. Essa interação se manifesta na formação inicial, na presença por meio de atividades de estágios, projetos de formação docente, pesquisas e na difusão de materiais para o ensino.

Todas as reflexões oportunizadas pela escrita deste artigo impõem a consciência do desafio para a educação das relações étnico-raciais, e se entrelaçam com a defesa da convivência e do diálogo entre as culturas em toda sociedade. Com este artigo, coloco-me como educador junto às forças que celebram as reflexões e as ações coletivas na formação inicial, no espaço escolar e noutros movimentos sociais, em defesa do direito à educação pública, gratuita e de qualidade.

Concluo reconhecendo que as abordagens e conclusões alcançadas devem ser ampliadas através de um trabalho que invista na identificação de outros aspectos relacionados aos cursos de licenciatura (relato de docentes e cursistas, estudo de caso em sala de aula e etc.), assim como de cursos/instituições, trabalhando com outras estruturas de dados, considerando que a formação nessas instituições também envolve, além do ensino, a pesquisa e a extensão, que formam a cultura pedagógica e político-acadêmica para fomentar novas reflexões e possíveis ações pela educação das relações étnico-raciais.

Referências

BARTH, Fredrik. (1969). Apud, OLIVEIRA Cardoso de, Roberto. *Identidade étnica, identificação e manipulação*. Sociedade e Cultura, vol. 6, núm. 2, julho-dezembro, 2003, p. 117.

BISPO, Anderson da Silva. A formação docente para a educação das relações étnico-raciais: limites e possibilidades em dois cursos de licenciatura da UPE mata norte / Anderson da Silva Bispo. Monografia (Especialização em Culturas e História dos Povos Indígenas) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2016, p. 20-23.

BRASIL. Lei 10.639/03, de 09 de janeiro de 2003. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 09 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Parecer CNE/CP 3/2004, homologação publicada no DOU 19/05/2004, Seção 1, p. 19. Resolução CNE/CP 1/2004, publicada no DOU 22/06/2004, Seção 1, p. 11.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano nacional para implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: MEC, SECADI, 2013, p. 53.
CARNEIRO, Sueli. “Ideologia Tortuosa”. Disponível em <https://www.geledes.org.br/ideologia-tortuosa/>. Acesso em 06 dez. 2023.

CARVALHO, J. J. de. (2006). O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. *Revista USP*, (68), 88-103.

CROSO, Camila; SOUZA, Ana Lucia Silva. *Igualdade das relações étnico-raciais na escola: possibilidades e desafios para a implementação da Lei no 10.639/2003*. São Paulo: Peirópolis, 2007.

DAYRELL, Juarez. A Escola como Espaço Sociocultural In DAYRELL, Juarez. (org.). *Múltiplos Olhares Sobre Educação e Cultura*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2001. p. 136-161.. Disponível em: <https://docsbarraespartana.files.wordpress.com/2012/03/dayrell-juarez-multiplos-olhar-es-sobre-educacao-e-cultura.pdf>. Acessado em 10 outubro 2016.

GOMES, Nilma Lino. (2012). Relações Étnico-raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v.12, n.1, pp.98-109, janeiro-abril 2012. pp. 98-109.

HENRIQUES, Ricardo. Texto para discussão no. 807. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*, Rio de Janeiro: IPEA 2001, Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4061. Acessado em 15 out. 2016.

MATOS, Deborah Dettman. Racismo científico: O legado das Teorias Bioantropológicas na Estigmatização do Negro como Delinquente. 28 set. 2011. Disponível em: <http://annebahia.blogspot.com/2011/09/racismo-cientifico-i.html?q=racismo+cient%3%ADfco>. Acesso em 13 de novembro de 2016.

MOSCOVICI, S. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p.41.

MUNANGA, Kabengele (2010). Apud. *ÁFRICA no currículo escolar*. Disponível em [http:// antigo.acordacultura.org.br/ nota10/programa/1](http://antigo.acordacultura.org.br/nota10/programa/1). Acesso em 01 de novembro de 2015.

NINA RODRIGUES, Raimundo. *As raças humanas e responsabilidade penal no Brasil (1938)*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011.

NINA RODRIGUES, Raimundo. *O animismo fetichista dos negros baianos (1862-1906)*. Rio de Janeiro, UFRJ/Biblioteca Nacional, 2006.

NINA RODRIGUES, Raimundo. *Os africanos no Brasil (1932)*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

OLIVEIRA, Luiz F. *Histórias da África e dos Africanos na Escola: as perspectivas para a formação dos professores de história quando a diferença se torna obrigatoriedade curricular*. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA Cardoso de, Roberto. Identidade étnica, identificação e manipulação. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, vol. 6, núm. 2, julho-dezembro, 2003.

PEREIRA, Cícero; TORRES, Ana Raquel Rosas; ALMEIDA, Saulo Teles. Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, 2003, p. 95-107.

SILVA, Edson. Povos Indígenas: Histórias, Culturas e Ensino a partir da Lei 11.645. *Historien*, UPE/Petrolina, v.7, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – UPE. *Projeto Político Pedagógico de renovação do Curso de Letras – Campus Mata Norte*. Vol. II. Nazaré da Mata: UPE, 2012.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – UPE. *Projeto Político Pedagógico de renovação do Curso de História – Campus Mata Norte*. Vol. I. Nazaré da Mata: UPE, 2012.

WEDDERBURN, Carlos Moore. *Novas bases para o Ensino da História da África no Brasil*. In: Educação Antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03. Brasília: MEC-SECAD, 2005, p. 133-166. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acessado em 18 setembro 2016.



Recebido em 19/08/2023

Aceito em 24/10/2023

DOI:10.26512/emtempos.v22i42.50517

ARTIGO

Em Busca Da África no Brasil: o olhar etnográfico de Pierre Verger sobre a São Luís negra

In Search of Africa in Brazil: Pierre Verger's ethnographic view of the black São Luís

Alvaro Moreira do Rego Neto

Mestrando do Programa de História e Cultura da Amazônia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
<https://orcid.org/0009-0004-7064-5055>

RESUMO: Este artigo propõe-se a analisar, com base no campo da Cultura Visual e na metodologia da análise serial de imagens, a produção do fotógrafo de origem francesa Pierre Verger. A análise recai sobre uma série de 6 imagens que mostra manifestações da cultura afro-brasileira existente na cidade de São Luís do Maranhão em 1948. Como resultado, observou-se a importância e polissemia da produção de Verger na valorização da “africanidade” enquanto herança cultural, especialmente em São Luís, considerando a construção histórica de estigmatização da cultura negra pelas elites locais.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Visual. Pierre Verger. Imagens. São Luís.

ABSTRACT: This article proposes to analyze, based on the field of Visual Culture and in the methodology of the serial analysis of images, the produced by the French photographer Pierre Verger. The analysis relies on a series of 6 images that shows manifestations of afro-brazilian culture existing in the city of São Luís of Maranhão in 1948. As a result, it was observed the importance and polysemy of the production of Verger in the appreciation of “africanity” while cultural heritage, especially in São Luís, considering the historical construction of stigmatization of the black culture by local elites.

KEYWORDS: Visual Culture. Pierre Verger. Images. São Luís.

Introdução

Por ocasião de sua primeira visita a São Luís, em 1948, o fotógrafo e etnólogo francês Pierre Verger (1902-1996) legou uma rica obra fotográfica aos interessados em pesquisar temáticas relacionadas às manifestações da cultura negra.

Ao nos debruçarmos sobre esse grandioso manancial imagético, elegemos seis fotos para análise, dentre um considerável acervo presente na Fundação Pierre Verger,

que dispõe de 35 (trinta e cinco) fotografias organizadas em pastas nomeadas: “Cerimônias africanas”, “Fontes”, “Porto”, “Tubarão”, “Ruas”, “Espírito Santo” e “Tambor de Criollo” de São Luís. Existem outras pastas com fotografias do interior do Estado do Maranhão: “Itapecuru” e “Mulundus”, não contabilizadas, e inseridas nesse trabalho¹.

Nossa seleção deu-se através do recorte proposto acerca das manifestações da cultura popular maranhense que consideramos mais representativas, das imagens de Verger sobre a cidade. Das fotografias expostas no *site*², coletamos imagens de duas manifestações da cultura popular negra maranhense: o tambor de mina e o tambor de crioula, por entendê-las como mais importantes dessa viagem a São Luís, e por estarem em sintonia com o recorte temático proposto.

A fim de situar o leitor acerca do conjunto de manifestações que fazem parte do repertório da cultura popular maranhense, julgamos importante apresentar um conceito do tambor de mina, bem como da Casa das Minas, na visão do antropólogo e museólogo Sérgio Ferretti, falecido em 2018, por ser referência nos estudos da cultura afro-maranhense:

[...] A designação popular, no Maranhão, para o local e para o culto de origem africana que, em outras regiões do país, recebe denominações como candomblé, xangô, batuque, macumba etc. É o nome de uma das religiões afro-brasileiras desenvolvidas por antigos escravos africanos e seus descendentes. Entre outros aspectos, caracteriza-se como religião de transe ou possessão, em que entidades sobrenaturais são cultuadas e invocadas, incorporando-se em participantes, principalmente mulheres, sobretudo por ocasião de festas, com cânticos e danças executados ao som de tambores e outros instrumentos. Daí o termo tambor, pelo qual também são designados tais cultos (FERRETTI, S., 2009, p. 9).

Ademais, é importante destacar características essenciais do tambor de mina, como sua fundação de origem Jeje³; denominação dada a grupos étnicos oriundos do sul do Benim, ex-Daomé. O termo “mina” deriva do Forte de São Jorge da Mina, na Costa do Ouro, atual República de Gana; também se refere a um dos grupos étnicos dessa região (FERRETTI, S., 2009). De acordo com o autor, embora a Casa das Minas seja o terreiro de tambor de mina mais antigo do Maranhão, datada do começo do século XIX (FERRETTI, S., 2009), existem outros presentes em São Luís, de origem Nagô e Fanti-Ashanti.

Por sua vez, o tambor de crioula “É uma dança de negros ao som de tambores [...] É dança de umbigada semelhante a outras do mesmo gênero existentes no país. No Maranhão o tambor de crioula possui características específicas e só aqui é conhecido com esse nome.” (FERRETTI, S., 2006, p. 93).

Através das semelhanças observáveis entre as duas denominações da cultura

¹ Disponível em: <https://www.pierreverger.org/br/acervo-foto/fototeca/category/561-san-luiz.html>.

² Embora a escolha seja feita a partir do *site* da Fundação Verger, no andamento da pesquisa, descobrimos mais fotos tiradas em São Luís, parte dessas, presentes na bibliografia de Verger.

³ Ver mais em Matory (1999).

afro-brasileira citadas até o momento, principalmente no que concerne à importância da utilização de instrumentos musicais percussivos, são comuns imprecisões, e até erros, nas tentativas de atribuir analogias entre as manifestações.

Por fim, as diferenças são muitas, desde a estrutura hierárquica e organização, a postura dos tocadores, até o tipo de tambor de cada estilo das duas denominações da cultura popular. Adentrar por essas minúcias não é oportuno neste artigo. Aqui, é fulcral entender que não podemos incorrer na simplória atribuição de fenômeno religioso ao tambor de mina, e de diversão ao tambor de crioula: “[...] embora não seja dança especificamente religiosa, há múltiplas relações entre o tambor de crioula, a religiosidade popular e o tambor de mina, pois na cultura do povo, religião e divertimento, sagrado e profano, nunca estão completamente separados.” (FERRETTI, 2006, p. 99-100).

Década de 1930: marco dos estudos da cultura popular

Atualmente, embora as manifestações da cultura popular negra, como tambor de mina, tambor de crioula e bumba meu boi, no Maranhão, sejam gestadas, louvadas e divulgadas como expressões da identidade local; pelo poder oficialmente instituído, pelas elites letradas e pela população em geral, esse quadro nem sempre foi pacificado e suavemente constituído.

Tomando-se o recorte cronológico sobre o percurso da “contribuição do negro na sociedade maranhense” (FERRETTI, S., 2008), do século XIX a meados do século XX, observamos, nesse escrito, a rejeição das elites letradas à cultura popular, ao não erudito, bem como as perseguições de toda ordem e violências simbólicas representadas na tradição oral:

Dona Deni, chefe da Casa das Minas nos informou ter ouvido das mais velhas, que na época da escravidão as danças nos terreiros de mina em São Luís eram muito escondidas e as festas de pretos só eram realizadas em dias de festas de santos católicos. Disse que a Casa das Minas devia funcionar como uma senzala, e como a Casa de Nagô, era esconjurada e considerada como casa de macumbeiros. Pessoas ricas e pobres tinham medo e quando passavam na frente se benziam, costume que, segundo temos notícias, se continuou pelo menos ainda na década de 1960. Acha que depois da abolição é que puderam organizar festas, com permissão das autoridades públicas. Assim mesmo lembra que houve muitas perseguições e muita gente foi castigada por dançar mina (FERRETTI, S., 2008, p. 3).

A construção da valorização de tais práticas é um processo histórico e tem como marco para tal mudança a década de 1930, no contexto do Estado Novo (1937-1945). Além disso, a tônica desse quadro apresenta-se de maneira bastante complexa, com “dissensos, ambiguidades, conflitos e tensões” (BARROS, 2015, p. 37). Ou seja, embora nesse período houvesse o início da tentativa de integração e valorização de alguns elementos culturais caracterizados como negros e mestiços, as perseguições de cunho político, policial ou midiático não cessaram nas décadas seguintes, elas coexistiram no mesmo espaço, e as reminiscências dessa ambivalência são, inclusive, observáveis na

atualidade.

O capítulo supracitado de Barros apresenta, de forma bastante vigorosa, esse recorte histórico relativo à cultura e à questão racial na formação da cultura maranhense no século XX. A construção elitista do século XIX da Atenas brasileira⁴ coabita e contrasta com a demonização das manifestações culturais da matriz africana:

Enquanto se afirmam positivamente algumas – inventadas heranças europeias maranhenses, se anunciam pejorativamente e se perseguem as práticas que na época eram identificadas como heranças de África e dos povos nativos, a exemplo dos bumbas e dos variados tambores. O bumba-meu-boi é proibido de ser realizado ou de ir ao centro das cidades, particularmente da capital do estado, por que seria barafunda de pretos e da dita semibárbara caboclada. Na década de 1940, ainda se denuncia que o Maranhão é um Estado débil e doente resultado do sangue de negros e índios circulando nas veias dos regionais, algo que só a imigração europeia poderia sanar (BARROS, 2015, p. 44).

A década de 1930 apresenta outro fato importante, que fundamenta a narrativa dessa enquanto marco histórico do tema aqui abordado. Em 1938, São Luís recebeu a visita da Missão de Pesquisas Folclóricas (MPF), criada pelo escritor Mário de Andrade, através do Departamento de Cultura de São Paulo, que já percorria capitais das regiões Norte e Nordeste, a fim de documentar trechos do folclore musical local. Nessas terras, a MPF documentou o tambor de mina do terreiro Fé em Deus, de Maximiana (FERRETTI, M., 2006).

Sublinhando e exemplificando a já mencionada dualidade que sateliza as denominações da cultura negra afro-brasileira, Oneyda Alvarenga, responsável pela escrita do material colhido, seguindo orientações de Mário de Andrade, inseriu os cânticos do tambor de crioula e tambor de mina na série de “música de feitiçaria”:

Na literatura científica, até fins dos anos de 1950, era comum o uso das expressões animismo, fetichismo e feitiçaria, para se referir às religiões dos povos considerados menos civilizados, asiáticos, africanos e ameríndios. Em inícios da década de 1960, com a divulgação das obras de Roger Bastide e de outros pesquisadores, esta tendência passa a ser substituída (FERRETTI, S., 2006, p. 98).

Apesar das descrições carregadas de eurocentrismo, comumente empregadas no período, são inegáveis a importância e a vanguarda do MPF. Em continuidade ao seu projeto modernista, exaltando e representando uma nova forma do Estado observar a cultura popular através de uma “perspectiva democrática” (FERRETTI, S., 2006, p. 94), Mário de Andrade já possuía uma visão ampliada de patrimônio cultural: que englobava não somente os bens arquitetônicos de teor nacionalista e oficial, que evocam os moldes da elitista “civilização burguesa europeia” (HOBSBAWM, 2013, p. 10-11), mas também a cultura popular.

É oportuno destacar que no bojo do contexto da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, sua ambição em fomentar uma unidade nacional, e a existência, dentro da estrutura burocrática do Estado, de um grupo de intelectuais, além de Mário

⁴ Ver também Corrêa (1993).

de Andrade, composto por Gustavo Capanema e Lúcio Costa, entre outros, é notório o debate nacional acerca da salvaguarda do patrimônio artístico nacional, que gerou o anteprojeto (1936-1937) para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN)⁵, que doravante tornar-se-ia o órgão federal intitulado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico – IPHAN. (MIGUEL; CORREIA, 2009).

Do ponto de vista acadêmico, o período entre as décadas de 1930 e 1940 caracteriza-se pelo crescimento dos *Estudos afro-americanos*, sob a égide da antropologia culturalista de Franz Boas e da grande circulação de ideias entre intelectuais estrangeiros, como Herskovits, e intelectuais brasileiros ou radicados no Brasil, como Arthur Ramos, Roger Bastide e Pierre Verger, discutindo a identidade africana das populações americanas: os estudos *afro-brasileiros* (TEIXEIRA, 2017).

A partir da década de 1930, o surgimento de tais estudos, somado à decadência do paradigma teórico do evolucionismo social, à fundação das primeiras universidades brasileiras, concomitantemente, à fragilização dos institutos de ensino e pesquisa e os seus “homens da ciência” (SCHWARCZ, 1993, p. 25-29), acarretaram uma perspectiva que refutava as teorias raciais do final do século XIX e seus pressupostos racistas; assim, a mestiçagem e o universo simbólico negro começaram a ser entendidos como características favoráveis dessa jovem nação. O debate acerca do negro no Brasil, especificamente no que tange à religiosidade e às manifestações culturais desses grupos, orbitava muito em torno da contribuição e influência da África na sociedade brasileira, e Verger está inserido *pari passu* nesse contexto; ademais, podemos afirmar que esse foi o mote basilar dos seus estudos e de sua produção artística.

Pierre Verger: entre a arte e a ciência

Pierre Edouard Léopold Verger nasceu em Paris, no dia 4 de novembro de 1902, onde viveu até sua saída da França, em 1932, aos 30 anos de idade, após a morte de vários familiares: pai, irmãos e a mãe (BOULER, 2002). Nascido e educado no seio de uma família burguesa e católica, Verger tornou-se um “nômade cosmopolita, o fotógrafo com olhar de etnógrafo”, um “documentarista do concreto.” (PARÉS, 2019, p. 181).

O ano de 1932 foi marcante para o jovem Verger, pois foi o ano da morte de sua mãe, e o que tem início sua trajetória na fotografia e sua descoberta do mundo através das viagens. Entre as décadas de 1930 e 1940, Verger conheceu e registrou, com sua máquina Rolleiflex, muitos lugares pelo globo, entre União Soviética, Taiti, Estados Unidos, Japão, China, Filipinas, México, Guatemala, Equador, Peru, Bolívia e Argentina, sendo também correspondente e fotógrafo de muitos periódicos, revistas ou agências como o *Paris-Soir*, *Match*, *Alliance Photo*, *Rubber Development Corporation*. (MORIN, 2017).

Fez uma passagem pelo Brasil em 1937, e retornou a Salvador em 1946, onde fixou residência até sua morte, em 1996: “Chegou como fotógrafo e, aos poucos,

⁵ Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

transformou-se em um observador etnográfico, antropólogo, historiador e botânico [...]” (LÜHNING, 1999, p. 315). Sua obra intelectual é muito vasta, distribuída em diversos idiomas e publicações, sendo uma grande referência aos estudos e pesquisas no âmbito das religiões afro-brasileiras.

O início da carreira profissional como repórter fotográfico no Brasil, em 1946, é condicionado ao seu primeiro contrato com a Revista O Cruzeiro, revista de perfil popular e de grande circulação, partícipe dos Diários Associados de Assis Chateaubriand, fundada em 1928. Verger trouxe consigo 14 anos de experiência como fotógrafo, com colaborações em revistas e agências pelo mundo (LÜHNING, 2004) e, com isso, uma amálgama de “bagagem cultural, sensibilidade e criatividade” (KOSSOY, 2001, p. 43), observáveis facilmente em seus registros fotográficos.

É interessante destacar a relação do seu olhar etnográfico, bem como sua sensibilidade, ao retratar as mais diversas etnias pelo mundo, com as diversas viagens feitas durante sua trajetória, assim como por sua relação pessoal e de parceria de produção intelectual com antropólogos como Bastide e Métraux, e sua vinculação, com alguns museus, como colaborador, tais como: *Musée d’Ethnographie du Trocadéro*, em Paris, entre 1935 e 1937; e Museu Nacional de Lima, entre 1942 a 1946 (LÜHNING, 1999)⁶.

Morin (2017) oferece uma compilação comentada de 225 cartas trocadas entre os amigos Verger e Roger Bastide, importante sociólogo e antropólogo gaulês radicado no Brasil. Tais cartas demonstram o encantamento e a curiosidade científica dividida pelos dois sobre as manifestações da religiosidade afro-brasileira, bem como o interesse por São Luís e sua cultura negra, desde a primeira carta.

São Luís africana: a polissemia capturada por Pierre Verger

Em São Luís, Verger visita a Casa das Minas e se depara com a gestão de mãe Andressa à frente da mesma. Essa teria origem Jeje, e nascida em 1855, em Caxias, cidade do interior do Maranhão, no seio da família de Paulo Ramos, interventor federal e governador do Maranhão entre 1936 e 1945, e falecida em 1954 (FERRETTI, S., 2009).

Liderança muito importante e respeitada no tambor de mina e em outros terreiros, inclusive exerceu influência política pela proximidade familiar a Paulo Ramos, no contexto das perseguições das religiões de matriz africana no Estado Novo, no que concerne à liberação do toque da Casa das Minas, estendido à Casa de Nagô, e sua permanência do Centro de São Luís através de sua capacidade de mobilização (BARROS, 2015)⁷.

⁶ A partir da década de 1950, a carreira acadêmica de Verger dá um salto em relação a publicações, títulos e atividades docentes, não citados aqui por nosso interesse em sua formação estar voltado até o recorte estabelecido nesta pesquisa, em 1948.

⁷ Barros (2015) faz citação ao depoimento de dona Maria Celeste Santos, da Casa das Minas.

Verger comunica-se por carta com Bastide dia 1º de outubro de 1948, narrando rapidamente sua passagem por São Luís: “Fiquei uns 15 dias em São Luís, muito interessante. Conto voltar lá. Vi mãe Andresa da Casa das Minas, 84 anos, memória extraordinária. Coletei diversas toadas e listas de voduns. Ela não fala facilmente de Legbá.” (MORIN, 2017, p. 98). Posteriormente, ele narra:

Fui ver Mãe Andresa que presidia as atividades da Casa das Minas, onde se praticava o culto dos voduns, cujos nomes me pareceram então muito misteriosos: Zomadonu, Naiadono, Aronovissava, Bepega, Sepazin, Maité, Agongono e outros tantos ainda. Não sabia o papel que aqueles nomes iriam representar, alguns meses mais tarde, para facilitar minhas pesquisas no Daomé. (VERGER, 2011, p. 273).

Mãe Andressa abriu a Casa das Minas para diversos pesquisadores, entre eles Verger, que pesquisou a herança daomeana em São Luís e coletou informações e os nomes dos Voduns, posteriormente utilizados na sua pesquisa no Daomé e na Nigéria, como bolsista do Instituto Francês da África Negra (IFAN): “Passei a maior parte dessa primeira estada em Abomé, capital do antigo reino do Daomé. Os nomes dos voduns, anotados em São Luís do Maranhão operaram maravilhas.” (VERGER, 2011, p. 282).

Da visita à mãe Andressa, das pesquisas de Verger no Daomé e a partir de dados coletados por Octávio da Costa Eduardo, foram escritos três artigos: “*Le culte des voduns d’Abomey aurait-il été apporté à Saint-Louis de Maranhon par la mère du roi Ghézo?*”, de 1952; “*Échanges de cadeaux entre rois d’Abomey*”, de 1970; e, finalmente, “Uma rainha africana mãe de santo em São Luís”, de 1990. O primeiro texto:

[...] apresenta a hipótese de que a Casa das Minas teria sido fundada por membros da família real de Abomey vendidos como escravos para o Brasil no reinado de Adandozã (1797-1818), sendo, portanto, uma das mais antigas casas de culto afro-brasileiras sobreviventes até hoje e, talvez, o único lugar fora da África em que são cultuados voduns da família real de Abomey [...]. (FERRETTI, S., 2009, p. 19-20).

Os seguintes escritos dão continuidade à pesquisa, aportando mais densidade teórico-metodológica à questão proposta por Verger:

[...] Os três textos abordam a história dos voduns em São Luís do Maranhão e sua relação com a família real do Benin, envolvendo a história da rainha exilada Na Agontimé e a curiosa presença do trono de um rei africano e de uma bandeira própria da corte daomeana no acervo do Museu Nacional no Rio de Janeiro. Enquanto o primeiro texto ainda é um levantamento inicial da questão, baseado nas primeiras recolhas orais de Verger em São Luís do Maranhão (1948) e no Daomé (em 1936 e desde 1948), o segundo já envolve pesquisas em arquivos e acervos museológicos e começa a utilizar a documentação fotográfica para a comprovação de seus argumentos, abordando detalhes da troca de presentes entre soberanos que vão além da história do trono real. O último texto fecha realmente a questão, divulgando todas as informações até então pesquisadas por Verger, acompanhadas por uma documentação fotográfica bem completa [...] (LÜHNING, 1999, p. 315- 364).

Os nomes dos cerca de vinte voduns coletados em São Luís foram reconhecidos em Abomé e faziam parte de sua família real, todos anteriores ao reinado do Agonglô, o que reforçaria a tese da disputa entre os filhos desse rei, Adandozan e o filho de Na Agontimé: Rei Ghezo.

A imagem de Mãe Andressa tornou-se uma das mais icônicas fotografias tiradas em São Luís para esta pesquisa, haja vista que ela representa bem o objetivo de Verger em conhecer e preservar a cultura afro-brasileira. Essa imagem circulou em algumas importantes publicações, tais como *“Uma rainha africana mãe de santo em São Luís”* (1990) e *“50 Anos de Fotografia”* (2011), do próprio Verger, e no já citado *“Roger Bastide - Pierre Verger: Diálogo entre filhos de Xangô. Correspondência 1947-1974”* (2017), organizado por Morin.

Imagem 1 - Mãe Andressa (1948)



Fonte: Foto Pierre Verger©Fundação Pierre Verger. Foto protegida pela Lei dos Direitos Autorais 9610/98. Interessados na utilização deverão entrar em contato com a Fundação Pierre Verger (<https://www.pierreverger.org/br/acervo-foto/servicos/uso-de-fotos.html>).

A partir dos estudos estéticos e estilísticos de Santos (2010) sobre a obra de

Verger, entendemos a composição das fotografias com elementos de influência do surrealismo, do retratismo do século XIX e de seus semiperfis, bem como dos retratos renascentistas, e a relação dessa ao neorealismo. No que concerne à analogia ao oitocentismo, destacamos:

Porém, ao contrário do século XIX, em que o fotografado ficava à disposição do fotógrafo para a pose, Verger tinha condições técnicas de contemplar o modelo, em torno dele, deixar-se seduzir, tê-lo através do olhar. Isso gerou uma série de fotografias cuja característica mais comum é a espontaneidade do fotografado, muitas vezes, não tinha consciência de que estava sendo focado na objetiva. O interesse de Verger era, nos ângulos mais amplos, captar o contexto da produção cultural de quem fotografava e, através disso, compreender seu mundo e, nos ângulos mais restritos, extrair sentimentos do fotografado, os quais podiam se traduzir na cumplicidade de um olhar para a câmera. (SANTOS, 2010, p. 3).

Observamos a espontaneidade capturada, tão comentada e presente na obra de Verger. O sorriso, o canto, a concentração dos tocadores e brincantes do tambor de crioula são tão “naturais” quanto a presença simbiótica do fotógrafo ao cenário.

Imagem 2 - Tambor de crioula (1948).



Fonte: Foto Pierre Verger©Fundação Pierre Verger. Foto protegida pela Lei dos Direitos Autorais 9610/98. Interessados na utilização deverão entrar em contato com a Fundação Pierre Verger

(<https://www.pierreverger.org/br/acervo-foto/servicos/uso-de-fotos.html>).

Verger tornou a diversidade cultural, principalmente das sociedades africanas e asiáticas, seu foco; e sua intenção em “congelar em imagem um aspecto do real, em determinado lugar e época” (KOSSOY, 2001, p. 36), conquistou, não somente no Brasil, mas em diversas culturas pelo mundo, a capacidade de adentrar profundamente na prática das religiosidades tocadas por suas lentes. Conseguiu registrar rituais e manifestações populares ignoradas por suas respectivas sociedades e protegidas pelo silêncio e pela alteridade de seus praticantes.

Sobre sua característica empática e seu método de fotografar, podemos afirmar que: “A ideia de que a fotografia é menos uma técnica de enquadramento do que uma qualidade de olhar e uma capacidade de entrar em contato com o outro.” (SOUTY, 2011, p. 73).

Imagem 3 - Tambor de mina (Casa Nagô) (1948)



Fonte: Foto Pierre Verger©Fundação Pierre Verger. Foto protegida pela Lei dos Direitos Autorais 9610/98. Interessados na utilização deverão entrar em contato com a Fundação Pierre Verger (<https://www.pierreverger.org/br/acervo-foto/servicos/uso-de-fotos.html>).

Observamos, nas imagens de número 2 e 3 do tambor de crioula e do tambor de

mina da Casa de Nagô (Iorubá) de mãe Rosalinda Rodrigues, um enquadramento que não mostra todo o corpo dos fotografados. Santos atribui a esse recurso artístico utilizado por Verger a capacidade de “Compreender algo mais sobre o que estava sendo retratado, pois dá ênfase a uma atividade econômica ou ritual.” (SANTOS, 2010, p. 4). Ou seja, as fotos inclinadas, os cortes no corpo, têm a função de ligar os retratados ao contexto da imagem⁸, fragmentação essa, fruto do contato primevo com o surrealismo, uma de suas três grandes influências (PÔSSA, 2007)⁹.

A foto número 4, segundo o próprio Verger (2011), durante sua visita em 25 de agosto, dia de São Luís Rei de França, mostra a possessão desse personagem histórico em uma filha de santo da casa de Nagô. Por ter a mesma nacionalidade, ele considera o registro curioso, digno de espaço no livro de memórias.

Imagem 4 - Transe (Casa de Nagô)



Fonte: Foto Pierre Verger©Fundação Pierre Verger. Foto protegida pela Lei dos Direitos Autorais 9610/98. Interessados na utilização deverão entrar em contato com a Fundação Pierre Verger (<https://www.pierreverger.org/br/acervo-foto/servicos/uso-de-fotos.html>).

⁸ Entendemos o “contexto” por meio de Knauss (2006) e o “circuito social da imagem” por meio de Mauad (1996), fatores-chave para a inserção teórico-metodológica no universo da cultura visual.

⁹ Pôssa (2007), nesse escrito, cunhou a expressão “toque Verger”, o chamado conjunto de características próprias da sua obra fotográfica.

As fotografias 2, 3 e 4 têm em comum a leve angulação de baixo para cima no registro, característica de sua máquina Rolleiflex, posicionada na altura do peito. Surgida em 1929, essa máquina:

[...] Pioneira de uma série de câmeras reflex com duas objetivas. A grande inovação desta câmera foi operar com filme de rolo 6x6 mm. (quadrado), de fácil manuseio, em substituição às chapas individuais. O filme de rolo tinha de seis a 12 poses, possibilitando ao fotógrafo obter mais de uma imagem do acontecimento, o que tornou possível inclusive realizar sequências fotográficas (LOUZADA, 2005, p. 7).

Iara Rolim complementa as características dessa máquina, que dizem muito sobre as fotografias de Verger:

Sua Rolleiflex trazia como acessório dois pares de lentes de aproximação, o que lhe permitia tirar fotos nítidas colocando-se o aparelho muito próximo do objeto ou pessoa a ser fotografada. Podia-se então dar ênfase a pequenas partes, antes não passíveis de serem focalizadas com nitidez necessária para a captação da imagem a curta distância (ROLIM, 2009, p. 88).

Assim, a Rolleiflex, que possuía um mecanismo em forma de vidro na parte de cima da máquina, a fim de visualizar a imagem que uma das objetivas está focalizando, deixando livre os olhos do fotógrafo, é fator crucial das imagens de Verger. Seus modelos olham diretamente para ele, que, praticamente, contracena com o cenário a ser registrado, além de poder ressaltar e aproximar-se dos detalhes, como cores e texturas, qualidade importante para ele, que era míope desde o nascimento. Segundo Camargo ainda sobre o método de Verger:

[...] aproximando-se, fotograficamente, de seu objeto, mediando sua relação com o outro por meio da imagem. Sua fotografia dialoga com a etnologia. É carregada de um saber próprio e não se pretende um instrumento de pesquisa, simplesmente. Ela se ocupa da dinâmica das ações ao invés da pose dos personagens. É provável que esse efeito, quase inconsciente, seja justificado pelo equipamento usado – uma câmera que permite ao fotógrafo manter o contato visual com o objeto enquanto fotografa – que não esconde a própria face diante do fotografado. A recompensa é uma manipulação mais direta do fotográfico, em detrimento da mediação do equipamento. Os corpos estão, frequentemente, em movimento, apesar da ação congeladora da técnica utilizada, denunciando a lida, o transe, a dança das comunidades em festa. É recorrente um interesse plástico pela modelagem dos corpos e das ações que deles emanam, sujeitos autônomos durante a tomada, completamente inseridos no universo cultural que os envolve (CAMARGO, 2012, p. 5-6).

Ainda que Verger lançasse mão, eventualmente, de fotos posadas (imagem 5) o seu enquadramento pouco ortodoxo, característico, é bastante observável. O foco no contexto da imagem em detrimento da fragmentação dos corpos dá vazão a um entendimento do universo material da manifestação, como concluímos da imagem; dos instrumentos, adereços, vestimentas, ornamentos, do sincretismo proposto pelas imagens sacras ao fundo, enfim, do ambiente como um todo, registrado pelo olhar do fotógrafo.

Imagem 5 - Conjunto instrumental Nagô



Fonte: Foto Pierre Verger©Fundação Pierre Verger. Foto protegida pela Lei dos Direitos Autorais 9610/98. Interessados na utilização deverão entrar em contato com a Fundação Pierre Verger (<https://www.pierreverger.org/br/acervo-foto/servicos/uso-de-fotos.html>).

Na bibliografia consultada nesta pesquisa, o *modus operandi* e o trabalho de Verger são muitas vezes relacionados a substantivos como “simplicidade”, “liberdade”, “espontaneidade”, “inconsciência”. Entendemos tais características como essenciais para compreender a aproximação que o fotógrafo-etnólogo criou com as mais diversas culturas pelo globo, como para analisar o resultado dessa aproximação:

[...] Ele trabalha com os filmes mais sensíveis da época. A objetiva utilizada é a do tipo normal, próxima da perspectiva do olho humano e perfeita para o tipo de trabalho que deseja levar a cabo. Seu equipamento corresponde à simplicidade que se faz necessária para um registro fidedigno dos gestos e feições, artefatos e objetos de culto e que também é importante no caso de falta

de recursos técnicos para o trabalho com a imagem fotográfica. Verger é obrigado a adaptar-se à iluminação natural do ambiente em que está e precisa ter facilidade de deslocamento com o aparelho: simplicidade aliada à versatilidade. Tudo isso também ajuda no contato e no estabelecimento de diálogo com os que irão ser retratados (MARTINI, 1999, p. 98).

Na fotografia número 6, entendemos essas características, pois ele registra o momento da afinação dos tambores ao ar livre, atividade diante de uma fogueira, sem recursos de estúdio, sem alocar os brincantes, alguns olham para o fotógrafo, outros estão dialogando entre si no momento da fotografia, enquanto outros, por sua vez, estão alheios ao registro. Verger considerou importante fotografar este momento *sui generis* da manifestação popular denominada tambor de crioula, e o fez de maneira simples e espontânea, considerando as vestes, o solo, os instrumentos, a atmosfera, enfim: o contexto.

Imagem 6 - Afinação dos tambores



Fonte: Foto Pierre Verger© Fundação Pierre Verger. Foto protegida pela Lei dos Direitos Autorais 9610/98. Interessados na utilização deverão entrar em contato com a Fundação Pierre Verger (<https://www.pierreverger.org/br/acervo-foto/servicos/uso-de-fotos.html>).

É importante salientar que o período que compreende esta análise (final da

década de 1940), coincide com a transição para a fotografia moderna brasileira (COSTA; SILVA, 2004); a ruptura com a fotografia pictorialista, a vinculação a uma fotografia de caráter mais documental, como exemplo do fotojornalismo, bem como a revolução técnica com as máquinas portáteis Rolleiflex e Leica; tudo isso dá o tom a uma reordenação na maneira de conceber uma fotografia no pós-guerra.

Verger está inserido apropriadamente nesse contexto, aliás, é partícipe de um grupo de fotógrafos estrangeiros que engloba Jean Manzon, Marcel Gautherot, Hildegard Rosenthal, Harald Schultz e Heinz Foerthmann, formando a chamada fase do olhar estrangeiro sobre o país (KOSSOY; CARNEIRO, 1994) superada a partir da década de 1970. A exemplo do período que Verger iniciou sua atuação na revista *O Cruzeiro*, permeado de diversas viagens a trabalho, como para Porto Rico, Trinidad, Guiana Holandesa, Haiti, Benin e Dacar, e pela atividade de pesquisa; inclusive a sua visita a São Luís e a outras cidades brasileiras como Recife, Salvador, Belém e o Rio de Janeiro, no contexto de mudança editorial da revista, em que o tom aventureiro, de descobrimento do país e da valorização da atividade de campo do fotógrafo estavam em alta (COSTA, 2012)¹⁰.

Tal momento de relação profissional com a Revista *O Cruzeiro*, segundo Santos (2010), foi um período de transformação intelectual e estilística. Antes, é notório um olhar:

Mais artístico [...] ele manipulava a luz de modo a produzir imagens com tons claros-escuros mais intensos, enquadramentos mais ousados e temas que fizessem o olhar do espectador pela afetividade e pela surpresa de ver uma cultura até então desconhecida (SANTOS, 2010, p. 3).

Embora Verger manifestasse desde cedo um interesse etnográfico nas escolhas de suas documentações, durante as reportagens da revista *O Cruzeiro*, essa tendência acentua-se:

Os planos tornam-se mais amplos, as fotografias têm tons mais cinzas e menos claros e escuros. Seu estilo, denominado por ela mesmo de míope, transforma-se em fotografia de detalhes, como ornamentos, instrumentos de trabalho, vestimentas e símbolos que favorecem ao observador a compreensão da cultura que ele estava retratando. Seu olhar tornou-se mais etnográfico. (SANTOS, 2010, p. 3-4).

É importante destacar a presença da discussão, nesse período, acerca da cultura popular das periferias geográficas do Brasil, por vezes desconhecida do eixo Sul-Sudeste do País, ou caindo no discurso do “exotismo”, dentro do debate sobre “folclore nacional”. Cabe lembrar que a comissão Nacional de Folclore (CNF), de 1947, contava com a participação de figuras como Marcel Gautherot e Édson Carneiro, nomes importantes na gestão e defesa do patrimônio e cultura popular naquele contexto. Como se pode constatar no excerto a seguir:

[...] Verger desenvolve uma visão que deve ser entendida como busca de uma compreensão cultural ampla e profunda ao mesmo tempo, sendo mais antropológica do que apenas buscando aspectos supostamente exóticos ou

¹⁰ Ver também sobre esse contexto em Coelho (2006).

“folclóricos. Isto certamente se deve ao fato de já ter viajado muito e visto tantas culturas diferentes, ajudando, assim, a formar a sua visão antropológica de cultura. Acreditamos que o trabalho de Verger contribuiu abrindo um caminho para uma nova percepção da cultura múltipla do Nordeste, que já na época, e ainda hoje, carrega o estigma de ser algo diferente do “Brasil oficial”, e, portanto, algo destoante do modelo cultural idealizado (LÜHNING, 2004, p. 18).

Conclusão

No percurso desta pesquisa, identificamos um certo consenso, na literatura especializada, que atribui a Verger uma participação de destaque, como artista e pesquisador no grupo de intelectuais interessados em destacar a “africanidade” presente nas práticas da cultura popular brasileira, e, conseqüentemente, uma grande importância na construção da valorização da herança africana presente na sociedade como a concebemos hoje.

Consideramos ainda mais relevantes tais feitos quando observamos a seara local, objeto específico deste artigo. O histórico de São Luís aponta a atuação das elites em tentar distanciar-se da representação de uma das capitais mais negras do país e criar uma narrativa de identidade europeia, seja utilizando como modelo os epítetos de Atenas brasileira, ou na exaltação de sua suposta origem francesa como fator de distinção.

A singularidade do olhar de Verger caracteriza-se por um desprendimento da racionalidade cartesiana tão cara ao ocidente; e o protagonismo do negro em suas fotografias atestam que os retratados não precisam de uma análise externa, elas existem por si mesmas, em seu *locus*.

A história das representações sobre a mestiçagem e a negritude brasileiras passam do século XIX e pelos viajantes retratando o “exótico” e a “sensualidade” dos trópicos, até a vinculação quase obrigatória dos corpos negros, à violência da escravidão. Verger oferece imagens polissêmicas que sugerem mais: práticas culturais, comunidade, empatia e, principalmente, resistência, não enveredando pelo caminho do anedótico, do exótico (embora possam ser feitas leituras de seu trabalho nessa direção). E mais ainda, ele atua como um mediador cultural e um mensageiro entre dois lados do Atlântico, bem como auxilia a sociedade brasileira a ter um encontro com ela mesma, ou pelo menos com as representações preteridas de si própria.

Embora o período de foco deste trabalho não se coaduna com o ápice da carreira investigatória e intelectual de Verger, que pode ser considerada a partir de 1949, começo de sua tese intitulada *Flux e reflux de le traite des esclaves entre le Golfe du Bénin et Bahia de Todos os Santos, du dix-septième au dix-neuvième siècle*, defendida em 1966, são inegáveis os conhecimentos acerca da história local e suas africanidades legadas, o que abre espaço para novos pesquisadores interessados na exploração deste tipo de fonte e de temática.

Referências

- BARROS, A. E. A. O pantheon encantado: sujeitos, culturas e questão racial no processo de formação de identidade maranhense. In: BARROS, A. E. A.; NERIS, C. S. C.; BARROSO JÚNIOR, R. dos S.; BARBOSA, V. de O.; SALES, T. da S.; NERIS, W. S. (Org.). *Histórias do Maranhão em tempos de república*. São Luís, Edufma; Jundiaí, Paco Editorial: 2015. p. 37-73.
- BOULER, J.-P. Le. *Pierre Fatumbi Verger: Um homem livre*. Salvador: Fundação Pierre Verger, 2002.
- CAMARGO, D. Verger, a fotografia e um complexo sistema de crenças. In: *Anais do ... XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 2012, Fortaleza - CE. São Paulo, SP: Intercom, 2012. v. 1. p. 150-165.
- COELHO, M. B. O campo da fotografia profissional no Brasil. In: *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 35: p. 79-99, jan./jun., 2006.
- CORREIA, R. *Formação social do Maranhão*. São Luís: SIOGE, 1993.
- COSTA, H.; SILVA, R. R. da. *A fotografia moderna no Brasil*. São Paulo: Cosac & Nasify, 2004.
- COSTA, H. Entre o Local e o Global: A invenção da revista o cruzeiro. In: COSTA, H.; BURG, S. (Org.). *As origens do fotojornalismo no Brasil: Um olhar sobre O Cruzeiro 1940/1960*. 1. ed. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2012, v. 1, p. 8-31.
- FERRETTI, M. Tambor de Mina em São Luis: dos registros da missão de pesquisas folclóricas aos nossos dias. *Pós Ciências Sociais*, v. 3, n. 6., 2006.
- FERRETTI, S. Mario de Andrade e o tambor de crioula do Maranhão. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 5, p.93-112, 2006.
- FERRETTI, S. *Contribuição cultural do negro na sociedade maranhense*. São Luís: UFMA, 2008. Trabalho apresentado em Mesa Redonda no Curso de Letras da Universidade Federal do Maranhão.
- FERRETTI, S. Estórias da Casa Grande das Minas Jeje. In: *Folheto casa das minas, Querebentã de Zomadônu*. São Luís: IPHAN, 2008a, p 15-24.
- FERRETTI, S. *Querebentã de Zomadônu: etnografia da Casa das Minas do Maranhão*. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.
- HOBBSAWM, E. J. *Tempos fraturados*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KNAUSS, P. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. *ArtCultura*. Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan./jun., 2006.

KOSSOY, B. *Fotografia e história*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KOSSOY, B; CARNEIRO, M. L. T. *O olhar europeu: o negro na iconografia brasileira do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1994.

LOUZADA, S. Decifrando as imagens técnicas. In: *XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Rio de Janeiro: UERJ, 2005, p. 1-15.

LÜHNING, E. A. Pierre Fatumbi Verger e sua obra: uma homenagem. *Afro-Ásia*, n. 21/22, p. 315-364, 1999.

LÜHNING, E. A. *Pierre Verger: repórter fotográfico*. Rio de Janeiro. Editora: Bertrand Brasil, 2004.

MARTINI, G. T. *A fotografia como instrumento de pesquisa na obra de Pierre Fatumbi Verger*. 1999. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade de Brasília, Programa de pós-graduação em Comunicação, 1999.

MATORY, James Lorand. Jeje: repensando nações e transnacionalismo. *Mana — Estudos de Antropologia Social*, 5, 1, 1999, 57-80.

MAUAD, A. M. de S. A. Através da imagem: fotografia e história: interfaces. *Revista Tempo*, Niterói, UFF, Relume-Dumará, v. 1, p. 73-98, 1996.

MIGUEL, N. M. D.; CORREIA, Maria Rosa dos Santos. Os intelectuais no IPHAN e no IBGE na era Vargas. In: *Anais... Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, 5. Salvador: ENECULT, 2009.

MORIN, F. (Org.). *Roger Bastide - Pierre Verger: diálogo entre filhos de xangô. Correspondência 1947-1974*. São Paulo: Edusp, 2017.

PARÉS, L. N. A correspondência entre Roger Bastide e Pierre Verger. *Revista USP*, v. 1, p. 177-184, 2019.

PÔSSA, C. M. de M. *Estudio de la obra fotográfica de Pierre Verger*. 2007. Tese (Doutorado em Artes) – Facultat de Belles Arts/Universitat de Barcelona, 2007.

ROLIM, I. C. P. *Primeiras imagens: Pierre Verger entre burgueses e infreqüentáveis*. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo, 2009.

SANTOS, E. R. Pierre Verger: O fotógrafo da cultura popular (Influências estéticas e

estilos). In: *Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Fotografia e Arte. Salvador – BA, 2010.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1931*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUTY, J. *Pierre Fatumbi Verger: do olhar livre ao conhecimento iniciático*. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2011.

TEIXEIRA, M. H. Intercâmbio de ideias: Arthur Ramos e intelectuais das américas sobre a questão cultural negra (1930-1949). In: *XXIX Simpósio Nacional de História (Contra os Preconceitos: História e Democracia)*, ANPUH, Brasília: UNB, 2017.

VERGER, P. *Flux e reflux de le traite des esclaves entre le golfe du Bénin et Bahia de todos os santos, du dix-septième au dix-neuvième siècle*. Paris: Mouton, 1968.

VERGER, P. *Pierre Verger: 50 Anos de fotografia*. 2. ed. Salvador: Fundação Pierre Verger: Andrea Jakobsson Estúdio, 2011.

VERGER, P. Uma rainha africana mãe de santo em São Luís. *Revista da USP*, São Paulo, v. 6, p. 151-158, jun./ago. São Paulo, 1990.



Recebido em 22/03/2023

Aceito em 13/12/2023

DOI:10.26512/emtempos.v22i42.47696

ARTIGO

Composição de uma história do ensino de biologia pela análise da legislação brasileira

Composition of a history of biology teaching from the analysis of Brazilian legislation

Peterson Fernando Kepps da Silva

Doutor em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

<https://orcid.org/0000-0001-6305-1444>

Lavínia Schwantes

Doutora em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande

<https://orcid.org/0000-0003-3362-7531>

RESUMO: Neste artigo, nos propomos a investigar as circunstâncias e as condições que podem ter possibilitado a constituição do ensino de Biologia no Brasil. Para tanto, nos utilizamos da coleção de leis que inclui cartas, alvarás e outras normas do período imperial brasileiro (1822-1889). Como ferramenta investigativa, nos aproximamos do método arqueológico de Michel Foucault, especificamente da noção de acontecimento. Identificamos os seguintes acontecimentos: 1) criação de espaços/locais, como hortos, gabinetes, laboratórios incentivados, promovidos ou financiados pelo Estado para a circulação dos saberes das Ciências Naturais; 2) a inserção de matérias/disciplinas nos planos ou grades curriculares de instituições de ensino, como as portarias e regulamentos que tratam das instituições Pedro II e Minas, escolas normais e colégios militares; 3) e o engajamento de pessoas especializadas, que exigiu sujeitos especializados ou envolvidos com os conhecimentos do campo das Ciências Naturais.

PALAVRAS-CHAVE: História do ensino de Biologia. Educação em Ciências. História e Filosofia da Biologia.

ABSTRACT: In this article, we propose to investigate the circumstances and conditions that may have allowed the constitution of the teaching of biology in Brazil. To this end, we use the collection of laws (including charters, permits and other norms) from the Brazilian imperial period (1822-1889). As a research tool, we approached Michel Foucault archaeological method, specifically the notion of event. We identified the following events: 1) the creation of spaces/places, such as gardens, offices, and laboratories, encouraged, promoted or financed by the state for the circulation of knowledge of the natural sciences; 2) the insertion of subjects/disciplines in the plans or curricula of educational institutions,

such as the provisions and regulations dealing with the institutions Pedro II and Minas, normal schools and military colleges; 3) and the hiring of specialized people, required to be specialized in or involved with the field of natural sciences.

KEYWORDS: History of Biology Education. Science Education. History and Philosophy of Biology.

Considerações iniciais

Nos países europeus, a consolidação do iluminismo possibilitou a expansão e o incentivo ao desenvolvimento das Ciências Naturais. Neste sentido, temos nos perguntado os aspectos, as circunstâncias e as condições que podem ter possibilitado a formação do ensino de Biologia no Brasil. Para tanto, neste artigo, nos propomos a investigar estes contornos e caminhos nos utilizando da coleção de leis que inclui cartas, alvarás e outras normas do período imperial brasileiro (1822-1889).

Ao analisarmos as leis, estamos permeando conteúdos disfarçados no interior de conjuntos históricos funcionais, ou seja, blocos de saberes históricos que por meio da crítica do pesquisador podem reaparecer (FOUCAULT, 2015b). Com isto, não estamos atrás de uma origem (no sentido fixo e pontual) do ensino de Biologia a partir das leis, mas, sim, dos movimentos históricos que viabilizaram sua constituição no país.

Tendo como fonte do material empírico para pesquisa as leis divulgadas pela imprensa nacional, recuperamos um grande número de documentos. Ao todo, somando a legislação do Brasil Império (1822-1889), mapeamos 76.466 páginas divididas em 225 arquivos tendo como palavras-chave Biologia, Zoologia, Ciências Naturais, Botânica e História Natural. Embora este número seja extremamente elevado ele não representa “A” História da formação do ensino de Biologia; trata-se apenas de uma parte delimitada da história, dentre possíveis outras que podem ser empreendidas tanto a partir das leis quanto de outras fontes.

De acordo com a pesquisa arqueológica foucaultiana, os arquivos selecionados contendo a legislação do período imperial podem ser analisados na busca de acontecimentos até então ainda não contados no enredo histórico linear e tradicional da educação no país. Nas palavras do autor, a questão é “ao mesmo tempo, distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros” (FOUCAULT, 2015a, p. 40). E continua, a historicidade que nos domina é belicosa, envolta em relações de poder, e “deve ser analisada em seus menores detalhes” (FOUCAULT, 2015a, p. 40), como pretendemos fazer neste artigo a partir dos documentos encontrados.

Nessa pesquisa, não estamos buscando a Biologia, isto é, o conhecimento biológico em si, através dos tempos ou mesmo procurando-a no passado, no intuito de encontrar sua origem pontual. A Biologia, como área de conhecimento, até o século XVIII, estava em vias de vir a existir. Por isso, não existe Biologia através dos tempos, ou Medicina, utilizando o exemplo de Veyne (1992). O que se pode ter é alguma coisa que se pareça com o que, hoje, entendemos e encontramos como Biologia – um objeto

do passado que pode se assemelhar com objetos do presente, ter uma história correlata ou, às vezes, apenas o nome em comum.

Historicamente, este rosto, a Biologia, nos parece familiar por meio da História Natural, Zoologia e Botânica, porém, como mostra Foucault (1999), essas áreas abriram espaço para a sua futura presença no campo das Ciências Naturais. Alguma coisa como Biologia, enquanto campo de saber, emerge a partir do rompimento do quadro fixo e ordenado de identidades e diferenças - edificado pelo número, pelas formas, pelas grandezas, pela disposição dos objetos do mundo natural - no qual se baseava a produção de conhecimento da História Natural.

A produção dos saberes na episteme clássica – que contempla o período da Idade Medieval – dá-se a partir de um quadro geral e de uma ordem fixa das coisas; isto é, há uma ordenação e classificação dos seres vivos – considerando a História Natural – com a supressão da semântica. Com a utilização da taxonomia, os seres passam a ser descritos apenas a partir da sua anatomia externa, forma, costumes, nascimento, morte. O teor interpretativo, as lendas e histórias dos seres, os medicamentos que poderiam ser produzidos por meio de suas substâncias passaram a não fazer mais parte da construção dos saberes do campo da História Natural. A vida enquanto objeto do saber não existia. O que existia como objeto de estudo, até o final do século XVIII, eram os seres vivos “que apareciam através de um crivo do saber constituído pela História Natural” (FOUCAULT, 1999, p. 174).

Dentro da análise clássica dos saberes, suspende-se o privilégio dos órgãos mais importantes do corpo em prol do enquadramento dos seres numa taxonomia (FOUCAULT, 1999, p. 365). A anatomia de Cuvier¹ avança no organismo e altera essa configuração, passando a utilizar as funções dos órgãos - e daqueles tidos como mais importantes nos sistemas que compreendem os corpos dos animais - para “estabelecer a ordem das coisas no espaço da natureza” (id, 1999, p. 363). Assim, com Cuvier, “é a vida, no que tem de não perceptível, de puramente funcional, que funda a possibilidade exterior de uma classificação” (id, 1999, p. 368). E é justamente nesse espaço, na lacuna deixada pelo campo da História Natural que a vida como objeto de conhecimento e, mais precisamente a Biologia, enquanto campo de produção de conhecimento sobre esse objeto, pôde emergir.

Se nestas linhas últimas nos dedicamos em pontuar brevemente o nascimento da Biologia enquanto um campo de saber foi para demarcar três pontos. O primeiro, e mais geral, que as coisas são o que são historicamente (VEYNE, 1992). Segundo, apontar a correlação entre as áreas de História Natural, Botânica e Zoologia com a Biologia ao longo da história. Essa correlação nos indica o nascimento da Biologia como área do conhecimento e a multiplicidade de acontecimentos – dentro de um descontínuo histórico – que possibilitaram a sua constituição. O terceiro motivo, de extrema importância nos rumos deste artigo, é que utilizamos dos termos História

¹ Georges Cuvier (1769-1832) foi um importante nome dentro do campo da História Natural e pensamento biológico. Suas ideias e estudos são referências ainda hoje para a área das Ciências Biológicas.

Natural, Zoologia e Botânica para investigar a legislação, justamente, por entendermos que é pelas lacunas deixadas por estas áreas que a Biologia pôde emergir.

Com relação à utilização das leis como material de pesquisa, torna-se importante utilizá-las para realizar esta narrativa, por estas constituírem uma fonte singular de documentos históricos. Como nos lembra Castanha (2011), elas são produtos da criação humana e estão carregadas de interesses, desejos, sonhos... os quais são “refletidos nas ações dos indivíduos e na gerência e administração do Estado” (CASTANHA, 2011, p. 317). Destacamos que estas não podem ser tomadas como um retrato fixo da época, mas como instrumento potente que nos possibilita conhecer a expressão (ou a versão) oficial de um dado local – sem esquecer que essa documentação nos permite, circunscrita men te, perceber as definições do Estado e não a vivência da legislação pela sociedade.

Fazendo um panorama geral dos resultados, de início, conseguimos pontuar que: grande parte das leis se referia, recorrentemente, aos gabinetes de História Natural e bibliotecas; as matérias de Zoologia e Botânica funcionavam como requisito para ingresso em cursos e/ou escolas; os cursos superiores que ofertavam essas matérias ou ainda História Natural; e os colégios militares e de guerra, com regularidade, as tinham em suas grades curriculares. Além disso, as matérias de Zoologia, Botânica ou História Natural estavam presentes em cursos normais.

A seguir, passamos para a apresentação detalhada e discussão do material recuperado e investigado.

Caminhos da pesquisa

O presente artigo se aproxima do método arqueológico de Michel Foucault, bem como busca operar com a noção de acontecimento.

A arqueologia se caracteriza como um modo de escavação, o qual não busca resgatar a origem de fatos históricos. Os saberes descritos na fonte utilizada (legislação brasileira) nos permitiram compreender os acontecimentos discursivos que estão envolvidos nos caminhos que foram sendo construídos para a futura presença da Biologia nas grades curriculares das instituições escolares do país.

Conforme Machado (2006), a análise arqueológica procedida por Foucault se situa no campo dos discursos; entretanto, não deve se fechar no interior do próprio discurso, mas, sim,

articular o acontecimento discursivo com o não-discursivo, as formações discursivas com as não-discursivas. Ela [a análise arqueológica] não permanece unicamente no nível do discurso, embora este seja o seu objeto próprio, aquilo para o qual tudo converge, mas busca estabelecer uma relação com acontecimentos de outra ordem, seja ela técnica, econômica, social ou política. (MACHADO, 2006, p. 65).

Foucault trata, então, discurso como um “campo de acontecimentos discursivos, o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas” (FOUCAULT, 2017, p.33). Este entendimento de discurso nos leva, neste trabalho, a dois pontos de ancoragem: considerar os documentos legislativos como discursos, que ao serem analisados pelos autores, nos conduzem ao segundo ponto de ancoragem que é a determinação em conjunto dos acontecimentos, tramas e fios que estão entremeados com a constituição do ensino de Biologia no Brasil. Nessa constituição, como citado anteriormente, enxergamos espaços específicos, currículos e diretrizes de escolas, pessoas especializadas para desenvolver o ensino, bem como a importância do conhecimento científico na formação de professores em cursos normais.

Quando nos referimos à constituição do ensino de Biologia, pensamos em constituição aproximada ao que Foucault intitulou como proveniência. Para ele, *Herkunft* é a proveniência, isto é, “uma investigação que não busca terrenos firmes, senão areias movediças, fragmentos, omissões e incoerências que haviam sido deixadas de fora pela história tradicional” (FOUCAULT, 2014, p. 59). Foucault (2015b, p. 64) coloca ainda que “a pesquisa da proveniência não funda, pelo contrário: ela agita o que se percebia imóvel, ela fragmenta o que se pensava unido; ela mostra a heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo”.

Ainda sobre os acontecimentos, de acordo com Veyne (1992, p. 30), eles “não são coisas, objetos consistentes, substâncias; eles são um corte que realizamos livremente na realidade, um aglomerado de procedimentos em que agem e sofrem substâncias em interação, homens e coisas”. Pela esteira de Foucault (2014), acrescentamos:

acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material. (FOUCAULT, 2014, p. 54).

De forma mais específica, enfocamos essas noções de acontecimentos discutidas por Veyne (1992), Foucault (2014) e Machado (2006) como acontecimentos discursivos. Os cortes e recortes foram tomados como acontecimentos discursivos, que num segundo olhar, junto com a análise do material empírico, nos deram a possibilidade de entender alguns contornos da constituição do ensino de Biologia.

Os acontecimentos

Dois espaços, não necessariamente vinculados a instituições escolares, nos quais circulavam os conhecimentos de Botânica, Zoologia e História Natural na época imperial, eram os gabinetes e as bibliotecas. Esses, também eram reconhecidos popularmente por gabinetes de curiosidades, quartos das maravilhas ou apenas gabinetes. Eles foram espaços destinados a curiosidades médicas, acervo de espécimes,

coleções e artefatos das diferentes ciências. Nem sempre estiveram ligados a instituições escolares; antes disso, constituíram-se enquanto locais propulsores da ciência. Sinônimo de interesse intelectual ou de instrumento para autenticar riqueza e conhecimento, os gabinetes possuem história própria (ABSOLON et. al, 2018).

Em nossa pesquisa, os gabinetes de curiosidades estiveram presentes nas instituições militares e nos cursos superiores, tanto àqueles voltados para a área médica, farmacêutica e de enfermagem quanto para outras áreas. Os colégios e escolas, igualmente, estabeleciam a construção de gabinetes de História Natural, horto botânico, herbário, laboratório de Química, etc².

Voltando aos decretos³, fato curioso é que eles apontam o estabelecimento desses espaços no campo educacional, utilizavam-se, muitas vezes, da expressão “logo que for possível”, o que nos indica a não obrigatoriedade de construção, mas o reconhecimento de criação e, de certa forma, a importância dada ao que chamamos também hoje de Ciências Naturais. Conquanto, os decretos e regulamentos recuperados não discorrem ou citam sobre os meios que deveriam ser tomados para a criação dos gabinetes ou destes centros de exposições e estudos das Ciências Naturais; ou seja, tem-se pontuada sua criação, mas não explicitados caminhos para o cumprimento e efetivação do proclamado.

As bibliotecas⁴ também foram espaços de inserção da Botânica, Zoologia e História Natural por constarem obras relativas às matérias que fossem ensinadas na escola. Os decretos mostram que as bibliotecas eram destinadas tanto a professores e alunos quanto a outras pessoas que solicitassem acesso; já o catálogo de obras traziam volumes de acordo com classificações como: Ciências Físicas e Naturais, compreendendo Botânica, Zoologia, Mineralogia, Geologia, Paleontologia, Ontogenia, Geografia e Uranologia.

Torna-se instigante pensar que a construção de bibliotecas, o público que poderia ter acesso professores, alunos, comunidade em geral, a constituição do seu acervo tendo de ser alimentado com obras das Ciências Naturais sejam temas a serem oficializados com decretos. Isso nos leva a dizer que havia, seja por meio dos gabinetes de curiosidades ou das próprias bibliotecas, senão uma preocupação, um interesse em tornar viável e, em certa medida, acessível o campo das Ciências Naturais; pois, se observarmos, as obras eram destinadas ao meio escolar e aos sujeitos que, por algum motivo, tivessem interesse de acessá-las.

Evidentemente, podemos avançar na história e nos questionar: quem acessava essa bibliografia? Muito do objetivo educacional da época era formar e preparar a elite para o Ensino Superior; sem contar o alto número de analfabetismo no país – o que dificultava o acesso da população não abastada a esses espaços (ZOTTI, 2004).

² Lei nº 127, em 6 de março de 1837; Decreto 1.169 de 7 de maio de 1853; Decisão nº 564, portaria de 28 de dezembro de 1877.

³ Decreto 1.169 de 7 de maio de 1853.

⁴ Decisão nº 564, portaria de 28 de dezembro de 1877; Decreto nº 9.311 de 25 de outubro de 1884.

Os dados nos chamam atenção em mais duas questões: a primeira, que as bibliotecas estavam vinculadas à escola, ou então a instituições de Ensino Superior. A segunda, diz respeito ao catálogo de livros no qual a ciência ganhou destaque mundial no século XIX, principalmente na Europa. Não podemos esquecer que esse período foi de consolidação da ciência moderna, no qual se passou a definir o trajeto da humanidade e se deixou de contemplar e interrogar a natureza para interferir e designar melhores modos de atuação e de vida (CHASSOT, 1994).

O chamado iluminismo, século das luzes, caracterizado por romper com o medievo e sua estrutura calcada na teologia e nas ideias religiosas, criou outras formas de pensar, a partir da razão e da experimentação. E o Brasil não se encontra às margens desse cenário, ao passo que encontramos ordens para a aquisição de obras, construção de espaços para o exercício das Ciências Naturais sendo lançadas por autoridades a partir de decretos.

O momento histórico supracitado, que podemos considerar dentro do espectro da episteme moderna, mostra-nos que há um espaço de ordem que possibilita a criação de locais no Brasil como gabinetes e hortos – ou mesmo a inserção de obras literárias que compreendem os saberes das Ciências Naturais. O que estamos querendo dizer é que dentro da episteme moderna esses espaços de inserção e criação dos conhecimentos das Ciências Naturais ganham relevo. Eles se tornam de interesse do Estado e passam a possibilitar, por conseguinte, a circulação desses conhecimentos na teia social.

Neste sentido, torna-se importante compreender que a elaboração dos decretos – que visam a criação de gabinetes de curiosidades pelo país e bibliotecas que contemplem em seus acervos obras relacionadas, diretamente, ao campo das Ciências Naturais – não emergem do inanimado, mas, sim, são fruto da emissão de um eco que se propagava na época em questão.

Ademais, vê-se também atuação não somente por parte das autoridades no que tange às Ciências Naturais. O movimento romântico nacional intersecciona à imagem de nação às riquezas naturais do país (DOMINGUES, 1997), com a prerrogativa de construir a identidade de um território e uma ideia de nação.

Outro exemplo, é que o governo gerido por D. Pedro II desenvolveu políticas que contemplassem as Ciências Naturais, tais como o desenvolvimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – entidade de pesquisa e preservação histórico-geográfica; que promoveu e financiou comissões científicas com grupos de estudiosos do campo da Botânica, Geologia, Zoologia, Mineralogia, Astronomia, Geografia e Etnografia para explorar o norte do país (DOMINGUES, 1997).

A ideia de construção de espaços específicos para a escola vai ganhando relevo ao longo do século XIX. Neste período, foram sendo sublinhadas críticas no que se refere aos lugares tidos como inadequados, onde a educação estava se desenvolvendo: casa dos alunos ou professor, em residências alugadas, etc (LIMEIRA; NASCIMENTO, 2012).

Em meio a esse contexto, percebemos para além da criação de instituições e escolas, a criação de espaços e locais incentivados, promovidos ou financiados pelo

Estado para a circulação dos saberes das Ciências Naturais. Para nós, o incentivo para e a construção de gabinetes, hortos, laboratórios, bibliotecas, ou seja, espaços formam um conjunto de indícios que compõem um acontecimento que pode ter funcionado como condição de possibilidade para a constituição do ensino de Biologia no país. Neste sentido, avançamos com as escolas e colégios.

Nas primeiras décadas dos Oitocentos tem-se a intensificação de ações, projetos, discussões e, também, medidas legais para a efetiva ampliação da instrução pública no país. Neste sentido, o colégio Pedro II, a Escola de Minas de Ouro Preto, os colégios militares e as escolas normais foram instituições importantes para a circulação dos conhecimentos das Ciências Naturais e recorrentes na legislação analisada. Comumente, tem-se, nos regulamentos e portarias que, os planos de ensino com o regime em que essas escolas atuarão: internato ou externato; o tempo de duração dos cursos; os objetivos educacionais; por vezes, a manifestação de interesse e cuidado com relação à mocidade órfã⁵; e listas que tratam especificamente das matérias que serão ministradas.

Frente ao exposto nessas portarias e regulamentos que tratam das instituições Pedro II e Minas podemos indagar as circunstâncias em que a Zoologia, a Botânica e a História Natural aparecem. Nossa resposta se dará a partir das grades curriculares e exames para admissão. Com frequência expostas em formato de tabela⁶ e, às vezes, dispostas em textos, as disciplinas de Zoologia e Botânica estão presentes em meio a um extenso plano com matérias das mais diferentes áreas. A divisão se dá por anos e números de aulas que serão ministradas ao longo da semana.

No que concerne à Escola de Minas de Ouro Preto, além das matérias de Zoologia e Botânica fazerem parte do que deve ser ensinado na instituição⁷, tem-se habilitações para a matrícula. Essas habilitações tratam dos critérios de admissão que os candidatos tinham de mostrar, por meio de comprovação de idade, exames e provas com habilidades em matérias como: Física Elementar; Noções de Química; e Noções de Botânica e Zoologia⁸.

Para mais, recuperamos a reforma de 1876⁹, que altera o regulamento do Imperial Colégio Pedro II, coloca a História Natural – compreendida pelos “elementos de zoologia, botânica, mineralogia e geologia aplicáveis aos usos da vida, com espécimes à vista” – nos últimos anos do plano de estudos. Porém, conforme nos alerta Zotti (2004), esses anos finais do Ensino Secundário não eram obrigatórios para matrícula nas faculdades, apenas os cinco primeiros.

Ainda no que se refere ao Colégio Pedro II, Lorenz e Vechia (1986), colocam que, entre 1862 e 1890, a presença do ensino de ciências no currículo não variou na

⁵ Carta imperial de 30 de abril de 1828 aprova os estatutos da Casa Pia e Colégio de S. Joaquim dos Meninos Órfãos da cidade da Bahia.

⁶ Regulamento n° 62, de 1° de fevereiro de 1841.

⁷ Decreto n° 8727 de 4 de novembro de 1882.

⁸ Decreto n° 6.026, de 6 de novembro de 1875.

⁹ Decreto n.6130 de 1° de março de 1876.

instituição. O que se teve foi uma constante das áreas científicas (Zoologia, Botânica, Química, Física, entre outras). Sendo que, em 1890, tem-se o aumento dessa carga horária total de estudos, com acréscimo da Biologia e Mecânica.

Isto nos leva a dizer que, independentemente da obrigatoriedade ou não dos estudos científicos como requisitos para ingresso no Ensino Superior, a Escola de Minas de Ouro Preto e o Colégio Pedro II ganham relevo nesta história por se constituírem enquanto instituições proclamadas pelo governo da época a inserirem as matérias de Zoologia, Botânica, História Natural em suas grades curriculares, planos de ensino ou exames de admissão.

Sob a mesma perspectiva, as escolas militares também estruturam sua grade curricular e planos de ensino com tais disciplinas e se somam às outras instituições escolares pela extensa quantidade de decretos de leis que também nos permitem constatar sua recorrência e importância neste estudo. Logo de início, em um trecho da carta de lei de criação da Academia Real Militar¹⁰, pode-se perceber que a instituição pretendia estabelecer “um curso completo de ciências matemáticas, de ciências de observações, quais a física, química, mineralogia, metalurgia e história natural, que compreenderá o reino vegetal e animal”.

Criada por Dom João, no Rio de Janeiro, na academia eram formados oficiais de artilharia e engenharia, oficiais engenheiros geógrafos e topógrafos. Embora a Academia Real, futuramente também denominada como Academia Militar da Corte, e depois transformada em Escola Militar (MAPA, 2016), tenha tido oscilações na sua forma estrutural e organizacional, constatamos que as Ciências Naturais, por meio da Zoologia, Botânica, História Natural, estiveram presentes na instituição, sendo uma escola de destaque quando se trata dessa área de conhecimento/ensino.

Nesse período em que parte dos dados estão situados, início do século XIX, no que se refere à tecnologia, havia mudanças profundas acontecendo pelo mundo desde o século anterior. A tecnologia a vapor aperfeiçoou a capacidade de produção, tendo em vista que o que se tinha era o uso da força física humana e de outros animais, ou então de equipamentos mecânicos (roldanas, moinhos de vento, etc.). A maneira como passamos a nos comunicar e a nos transportar também foi alterada. O tempo de viagem nos barcos a vela foi reduzido com a introdução dos navios a vapor. Não obstante, a invenção do telégrafo, máquinas de produzir papel e impressoras que operavam a vapor não só modificaram a forma de comunicação como viabilizaram o acesso mais amplo a livros e a jornais (BRAGA et al., 2011).

Tudo isso, de certa maneira, chegou ao Brasil e exigiu, formações profissionais específicas, o que contribuiu para a inserção das ciências e matemática com objetivo de formar uma elite técnico-científica, também nas grades curriculares e planos de ensino de escolas militares do país.

Como já apresentamos, na carta de lei de criação da Academia Real, em dezembro de 1810, está posto que se estabeleça um curso completo de Ciências de

¹⁰ Carta de lei de 4 de dezembro de 1810.

Observações (Física, Química, Mineralogia, Metalurgia e História Natural). Entretanto, em uma reforma que ocorreu duas décadas depois, diz-se que: “ficam desligadas da Academia Militar, organizada pelos presentes estatutos, as cadeiras de física, química, mineralogia, zoologia e botânica”¹¹. O que deveria ser ensinado a partir desse novo estatuto eram quatro cursos científicos, a saber: 1º curso matemático; 2º curso militar; 3º curso de pontes e calçadas; 4º curso de construção naval.

Ou seja, vemos um movimento de inserção das ciências de observação, logo no decreto de criação da Academia para, pouco tempo depois, serem retiradas. Em meio a essas idas e vindas de matérias e variações nos estatutos da Academia e das escolas e colégios militares, tem-se, no período subsequente, o retorno de matérias como: Botânica e Zoologia¹². Já os decretos de leis e estatutos dos anos seguintes¹³ não mais tratavam da exclusão dessas áreas. Apresentavam recomendações aos professores quando fossem ensinar Zoologia e Botânica, como dirigirem-se com os alunos ao Museu Nacional e ao horto-botânico para o desenvolvimento de aulas práticas; ou listavam essas matérias para fazer parte do objeto de estudo de diferentes cursos.

Por este motivo, não é possível pensar em uma ideia de evolução ou continuidade, pois em um ano determinadas áreas são incluídas e excluídas, ou expressões ou descrições são utilizadas para se referir a uma dada matéria, por exemplo. Entretanto, não necessariamente a mesma área estará presente no decreto seguinte.

Neste sentido, entendemos, cada vez mais, que a história do ensino de Biologia não pode ser vista como o avançar de um trajeto encadeado; isto é, como se os acontecimentos tivessem sido somados uns aos outros, cumulativamente, ao longo do caminho e, num dado momento, tivéssemos peças suficientes para emoldurar em uma tela permanente a constituição do ensino de Biologia no país. Podemos ver junto à legislação que havia interesse em abrir possibilidades para a incorporação das Ciências Naturais na teia social, por meio de espaços como gabinetes, bibliotecas, colégios, mas não necessariamente tais ações formam um contínuo histórico.

É possível perceber também que não temos ainda o termo Biologia enquanto matéria nas escolas e nos cursos supracitados, tanto no Colégio Pedro II quanto na Escola de Minas. Neste sentido, o último decreto de lei recuperado em nossas buscas, em se tratando de escolas/colégios militares, aprova o regulamento para as escolas do exército e traz, explicitamente, para a grade curricular a cadeira de Biologia.

¹¹ Decreto de 9 de março de 1832 reforma a academia militar da corte incorporando nela a dos Guardas Marinhas.

¹² Decreto nº 140 de 9 de março de 1842 aprova os estatutos da Escola Militar.

¹³ Decreto nº 2116 do 1º de março de 1858 aprova o regulamento reformando os da escola de aplicação do exército e do curso de infantaria e caxalaria da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, e os estatutos da Escola Militar da Corte; Decreto nº 3083 de 23 de abril de 1863 aprova o regulamento para as escolas militares do império; Decreto nº 10.202 de 9 de março de 1889 aprova o regulamento para o Imperial Colégio Militar.

Neste momento, parece-nos necessário apontar o decreto o qual, em 1889, foi inserida, pelo menos este nome específico “a matéria de Biologia”. Assinalamos isso seja pelo status de novidade que lhe confere ou para demarcar os movimentos e os (des)contornos da constituição deste ensino no país. Neste decreto é apontada a primeira cadeira denominada Construções civis e militares. Entretanto, trouxemos à tona a segunda cadeira de Biologia utilizada no decreto – que agrupa as áreas de fisiologia geral dos animais e vegetais – para problematizar alguns pontos.

Poderíamos pensar que foi exatamente nesse momento, em 1889, em um decreto de lei n. 10.203, publicado no dia 09 de março que, possivelmente, foi “inaugurada” a matéria escolar de Biologia no Brasil. Ao invés disso, nos propomos a olhar antes deste marco e entendermos que temos pontos de inflexão, curvas e caminhos que possibilitaram, ali, a ascensão de sua indicação no decreto. Desta forma, não pensamos em um surgimento marcado por um único ponto de origem rígido. Isto é, ao fixar o nascimento do ensino de Biologia com base em uma cadeira do colégio Militar, mesmo que esse venha a ser um dos documentos mais antigos investigados nesta pesquisa que faça referência direta à Biologia.

Desde as primeiras leis recuperadas por nossas palavras-chave, Zoologia, Botânica e História Natural já se faziam presentes em colégios, por exemplo. A criação de espaços como gabinetes e hortos foram acontecimentos que corroboraram para o aparecimento da nomenclatura, ou da própria Biologia enquanto área relacionada com a Zoologia e a Botânica. No campo educacional, o que se percebe a partir dos dados é a correlação entre Zoologia, Botânica, História Natural com a Biologia. No caso do decreto supracitado, notamos que a cadeira 2 do colégio Militar engloba estas áreas, bem como define que o estudo de Biologia compreende anatomia e fisiologia comparada de animais e vegetais.

Cabe salientar aqui que, segundo Foucault (1999), historicamente, essas áreas não eram pertencentes umas às outras, mas, sim, abriram espaço para o aparecimento do campo da Biologia no decorrer da história. No entanto, hoje, em se tratando de escola e educação, o ensino destas áreas passou a ser substituído pelo de Biologia nas grades curriculares (MARANDINO, SELLES e FERREIRA, 2009).

Além das escolas Militares, nos deparamos com as normais, que balizavam seus planos de ensino com matérias como Zoologia e Botânica. Ao explorarmos o plano, vemos que o ensino se compreendia de forma gratuita com princípios elementares de Ciências Físicas e Naturais e de Fisiologia e Higiene; além de Ginástica, Música Vocal, Pedagogia e Prática do Ensino Primário, entre outras¹⁴. A título de exemplo, destacamos um decreto¹⁵ que mandou executar o novo regulamento para a escola normal do município da Corte. Na descrição do curso normal, diz-se que o mesmo será dividido em dois: ciências e letras. Dentro das ciências tínhamos: Ciências Biológicas,

¹⁴ Decreto nº 6379 de 30 de novembro de 1876 cria, no município da Corte, duas escolas normais primárias.

¹⁵ Decreto nº 8025 de 16 de março de 1881 manda executar o novo regulamento para a Escola Normal do município da Corte.

com noções de Histologia; Anatomia; Fisiologia e Taxonomia; noções exemplificadas de preferência com produtos peculiares da flora e fauna brasileira; noções de Higiene Geral e Privada, especialmente a escolar.

Em 1881, ano deste decreto destinado à escola normal, não havia ainda curso superior de Ciências Biológicas no Brasil. Ele veio a ser inaugurado, em 1934, na Universidade de São Paulo (USP), como curso de História Natural. Tempos depois, cerca de três décadas, a partir do desdobramento do curso de História Natural é que se têm os cursos superiores denominados de Ciências Biológicas Licenciatura e Bacharelado (ULIANA, 2012).

Entretanto, a terminologia Ciências Biológicas e, mais do que isso, o que os saberes incluídos nesse campo representam para a constituição do ensino de Biologia, merecem atenção. Ao expressar conhecimentos das Ciências Biológicas para os planos de estudos das escolas normais, tem-se movimentado mais uma peça na constituição do ensino de Biologia no país. Como já vimos, há movimentos de inserção na teia social de algumas áreas das Ciências Naturais, baseados principalmente no ensino de Zoologia, Botânica e História natural. Em meio a isso, agora nos deparamos com mais uma área – a Biologia – que passa a integrar esses movimentos.

Além disso, embora não houvesse uma área formalizada da Biologia enquanto curso de nível superior, no período Imperial do Brasil, outros saberes das Ciências Naturais, como os da Zoologia e da Botânica perpassavam os cursos da área médica¹⁶, farmacêutica¹⁷ e o campo da agricultura¹⁸; assim como, por vezes, essas matérias estavam diretamente relacionadas às características de cada área. Deste modo, as adaptações encontradas nos decretos de leis foram matérias como Botânica Médica; princípios elementares de Zoologia; Zoologia e Botânica Médica; e Botânica com aplicação à medicina.

Se observarmos os estatutos¹⁹, é possível perceber que nas faculdades de medicina do Império, tanto no que se refere à área médica propriamente dita quanto ao curso de Farmácia e Odontologia tem-se a consolidação das matérias de Zoologia e Botânica. Pelo menos, desde 1832²⁰ essas matérias figuram nos estatutos e planos de ensino das faculdades de medicina. Há certa recorrência e espaço para elas. Também podemos dizer que não somente há citações nesses documentos sobre essas matérias, mas a construção e/ou obrigação de espaços como laboratórios, gabinetes e bibliotecas com obras relacionadas à área. Ou seja, um conjunto de instrumentos que colocam a

¹⁶ Lei de 3 de outubro de 1832 dá nova organização às atuais academias médico-cirúrgicas das cidades do Rio de Janeiro, e Bahia.

¹⁷ Decreto n° 7247 de 19 de abril de 1879 reforma o ensino primário e secundário do município da Corte e o superior em todo o Império.

¹⁸ Carta régia de 25 de junho de 1812 cria na cidade da Bahia um curso de agricultura.

¹⁹ Decreto n. 9311 de 25 de outubro de 1884, dá novos estatutos às faculdades de medicina.

²⁰ Lei de 3 de outubro de 1832 dá nova organização às atuais academias médico-cirúrgicas das cidades do Rio de Janeiro, e Bahia.

Zoologia e a Botânica não como meras integrantes, mas como áreas consolidadas nos planos de ensino e estatutos das Ciências Médicas.

Encaminhando para o final, pensamos no engajamento de pessoas especializadas como mais um acontecimento que contribuiu com a constituição do ensino de Biologia no Brasil. Isto é, os sujeitos que viviam nessa época e compreendiam esses espaços estão imbricados nesta formação. As escolas normais, por exemplo, tinham por finalidade a formação de professores; as instituições escolares, como o Colégio Pedro II, a Escola de Minas de Ouro Preto e os Colégios Militares, necessitavam também de professores, fossem eles de Zoologia, Botânica, História Natural ou Biologia; ao passo que subsidiaram os alunos com conhecimentos do campo.

Na mesma perspectiva, os cursos superiores voltados para a área médica, agrícola ou farmacêutica, também. Já os gabinetes de curiosidades e horto botânico necessitavam de um trabalho técnico, mais especializado nessas áreas; isto é, existia a necessidade de um pessoal técnico, de certa forma, com conhecimentos básicos e específicos do campo para que, então, esses sujeitos fossem capazes de atuar, seja no desenvolver das aulas ou em outros trabalhos. E esse pessoal especializado requeria uma formação inicial nas áreas, tornando imprescindíveis tanto um espaço de formação (como as instituições já citadas) quanto um saber a ser conhecido - os conhecimentos biológicos específicos.

Embora neste trabalho, basicamente, tenhamos versado sobre diferentes instituições, não podemos perder de vista que os indivíduos que elaboraram tais decretos, leis, alvarás, enfim, a legislação nacional do Império brasileiro, intencionavam de alguma maneira inserir elementos das Ciências Naturais no país.

Conclusão

Podemos retomar alguns acontecimentos que nos ajudam a compreender como o ensino de Biologia foi se constituindo no país, a lembrar: 1) criação de espaços/locais, como hortos, gabinetes, laboratórios incentivados, promovidos ou financiados pelo Estado para a circulação dos saberes das Ciências Naturais; 2) a inserção de matérias/disciplinas nos planos ou grades curriculares de instituições de ensino, como exemplo as portarias e regulamentos que tratam das instituições Pedro II e Minas, escolas normais e os colégios militares; 3) e o engajamento de pessoas especializadas, em que, obviamente, exigiu sujeitos especializadas ou envolvidos com os conhecimentos do campo das Ciências Naturais, como exemplo professores e figuras para atuar nos gabinetes e hortos.

Ainda a título de rememoração, conseguimos perceber que grande parte das leis se referia aos gabinetes de História Natural e bibliotecas; às matérias de Zoologia e Botânica como requisito para ingresso em cursos ou escolas; aos cursos superiores que ofertavam estas matérias ou ainda História Natural; assim como aos colégios Pedro II e Escola de Minas de Ouro Preto, principalmente; aos colégios militares e de guerra e escolas normais que tinham estas áreas em suas grades curriculares. Além disso,

vimos certo incentivo para serem incorporadas as matérias de Zoologia, Botânica e História Natural cada vez mais nos planos de estudos das instituições de ensino.

Neste sentido, oficialmente tem-se, por meio dos decretos, a incorporação e inserção do campo das Ciências Naturais nas instituições de ensino, o que inclui colégios e escolas normais e estabelecimentos de Ensino Superior. Há, também, a indicação ou obrigação em parte da legislação para a construção de espaços.

E, de forma mais específica, o que esse conjunto de material traz de contribuição para esta pesquisa? Primeiro, não podemos esquecer do tipo de fonte que estamos trabalhando: conjunto de leis do período Imperial brasileiro. Segundo, esses decretos e cartas de lei têm nos mostrado – e aqui tornamos a repetir – como o campo das Ciências Naturais vai aparecendo nos documentos oficiais. Por último, nossa investigação tem nos levado a perceber uma abertura/incentivo por parte do Estado que se dá por meio da criação de espaços, como a criação de gabinetes, hortos-botânicos e inclusão de obras científicas em bibliotecas, e também na inserção das áreas que integram as Ciências Naturais nos planos de ensino de instituições de Ensino Secundário e Superior.

Assim, com o conjunto de indícios aqui arrolados, consideramos os acontecimentos já postos em linhas anteriores como acontecimentos que estão entremeados aos fatores de condição para a formação do ensino de Biologia no país. Tudo isto, de certa maneira, movimenta as peças para entendermos o terreno no qual, no transcurso histórico, pudéssemos ver junto ao campo das Ciências Naturais, também, a presença do ensino de Biologia em instituições escolares.

Referências

ABSOLON, Bruno Araújo; FIGUEIREDO, Francisco José; GALLO, Valéria. O primeiro Gabinete de História Natural do Brasil (“Casa dos Pássaros”) e a contribuição de Francisco Xavier Cardoso Caldeira. *Filosofia e História da Biologia*, v. 13, n. 1, p. 1-22, 2018. Disponível em: <<https://www.abfhib.org/FHB/FHB-13-1/FHB-13-01-01-Bruno-Araujo-Absolon-et-al.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

BRAGA, Marco; GUERRA, Andreia; REIS, José Carlos. *Breve história da ciência moderna: das luzes ao sonho do doutor Frankenstein*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

CASTANHA, André Paulo. Regimento interno das escolas públicas da corte de 1883: uma síntese da educação imperial. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. esp., p. 282-296, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640123/7682>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

CHASSOT, Áttico. A ciência através dos tempos. São Paulo: Moderna, 1994.

DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. Ciência, um caso de política: as relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil Império. Resgate: Revista Interdisciplinar De Cultura, v. 6, n. 1, p. 121-126, 1997. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645533/12838>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

_____. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. Verdade e poder. In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015a, p. 35-54.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015b, p. 55-86.

LIMEIRA, Aline de Moraes; NASCIMENTO, Fátima. Entre o altar e o trono: iniciativas de escolarização na capital imperial. História da Educação, n. 38, v. 16, p. 167-198, 2012. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2236-34592012000200167&script=sci_abstract. Acesso em: 29 set. 2022.

LORENZ, Karl M. Os livros didáticos de ciências na escola secundária brasileira: 1900 a 1950. Revista Educar, n. 10, p. 71-79, 1995. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/er/n10/n10a10.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

MACHADO, Roberto. Foucault, a ciência e o saber. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MAPA. Memória da Administração Pública Brasileira. Academia Imperial Militar. 2016. Disponível em: <<http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/244-academia-imperial-militar>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

MARANDINO, Martha. SELLES, Sandra Escovedi. FERREIRA, Marcia Serra. Ensino de Biologia: histórias e práticas em diferentes espaços educativos. São Paulo: Cortez, 2009.

ULIANA, Edna Regina. Histórico do curso de Ciências Biológicas no Brasil e em Mato Grosso. In: VI COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 2012, São Cristovão. Anais... São Cristovão: UFU, 2012. p. 1-14. Disponível em: <http://educonse.com.br/2012/eixo_06/PDF/34.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2019.

VEYNE, Paul Marie. Como se escreve a história. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

ZOTTI, Solange Aparecida. Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980. Brasília, DF: Editora Plano, 2004.

Recebido em 17/10/2023

Aceito em 16/12/2023

DOI:10.26512/emtempos.v22i42.51223

ARTIGO

Epidemias de varíola na América Portuguesa: uma análise dos registros históricos

Smallpox epidemics in Portuguese America: an analysis of historical records

Poliana Orosa Rodrigues

Mestranda em História Social na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
<https://orcid.org/0009-0002-7607-9643>

RESUMO: O presente artigo busca discutir a ocorrência de epidemias de varíola na América Portuguesa entre os séculos XVI e XVIII, com base em fontes múltiplas, incluindo: as cartas deixadas por missionários da Companhia de Jesus, crônicas, documentos avulsos e cartas pertencentes ao Projeto Resgate – Biblioteca Nacional. Tem-se como objetivo explorar e analisar a ocorrência de registros epidêmicos na colônia portuguesa, buscando destacar a multiplicidade de fontes primárias produzidas no período e sua dinâmica de construção, ressaltando a importância da análise desses registros para a produção de pesquisa em história das epidemias e da doença.

PALAVRAS-CHAVE: História das Epidemias. História da Doença. Registros

ABSTRACT: This article seeks to discuss the occurrence of smallpox epidemics in Portuguese America between the sixteenth and eighteenth centuries, based on multiple sources, including letters left by missionaries of the Society of Jesus, chronicles, loose documents, and letters belonging to the Resgate Project at the National Library. The aim is to explore and analyze the occurrence of epidemic records in the Portuguese colony, seeking to highlight the multiplicity of primary sources produced in the period and their construction dynamics, highlighting the importance of analyzing these records for the production of research in the history of epidemics and disease.

KEYWORDS: History of epidemics. History of Disease. Historical Records.

Introdução

A questão das epidemias e da cura no ambiente colonial foi objeto de estudo de diversos autores como Ernesto de Souza Campos (1956), Lourival Ribeiro (1971), Dauril Alden e Joseph Miller (1987), Márcia Moisés (1997), Carlos Alberto Miranda (2004), Cristina Gurgel (2010), Ana Carolina Viotti (2012) André Anzolin (2015;2016) e Benedito Carlos Barbosa (2016). Sob diversos ângulos e perspectivas, estes autores se

voltaram para o estudo das epidemias de varíola que assolaram a colônia portuguesa. Com objetivo de contribuir para os estudos sobre a temática apresentada, este artigo tem como foco explorar e analisar a ocorrência de surtos de varíola na América Portuguesa.

Ao sistematizar as epidemias identificadas neste artigo, pretende-se facilitar a identificação desses surtos na colônia portuguesa e propor novas abordagens e cruzamentos de dados sobre o tema. Para a composição do quadro que será apresentado nesta comunicação, foram utilizadas fontes múltiplas, boa parte delas são cartas produzidas pelos homens da Companhia de Jesus, que foram reunidas em coletâneas ao longo dos anos. São elas: *Cartas do Brasil do padre Manoel Danobrega (1549-1560)* (1886); *Cartas do Padre António Vieira coordenadas e anotadas por J. Lúcio d'Azevedo (Tomo I)* (1925); *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta (1554-1594)* (1933); *Cartas avulsas, 1550-1568* (1988). Além destas também serão utilizadas crônicas produzidas por missionários tais quais: *Historia da Companhia de Jesus na extincta provincia do Maranhão e Pará* (1860); a escrita por Fernão Cardim *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia, Ilheos, Porto Seguro, Pernambuco, Espirito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente, S. Paulo, etc. [...] [...] desde o anno de 1583 ao de 1590, indo por visitador o P. Christovam de Gouvea escripta em duas Cartas ao P. Provincial em Portugal* (1847), *História da América Portuguesa* (1976) do Frei Vicente Salvador e a produzida por João Felipe Bettendorf, nomeada *Crônica da missão dos Padres da Companhia de Jesus no Maranhão* (2010). Além da obra produzida por um viajante: *As incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Anthony Knivet* (2007). O período de produção destes itens está majoritariamente situado durante o século XVI.

Outra base de importância para a composição deste estudo são as cartas pertencentes ao Projeto Resgate da Biblioteca Nacional. Usaremos cartas produzidas entre os anos de 1642 e 1799, que tem como temática a notificação de surtos de varíola na América Portuguesa. Além disso, também foram utilizados dois documentos pertencentes a Coleção Morgado de Mateus da Biblioteca Nacional, ambos os manuscritos fornecem dados sobre uma epidemia de varíola em São Paulo. Além de todas as fontes mencionadas, as informações apresentadas neste artigo também levam em consideração os dados analisados na bibliografia pesquisada e referenciada ao final deste trabalho. Levando em consideração todo o exposto, considero importante apresentar o contexto e a chegada da enfermidade ao Brasil.

A disseminação da varíola

A varíola foi uma doença bastante recorrente ao longo da história, causada por um vírus da família *Poxvirus Variolae* que não precisava de um intermediário para se propagar, o que posteriormente facilitou sua erradicação, na década de 1980. O contágio ocorria através da troca de fluidos ou secreções respiratórias e por objetos contaminados, já que o vírus apresentava relativa resistência ao ambiente (SILVEIRA, 2013, p. 52). A enfermidade contava com um período de incubação que podia variar

entre 12 e 14 dias, os primeiros sintomas podiam incluir: febre, desconforto, vômito, dor nas costas e dor de cabeça (SNOWDEN, 2019, p. 115-116). Após esse período, geralmente havia uma relativa melhora e, posteriormente, surgia o sintoma mais característico: erupções cutâneas. Elas geralmente se espalhavam da mucosa oral, ao rosto até as extremidades do corpo. Por conta das feridas, o doente podia apresentar dificuldades ao engolir, lesões na língua e no céu da boca (SCHATZMAYR, 2001, p. 1527). O aparecimento de pus nesses exantemas podia acarretar delírios, febre intensa e sepse. A morte causada por infecções secundárias era muito comum (SNOWDEN, 2019, p. 120). Quem sobrevivia à doença, tinha imunidade vitalícia, mas a varíola podia gerar sequelas como a desfiguração e perda da visão (SNOWDEN, 2019, p. 119-120).

Existem indícios consideravelmente antigos que remetem a doença, mas pesquisas mais confiáveis atestam sua presença a partir da era cristã, nos relatos do alquimista Ko Hung, na Dinastia Jin, no ano de 340 d.C (TOLEDO JUNIOR, 2004, p. 59); e através da publicação feita pelo médico persa Rhazes em 910 d.C, que descrevia e diferenciava os sintomas da varíola e do sarampo (BEHBEHANI, 1983, p. 456). A varíola se fez recorrentemente presente na Ásia, África e Europa durante muitos séculos, no continente europeu, a doença se desenvolveu com mais intensidade na época moderna (FENNER; HENDERSON; *et al*, 1988). O avanço da moléstia nos centros urbanos europeus entre os séculos XVII e XVIII, pode ser relacionado com as grandes transformações vividas no que diz respeito à circulação de pessoas. A Expansão Ultramarina e o avanço do comércio transoceânico alavancaram sua transmissão, espalhando-se para outros continentes por meio da colonização europeia. A presença da enfermidade nos domínios ibéricos foi particularmente importante pois ocasionou a importação da doença para o Novo Mundo (FENNER; HENDERSON; *et al*, 1988, p. 229).

A chegada da varíola ao Brasil se deu exclusivamente pelo processo de colonização, já que os registros da paleopatologia não indicam a presença da doença em solo americano antes da chegada dos europeus (SOUZA; ARAUJO; FERREIRA, 1994, p. 28-29). De acordo com Dauril Alden e Joseph Miller, a varíola teria sido uma das principais causas de mortalidade durante a colonização das Américas (ALDEN; MILLER, 1987, p. 195). Para André Anzolin, os surtos da enfermidade teriam sido um grande vetor para o declínio populacional tupi durante o século XVI (ANZOLIN, 2015, p. 22). Isso porque as populações indígenas não possuíam a memória imunológica necessária para combater a doença (SOUZA; ARAUJO; FERREIRA, 1994, p. 28-29).

No que diz respeito ao espalhamento da doença, levaremos em consideração a tese desenvolvida por Dauril Alden e Joseph Miller. Para os autores, a dispersão de pessoas na colônia portuguesa causada pela longa extensão de território pode ter contribuído para que a varíola levasse algum tempo para se disseminar (ALDEN; MILLER, 1987, p. 214). É compreensível, portanto, que a varíola se agravasse conforme a colonização – e, por conseguinte, o adensamento populacional – se desenvolvia. Lourival Ribeiro também observa que a disseminação de doenças seguiu o

ritmo do povoamento, propagando-se conforme a ocupação avançava (RIBEIRO, 1971, p. 15).

A historiografia diverge sobre a ocorrência da primeira epidemia de varíola no Brasil Colônia. Cristina Brandt Friedrich Martin Gurgel e Camila Pereira da Rosa analisam que é possível que o fracasso do projeto da França Antártica também tenha se dado pela incidência das bexigas em 1555 (GURGEL; ROSA, 2012, p. 390); o argumento das autoras remete ao livro de Donald R. Hopkins, intitulado *Princes and Peasants: Smallpox in History* (HOPKINS, 1983, p. 213-214). A obra de referência para Hopkins foi o livro *Aesculapius in Latin America* escrito por Aristides A. Moll, no entanto, a obra só cita a ocorrência da epidemia em seu apêndice, sem esclarecer as referências utilizadas (MOLL, 1944, p.512). Já Lourival Ribeiro, atribui a primeira epidemia ao ano de 1561, cuja referência estaria narrada em uma carta escrita pelo padre Anchieta (RIBEIRO, 1971, p. 16). Dauril Alden e Joseph Miller observam que ela teria ocorrido no ano seguinte, em 1562, tendo início em Salvador, oriunda da contaminação de uma embarcação portuguesa. As fontes utilizadas pelos autores para justificar essa afirmação seriam também as cartas jesuíticas (ALDEN; MILLER, 1987, p. 199). André Soares Anzolin também defende a narrativa de Dauril Alden e Joseph Miller, ao afirmar que a epidemia de 1562 teria tido efeitos catastróficos sobre os nativos, utilizando-se das mesmas fontes (ANZOLIN, 2015, p. 22).

Apesar dos relatos acima evidenciados, nesta análise, foi possível chegar a um outro registro, anterior aos citados. Em um escrito datado de 1551, segundo Azpilcueta Navarro – autor da coletânea de cartas jesuítas –, uma carta escrita pelo padre Affonso Braz, do porto do Espírito Santo, fazia referência à varíola. Segundo Navarro, o padre “fala de mortífera epidemia ou peste de bexigas que dizimou o gentio do Espírito Santo, ‘os quaes morriam a montes” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 1931 p. 88-89). O que proponho aqui é reunir relatos que mencionam diretamente a enfermidade, ou características e sintomas que levem a crer (de acordo com os registros da época) que se tratava de varíola. O relato indicado pelo autor da coletânea pode indicar que a doença se fazia presente na América Portuguesa antes do período analisado pelos autores mencionados acima, já que a doença reinava sobre o território lusitano e na Europa no período.

Em Portugal, há indícios de que epidemias de varíola estivessem ocorrendo em 1507, mas o conflito nas descrições com o sarampo deixa dúvidas. Sabe-se, através dos registros, que um surto da doença teria ocorrido no ano seguinte (1508) (GURGEL, 2010, p. 78). Em *Smallpox and its eradication* (1988) é mencionado que as epidemias da enfermidade causadas entre os anos de 1562-1563 no território colonial teriam como causa embarcações lusitanas (FENNER; HENDERSON; *et al*, 1988, p. 237). De acordo com Cristina Brandt Friedrich Martin Gurgel, dentre as doenças mais comumente vistas dentro das embarcações ibéricas estava a varíola (GURGEL, 2010, p. 85). O continente africano também é de grande importância para entendermos o espalhamento da doença na colônia, já que devido ao comércio de escravizados que marcou todo o período, a moléstia parece ter sido reintroduzida continuamente por meio dos portos (FENNER; HENDERSON; *et al*, 1988, p. 233).

Dauril Alden e Joseph Miller mostram que o Novo Mundo recebeu escravizados cujo local de origem eram potenciais disseminadores da doença, como a Alta Costa da Guiné, no século XVI; Angola, no início do século XVII; e Costa da Mina, no decorrer do mesmo século. Já no setecentos, se destacam as áreas hoje pertencentes ao Togo e o Benin, além do sudoeste da Nigéria; e, no final do século XVIII, a região que atualmente corresponde a Moçambique (ALDEN; MILLER, 1987, p. 195-196). O trabalho proposto pelos autores é consideravelmente relevante para observar a disseminação da doença, já que descrevem uma série de surtos. Embora o tráfico de escravizados tenha de fato contribuído para disseminação da doença, não foi o único. Diversas epidemias, especialmente no primeiro século, foram ocasionadas pelo processo de colonização: com a chegada de navios vindos da metrópole, com a movimentação dos jesuítas, a presença francesa e com conflitos (como da invasão holandesa). E não exclusivamente ou majoritariamente através do tráfico de escravizados. Além disso, a própria disseminação da varíola na África foi agravada pela presença europeia no continente (FENNER; HENDERSON; *et al*, 1988, p. 233). Os portos parecem ter sido os espaços fundamentais para a disseminação da doença.

As bexigas nos registros históricos

Levando em consideração o que foi exposto até aqui, temos um parecer considerável sobre como a doença se manifestava e desenvolvia, além de como ela chegou até a América Portuguesa. A partir daqui, levaremos em consideração os registros sobre as epidemias da moléstia. Boa parte da documentação primária (citada no início deste artigo) faz referência a surtos de varíola nos séculos XVI e XVII, e pertencem a cartas ou outros documentos produzidos pelos homens da Companhia de Jesus. Trata-se de coletâneas e cartas avulsas que registraram o cotidiano do trabalho dos inacianos na colônia portuguesa. No primeiro século da colonização, a presença dos jesuítas se fez constante e seu papel era fundamental no contato e conversão dos povos originários, a proximidade de ambos contribuiu para disseminação e espalhamento da varíola. A interação desses grupos estimulou o contágio e fez com que as epidemias fossem amplamente narradas nos documentos deixados por esses padres (ANZOLIN, 2016, p. 275-276). Nesses registros encontram-se não só menções às epidemias, mas também às dinâmicas curativas propostas entre os padres e os indígenas, ao local onde ocorreram, a extensão dos surtos, suas consequências e outros desdobramentos.

Também serão utilizadas diversas crônicas produzidas por padres e missionários durante o período da colonização (CARDIM, 1847; MORAES, 1860; VASCONCELOS, 1865; SALVADOR, 1976; BETTENDORF, 2010). Além da publicação feita por Anthony Knivet, que traz o relato do corsário sobre o período em que esteve no Brasil no século XVI (KNIVET, 2007). Outro documento que nos auxiliará a reconstituir os períodos epidêmicos desse período é uma troca de cartas pertencentes à Coleção Morgado de Mateus, da Biblioteca Nacional. Essa coleção reúne cartas referentes a uma denúncia e disputa entre o governador Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão e o tenente Manuel Álvares de Afonseca em maio de 1768, o tenente era acusado de manter uma

moça doente em sua casa meio a surto epidêmico da doença em São Paulo (Biblioteca Nacional/RJ – Coleção Morgado de Mateus).

Outro conjunto de fontes primárias bastante relevante para este trabalho são as cartas pertencentes ao fundo do Projeto Resgate – Biblioteca Nacional. O Projeto Resgate tem no total 94 documentos primários que remetem a epidemias de varíola. A distribuição dessas menções, entretanto, se dá de modo diferente, já que em alguns casos se utiliza do termo ‘bexigas’ e em outros utiliza-se o termo varíola. O uso de ‘bexigas’ relacionado a varíola neste período é relativamente comum, inclusive, na maioria dos documentos jesuíticos é assim que a moléstia é mencionada. De acordo com um célebre dicionário do período, *Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (1789)*, o termo se referia a uma “espécie de empola que se ergue sobre a cutis, cheia de um humor acre, e corrosivo, em geral se usa no plural v.g., teve bexigas.” (BLUTEAU, 1798, p. 180). Na tabela a seguir podemos notar a listagem de ocorrências para o termo, levando em consideração a quantidade de vezes que foi mencionada e em quais anos. A tabela está organizada em ordem crescente de documentos na busca:

Tabela 1: Ocorrências para o termo ‘bexigas’ no Projeto Resgate da Biblioteca Nacional

Região	Ano	Ocorrências
Pará	1616 – 1833	27
Maranhão	1614 – 1833	22
São Paulo	1618 – 1823	10
Bahia	1613 – 1807	9
Rio de Janeiro (Avulsos)	1614 – 1830	7
Rio de Janeiro	1617 – 1757	4
São Paulo (Avulsos)	1644 – 1830	4
Bahia (Avulsos)	1604 – 1828	2
Goiás	1731 – 1822	2

Minas Gerais	1680 – 1832	2
Paraíba	1593 – 1826	2
Bahia (Luísa de Fonseca)	1599 – 1700	1
Pernambuco	1590 – 1826	1
Rio Grande do Norte	1623 – 1823	1
Total		94

Fonte: Biblioteca Nacional/RJ – Projeto Resgate, Conselho Ultramarino.

A distribuição dessas menções, entretanto, se dá de modo diferente. A maior parte das que ocorrem no Pará, são relativas ao século XVIII e XIX, por exemplo. Se analisarmos essas fontes, levando em consideração a ordem cronológica, a tabela estaria em nova configuração. Organizei este esquema em nova tabela abaixo, cuja ordem ainda se refere ao total de ocorrências, mas agora levando em consideração os séculos em que ocorreram:

Tabela 2: Ordem cronológica dos registros epidêmicos de acordo com as buscas do termo “bexigas” no Projeto Resgate da Biblioteca Nacional.

Região	Século XVI	Século XVII	Século XVIII	Século XIX	Total de Ocorrências
Pará	-	-	11	16	27
Maranhão	-	1	12	9	22
São Paulo	-	1	3	6	10
Bahia	-	-	4	5	9
Rio de Janeiro (Avulsos)	-	6	-	1	7
Rio de Janeiro	-	-	4	-	4
São Paulo (Avulsos)	-	-	1	3	4

Bahia (Avulsos)	-	-	2	-	2
Goiás	-	-	-	2	2
Minas Gerais	-	-	-	2	2
Paraíba	-	-	-	2	2
Bahia (Luísa de Fonseca)	-	1	-	-	1
Pernambuco	-	-	1	-	1
Rio Grande do Norte	-	-	1	-	1
Total	-	9	39	46	94

Fonte: Biblioteca Nacional/RJ – Projeto Resgate, Conselho Ultramarino.

Observamos assim que na documentação referente ao Conselho Ultramarino, disponibilizada online pelo Projeto Resgate da Biblioteca Nacional, não há referências às bexigas no século XVI. Quando levamos em consideração a busca pelo termo varíola, há menos ocorrências, mas a região mais mencionada ainda é localizada no Norte Colonial:

Tabela 3: Ocorrências para o termo ‘varíola’ no Projeto Resgate da Biblioteca Nacional.

Região	Ano	Ocorrências
Maranhão	1614 – 1833	7
Bahia	1613 – 1807	4
São Paulo	1618 – 1823	1
Códices ¹	1548 – 1821 / 1671 – 1833	1

¹ Os Códices se referem a livros de registros de provisões do Conselho Ultramarino. Ver: Biblioteca Nacional/RJ – Projeto Resgate: Livro de registro de provisões do Conselho Ultramarino, **Conselho Ultramarino**, 1802-1807, Provisões, Cod. 110. Disponível em: <<http://resgate.bn.br/doctreader/CODICES/67915>>. Acesso: 18 de abril de 2023.

Total:	13
--------	----

Fonte: Biblioteca Nacional/RJ – Projeto Resgate, Conselho Ultramarino.

Quando buscamos a distribuição desses registros em relação à data de suas produções, assim como fizemos na tabela dois, temos o seguinte cenário:

Tabela 4: Ordem cronológica dos registros epidêmicos de acordo com as buscas do termo “varíola” no Projeto Resgate da Biblioteca Nacional.

Região	Século XVI	Século XVII	Século XVIII	Século XIX	Total de Ocorrências
Maranhão	-	-	-	7	7
Bahia	-	-	-	4	4
São Paulo	-	-	-	1	1
Códices	-	-	-	1	1
Total	-	-	-	13	13

Fonte: Biblioteca Nacional/RJ – Projeto Resgate, Conselho Ultramarino.

Como se percebe, a maior parte destas fontes primárias foi produzida no século XIX. É plausível presumir que o uso do termo varíola, sendo mais recorrente nos oitocentos, não seja uma coincidência, podendo estar relacionado à publicação da descoberta da vacina antivariólica no final do século XVIII e aos incentivos para sua circulação no século seguinte².

De acordo com Ana Canas Delgados Martins, boa parte dos arquivos relativos ao Brasil que chegaram até nós está ligada à metrópole e outras comunidades. Eles eram administrados pelos mesmos organismos em Lisboa, de forma conjunta, mas “atendendo à informação variável transmitida a partidas das entidades administrativas e de governo nas colônias” (MARTINS, 2018, p. 40). Elas estavam concentradas principalmente no Conselho Ultramarino, que começou a operar entre 1642 e 1643, e através da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, que teve início em 1736. Para a autora, estas duas instituições constituíram os eixos da administração colonial portuguesa central sobre o Brasil (MARTINS, 2018, p. 40). Parte essencial desses arquivos é o que compõe a estrutura do fundo arquivístico que hoje conhecemos como Conselho Ultramarino,

² Sobre a descoberta da vacina antivariólica e sua chegada ao Brasil, ver: FERNANDES (2010).

disponível no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa e no Projeto Resgate da Biblioteca Nacional. O início da operação a partir do século XVII, explica a ausência de documentos no primeiro século da colonização. Se não tivéssemos essa informação, seríamos levados à conclusão de que não havia indicativos da doença na América Portuguesa no século XVI. Graças aos diversos registros produzidos pelos padres da Companhia de Jesus, sabemos que a ausência da informação do fundo do Projeto Resgate não significa que ela não tenha existido naquele período. Se observarmos os documentos como um todo, temos 107 registros que se referem à circulação da varíola no Brasil. Se desconsiderarmos a divisão dos remetentes, como no caso do Rio de Janeiro onde temos dois tópicos de ocorrências: Projeto Resgate - Rio de Janeiro Avulsos (1614-1830) e Projeto Resgate - Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757), e levarmos em consideração apenas as regiões, teríamos a seguinte organização documental: o maior índice de registros sobre a doença no século XVII vem do Rio de Janeiro, no século XVIII temos o Maranhão e no século XIX o Pará.

Percebe-se assim que o cruzamento de dados é de suma importância para que possamos construir um panorama sobre a incidência da varíola na América Portuguesa. Ao unir os registros reunidos pelas fontes primárias e os indicados pela historiografia, nota-se que a presença da doença se fez significativa durante a colonização. Mesmo assim, é possível que a doença se fizesse muito mais constante do que sabemos. Pode haver outros surtos que não foram noticiados ou que sejam mencionados em outros tipos de documentos aos quais ainda não tivemos acesso, cuja gravidade não possibilitou o registro ou até mesmo que a documentação não tenha chegado até nós.

Através da leitura das fontes e de vasta bibliografia, foi possível construir uma tabela contendo as epidemias de varíola ocorridas na América Portuguesa entre os anos de 1500-1799. O recorte cronológico se baseia em alguns aspectos: a expulsão dos jesuítas e os trâmites da chegada da vacina antivariólica, limitando-se assim aos séculos XVI ao XVIII. O quadro leva em consideração o ano da menção à doença e o local, além disso, para facilitar a compreensão utilizei-me da divisão atual dos estados e não as capitanias. Procuro levar em consideração o fato de que diversos surtos não têm local especificado e estão apontados como tal na tabela. Tendo em vista tudo o que foi dito chegamos ao seguinte cenário:

Tabela 5: Epidemias de varíola na América Portuguesa.

Ano	Local
1551	Espírito Santo
1555	Rio de Janeiro
1560	Rio de Janeiro

1561	São Paulo
1562	Bahia e Pernambuco
1563	Espírito Santo; Bahia; São Paulo
1564	Espírito Santo; Bahia; São Paulo
1565	Espírito Santo; São Paulo
1584	Não especificado
1585	Não especificado
1597	Paraíba; não especificado
1599	Rio de Janeiro
1613	Rio de Janeiro
1616	Não especificado
1621	Pernambuco; Maranhão
1626	Espírito Santo
1631	Não especificado
1641	Bahia; Rio de Janeiro; Pernambuco
1642	Pernambuco; Rio de Janeiro; não especificado
1644	Rio de Janeiro
1647	Bahia
1652	Maranhão
1661	Maranhão
1662	Maranhão; não especificado

1663	Não especificado
1664	Não especificado
1665	Maranhão; não especificado
1666	São Paulo; Rio de Janeiro; Pernambuco Não especificado
1667	Pernambuco; Salvador; não especificado
1680	Bahia; não especificado
1681	Bahia; não especificado
1682	Pernambuco
1683	Não especificado
1684	Não especificado
1690	Bahia
1693	Rio de Janeiro; Pernambuco
1695	Rio Grande do Sul; Maranhão; São Paulo
1696	Maranhão
1698	Maranhão
1700	São Paulo
1715	Pernambuco
1720	Não especificado
1724	Pará; Maranhão; São Paulo
1725	Pará; Maranhão; São Paulo

1726	Pará; Rio de Janeiro
1727	Rio de Janeiro
1730	Bahia
1731	São Paulo
1743	Pará
1744	Maranhão
1748	Pará
1749	Pará; Maranhão; não especificado
1750	Pará; Maranhão; não especificado
1762	Maranhão
1763	Maranhão
1767	Maranhão
1768	São Paulo
1769	Maranhão
1774	Não especificado
1775	São Paulo; Pernambuco
1776	Pará; Pernambuco
1777	Pará; Bahia
1778	Pará; Maranhão
1779	Bahia
1780	São Paulo

1784	Maranhão
1789	Maranhão
1791	Rio Grande do Norte
1794	Pará
1795	Pará
1797	Pará
1798	Pará
1799	Maranhão; Rio de Janeiro

Fonte: Tabela construída através das fontes documentais e referências bibliográficas mencionadas ao fim deste artigo.

De acordo com os dados reunidos temos: doze menções à doença no século XVI, vinte e sete para o século XVII e por fim sessenta e sete citações para o século XVIII. No total, somam-se cento e seis registros relacionados à varíola. A partir deste cenário, é possível tecer algumas hipóteses. A primeira é que a enfermidade esteve plenamente difusa durante a colonização portuguesa na América. A segunda hipótese desemboca por dois possíveis caminhos, a primeira é de que as bexigas avançaram conforme a colonização avançou como propuseram alguns autores como Lourival Ribeiro, Dauril Alden e Joseph Miller (ALDEN; MILLER, 1987, p. 214; RIBEIRO, 1971, p. 15). Ao observar os números percebemos que a teoria dos autores é absolutamente plausível, mas também há de se levar em consideração um outro fator: a limitação de fontes dos primeiros séculos. O que proponho aqui é que seja possível que o aumento populacional e a ampliação de movimentação no território sejam razões plausíveis para que tenha havido mais epidemias no século XVIII. Mas ao mesmo tempo, também é preciso levar em consideração qual era a proporção de documentação produzida nos séculos anteriores para embasar essa afirmação.

Do mesmo jeito que se pode afirmar que a incidência de epidemias no século XVIII é relacionada aos dois fatores elencados acima, também é possível propor que durante os séculos XVII e XVIII, especialmente o último, houve um aumento de produção de documentação colonial. Por exemplo, o início da produção de documentos que hoje chamamos de Projeto Resgate. Enquanto isso, nos primeiros séculos, embora houvesse registros da metrópole, boa parte da documentação que chegou até nós sobre as epidemias de varíola que ocorreram na América Portuguesa, foram feitas pelos homens da Companhia de Jesus. As distâncias e as dificuldades do além-mar e da pouca povoação europeia podem ter sido fatores que contribuíram para que chegassem

a nós menos conjuntos documentais sobre a doença. Isso sem mencionar, os que podem ter se perdido.

Conclusão

Em um ensaio recente, Simona Cerutti se propôs a analisar as ambiguidades e problemas teóricos da história social e cultural. A historiadora italiana propôs que a convergência entre essas duas linhas historiográficas permitia uma compreensão mais complexa e completa dos objetos históricos em seus contextos sociais e culturais (CERUTTI, 2021) Assim como ela, proponho que o estudo das doenças e das epidemias na América Portuguesa tem de levar em consideração a multiplicidade de fontes primárias produzidas no período, mas também sua dinâmica de construção. Ao mesclá-las, é possível obter uma visão mais integrada e clara de como esses documentos foram sendo construídos ao longo do tempo, e assim tecer um quadro sobre a incidência da varíola na América Portuguesa.

O rastreo dessas epidemias através dos registros documentais que alcançaram os dias de hoje nos ajudam a compreender como as doenças atingiam muito mais do que somente os corpos (ROSENBERG, 1992, p. 306). Afetavam as emoções, causando medo e pavor, mobilizavam as crenças religiosas e cosmologias, alteravam as redes de sociabilidade, afetaram a economia e prejudicaram o avanço da empreitada colonial de diversas maneiras. Elas contribuem para o aprofundamento de diversas temáticas no campo da história da ciência e das doenças.

Referências

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (org.). *Cartas avulsas: 1550-1568*. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Graphica, 1931.

ALDEN, Dauril; MILLER, Joseph. Out of Africa: the slave trade and the transmission of smallpox to Brazil. *Journal of Interdisciplinary History: Cambridge*, v.18, n.2,1987.

ANCHIETA, José de. *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J.:(1554-1594)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1933.

ANZOLIN, A. S. Entre mortes e lembranças: Notas sobre as reações dos Tupi à pandemia de varíola de 1562-64. *Revista Latino-Americana de História*, v.3, 2015. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/481>. Acesso: 07 de junho de 2023.

ANZOLIN, A. S. As doenças como exempla: epidemias e mortes nas cartas do jesuíta José de Anchieta. *Cadernos de História*, v. 17, n. 27, p. 274-288, 30 out. 2016. Disponível em:

<https://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2016v17n27p274>. Acesso: 07 de junho de 2023.

BARBOSA, Benedito Carlos Costa. O comércio de africanos e o flagelo das bexigas na Amazônia colonial (1707-1750). In: PIMENTA, Tânia Salgado; GOMES, Flávio (org). *Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil*. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016.

BEHBEHANI, A M. The smallpox story: life and death of an old disease. *Microbiological Reviews*, [S.L.], v. 47, n. 4, p. 455-509, dez. 1983.

BETTENDORF, João Felipe, SJ. *Crônica da missão dos Padres da Companhia de Jesus no Maranhão*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

BORGES, V. R. A peleja contra uma epidemia de varíola negra e possíveis aproximações com o tempo da pandemia da covid-19. *Temporalidades*, v.2, p.38-67, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/23962>. Acesso: 07 de junho de 2023.

CALAINHO, Daniela Buono. Norma e práxis na medicina luso-brasileira setecentista. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética*. Fortaleza: ANPUH, 2009.

CALAINHO, Daniela Buono. Jesuítas e medicina no Brasil colonial. *Tempo [online]*. 2005, v. 10, n. 19, p. 61-75. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042005000200005>. Acesso: 07 de junho de 2023.

CAMPOS, Ernesto de Souza. “Considerações sobre a ocorrência da varíola e vacina no Brasil nos séculos XVII, XVIII e XIX: vistas sobre a luz de documentação coeva”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 231, abril-junho, 1956.

CARDIM, Fernão. *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia, Ilheos, Porto Seguro, Pernambuco, Espirito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente, S. Paulo, etc. [...] desde o anno de 1583 ao de 1590, indo por visitador o P. Christovam de Gouvea escripta em duas Cartas ao P. Provincial em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1847.

CARVALHO, L. D.; SALLES, W. D. Varíola, tabaco e sistemas atlânticos: as causas da ascensão da Costa da Mina e queda de Angola no comércio negreiro na segunda metade do século XVII. *Revista Brasileira do Caribe (Impresso)*, v.17, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=159148014011>. Acesso: 07 de junho de 2023.

CHAMBOULEYRON, Rafael et al. 'Formidável contágio': epidemias, trabalho e recrutamento na Amazônia colonial (1660-1750). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.4, out-dez. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702011000400002>. Acesso: 07 de junho de 2023.

CERUTTI, Simona. Microstoria: relações sociais versus modelos culturais? Algumas reflexões sobre estereótipos e práticas históricas. In: CARNEIRO, Daivy e VENDRAME, Máira (orgs.). *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021, p. 39-58

COLEÇÃO MORGADO DE MATEUS. *Biblioteca Nacional*. Jacareí, São Paulo, 09 de maio de 1768, 2p. I-30,14,017 – Manuscritos. <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=66182> Acesso: 07 de junho de 2023.

COLEÇÃO MORGADO DE MATEUS. *Biblioteca Nacional*. Jacareí, São Paulo, 08 de maio de 1768, 1p. I-30,21,004 n°001 – Manuscritos. <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=61001> Acesso: 07 de junho de 2023.

FAGUNDES, F. R. R. As práticas de cura africanas, que viajaram nas redes de informações do Império Ultramarino Português: final do século XVIII e início do século XIX. In: *V Seminário Fluminense de Pós-Graduandos em História*, 2017.

FENNER F, Henderson D, Arita I, Jezek Z, Ladnyi ID. The history of smallpox and its spread around the world. In: Fenner F, Henderson D, Arita I, Jezek Z, Ladnyi ID, editors. *Smallpox and its eradication*. Geneva: WHO; 1988.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Sobre feitiços e ritos: enfermidade e cura nas reduções jesuítico-guaranis (século 17). *Varia Historia*, [S.L.], v. 21, n. 33, p. 163-185, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752005000100008>. Acesso: 07 de junho de 2023.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Em busca da saúde das almas: medicina e missão nas reduções jesuítico-guaranis. *Estudos de História*, Franca, São Paulo, v.13, n.1, p.117-148, 2006.

GESTEIRA, Heloisa Meireles. A cura do corpo e a conversão da alma - conhecimento da natureza e conquista da América, séculos XVI e XVII. *Topoi (Rio de Janeiro)*, [S.L.], v. 5, n. 8, p. 71-95, jun. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X005008002>. Acesso: 07 de junho de 2023.

GURGEL, C. *Doenças e Curas. O Brasil nos Primeiros Séculos*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

GURGEL, Cristina Brandt Friedrich Martin; ROSA, Camila Pereira da. História da medicina: A varíola no Brasil colonial (séculos XVI e XVII). *Revista de Patologia Tropical*, vol. 41(4), out- dez, 2012.

HERSON, Bella. *Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira (1500-1850)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

HOPKINS, Donald R. *Princes and Peasants*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1983.

KNIVET, Anthony. *As incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Anthony Knivet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

LEITE, SERAFIM. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1938.

LEVI, GUIDO CARLOS; KALLAS, ESPER GEORGES. 'Varíola, sua prevenção vacinal e ameaça como agente de bioterrorismo'. In: *Rev. Assoc. Med. Bras.*, São Paulo, v. 48, n. 4, Dec. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-42302002000400045>. Acesso: 07 de junho de 2023.

LÉPINE, Claude. *Os dois reis do Danxome: varíola e monarquia na África ocidental: 1650-1800*. São Paulo: Fapesp, 2000.

MARTINS, Ana Canas Delgado. A documentação do Conselho Ultramarino como patrimônio arquivístico comum: subsídios à sua história. *Revista Brasileira de História*, [S.L.], v. 38, n. 78, p. 39-54, ago. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472018v38n78-02>. Acesso: 07 de junho de 2023.

MECENAS, A. "A doença do corpo enche os adros e a doença da alma, os infernos": práticas de cura no sertão da América Portuguesa (1690-1702). *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, v.17, p.73-90, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/rbhcs.v9i17.417>. Acesso: 07 de junho de 2023.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *A arte de curar nos tempos da colônia: limites e espaços da cura*. 3. ed. Recife: Editora Ufpe, 2017.

MOLL, Aristides A. *Aesculapius in Latin America*. Philadelphia e Londres: W.B Saunders Company, 1944.

MORAES, José. *Historia da Companhia de Jesus na extincta provincia do Maranhão e Pará*. Rio de Janeiro: Typographia do Commercio, de Brito & Braga, 1860.

NÓBREGA, Manuel da. *Cartas do Brasil do padre Manoel Danobrega (1549-1560)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Bahia, 20 de junho de 1681. AHU-ACL_CU_005, Cx. 25, d. 3006. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/005_BA_LF/13847. Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Bahia, 23 de outubro de 1730. AHU-ACL_CU_005, Cx. 37, d. 3418. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/005_BA_AV/23763. Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Bahia, 18 de fevereiro de 1777. AHU-ACL_CU_005, Cx. 50, d. 9320. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/005_BA_CA/24526. Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Bahia, 4 de abril de 1777. AHU-ACL_CU_005, Cx. 50, d. 9363. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/005_BA_CA/24602. Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Bahia, 15 de janeiro de 1779. AHU-ACL_CU_005, Cx. 53, d. 10067. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/005_BA_CA/25837. Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Maranhão, 9 de dezembro de 1696. AHU-ACL_CU_009, Cx. 9, d. 928. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/009_MA/5552 Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Maranhão, 30 de novembro de 1744. AHU-ACL_CU_009, Cx. 28, d. 2885. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/009_MA/18454. Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Maranhão, 20 de junho de 1767. AHU-ACL_CU_009, Cx. 42, d. 4178. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/009_MA/28580 Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Maranhão, 5 de março de 1769. AHU-ACL_CU_009, Cx. 43, d. 4244. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/009_MA/29019. Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Maranhão, 19 de maio de 1788. AHU-ACL_CU_009, Cx. 71, d. 6162. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/009_MA/48917 Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Maranhão, 3 de junho. AHU-ACL_CU_009, Cx. 71, d. 6166. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/009_MA/48950. Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Maranhão, 29 de outubro de 1788. AHU-ACL_CU_009, Cx. 72, d. 6257. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/009_MA/49593. Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Maranhão, 22 de janeiro de 1789. AHU-ACL_CU_009, Cx. 73, d. 6287. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/009_MA/50031. Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Maranhão, 26 de janeiro de 1789. AHU-ACL_CU_009, Cx. 73, d. 6293. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/009_MA/50074. Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Maranhão, 2 de dezembro de 1799. AHU-ACL_CU_009, Cx. 108, d. 8488. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/009_MA/70222. Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Pará, 2 de setembro de 1725. AHU-ACL_CU_013, Cx. 9, d. 757. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/013_PA/5520. Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Pará, 8 de setembro de 1725. AHU-ACL_CU_013, Cx. 9, d. 768. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/013_PA/5582. Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Pará, 13 de setembro de 1726, AHU-ACL_CU_013, Cx. 9, d. 855. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/013_PA/6201. Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Pará, 26 de abril de 1749. AHU-ACL_CU_013, Cx. 31, d. 2910. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/013_PA/19918. Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Pará, 4 de novembro de 1776. AHU-ACL_CU_013, Cx. 76, d. 6350. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/013_PA/48176. Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Pará, 15 de setembro de 1777. AHU-ACL_CU_013, Cx. 77, d. 6449. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/013_PA/49148. Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Pará, 11 de fevereiro de 1778. AHU-ACL_CU_013, Cx. 79, d. 6536. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/013_PA/49944. Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Pará, 18 de julho de 1794. AHU-ACL_CU_013, Cx. 104, d. 8248. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/013_PA/65545. Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Pará, 5 de maio de 1795. AHU-ACL_CU_013, Cx. 105, d. 8305. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/013_PA/65968. Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Pará, 12 de fevereiro de 1797. AHU-ACL_CU_013, Cx. 108, d. 8538. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/013_PA/68027. Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Pará, 3 de outubro de 1798. AHU-ACL_CU_013, Cx. 113, d. 8788. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/013_PA/71310. Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Pernambuco, 22 de março de 1776. AHU-ACL_CU_15, Cx. 122, d. 9308. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/015_PE/89805. Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1642. AHU-ACL_CU_17, Cx. 2, d. 107. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/017_RJ_AV/818. Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1644. AHU-ACL_CU_17, Cx. 2, d. 116. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/017_RJ_AV/856. Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 10 de março de 1666. AHU-ACL_CU_17, Cx. 4, d. 362. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/017_RJ_AV/2653. Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 12 de março de 1666. AHU-ACL_CU_17, Cx. 4, d. 363. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/017_RJ_AV/2657. Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1693. AHU-ACL_CU_17, Cx. 6, d. 565. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/017_RJ_AV/4139. Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1693. AHU-ACL_CU_17, Cx. 6, d. 567. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/017_RJ_AV/4153. Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. Rio Grande do Norte, 29 de abril de 1791. AHU-ACL_CU_18, Cx. 8, d. 483. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/018_RN/4576. Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. São Paulo, 29 de novembro de 1775. AHU-ACL_CU_023, Cx. 7, d. 400. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/023_SP_AV/3614. Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. São Paulo, 24 de dezembro de 1696. AHU-ACL_CU_023-01, Cx. 1, d. 46. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/023-1_SP_MG/268. Acesso: 20 de abril de 2022.

PROJETO RESGATE – CONSELHO ULTRAMARINO. *Biblioteca Nacional*. São Paulo, 27 de junho de 1731. AHU-ACL_CU_023-01, Cx. 7, d. 787. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/023-1_SP_MG/3824. Acesso: 20 de abril de 2022.

RIBEIRO, Lourival. *Medicina no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Ed. Sul Americana, 1971.

RIBEIRO, MM. *A Ciência dos Trópicos: a Arte Médica no Brasil do Século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

ROSENBERG, Charles. 'Framing disease: Illness, society and history'. In: Rosenberg, Charles. *Explaining epidemics and other studies in the history of medicine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SÁ, Magali Romero. A "peste branca" nos navios negreiros: epidemias de varíola na Amazônia colonial e os primeiros esforços de imunização. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.*, São Paulo, v. 11, n. 4, dezembro de 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-47142008000500008>. Acesso: 07 de junho de 2023.

SALVADOR, frei Vicente. *História da América Portuguesa (1627)*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1976.

SILVA, Antônio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. *Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de*

Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. A varíola no Brasil do século XIX. In: PIMENTEL, Franco; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; MACIEL, Ethel Leonor Noia (org.) *Uma história brasileira das doenças*: Volume 4. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013.

SOUSA, Claudia Rocha de. As práticas curativas na Amazônia Colonial: da cura da alma à cura do corpo (1707-1750). *Amazônica - Revista de Antropologia*, [S.L.], v. 5, n. 2, Universidade Federal do Pará, 12 fev. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v5i2.1498>. Acesso: 07 de junho de 2023.

SOUZA, Sheila Maria Ferraz Mendonça de; ARAUJO, A. J. G.; FERREIRA, L. F. Paleopatologia e Paleoepidemiologia: o estudo da doença em populações pré-históricas brasileiras. In: SANTOS, R. V. e COIMBRA JR., c. e.a (org.). *Saúde e povos indígenas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

SNOWDEN, Frank M. *Epidemics and Society: from the black death to the present*. United States of America: Yale University Press, 2019.

SCHATZMAYR, Hermann G. A varíola, uma antiga inimiga. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, Dec. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2001000600024>. Acesso: 07 de junho de 2023.

TOLEDO JUNIOR, Antonio Carlos de Castro. História da varíola. *Revista Médica de Minas Gerais*, Minas Gerais, v. 151, fevereiro de 2004.

VASCONCELOS, Simão de. *Chronica da Companhia de Jesus do estado do Brasil e do que obraram seus filhos n'esta parte do novo mundo em que se trata da entrada da Companhia de Jesus nas partes do Brasil, dos fundamentos que n'ellas lançaram e continuaram seus religiosos, e algumas noticias antecedentes, curiosas e necessarias das cousas d'aquelle estado*. Lisboa: A.J. Fernandes Lopes, 1865.

VIEIRA, Antônio. *Cartas do Padre António Vieira coordenadas e anotadas por J. Lúcio d'Azevedo (Tomo I)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. Um estudo sobre as boticas e os remédios dos jesuítas no Império Português (séculos XVII - XVIII). *História Unisinos*, [S.L.], v. 23, n. 3, p. 464-474, 21 out. 2019. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/hist.2019.233.13>. Acesso: 07 de junho de 2023.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. Entre homens de saber, de letras e de ciência: médicos e outros agentes da cura no Brasil colonial. *Clio - Revista de Pesquisa*

Histórica, n. 32.1, p. 5-27, 2014. Disponível em:
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaclio/article/view/24465>. Acesso: 07
de junho de 2023.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. *As práticas e os saberes médicos no Brasil colonial (1677-1808)*. 2012. 179 fls. Dissertação (Mestrado em História e Cultura Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca, Universidade Estadual Paulista —Júlio de Mesquita Filho, Campus de Franca. 2012.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. Saúde e doença para os primeiros doutores do Brasil Seiscentista: os tratados de Morão, rosa e pimenta. *XVIII Encontro regional (ANPUH-MG)*, 2012. p. 1-9.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Gomes Ferreira e os símplices da terra: experiências dos cirurgiões no Brasil-Colônia. In: FERREIRA, Luís Gomes. *Erário mineral* (Org. Júnia Ferreira Furtado). Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro; Fundação Oswaldo Cruz, 2002.